

ESTUDOS DE LINGUAGEM: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE

Teoria e Análise Linguística

Organizadores:

Luciana Sanchez Mendes

Ivo da Costa do Rosário



Universidade Federal Fluminense

ESTUDOS DE LINGUAGEM: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE

Teoria e Análise Linguística

Organizadores:
Luciana Sanchez Mendes
Ivo da Costa do Rosário



**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem**

Coordenação geral

Silmara Cristina Dela da Silva
Ivo da Costa do Rosário

Coordenação de linhas de pesquisa

Linha 1 - Teoria e Análise Linguística - Luciana Sanchez Mendes
Linha 2 - Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução - Phellipe Marcel da Silva Esteves
Linha 3 - História, Política e Contato Linguístico - Joel Austin Windle

Comissão Organizadora do SAPPIL

André Cavalcante
Fernanda Gonçalves de Laia
Fernanda Cerqueira Mello
Jovana Mauricio Acosta de Oliveira
Letícia Martins Monteiro de Barros
Rudá da Costa Perini

Equipe de revisão dos e-books

André Marques da Silva
Douglas Coelho Alves Ferreira
Fernanda Porto Correa
Fernanda Lessa Pereira
Marcella Karoline Belo Rodrigues
Matheus Camelo de Oliveira
Myllena Paiva Pinto de Oliveira
Monique Borges Ramos da Fonseca
Nayara Pinto Friess
Letícia Martins Monteiro de Barros
Rudá da Costa Perini

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Ficha Catalográfica

Luciana Sanchez Mendes; Ivo da Costa do Rosário [Orgs.]

Estudos de linguagem: reflexões sobre diversidade. Teoria e Análise Linguística. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 326 p.

ISBN: 978-65-5869-346-8 [Digital]

1. Estudos de linguagem. 2. Análise Linguística. 3. Teoria Linguística. 4. Diversidade. I. Título.

CDD 410

Capa: Nicole Abreu | Tikinet

Projeto gráfico: Robson Santos | Tikinet

Diagramação e Epub: Julia Ahmed | Tikinet

Conselho Científico da Pedro & João Editores

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 São Carlos SP
2021

Dedicatória

Nesse período marcado fortemente pela pandemia do coronavírus, sofremos a perda de dois talentosos pesquisadores doutorandos. Essas vidas, precocemente ceifadas, trouxeram consternação a todos os docentes, discentes e técnicos do PosLing - UFF. Os alunos Carlos Fabiano de Souza e Celio Pinto Sampaio deixam saudades pelas suas muitas qualidades pessoais e acadêmicas.

De modo justo e singelo, dedicamos os três e-books do SAPPIL 2021 à memória desses jovens, cuja lembrança ficará marcada em nossas mentes e corações.

Coordenação do PosLing - UFF

Índice

Apresentação	8
BLOCO 1 – Combinação de orações em perspectiva funcional	
Construções proporcionais com verbos progressivos <i>Thaís Pedretti Lofeudo Marinho Fernandes</i>	12
Construção conformativa [em SN _{eloc} de]: breve discussão <i>Myllena Paiva Pinto de Oliveira</i>	24
Análise pancrônica das construções correlatas disjuntivas <i>Jovana Mauricio Acosta de Oliveira</i>	38
A expressão do contraste pela correlação de indefinidos sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso <i>Letícia Martins Monteiro de Barros</i>	51
Aspectos discursivos das cláusulas hipotáticas de finalidade e de consequência <i>Amanda Heiderich Marchon</i>	65
Um estudo sobre orações matrizes (SER _{3PS} + ADJETIVO _{DEÔNTICO}) e (FAZER-SE _{3,PS} + ADJETIVO _{DEÔNTICO}) na construção subjativa deôntica <i>Gilson Lauri Pereira de Menezes Junior</i>	79
A motivação discursiva na determinação da ordem da oração subjativa em relação à oração matriz <i>Angelina Maganha Grigorio da Silva</i>	91

Construções com “EM VEZ DE X” E “AO INVÉS DE X”:
níveis de substituição e contraste **105**
Leandro Freitas da Horta

A construção “sendo que” **118**
Karina da Silva Corrêa

BLOCO 2 – Língua em uso e cognição

Os usos da construção *na verdade* **132**
Vanessa Barbosa de Almeida Oliveira

A expressão do aspecto no português brasileiro a partir
da construção [POR X TEMPO] **147**
Mara Cristina Machado Ladeira Martins

Uso de *FUERE* nas construções condicionais introduzidas pelo *SI* **157**
Keren Betsabe González Rodríguez

Níveis de vinculação semântico-sintática de *CHEGA AÍ* no
português contemporâneo do Brasil: uma abordagem
funcional centrada no uso **169**
Monique Borges Ramos da Fonseca

Uma análise construcionista das formas de tratamento em
corpus do português de Rivera **185**
Magda Batista de Sant’Anna Martins

Sociolinguística cognitiva: um outro olhar para a
variação linguística **196**
Marcilene da Silva Nascimento Cavalcante

BLOCO 3 – Estudos em metáfora

Metáforas e determinantes **212**
Adiel Queiroz Ricci, Eduardo Kenedy Nunes Areas

Metáforas animais e *frames*: aspectos cognitivos **226**
Leandro Leiroz Rodrigues de Azevedo

A conceptualização metafórica de “amor” em letras de música
Marcela Fernandes dos Santos **237**

BLOCO 4 – Sociolinguística Variacionista

Variantes nas estratégias de relativização em língua inglesa:
contribuições da sociolinguística para o ensino de
língua estrangeira **250**
Fabírcia Eugênia Gomes de Andrade

A variação nas estratégias de relativização na norma
urbana culta do rio de janeiro **264**
Michelle Silva dos Santos

Colocação pronominal em quatro gêneros textuais escritos
no português brasileiro **276**
Tháís Leal Rodrigues

BLOCO 5 – Semântica e Pragmática

Morfologia verbal e duração: uma distinção semântica
entre o pretérito perfeito e o imperfeito **291**
Érica Azevedo de Souza

O fenômeno da dêixis como estratégia de persuasão
em peças publicitárias **304**
Paulo Victor Almeida Galvão

Formulações de atos de fala de ordens e pedidos em
livros didáticos de português para estrangeiros **313**
Patrícia Mariano Marcos

Apresentação

Uma das ações mais consolidadas do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF é a realização do SAPPIL (Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense), que chegou à sua 11ª edição em 2020.

O SAPPIL é um encontro organizado e promovido pelos alunos de mestrado e doutorado do Instituto de Letras, com o objetivo de estabelecer diálogos em torno de pesquisas em andamento (trabalhos de Iniciação Científica, dissertações e teses), bem como de trabalhos já concluídos no âmbito de nosso programa de pós-graduação. Essa interlocução sempre ocorre com a participação de pesquisadores da UFF e de outras instituições que são convidados ao debate.

Diante de um cenário desafiador provocado pela pandemia de covid-19, foi necessário que o evento se reinventasse. De fato, os tradicionais encontros presenciais nas dependências do Instituto de Letras não seriam possíveis, em função da observância de medidas de biossegurança. Com isso, a comissão organizadora do evento, com o auxílio da coordenação do POSLING-UFF, foi desafiada a promover a 11ª edição do SAPPIL em ambiente virtual, com o apoio das novas tecnologias da comunicação e da informação.

Associados ao 11º SAPPIL, também foram realizados dois outros eventos simultâneos: o II Seminário de Egressos, com expressiva participação de doutores já titulados pelo nosso programa, e a XI JEL - Jornada de Estudos de Linguagem, com a participação de pesquisadores do Brasil e do exterior, organizados em mesas redondas que representam as três linhas de pesquisa do POSLING-UFF. Toda programação transcorreu no intervalo de 26 de outubro a 20 de novembro de 2020, em quatro semanas de muitas atividades diversificadas.

O tema do evento, “Reflexões sobre diversidade”, foi inspirado em um novo avanço na gestão do POSLING-UFF: a implementação de

políticas afirmativas em nosso processo seletivo. De fato, pela primeira vez em sua história, a seleção para o mestrado reservou 50% de vagas para negros (pretos e pardos), 1 vaga para indígenas, 1 vaga para pessoas com deficiência e 1 vaga para pessoas trans (binárias, não binárias e travestis). Com isso, o POSLING-UFF reafirma sua participação na necessária redução das desigualdades sociais que tanto assolam nosso país, por meio de uma política genuinamente reparadora e inclusiva.

O presente volume, composto de 24 capítulos, é oriundo de reflexões surgidas a partir de trabalhos orientados pelos docentes da Linha 1 do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. Essa linha de pesquisa, denominada “Teoria e Análise Linguística”, concentra importantes correntes teóricas em voga nos estudos científicos, como o Funcionalismo, o Cognitivismo, o Formalismo, a Sociolinguística Variacionista e outras.

Os capítulos deste livro estão organizados em cinco grupos. Essa distribuição das pesquisas cumpre uma função estritamente didática, visto que seriam possíveis muitas aproximações entre trabalhos aqui organizados em diferentes blocos.

O primeiro bloco, denominado “Combinação de orações em perspectiva funcional”, conta com nove trabalhos e propõe um conjunto de estudos sobre a hipotaxe, o encaixamento e o papel funcional-discursivo dos conectores em língua portuguesa. Essas pesquisas ora tomam como ponto de partida a abordagem construcional da gramática, ora se fundamentam em perspectivas mais clássicas dos estudos funcionalistas. O segundo bloco, intitulado “Língua em uso e cognição”, contempla um grupo de seis pesquisas que discutem o papel dos elementos de natureza verbal e adverbial no português, construções de caráter lexical e um outro olhar sobre a variação, calcado na Sociolinguística Cognitiva. O terceiro bloco é dedicado aos estudos da metáfora em diferentes perspectivas. Os três trabalhos desse bloco discutem a relação da metáfora com os determinantes, com animais e *frames* e, por fim, com a conceptualização de “amor” em letras de música. O quarto bloco é integrado por trabalhos realizados na perspectiva da Sociolinguística Variacionista. Os capítulos discutem estratégias de relativização e a questão da colocação pronominal. Por fim, o quinto bloco apresenta um grupo de três trabalhos associados às áreas de Semântica e Pragmática. Nesse último capítulo, discutem-se a morfologia verbal, o fenômeno da dêixis e a questão dos atos de fala de ordens e pedidos em livros didáticos.

Todos esses trabalhos estão associados a quatro disciplinas oferecidas na Linha 1 do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. A disciplina “Língua em Uso” investiga as relações entre a língua e a sociedade, considerando os aspectos da estabilidade e da heterogeneidade linguística, com foco na variação linguística. Também considera fatores condicionantes de variação fonológica, morfológica e discursivo-pragmática. Outra vertente dessa perspectiva considera as pesquisas funcionalistas, nas interfaces entre discurso e gramática por um lado e linguagem e cognição por outro.

A disciplina “Linguagem e Cognição” centra-se especialmente nos processos cognitivos de produção e compreensão da linguagem em relação com outros domínios. Discute a aquisição da linguagem e também prevê diálogos relacionados a questões teóricas e metodológicas nas pesquisas descritivas.

“Estudos em gramática” propõe o estudo da descrição e da análise linguística nas suas mais diferentes abordagens, como, por exemplo, nos processos de variação, mudança, gramaticalização, lexicalização, construcionalização, mudanças construcionais e análises morfossintáticas e semânticas. Analisam-se as línguas em perspectivas sincrônica, diacrônica e pan-crônica, com atenção para os aspectos formais ou para a complexidade da relação entre forma e função. Essa disciplina também propõe reflexões sobre gramática e práticas de ensino-aprendizagem.

Por fim, a disciplina “Aspectos semântico-pragmáticos da linguagem” discute a questão da significação e do uso da linguagem, com foco em funções semânticas e na atualização do discurso. Quantificação, modificação, referência e atos de fala são temas de interesse dessa disciplina que se concentra sobre a semântica e a pragmática do ponto de vista formal, cognitivo e de outras perspectivas.

Este volume apresenta o resultado parcial de pesquisas de mestrado e de doutorado ainda em andamento ou recém-concluídas, oferecendo ao leitor um recorte dos trabalhos em desenvolvimento na Linha 1 (“Teoria e Análise Linguística”) do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFF. Os trabalhos aqui publicados atendem aos interesses de vários leitores interessados nos temas, tanto os iniciantes quanto os já mais experientes.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Luciana Sanchez Mendes (UFF)
Ivo da Costa do Rosário (UFF/Faperj/CNPq)
Organizadores

BLOCO 1

COMBINAÇÃO DE ORAÇÕES EM
PERSPECTIVA FUNCIONAL

CONSTRUÇÕES PROPORCIONAIS COM VERBOS PROGRESSIVOS

Thaís Pedretti Lofeudo Marinho Fernandes¹

Introdução

As construções proporcionais podem se configurar de diversas formas, não se restringindo a uma organização sintática apenas, como a subordinação ou correlação, por exemplo. A despeito do que se pressupõe com base unicamente em estudos de cunho tradicional, as proporcionais podem apresentar conectores de distintas naturezas, além das já conhecidas expressões conectoras à medida que e à proporção que. Como verificado em Fernandes (2017), os correlatores também são formas bastante produtivas para a veiculação do conteúdo proporcional, como *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*. Este trabalho, avançando no estudo das construções proporcionais, além do inventário das expressões conectoras e dos correlatores, volta-se à investigação de outro mecanismo presente na elaboração do conteúdo proporcional: os verbos de progressão.

A hipótese central do presente estudo é que os verbos com sentido de progressão são recrutados para transmitir a noção proporcional, compondo um mecanismo não prototípico. Entende-se por verbos de progressão aqueles que denotam aumento ou diminuição, constituindo noção de desenvolvimento gradual. O dado a seguir ilustra esse uso, que está fora dos mecanismos mais prototípicos de construção proporcional, instanciados

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense, bolsista CNPq, orientada pelo prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário.

pelas expressões conectoras à medida que e à proporção que e pelos correlatores *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*:

(1) E em anos recentes, o consumo vem aumentando consistentemente: subiu de 2,7 kg por pessoa em 2009 para 5,5 kg em 2017. **Cresce a demanda e cresce a oferta**, tanto de queijos feitos por aqui como de importados. Assim o cardápio está cada vez mais variado - e ajuda na hora de escolher saber mais sobre cada tipo de queijo.

Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/servico/2018/05/17/Guia-do-queijo-como-escolher-identificar-guardar.-E-como-ele-%C3%A9-feito>

Em (1), o efeito proporcional é reforçado não pela presença de expressões conectoras ou correlatores, mas por meio de verbos de sentido progressivo, nesse caso, a repetição do verbo *crescer*. Com isso, tendo em vista que a proporção pressupõe a relação entre parte e todo, de modo que a primeira parte enseja a ocorrência da seguinte, seja positiva ou negativamente, no exemplar apresentado, a demanda está correlacionada positivamente à oferta, de tal forma que o aumento de uma projeta o aumento da outra. Compreende-se, dessa forma, que (1) se constitui como uma construção proporcional com a ocorrência de um mecanismo não prototípico.

A presente análise pauta-se nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso, que se dedica ao estudo dos diversos níveis linguísticos, visando a uma abordagem holística da língua. Nessa perspectiva, como se verifica em (1), a proporção se manifesta não somente na presença dos verbos de progressão, mas na construção como um todo, nos elementos correlacionados, na conjunção *e* que liga as duas partes. De modo mais amplo, considera-se, inclusive, que todo o entorno linguístico promove o conteúdo de sentido proporcional. No exemplo citado, no período anterior, a presença da perífrase verbal *vem aumentando* com verbo no presente e outro na forma nominal de gerúndio demarca um contexto favorável à proporção, uma vez que a natureza atética é uma característica dos verbos que fazem parte dessas construções, justamente por configurarem ações em progresso, cujo fim não pode ser delimitado.

O objetivo principal desta investigação é identificar que os verbos, e não apenas os correlatores ou as expressões conectoras, contribuem para

veiculação da noção proporcional, além de evidenciar quais verbos estão licenciados na construção proporcional. A pesquisa se pauta, em consonância com os pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso, na análise de dados reais do uso da língua. Desse modo, os dados foram extraídos do Nexa Jornal, disponível *on-line* (<https://www.nexajornal.com.br/>), para fins de levantamento e sequente análise.

Dessa forma, lançando mão dos pressupostos teóricos citados e da pesquisa baseada nos usos reais da língua, pretende-se colaborar para a análise e a descrição das construções proporcionais, de forma que esta investigação possa se somar aos estudos já realizados acerca das proporcionais.

Pressupostos teóricos

Os pressupostos teóricos que norteiam a análise das construções proporcionais são os da Linguística Funcional Centrada no Uso, teoria que direciona a investigação das construções proporcionais, bem como o aporte teórico da Gramática de Construções.

Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU)

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) representa a interface de pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional de vertente norte-americana com a Linguística Cognitiva.

A Linguística Funcional e a Linguística Cognitiva compartilham pressupostos que permitem a integração entre as duas correntes teóricas, gerando a denominação Linguística Funcional Centrada no Uso. Dentre eles, os principais são apontados por Cunha:

Rejeição à autonomia da sintaxe e incorporação da semântica e da pragmática às análises; não distinção estrita entre léxico e sintaxe; relação estreita entre estruturas das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação; entendimento de que os dados para análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural (CUNHA, 2012, p. 29).

A partir dessa fusão, a LFCU visa a uma abordagem holística nas análises, incorporando semântica e pragmática e rejeitando a autonomia de quaisquer níveis linguísticos. Dessa forma, em combinação com o estudo da Gramática de Construções, o objeto de análise passa a ser a construção em sua integridade, e não mais um elemento que faça parte dela, como um conector, por exemplo. No caso das proporcionais, o objeto de estudo será a construção como um todo, não enfocando correlator ou expressão conectora de qualquer natureza, pois parte-se do princípio de que a proporção se dá na composição da construção e não é contida por um único item linguístico.

Ainda sob esse prisma, pauta-se a pesquisa em dados reais de fala e escrita, visto que se concebe que a língua está submetida a pressões comunicativas do meio no qual se insere, o que é refletido diretamente em sua estrutura. A LFCU considera a gramática como uma representação da experiência dos indivíduos com a língua, admitindo que há padrões regulares de uso e formas emergentes ao mesmo tempo. A estrutura da língua emerge à medida do seu uso, e a gramática está em constante adaptação devido às exigências do discurso. Dessa maneira, as aparentes instabilidades são motivadas e modeladas pelas práticas discursivas dos usuários da língua em seu cotidiano, o que reafirma a relação de vinculação entre discurso e gramática.

Tendo em vista os pressupostos teóricos da LFCU, assume-se que esta pesquisa se inclui nessa perspectiva, principalmente por analisar dados em pleno uso da língua e também por investigar o contexto em que estão inseridas as construções correlatas proporcionais.

Gramática de Construções

Dentre as diferentes perspectivas que estão englobadas no âmbito das Gramáticas de Construções, como identificado por Goldberg (2013), há princípios que perpassam as distintas abordagens, integrando a visão construcional da língua. É comum as gramáticas de construções tomarem a construção como a unidade básica da língua, bem como defini-la como o pareamento entre forma e função, como observado por Goldberg (1995, 2006), Bybee (2010), Croft (2001), Traugott e Trousdale (2013).

A abordagem à qual o presente trabalho se filia é a apresentada por Traugott e Trousdale (2013). Os autores adotam a representação $[[F] \leftrightarrow [S]]$

para identificar as relações entre forma e sentido que caracterizam a construção. *F* é a abreviação de forma e engloba sintaxe, morfologia e fonologia, ao passo que *S* é a abreviação de sentido e engloba discurso, semântica e pragmática. A seta de duas pontas simboliza a correspondência entre forma e significado, em que ambos se concatenam, integrando o pareamento forma-significado como uma unidade.

O uso linguístico também é um aspecto comum na maior parte das análises construcionais, uma vez que é postulado que a estrutura linguística é moldada pelo uso do idioma, conforme afirma Bybee (2010). De fato, a partir do uso, a mente conceptualiza ou constrói a experiência do falante no mundo, segundo Oliveira e Rosário (2015).

Outro aspecto é que essas abordagens consideram a gramática como uma estrutura holística, ou seja, que integra os distintos níveis de análise em sua abordagem, adotando uma visão mais abrangente do objeto de estudo. Desse modo, nenhum nível gramatical é central ou autônomo, tendo em vista que os diferentes níveis em conjunto constituem a construção.

Dentre os modelos de gramáticas de construções desenvolvidos, Traugott e Trousdale (2013) afirmam que a Gramática de Construção Cognitiva, em que a aceção de construção estabelecida por Goldberg (1995, 2006) é admitida, e a Gramática de Construção Radical, em que a definição de Croft (2001) é empregada, são conciliáveis com a abordagem que se pretende estabelecer pelos autores.

Metodologia

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as construções proporcionais em contextos reais de comunicação, em que a língua tanto oral quanto escrita é empregada em prol de diversos propósitos comunicativos. Por esse motivo, os pressupostos teóricos pautados na LFCU são compatíveis com o *corpus* utilizado e com a hipótese a ser comprovada.

Os dados analisados foram extraídos do Nexo Jornal e configuram porções textuais provenientes do pleno uso da língua portuguesa. O Nexo é um jornal digital, lançado em 2015, disponível no site <https://www.nexojornal.com.br/>.

Na investigação acerca das construções proporcionais é empregado como critério de análise o comportamento aspectual dos verbos que as

instanciam, além da natureza semântica de verbos de progressão. Por esse motivo, o critério central de investigação é a telicidade dos verbos. Essa noção aspectual, empregada por Moura Neves (2000), leva em conta a demarcação de finitude de uma ação ou evento. Desse modo, um verbo télico faz referência a um evento acabado, e um verbo não télico ou atélico, a um evento inacabado, cujo fim não pode ser identificado.

Como aponta Castilho (2010), o que unifica os verbos atélicos é que o estado de coisas que eles descrevem envolve diferentes fases em sua execução. Assim, independentemente da nomenclatura empregada, o valor está na finitude das ações expressas pelos verbos. A escolha desse critério semântico tem como propósito a verificação da natureza dos verbos que são licenciados nas construções proporcionais. Castilho (1968a) aponta ainda que, aparentemente, presente, pretérito imperfeito simples e gerúndio favorecem a emergência dos verbos imperfectivos, aqui denominados não télicos ou atélicos.

Objetiva-se, na análise de dados, estabelecer uma investigação de caráter qualitativo, tendo em vista que o intuito é investigar de modo mais detido os verbos de progressão que atuam na composição do conteúdo proporcional. No presente estudo, não se conta com uma grande quantidade de dados, uma vez que é um estudo inicial para identificar formas não prototípicas de veiculação da proporção. Por esse motivo, o intuito é analisar os casos flagrados até o momento da pesquisa, a fim de estabelecer esse como um dos mecanismos de veiculação do sentido proporcional ao lado dos demais já consolidados.

Análise de dados

No levantamento de dados foram encontradas seis ocorrências de construções proporcionais em que os verbos de progressão estavam presentes. A primeira delas (1) foi analisada na introdução deste trabalho com o objetivo de exemplificar o objeto de análise. A seguir são apresentadas as demais ocorrências:

(2) Segundo ele, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas chega a contar com presença equilibrada de meninas e meninos, inclusive na segunda fase. **Entre os**

premiados, porém, a presença feminina é minoritária, e diminui quanto maior for a idade delas. Em 2018, elas foram 30% dos medalhistas da competição do ensino fundamental e só 20% dos medalhistas do ensino médio.

Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/04/23/Qual-o-papel-das-olimp%C3%ADadas-femininas-de-matem%C3%A1tica>

Em (2) há um exemplar em que são correlacionadas a presença feminina e a idade das meninas que fazem parte da competição, de modo que a relação entre cada parte é inversamente proporcional – a idade aumenta e a participação diminui. A relação proporcional se evidencia aqui por meio do verbo de progressão *diminuir* ao lado do correlator *quanto maior*, que naturalmente já é recrutado em construções correlatas proporcionais do tipo *quanto maior...maior/menor/mais/menos*. O verbo de progressão evidencia a relação de proporcionalidade, ainda que por meio de um mecanismo não prototípico.

Como já afirmado, a LFCU parte do princípio de que há padrões regulares de uso e formas emergentes concomitantemente. No âmbito das construções em análise, considera-se que as proporcionais constituídas por verbos de progressão compõem usos emergentes na medida em que não estão incluídas no rol de construções proporcionais reconhecidas. Em (2) há um visível hibridismo entre uma forma mais prototípica, com o uso de *quanto maior*, em conjunto com o verbo de progressão, considerado um mecanismo não prototípico

(3) Além disso, há uma carência de pesquisa e fomento em ilustração. E, com o mercado editorial encolhido e conservador, **com leitores cada vez menos exigentes, as chances de fazer um trabalho com qualidade está diminuindo.** O melhor aspecto é que desenhar é como dançar.

Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/profissoes/2017/03/27/Como-me-tornei-artista-gr%C3%A1fico-e-ilustrador.-E-a-vida-entre-desenhos>

Em (3) há novamente a combinação do verbo *diminuir* a outra forma, nesse caso, *cada vez menos*, contudo, o verbo aqui se apresenta na

forma nominal de gerúndio, reforçando a ideia de progressão. *Cada vez menos*, por sua vez, é uma locução que também veicula essa noção de ação em continuidade, em pleno desenvolvimento. Assim, os leitores cada vez menos exigentes levam proporcionalmente à diminuição da qualidade do trabalho, ou seja, num sentido diretamente proporcional, a diminuição de um aspecto enseja a diminuição de outro.

Tendo em vista que a gramática está em constante adaptação devido às necessidades do discurso, é natural que o usuário da língua lance mão de outros mecanismos de elaboração proporcional além dos que já são reconhecidos, justamente porque a língua provê os instrumentos para isso. Os verbos de progressão são elementos linguísticos que se enquadram na própria definição do que se entende por proporção. O conteúdo proporcional prevê a contiguidade de ações ou eventos, e a ideia de progressão muitas vezes é reforçada pelos verbos que fazem parte da construção, na maior parte das vezes, apresentando natureza atética, com verbos no presente e perífrases verbais com verbos na forma nominal de gerúndio. É o que ocorre em (2) e (3), em que o verbo *diminuir* está, respectivamente, no presente e no gerúndio, enfatizando a progressão e a própria relação proporcional entre os elementos correlacionados.

(4) As expectativas otimistas de pessoas felizes parecem ser realistas, também: tanto em tarefas relacionadas ao exercício clerical e testes de substituição de dígitos, **pessoas com emoções positivas tendem a se sair melhor e ter maior produtividade do que aqueles presos a emoções neutras ou negativas**. O peso de evidências experimentais sugere que pessoas mais felizes têm melhor desempenho do que pessoas menos felizes, e que sua atitude positiva é, provavelmente, a causa. Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2019/06/01/A-felicidade-n%C3%A3o-vem-depois-do-sucesso.-%C3%89-o-contr%C3%A1rio>

Em (4) verifica-se uma relação diretamente proporcional entre *pessoas com emoções positivas* e *se sair melhor e ter maior produtividade do que aqueles presos a emoções negativas ou neutras*. O verbo *tender* estabelece a conexão entre as partes da construção, demarcando uma orientação para alguma direção, nesse caso, vincula positivamente os elementos identificados. Essa

é uma construção mais complexa quanto ao seu tamanho, por apresentar uma porção maior de elementos linguísticos, mas também mais complexa no nível dos sentidos, uma vez que se identifica a presença da semântica de comparação ao lado da proporção. Depois de estabelecer a proporção, comparam-se as pessoas com emoções positivas às pessoas com emoções neutras ou negativas. O entorno linguístico dessa construção ainda expõe outra relação proporcional: *pessoas mais felizes têm melhor desempenho do que pessoas menos felizes*. Esse fato evidencia que a proporção não está presente somente na construção em análise, mas em toda a unidade de sentido exposta nesse trecho, que veicula proporção, mais uma vez combinada à comparação. Nesse exemplar, o uso linguístico demonstra que os dois matices semânticos foram conceptualizados lado a lado na mesma construção, evidenciando que as experiências do falante não se dão exclusivamente em cada construção, mas que o uso linguístico é mais rico e diverso, abarcando proporção e comparação.

(5) **Nos bairros de maior renda, as famílias tendem a sair motorizadas para a escola.** Já em bairros periféricos, a mobilidade a pé é privilegiada.

Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/08/2-iniciativas-de-deslocamento-de-crian%C3%A7as-para-a-escola-e-o-que-elas-dizem-sobre-direito-%C3%A0-cidade>

No constructo (5), novamente identifica-se a presença do verbo *tender* correlacionando positivamente as duas partes da construção. Nesse caso, quanto maior a renda, mais as famílias vão motorizadas para a escola, em comparação às famílias de bairros periféricos, em que a mobilidade não motorizada é mais privilegiada. Dessa forma, a tendência aqui se dá pela orientação de que a maior renda leva ao uso maior de carros, um fator está correlacionado positivamente ao outro. Pontua-se que tanto em (4) quanto em (5) o verbo *tender* se apresenta no presente do indicativo, que compõe um verbo atélico, enfatizando as ações em progresso, cujo fim não pode ser previsto.

(6) As condições de crédito hoje mudaram bastante, teve toda uma política pública na venda de veículos privados, tanto de automóveis quanto de motocicletas. Até mesmo a população de

baixa renda teve acesso a esses bens de consumo. Isso aumentou o endividamento das famílias porque as pessoas compravam a crédito com o prazo muito longo. E **quando aumenta o endividamento, reduz a capacidade de compra das famílias.** Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/09/Como-%C3%A9-o-gasto-dos-brasileiros-com-transporte>

Por último, em (6), verifica-se uma relação inversamente proporcional, uma vez que o endividamento aumenta ao passo que se reduz a capacidade de compra, um fato correlaciona-se em sentido oposto ao seguinte. Nessa construção, a presença de dois verbos de progressão *aumentar* e *reduzir*, em sentido contrário, já adianta a relação de proporção inversa. É comum em dados de construções correlatas identificar casos inversamente proporcionais, no entanto, com a presença de correlatores do tipo *quanto mais...menos*. Em (6), essa relação não se dá pelos correlatores, o que seria considerada a forma mais prototípica, mas por meio desses verbos, que por si sós, representam a noção de direções opostas, assim como os advérbios *mais* e *menos*.

Em relação à natureza verbal, ambos os verbos estão no presente do indicativo, indicando uma ação em que o fim não pode ser pontuado precisamente. Nesse sentido, tanto a semântica do verbo – verbos de progressão – quanto a natureza aspectual – verbo atelico – reforçam a ideia de ações em progresso. Essa característica não é própria desse exemplar, mas se mantém em todos os demais, em que se identificam verbos no presente (*crece, tendem, aumenta e reduz*) ou perífrases verbais com verbos auxiliares no presente ao lado da forma nominal de gerúndio (*está diminuindo*). Com isso, pontua-se que essa correlação é comum à estrutura linguística analisada, pelo que se pode verificar nas ocorrências levantadas. Desse modo, além dos verbos de sentido progressivo, denota-se a atelicidade como característica marcante nas construções proporcionais não prototípicas.

No que se refere à baixa produtividade do tipo de construção analisada, reitera-se que esse pode ser considerado um indício de sua não prototipicidade, além da possível emergência no uso da língua. Ainda não configura o uso prototípico preferido no uso, mas está à disposição na língua e em pleno uso, representando uma prova de que a estrutura linguística emerge à medida que é usada. Tendo em vista ser essa uma

pesquisa em que são empregados dados reais da escrita, concebe-se que a língua está submetida às pressões comunicativas do meio no qual se insere, refletindo diretamente em sua estrutura, como ocorre na emergência da construção em análise.

Considerações finais

Com base nos dados analisados, pôde-se confirmar a hipótese central do presente estudo de que os verbos com sentido de progressão são recrutados para transmitir a noção proporcional, compondo um mecanismo não prototípico da veiculação dessa semântica. Dessa forma, esse é mais um mecanismo disponível na língua para veicular o sentido proporcional, além das estruturas já identificadas, como as expressões conectoras à medida que e à proporção que e os correlatores *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*.

Seguindo os pressupostos da LFCU, buscou-se elaborar uma análise holística dos dados, investigando os níveis linguísticos. Para isso, um importante foco de atenção foi a natureza verbal, tanto semântica quanto aspectual. Todos os verbos compartilharam a característica de serem de progressão, ou seja, denotam aumento ou diminuição, constituindo uma noção de desenvolvimento gradual, bem como apresentam natureza atética, apresentando-se como verbos no presente ou perífrases verbais com verbos auxiliares no presente ao lado da forma nominal de gerúndio. Verifica-se que essas duas características comuns aos casos investigados compõem um traço comum às construções proporcionais com verbos de progressão.

Em relação aos verbos licenciados, foram recrutados nas construções levantadas os verbos *crescer*, *tender*, *aumentar*, *diminuir* e *reduzir*, todos considerados verbos de progressão. Como já afirmado, a própria natureza proporcional condiz com a definição de progressão, uma vez que a proporção prevê ações em desenvolvimento e relação entre partes. Para trabalhos futuros, pretende-se levantar uma maior quantidade de dados, ainda que esse seja um fenômeno em emergência na língua, com vistas a identificar mais verbos que sejam licenciados na estrutura das construções proporcionais com verbos de progressão.

Referências

- BYBEE, J. *Language usage and cognition*. New York: Cambridge University press, 2010.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, M. A. F. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo funcional). In: SOUZA, M. et al. (Orgs.) *Sintaxe em Foco*. Recife: PPGL/UFPE, 2012.
- FERNANDES, T. P. L. M. *Construções correlatas proporcionais sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso*. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- _____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. *Construction Grammar*. In: *Encyclopedia of Cognitive Science*. Macmillan Reference Limited Nature Publishing Group, 2002.
- _____. *Constructionist approaches*. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Orgs.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CONSTRUÇÃO CONFORMATIVA [EM SN_{eloc} DE]: BREVE DISCUSSÃO

Myllena Paiva Pinto de Oliveira¹

Introdução

A conformidade, no português, pode ser instanciada por diversas estruturas morfossintáticas. Pereira (2014) apresenta um inventário de estruturas que desempenham função conformativa na língua. Neste presente artigo, estão em análise as construções conformativas que apresentem conector entre as partes.

Comparando os achados das pesquisas de Pereira (2014) e de Oliveira (2018), que também estudaram as conformativas oracionais, com as informações que constam de gramáticas, como Bechara (2009), Cunha e Cintra (2016), percebemos que há estruturas morfossintáticas disponíveis para instanciar a conformidade que não estão previstas na tradição gramatical. A conformidade aparece de forma muito superficial entre os tipos de orações subordinadas adverbiais e, em alguns casos, entre as chamadas preposições acidentais, ou atípicas.

Segundo e conforme, por exemplo, que veiculam conformidade, aparecem em Bechara (2009, p. 301) listadas entre as preposições acidentais: “palavras que, perdendo seu valor e emprego primitivos, passaram a funcionar como preposições (...)”. O gramático, entretanto, não chega a

1 Aluna de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisa com foco na expressão da conformidade do português, na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso, sob orientação do Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário. Bolsista Capes.

especificar a função de cada uma delas. Em relação à conjunção conformativa, Bechara (2009, p. 327, grifos do original) assevera: são aquelas que “iniciam uma oração que exprime um fato em conformidade com outro expresso na oração principal: *como, conforme, segundo, consoante*”. No que se refere à oração subordinada adverbial conformativa, a informação é quase idêntica ao que propõe para a conjunção.

De igual forma, Cunha e Cintra (2016, p. 570) listam, entre as preposições acidentais, *segundo, conforme* e *consoante* porque são pertencentes a outras classes, mas às vezes funcionam como preposições. Sobre as conjunções conformativas, os autores asseveram que “iniciam uma oração subordinada que exprime a conformidade de um pensamento com o da oração principal” (2016, p. 604). Para eles, as orações subordinadas conformativas são aquelas introduzidas por conjunções conformativas (p. 654).

A circularidade das informações prestadas sobre a conformidade, bem como a quantidade e a falta de profundidade justificam uma agenda de pesquisa voltada para a conformidade na língua portuguesa. Santos (2018) investigou o *pele que* e mostrou seu uso com função conformativa, e Vieira e Sousa (2019), por sua vez, identificaram que *que nem* pode receber uma interpretação conformativa. Aqui o objeto de análise é integrado por um conector não previsto entre as construções de conformidade. Investigamos a construção [EM SN_{eloc} DE].

Algumas construções conformativas veiculam *conformidade evidencial*, utilizadas para indicar a fonte de informação, expor ponto de vista, angular o discurso. Essas construções instanciam uma representação linguística de outrem. A construção [EM SN_{eloc} DE], postulamos, está entre as construções de conformidade evidencial.² A seguir, apresentamos o *token* [1] para ilustrar.

(1) Quanto aos números em si, bem... para os platonistas, eles existem na natureza, mas na forma de “objetos abstratos”. Essa história é meio difícil de engolir para um leigo. Um objeto abstrato, na definição de um filósofo, é algo que está fora do espaço-tempo, que não mantém relações causais com

2 Durante a pesquisa do doutorado, temos feito uma diferenciação entre conformidade evidencial e conformidade circunstancial. Esses tipos de conformidade apresentam diferenças não apenas semântico-pragmáticas como também morfossintáticas, sobretudo no que se refere ao nível de integração entre as partes do enunciado.

o que acontece entre nós. [*Superinteressante*, março 2020, A matemática foi descoberta ou inventada?, edição 413, Ciência]

O constructo [1] exemplifica a construção em análise. “Na definição de um filósofo” colabora para a instanciação da angulação do discurso ou inserção de um ponto de vista. Ao elaborar o enunciado dessa forma, o autor da matéria explicita ao leitor que os conceitos apresentados não são inventados, mas se originam de fontes que justificam sua presença no texto.

Dados como esses integram uma pesquisa maior, em termos sincrônicos e quali-quantitativos (séculos XX e XXI). Para esta pesquisa, limitamo-nos a desenvolver uma análise de natureza qualitativa. Adotamos como *corpus* matérias da revista *Superinteressante* digital. Inicialmente, empreendemos a leitura corrida de edições inteiras da revista, a fim de flagrar expressões morfossintáticas instanciadora de conformidade ainda não previstas. Detectamos uma série de estruturas morfossintáticas com função conformativa evidencial (por exemplo, “com base em”, “para”, “do ponto de vista de”), contudo neste artigo centramo-nos apenas na construção [EM SN_{eloc} DE].

Os objetivos neste artigo, portanto, são: descrever e analisar a construção [EM SN_{eloc} DE], bem como indicar a natureza semântica dos elementos que preenchem o *slot* nominal da construção. Postulamos que as construções que veiculam a conformidade evidencial se constituem em uma representação linguística, e seu *slot* nominal é preenchido por elementos que, em alguma medida, também fazem projeção ou participam de processos do tipo verbal (HALLIDAY, 1994, HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) – em semelhança com os verbos de elocução (p.ex.: falar > fala; opinar > opinião; definir > definição).

Filiação teórico-metodológica

Esta pesquisa vincula-se à Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). A LFCU é uma vertente dos estudos funcionalistas nos quais são adotados alguns pressupostos da Linguística Cognitiva, sobretudo a Abordagem da Gramática de Construções, conforme Goldberg, (1995, 2006) e Croft (2001). Na LFCU, a língua é compreendida de forma virtual

e abstrata, e as suas várias construções compõem o *construct-i-con*, uma rede complexa e interconectada (WIEDEMER; OLIVEIRA, 2019).

Construção, nessa perspectiva, é um pareamento de forma e significado independentemente dos itens que a compõem. As partes que constituem a construção, somadas, não necessariamente refletem o significado da construção como um todo, segundo Goldberg (1995) e Traugott e Trousdale (2013). São considerados construções desde afixos até formas mais complexas, como as construções conformativas, compostas de várias subpartes.

As construções são caracterizadas de forma gradiente em três dimensões (tamanho, especificidade fonológica e conceptualização). Em relação ao tamanho, pode ser atômica (monomorfêmica), complexa (elementos analisáveis) ou intermediária (elementos parcialmente analisáveis). No que diz respeito à complexidade fonológica, pode ser substantiva (fonologicamente especificada), esquemática (completamente abstrata) ou intermediária (composta de elementos abstratos e outros mais preenchidos). Por sua vez, no critério tipo de conteúdo (conceptualização), pode ser contedista (usada referencialmente), procedural (usada para estabelecer relações gramaticais) ou intermediária (carrega ao mesmo tempo noções referenciais e gramaticais) (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). A construção [EM SN_{loc} DE] é complexa, intermediária e tem função intermediária (procedural e referencial).

Além disso, há três fatores importantes para o estudo construcional: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. *Esquematicidade* é uma propriedade relacionada à abstração. Nas palavras de Traugott e Trousdale (2013), um “esquema é uma generalização taxonômica de categorias, linguística ou não”³ (tradução livre). O grau de esquematicidade de uma construção está relacionado ao nível de generalização ou especificidade ou de inclusão. A *produtividade* é aferida por intermédio das frequências *type* e *token* de uma construção. Segundo Bybee (2010), a frequência *type* está relacionada com a quantidade de possibilidades de preenchimento dos *slots*. Nesse sentido, quanto mais esquemática for, mais produtiva ela tende a ser, por abrir muitas possibilidades de preenchimento. Para uma investigação que revele a produtividade da construção analisada neste capítulo, devemos empreender uma pesquisa quantitativa, o que pretendemos fazer

3 “A schema is a taxonomic generalization of categories, whether linguistic or not” (Traugott; Trousdale, 2013, p. 13).

nas próximas etapas da pesquisa. A *composicionalidade* de uma construção está ligada à transparência do elo entre forma e significado. Os significados individuais dos elementos podem não equivaler ao significado global da construção. Quanto mais um usuário da língua recupera o significado dos elementos de uma construção para compreender o todo, significa que mais composicional é essa construção.

Traugott e Trousdale (2013) explicam que há níveis hierárquicos na organização de uma construção: *esquema*, *subesquema* e *microconstrução*. Tais níveis estão relacionados à forma de se observar uma construção na língua, que não está dissociada de outras, mas forma uma rede de nós. *Esquemas* são abstratos, grupos semanticamente gerais de construções que estão relacionados com o uso automático da linguagem pelo usuário. *Subesquemas* são as formas instanciadas dos esquemas. Por fim, em um nível ainda menor, estão as *microconstruções*, que geram *types* específicos do esquema mais abstrato (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 14).

A análise da língua, à luz da LFCU, deve se dar em textos reais, que mostram o uso natural das construções pelos usuários. Isso porque não apenas as pressões linguísticas, mas também as interacionais e as cognitivas resultam na formação da gramática (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013). No que se refere aos fatores de ordem cognitiva, Bybee (2010) define alguns processos de domínio geral (isto é, não específicos da linguagem), que orientam a configuração da gramática, como categorização, *chunking*, memória enriquecida, analogia e associação transmodal.

Entre esses processos cognitivos (BYBEE, 2016, p. 99), damos destaque à analogia, “processo pelo qual o usuário passa a usar um novo item numa construção”. O emprego de novos itens não acontece de maneira arbitrária, mas se dá por semelhança semântica ou fonológica com os itens já existentes. Para Traugott e Trousdale (2013), constitui-se em um tipo de neoanálise e de mudança linguística elaborada a partir da replicação de um modelo ou de um esquema preexistente. *Chunking* (BYBEE, 2016) também é um processo cognitivo importante para esta pesquisa. Por meio dele, elementos distintos passam a ser processados como uma unidade. A concorrência desses elementos tomados como uma unidade é motivada por fatores semânticos e pragmáticos, e a automatização impacta a formação de grupos sintáticos ou *chunks* (DIESSSEL, 2017, p. 15).

Em paralelo à LFCU, utilizamos alguns instrumentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday (1994) e Halliday e

Mathiessen (2004). Nessa abordagem funcionalista, a língua também é vista como instrumento social que sofre influência de diversos fatores. De acordo com Fuzer e Cabral (2014, p. 14), a abordagem “prioriza a íntima relação léxico-gramática em interface com a semântica e o discurso, ou seja, o texto na interface com o contexto social em que os usos linguísticos ocorrem”. Em outras palavras, as estruturas linguísticas refletem significados da experiência do falante no mundo, o que em algum ponto toca a visão icônica e conceptual da LFCU.

Na lógica da LSF, interpretamos o texto, o sistema e as estruturas linguísticas pelo prisma da sua funcionalidade. Assim, a atenção recai sobre a maneira como a linguagem é usada (HALLIDAY, 1994, p. 39). O significado das estruturas é alvo de grande atenção nessa abordagem – mais até do que a forma. Halliday (1994) chama de metafunções os principais tipos de significado: ideacional e interpessoal. O primeiro relaciona-se à interpretação do ambiente; e o segundo, à ação sobre o outro nesse ambiente. Associado a esses, há o terceiro componente metafuncional, o textual.

De acordo com as metafunções, existem três modos de compreender a oração: oração como representação, oração como troca, oração como mensagem (HALLIDAY, 1994). Destacamos aqui a oração como representação, na qual está em foco o componente experiencial. Isto é, oração representa padrões da experiência do usuário. A realidade, nessa lógica, é feita de processos, como *acontecer*, *sentir*, *significar*, *ser*, *tornar-se*, e todos esses processos são organizados na gramática. Nessa lógica, portanto, a estrutura léxico-gramatical é capaz de representar experiências por meio da linguagem.

Halliday (1994) mostra que existem três tipos principais de processo pelos quais o usuário de uma língua representa suas experiências, quais sejam: materiais, mentais e relacionais. Há outros três que tocam esses mais centrais: o verbal, o existencial e o comportamental. Neste capítulo, interessam os processos verbal e mental (cognitivo). Pelos processos mentais (lembrar, imaginar, gostar, pensar etc.), os usuários representam a experiência interna (estados de espírito, lembranças etc.). A atividade linguística dos usuários, por sua vez, é representada por processos verbais (dizer, responder, afirmar etc.), que são alocados na teoria entre os relacionais e os mentais.

Preposições e locução prepositiva

A construção aqui analisada, quando instanciada no discurso, no nível do constructo, é conectivo que se aproxima do que é conhecido na tradição gramatical como *locução prepositiva*. Uma locução prepositiva não é um acúmulo de preposições apenas. Bechara (2009) explica que, ao passo que no acúmulo de preposições cada uma mantém o seu sentido primitivo, a locução prepositiva “é um grupo de palavras *com valor e emprego de uma preposição*” (p. 301, grifos nossos). Na visão do gramático, é comum encontrarmos um advérbio ou uma locução adverbial seguida das preposições *de*, *a* ou *com* para formar uma locução prepositiva, ou até mesmo duas preposições unidas (*até a*; *para com*). Em uma observação, contudo, Bechara (2009) comenta que o substantivo, geralmente no singular, às vezes compõe a locução. O dicionário Aulete Digital⁴ oferece, entre as acepções, uma sob a rubrica gramática: “Conjunto de duas ou mais palavras que *portam significado distinto daquele que advém da consideração das palavras isoladamente*” (grifos nossos).

A construção [EM SN_{eloc} DE] é formada pela preposição *em* ligada a um SN, que por sua vez é ligado a outro SN por meio da preposição *de*. Uma preposição, de acordo com Perini (2005, p. 334), “é a palavra que precede um SN, formando um conjunto SAdj[sintagma adjetival] ou um SAdv [sintagma adverbial]”. Como um SN não pode desempenhar o papel de um adjunto circunstancial, para exprimir a noção conformativa, por exemplo, precisa de uma preposição (PERINI, 2005) – tal como o *em* presente na construção. Em outras palavras, as preposições são um transpositor (AZEREDO, 2004). A seguir, mostramos como a construção aparece no *corpus* analisado.

Análise de dados

Nesta seção, mostramos alguns dados a fim de analisar a construção conformativa [EM SN_{eloc} DE]. Iniciamos com um dado-controle, pelo qual mostramos que, para ter função conformativa, a construção precisa estar

4 Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/locu%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 24 set. 2020.

inserida em uma sequência tipológica específica, com um contexto que contribua para essa leitura.

(2) Em *A Imagem do Mundo* (Companhia das Letras), ArkanSimaan e Joëlle Fontaine mostram como essa visão se transformou ao longo dos séculos, refletindo *mudanças*[na organização social] e [**na visão de** mundo] de cada período. A narrativa é enriquecida com detalhes biográficos dos cientistas e explicações sobre os conceitos científicos. [*Superinteressante*, Visão de mundo, ago. 2003, História]

A sequência em que se encontra o dado [2] é predominantemente narrativa e descritiva, com apelo temporal. A sequência “na visão de” do dado não é um *token* da construção conformativa aqui analisada porque não forma um *chunk*. A preposição *em* é ligada ao nome *mudanças*, que exige um complemento introduzido por preposição. A unidade de sentido coesa, nesse caso, é “visão de mundo”, que está em coordenação com outra unidade “organização social”. Ainda, diferentemente do que acontece na construção conformativa, o SN escopado não é experienciador (nem *dizente*)⁵ do processo mental cognitivo *visão*. Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) mostram, a propósito, que o que acontece com o significado de um elemento tem como motivação o contexto em que é usado.

A seguir, analisamos os *tokens* da construção em foco. O núcleo do SN que preenche a nossa construção é *entendimento*.

(3) É isso mesmo: nosso corpo é equipado com uma fábrica natural de analgésico, que despeja pelo corpo substâncias como a serotonina e a endorfina, tão potentes quanto a morfina, que geram bem-estar. **No entendimento da maioria dos médicos**, a dor é resultado do desequilíbrio entre o equipamento de sentir dor e a nossa fábrica de analgésico. Quando o sistema supressor da dor está debilitado, uma canelada parece insuportável. Quando ele está em forma, uma fratura pode passar despercebida. Isso depende de muitas variáveis,

5 Participante léxico-gramatical dos processos mentais e verbais, conforme Halliday (1994).

desde a condição física até o temperamento do paciente.
[*Superinteressante*, Muita dor, out. 2001, Saúde]

O constructo está inserido em uma sequência expositiva, na qual o autor explica a função do impulso doloroso ao chegar ao cérebro. No meio da explicação, o autor do texto faz uma asserção antecedida por uma fonte genérica (maioria dos médicos). O *slot* nominal da construção é preenchido por um substantivo formalmente pesado, com bastante massa fônica. Apesar disso, observando o jogo intersubjetivo do trecho, por meio do qual o autor evidencia que sua assertiva tem uma fonte confiável (médicos), fica claro que o significado do substantivo *entendimento* perde força para integrar o significado global da construção e ajudar a desempenhar a sua função conformativa. Como conhecimentos e crenças precisam estar alinhados, os falantes elaboram a sentença de acordo com o que acham que o ouvinte (ou leitor) necessita (DIESSEL, 2017). Nesse caso, é necessário inserir uma fonte de informação para alcançar a comunicação de forma plena, fazendo o leitor compreender a intenção: explicar e informar com base em fontes confiáveis. Vejamos na sequência os dados [4] e [5].

(4) Quer alugar seu apartamento? Não precisa nem entregar a chave do cadeado para o inquilino: o app vai liberar o acesso automaticamente após o pagamento. Hoje em dia, esse tipo de serviço depende de atravessadores, como o Airbnb, o Uber e as empresas de cartão de crédito, que gerenciam os pagamentos. **Na visão de Christoph**, eles não existiriam. Cada pessoa teria sua própria DAO [sigla em inglês para organização autônoma descentralizada], que se comunicaria com as DAOs das outras para fazer negócio. [Superinteressante, Caófundring, abr. 2017, Comportamento, Tecnologia]

(5) “Se você é assistente, auxiliar ou estagiário, é mais interessante descrever suas atribuições do que falar sobre resultados, porque, pelo seu nível hierárquico, dificilmente o seu trabalho terá gerado números tão expressivos assim para o negócio”, diz ele. **Na opinião de Karpát**, o filtro da relevância exige que você só fale sobre o impacto que trouxe para ex-empregadores se já tiver ocupado um cargo de gerência

ou diretoria. [Na hora de fazer seu currículo, (quase) todo mundo comete este erro, out. 2017, Comportamento]

Os *tokens* [4] e [5] desempenham a mesma função do *token* [3]: introduzir uma ideia ou um ponto de vista de outra pessoa. No trecho [4], o assunto gira em torno da participação de empresas intermediadoras em negócios como locação de imóveis. Para fazer a angulação do discurso, introduzindo um ponto de vista, o autor do texto recruta a ideia de Christoph, alguém que provavelmente conhece bem o assunto.

Assim como em [4], a construção no *token* [5] insere o ponto de vista de Karpat, alguém capaz de opinar sobre a melhor maneira de elaborar um currículo. A diferença entre os dois últimos dados está nos substantivos que preenchem o *slot* da construção (*visão e opinião*). Considerando o processo de metaforização por que passam os substantivos nesse contexto mais expositivo-argumentativo, destacamos que *visão*, representando um processo cognitivo (assim como *entendimento*), é mais metafórico do que *opinião*. Na perspectiva evidencial, em que exemplarmente aparece um processo verbal, com a presença de verbos de elocução, o significado do substantivo *opinião* está mais transparente na construção, tanto que nas linhas anteriores uma fala *ipsis litteris* do Karpat é evocada, inserida em forma de uma citação. A função global dessas construções é equivalente à dos casos em que aparecem conectivos tipicamente conformativos (*conforme, segundo, como, consoante*). Continuando a análise de dados, a seguir apresentamos o *token* [6].

(6) Nem todos os parapsicólogos aceitam a existência da psicinese (conhecida também como telecinese), que, por sinal, é bem menos estudada que outros fenômenos ditos paranormais, como a telepatia e a clarividência. Mesmo entre estudiosos da área, há diferentes interpretações e muitas divergências em torno desses fenômenos. **Na explicação de uma linha da parapsicologia**, os casos de poltergeist, em geral, ocorrem com crianças na puberdade ou adolescentes que atravessam uma fase de crise ou instabilidade emocional. O inconsciente da criança libera energia – chamada de telergia – para influir no objeto. [*Superinteressante*, A mente humana é capaz de mexer objetivos?, fev. 2018, Comportamento]

No *token* [6], o autor do texto informa que há diversas interpretações e divergências em relação aos fenômenos paranormais. Em seguida, exemplifica uma dessas interpretações utilizando a construção “na explicação de” para apontar uma entre as linhas da parapsicologia. O efeito dessa construção no trecho é a angulação do discurso, a inserção de um ponto de vista. *Explicação* é um nome que consideramos elocucional, porque seu sentido básico é *de dizer*. Assim como as demais microconstruções, “na avaliação de”, ao mesmo tempo que ainda resguarda algum traço de seus significados individuais, contribui para a função pragmática de conformidade da construção como um todo. O *dizente* no dado é metonímico, ou seja, não é propriamente uma linha da parapsicologia que explica os fenômenos, mas sim os adeptos dessa abordagem. Esse dado também tem forte fator de intersubjetividade, na medida em que a ideia de conformidade é recrutada não apenas para exemplificar a linha de estudos, mas também para distanciar a mensagem da voz do autor do texto. O verbo *liberar*, no futuro do pretérito, linhas depois, ajuda a construir os valores de incerteza e de distanciamento juntamente com a angulação promovida pela construção.

Considerações (nada) finais

Neste estudo, analisamos a construção [EM SN_{eloc} DE] no intuito de confirmar sua *função conformativa* em contextos expositivos ou argumentativos. Por meio da análise de dados, percebemos que, no que se refere à função pragmática global, a construção [EM SN_{eloc} DE] angula o discurso, estabelece ponto de vista de *dizentes* ou *experienciadores* (HALLIDAY, 1994). Os substantivos que preenchem o SN da construção podem ser semanticamente ligados não apenas a processos de dizer como também a processos mentais (cognitivos). Nas microconstruções em que há substantivos de sentido verbal (p. ex.: opinião, explicação), o processo metafórico é menor do que nas microconstruções em que há substantivos de sentido mental (p. ex.: entendimento, visão).

No início da pesquisa, a hipótese também era que apenas SNs mais elocucionais preencheriam o *slot* nominal. Como vemos, essa hipótese não foi completamente confirmada, porque encontramos SNs mais cognitivos (por exemplo, *visão*) entre os dados. Contudo, assim como nas construções oracionais conformativas (cf. OLIVEIRA, 2018) há verbo cognitivos,

a presença de substantivos cognitivos não prejudica a leitura conformativa nesse contexto, tendo em vista que também podem projetar ideias, discursos etc. (FUZER; CABRAL, 2014). No que se refere à posição, em todos os *tokens* analisados até agora, a construção inicia uma oração, mas só é possível dizer se é uma tendência de colocação com uma análise mais numerosa de dados.

Este trabalho se constituiu em uma análise mais qualitativa. Nos próximos passos, pretendemos empreender uma análise quantitativa, a fim de detectar se há alguma tendência a especialização ou perda de contraste paradigmático (BYBEE, 2020). Em outras palavras, interessa-nos saber se há alguma tendência de um substantivo específico preencher mais frequentemente o SN da construção. Uma análise quantitativa pode demonstrar ainda a produtividade da construção.

Referências

- AZEREDO, J. C. *Iniciação à Sintaxe do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das Conjunções na História do Português*, 1999, 2v. Tese de Doutorado. (Doutorado em Letras) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. *Língua, Uso e Cognição*. Tradução por Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.
- BYBEE, J. *Mudança Linguística*. Tradução por Marcos Bagno. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The Evolution of Grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016.
- DIESSEL, H. Usage-based Linguistics. In: ARONOFF, Mark (Org.). *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. New York: Oxford University

- Press, 2017. Disponível em: http://www.personal.uni-jena.de/~x4diho/Usage_based_linguistics.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X: FAPERJ, 2013. p.13-39.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GOLDBERG, A. *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at Work: the nature of generalization in language*. Oxford: OUP, 2006.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2ª ed. Londres: Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATHIESSEN, C. M. I. M. *An Introduction to Functional Grammar*. 3º ed. Londres: Arnold, 2004.
- OLIVEIRA, M. P. P. de. *Funções Semântico-Pragmáticas das Construções Conformativas Oracionais: uma análise centrada no uso*, 2018, 120 f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Estudos de Linguagem) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.
- PEREIRA, A. R. V. V. *Sobre a Expressão da Conformidade e da Semelhança no Português*, 2014, 147 f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Linguística) Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.
- PERINI, M. A. *Gramática Descritiva do Português*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2005.
- ROSÁRIO, I. C. Preposições – itens destituídos de significado? In: *Anais do III CLUERJ-SG*, Volume Único, Ano 3, n. 2, p. 1-26, 2006.
- SANTOS, C. L. C. *A construcionalização de segundo, conforme e pelo que*, 2018, 154 f. Tese de Doutorado. (Doutorado em Linguística) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- VIEIRA, C. A.; SOUSA, V. V. A arquitetura construcional do *que nem* em Língua Portuguesa: mudanças construcionais e construcionalização. *Soletas*, São Gonçalo, n. 37, p. 246-271, 2019.

- WIEDEMER, M. L. *Variação e Gramaticalização no Uso de Preposições em Contextos de Verbos de Movimento no Português Brasileiro*, 2013. Tese de Doutorado. (Doutorado em Análise Linguística) São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista, 2013.
- WIEDEMER, M. L.; OLIVEIRA, M. R. Novos encaminhamentos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso. *Solettras*, São Gonçalo, n. 37, p. 1-9, 2019.

ANÁLISE PANCRÔNICA DAS CONSTRUÇÕES CORRELATAS DISJUNTIVAS

Jovana Mauricio Acosta de Oliveira¹

Considerações iniciais

Pretendemos, neste trabalho, por meio de uma análise diacrônica, contribuir para que o estudo da correlação, no campo da alternância/disjunção, ganhe maior notoriedade, atraindo mais pesquisas sobre o tema. As construções correlatas disjuntivas merecem ser investigadas, devido à carência de estudos que a abordem de forma mais sistemática e baseada em seus usos efetivos no português do Brasil.

Faz-se importante, desde já, caracterizarmos o termo correlação. Filiando-nos a Rosário (2012, p. 3), definimos correlação como uma “construção sintática, prototipicamente, composta por duas partes interdependentes e relacionadas entre si, encabeçadas por correlatores²”. A partir disso, entendemos por construções correlatas disjuntivas as cláusulas³ (ou segmentos) interdependentes que estabelecem a disjunção a partir de dois correlatores descontínuos, ou seja, que se apresentam em pares. Vejamos um exemplo, no dado a seguir, encontrado no século XIX:

-
- 1 Doutoranda em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal Fluminense, orientada pelo Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
 - 2 O termo *correlatores* foi criado por Rosário (2012), em analogia a coordenadores e subordinadores, para referir-se aos conectores ou articuladores sintáticos responsáveis pela correlação.
 - 3 Pautados em Givón (2001), definimos *cláusulas* como sentenças que codificam proposições, tanto oracionais quanto não oracionais.

(1) A nossa casa era muito freqüentada. Um grande número de parentes de meu Pai e de minha Mãe, e muitos e antigos amigos, tanto deles, como de minha Avó, que estava ausente, nos visitavam diariamente para gozarem da amável sociedade de minhas tias, e, com especialidade, de minha tia Dona Luiza, que tinha muito espírito e graça. A corte residia, [**ora** em Queluz,] [**ora** em Mafra,] e Bemfica era ponto forçado de descanso para os cortesãos , [**ou** na sua ida para o Paço], [**ou** no seu regresso]. Recordo-me de ter visto à mesa em minha casa, em dias de beija-mão , além dos muitos parentes, algumas das celebridades da época e que depois representaram papéis distintos , como o Cardeal Callepi, Monsenhor Macchi, depois Cardeal, e de quem recebemos sempre as mais distintas provas de amizade. (Séc. XIX. Narrativa; Memória de Marquês da Fronteira e d' Alorna, pág. 9)

Percebem-se, no exemplo citado, os correlatores descontínuos *ora...ora* e *ou...ou* estabelecendo a disjunção entre segmentos correlatos. Já nesse primeiro exemplo, percebemos a presença de um forte vínculo entre os elementos ligados, o que decorre da interdependência típica da correlação.

Em estudo recente, Acosta (2017) demonstrou que muito do comportamento das construções correlatas disjuntivas na atualidade tem a ver com a sua palavra de origem. Neste trabalho, pretende-se investigar, portanto, por meio de dados diacrônicos, o contexto e as motivações para o surgimento das construções correlatas disjuntivas, bem como as mudanças observadas nos seus usos ao longo dos séculos XIII ao XXI.

O estudo pretende, a partir disso, proporcionar um maior entendimento da origem e do funcionamento das construções correlatas disjuntivas em uso no português do Brasil na atualidade. Para esta análise, utilizaremos os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso e da abordagem construcional da gramática. A definição de construção aqui adotada é pautada em Traugott e Trousdale (2013), que a definem como um pareamento de forma e significado.

Acosta (2017), a partir de aportes teóricos distintos constatou que o correlator *ou...ou* originou-se da conjunção latina *aut...aut*, que apresentava um valor semântico de exclusão. O correlator *ou...ou* preserva, ainda hoje, a leitura semântica de exclusão. Além disso, o estudo demonstrou

que o correlator *ora...ora*, de acordo com Barreto (1999), originou-se do substantivo *hora*, que apresenta um conteúdo temporal. Assim, o correlator *ora...ora* preserva traços semânticos do substantivo *hora*, já que o conteúdo temporal é facilmente percebido nessa situação.

Acosta (2017) constatou, ainda, que alguns correlatores disjuntivos já convencionalizados pelo uso e contemplados pelas gramáticas foram impactados por processos de mudança que deram origem a novos correlatores, por meio do processo de analogização. Pretendemos, portanto, por meio da análise pancrônica, embasar essas asserções, bem como traçar a rota de construcionalização da correlação disjuntiva, nos moldes de Traugott e Trousdale (2013), tanto no plano oracional quanto não oracional.

A construção correlata disjuntiva

O estudo e a classificação da correlação disjuntiva não são pacíficos entre os autores que abordaram o tema. Como veremos a seguir, há enorme divergência em relação à classificação das disjuntivas. Alguns autores como Castilho (2002), Módolo (2011) e Melo (1978), por exemplo, as classificam dentro do quadro das correlatas, ao passo que outros, como Câmara Jr. (1981), preferem abordá-las como coordenadas.

A seguir, veremos como algumas gramáticas apresentam os elementos conjuncionais responsáveis pela noção de disjunção propriamente dita:

Quadro 1 - Correlatores disjuntivos nas gramáticas

Bechara (1999, p. 321)	<i>ou... ou, quer... quer. seja ...seja, ora... ora</i>
Rocha Lima (1999, p. 185)	<i>ou... ou, ora, seja ...seja, quer ...quer, já... já.</i>
Cunha e Cintra (2001, p. 580)	<i>ora... ora, quer... quer, etc.</i>
Carvalho (2011, p. 365)	<i>ou... ou...já... já, quer... quer, ora... ora, seja... seja.</i>
Neves (2011, p. 593)	A conjunção coordenativa com <i>ou</i> marca disjunção ou alternância entre o elemento coordenado no qual ocorre e o elemento anterior.

Autoria própria

No quadro, podemos observar que a apresentação dos correlatores pelas gramáticas é bem sucinta e não contempla muitos usos atuais no português do Brasil. O estudo desenvolvido por Acosta (2017), baseado

em dados do século XXI, apresenta outros *types*⁴, como *nem...nem, seja...ou, quer...ou e nem...ou*.

A pesquisa de Acosta (2017) também indica um quadro bem mais completo e atualizado para a correlação disjuntiva. Como observado, as gramáticas não apresentam, por exemplo, os *types* não espelhados (formados por correlatores diferentes – *seja...ou, quer...ou, nem...ou*), provavelmente por não serem canônicos.

Segundo Acosta (2017), dentre os correlatores não espelhados, *seja...ou* apresenta grande produtividade no português atual. No entanto, é ignorado pela maioria dos autores, mostrando o distanciamento que existe entre as gramáticas e a língua em uso.

É importante frisarmos que Bechara (1999) apresenta uma proposta diferente da dos demais estudiosos aqui apresentados. O autor não considera os correlatores *seja...seja, quer...quer e ora...ora* como conectores. Observemos:

A numeração distributiva que matiza a ideia de alternância leva a que se empreguem neste significado advérbios como *já, bem, ora* (repetidos ou não) ou formas verbais imobilizadas como *quer...quer, seja...seja*. Tais unidades não são conectores e, por isso, as orações enlaçadas se devem considerar justapostas. (BECHARA, 1999, p. 321)

Constatamos que Bechara (1999) não considera as conjunções citadas anteriormente como conectores, desprezando, assim, o processo de gramaticalização sofrido por esses elementos gramaticais.

A proposta de correlação disjuntiva apresentada por Raposo *et al.* (2013, p. 1777) prevê que os elementos que a formam são tomados como um só e devem ser considerados como uma única “conjunção de natureza complexa”. A partir disso, os autores consideram dois tipos de conectores correlativos:

- a) aquele em que cada parte do conector é formada por uma conjunção simples e o todo formado pelo seu redobro, como *quer...quer, ou...ou, ora...ora, nem...nem*;

4 *Types* são os tipos de correlatores encontrados.

- b) o caso em que o conector é formado por um ou mais elementos de natureza adverbial, como *não só... mas também, não só... como (também)*.

Notamos que os autores também não mencionam o uso do correlator *seja... ou*. O correlator *seja... seja*, por sua vez, embora não seja mencionado no corpo do texto, é citado pelos autores em nota de pé de página. Afirmam os autores: “A forma verbal *seja* também pode ser usada como conjunção correlativa, como em *seja* o Antônio, *seja* o Manuel” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 1777).

À maneira de gramáticos brasileiros normativistas, é importante ressaltarmos que a gramática portuguesa de Raposo *et al.* (2013) prestigia o padrão culto da língua. Isso explica a ausência de alguns correlatores encontrados na língua em uso, enfocados por Acosta (2017).

A revisão bibliográfica demonstrou grande disparidade entre os autores na apresentação da correlação disjuntiva. Embora os citados apresentem abordagens diferentes, é preciso que haja uma apresentação mais unificada desse ponto.

A pesquisa demonstra também a necessidade de mais estudos que contemplem a língua em uso. Pretendemos, portanto, contribuir para as investigações nesse campo de análise.

Procedimentos metodológicos

Corpora

Os *corpora* utilizados para análise das construções correlatas disjuntivas foram compostos de textos do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIMP)⁵ e *Tycho Brabe*⁶, para os dados diacrônicos (séc. XIII ao XIX), além do acervo digital da revista *Veja on-line* para os dados sincrônicos (séc. XX e XXI).

O *corpus* do CIMP contém textos de vários gêneros textuais, como cartas, narrativas, novelas, documentos e atas referentes ao português

5 Disponível em URL: <http://cipm.fcsh.unl.pt>

6 Disponível em URL: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus>

medieval. Foram analisados os textos dos gêneros cartas, narrativas e documentos, em um total de 100.000 palavras em cada século. Os dados foram analisados levando-se em conta o método misto de análise, ou seja, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Fatores de análise

Foram escolhidos os seguintes fatores de análise para a investigação pancrônica das construções correlatas disjuntivas: a) Domínios do conteúdo e epistêmico; b) Simetria ou assimetria das construções; c) Leitura semântica de exclusão ou inclusão e d) Sequências tipológicas.

Resultados

A análise revelou 423 *tokens* da construção correlata disjuntiva, dos séculos XIII ao XXI. Foram coletadas 100.000 palavras por cada século. Vejamos, a seguir, os *tokens* encontrados:

Tabela 1- Usos da construção correlata disjuntiva do séc. XIII ao XXI

TYPES	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI	Total
<i>Ou...ou</i>	10	18	19	16	21	22	19	23	34	182
<i>Nem...nem</i>	9	11	4	11	11	16	10	11	9	92
<i>Ora...ora</i>	-	-	6	9	-	-	11	14	18	58
<i>Quer...quer</i>	19	5	-	-	4	-	2	-	2	32
<i>Seja...seja</i>	-	-	-	-	-	-	4	12	14	30
<i>Seja...ou</i>	-	-	-	-	-	-	-	8	12	20
<i>Quer...ou</i>	-	-	-	-	-	-	-	3	4	7
<i>Nem...ou</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
TOTAL	38	34	29	36	36	38	46	71	95	423

Fonte: Autoria própria

A tabela anterior apresenta um retrato dos usos das construções correlatas disjuntivas dos séculos XIII ao XXI, organizados por ordem decrescente de frequência *token*.

Podemos observar que, no século XIII, a construção correlata disjuntiva mais utilizada é a encabeçada pelo correlator *quer... quer* (19 dados), em seguida o prototípico *ou...ou* (10 dados) e, por fim, pelo *nem... nem*

(9 dados). O fato de o correlator *quer... quer* ter aparecido como o mais frequente no século XIII configurou, inclusive, uma constatação na contra expectativa da análise, já que esperávamos o seu aparecimento em séculos mais avançados. A expectativa era de que os correlatores de base verbal (assim também como *seja... seja*) houvessem se formado em uma sincronia mais recente. Vejamos um dos dados encontrados nesse século:

(2) costume e' que dos Juyzes aruidros & dos Almotaçees deue~ pegnorar por eles & p(er) seu ma~dado o porteyro do co~celho & os Almotaçees peq(ue)nos polos Almotaçees gra~des & pegnhorare~ por #v s(o)l(dos). cada dia ata q(ue) sse co~p(ra) o juyzo q(ue) dere~ & no~ julgare~ may de coomha ca #v s(o)l(dos) & dos Almotaçees pode apelar p(er) a os Aluazijs & seguir a apelaço~ ata tres di'as & des alj adea~te no~ lhj ualer. costume e' q(ue) de diuida q(ue) deua~ a caualeyro **q(ue)r caualeyro q(ue)r o peo~ o caualeyro o** pode chamar & costranger pelo porteyro dos Aluazijs ou polo Mayordomo se q(u)iser. costume e sse o porteyro dos Aluazijs uender algu~a cousa p(er) ma~dado da justiça deue seer pagado por seu affan p(er) mandado da justiça. costume e' q(ue) sse pedem ao Almuxariffe ome~ do Regae~go a deryto q(ue) no~ de ne~migalha ao seu andador ne~ a se(us) porteyros polo chamame~to. (Dos costumes de Santarén (pág.5)

No dado acima, observamos o correlator *quer... quer* estabelecendo a correlação disjuntiva em texto do século XIII. Já nesse século, a interdependência típica da correlação está presente, e podemos perceber a ligação entre a prótase (*quer cavalheiro*) e a apódose (*quer peão*), típicas da correlação.

A análise nos revelou também que as construções com *ora... ora* têm seu primeiro uso datado somente no século XV. Já as construções com *seja... seja* são datadas apenas no século XIX. Vejamos alguns *tokens* das construções encontradas ao longo dos séculos:

(3) Acompanhou-a minha enfermeira. Fez com admirável facilidade esta excursão de ar livre. Voltou para casa dizendo-me que o exercício lhe fizera bem e que é de andar

que ela precisa. Esta carta reconheço que não é alegre. Mas é sobretudo com inteira sinceridade que eu julgo dever redigir estes papéis. A solidão da minha alma nestes dias intermináveis de insônia é frequentada por revoadas sucessivas de borboletas **ora azuis, ora negras**. Não te preocupes muito com estes transitórios estados de espírito. (Ramalho Ortigão, séc. XIX)

O *token* encontrado de *ora...ora* no século XIX, como notamos, apresenta a interdependência típica das construções correlatas disjuntivas, além de apresentar uma leitura semântica de exclusão. As construções com *ora...ora*, como veremos com mais detalhes adiante, trazem como particularidade para a correlação disjuntiva o conteúdo da disjunção temporal. O conteúdo temporal, por sua vez, é fruto – como já citamos – de sua palavra de origem, o substantivo *hora*. Vejamos um dos dados encontrados de *seja... seja*:

(4) É fato que vêm lá meia dúzia de talheres | de prata, e quatro porcelanas, que não são essenciais para a minha existência; mas vem | lá também nesses caixotes, querido Joaquim Pedro, todo o meu enxoval de inverno, desde | flanelas até paletós! E aqui o frio começa a picar! Se eles tardam, eu terei fazer um | enxoval inteiro de inverno, como um chefe negro que chegasse de Machona! Apieda-te pois | desta situação- e procura arrancar a essa repartição, ou a esse ministro, [**seja** o ministro | passado][**seja** o ministro futuro,] o despacho bendito, que me traga os meus agasalhos! Enquanto à coisa pública que te direi? (A correspondência de Fradique Mendes. P. 32,séc. XIX)

O dado citado anteriormente apresenta o correlator *seja... seja* estabelecendo a disjunção inclusiva entre as cláusulas. Todos os constructos com *seja... seja* apresentam a leitura semântica de inclusão, isto é, há uma indiferença com relação à eleição. Atesta-se que, em “seja o ministro passado seja o ministro futuro”, o ministro pode ser tanto um quanto o outro, visto que a situação não exige uma escolha específica. Sendo assim, a leitura semântica é necessariamente inclusiva, e não exclusiva.

Observamos, ainda, novos *types* da correlação disjuntiva, inaugurando seus usos no século XXI: as construções com correlatores não espelhados, como *seja... ou, quer... ou e nem...ou*, construções que não aparecem em outros séculos. A análise empreendida mostra que são *types* recentes da construção correlata disjuntiva. Vejamos um dos *types* não espelhados encontrados.

(5) Além disso, o aumento na capacidade portuária depende de avanços no acesso aos terminais, [**seja** por rodovias,] [**ou** ferrovias.] (*Revista Veja on-line*, ed. 22/05/2013, pág. 120)

No *token* acima, a correlação disjuntiva é estabelecida a partir dos correlatores não espelhados *seja... ou*. Verificamos que a disjunção é inclusiva e apresenta um forte teor argumentativo. Como vimos na seção anterior, o *type seja... ou* tem seu primeiro aparecimento datado no século XX e, somente em fase posterior, no século XXI, os *types quer... ou e nem... ou* são recrutados.

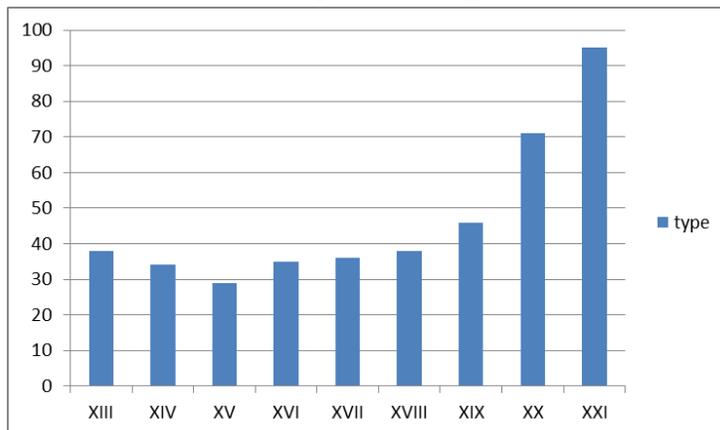
A análise revelou também que há um aumento, ao longo dos séculos, na frequência *token* e na frequência *type* das construções disjuntivas. Ou seja, há um aumento nos *types*, nos tipos de correlatores utilizados pelos usuários da língua para estabelecer a disjunção correlata, e há também um aumento na frequência dos usos.

Considerações finais

A análise dos dados nos permitiu tecer algumas conclusões acerca do comportamento das construções correlatas disjuntivas. A primeira constatação que pudemos obter a partir da análise dos dados é que as construções correlatas disjuntivas vêm tornando-se mais produtivas ao longo dos séculos. A produtividade é observada não só no nível do construto, mas também no nível do esquema.

Vejamos:

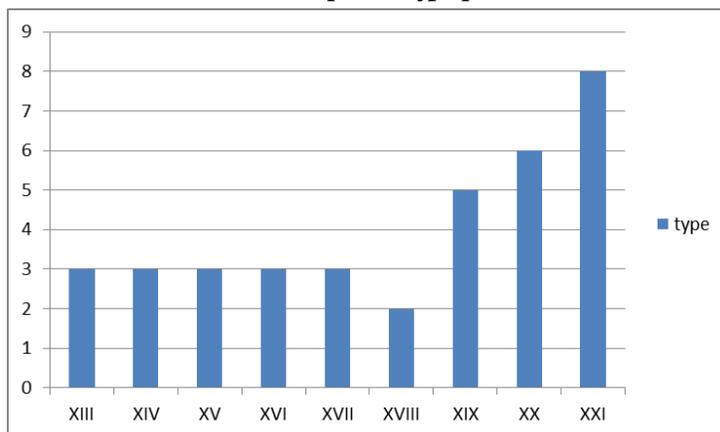
Gráfico 1 - frequência *token* por século



Fonte: Autoria própria

A partir do Gráfico 1, podemos observar a linha crescente dos usos das construções correlatas disjuntivas ao longo dos séculos. Enquanto o século XIII apresenta apenas 38 *tokens*, em uso, da construção correlata disjuntiva, o século XXI traz o aparecimento de 95 *tokens*. Além da frequência de ocorrência, observamos também a frequência *type*:

Gráfico 2 - Frequência *type* por século



Fonte: Autoria própria

O Gráfico 2 demonstra que tínhamos, no século XIII, apenas três *types* da construção correlata disjuntiva em uso na língua. Já o século XXI

apresenta oito *types* das construções correlatas, ou seja, há um crescimento no número de formas de estabelecer a correlação disjuntiva.

O aumento da frequência *type*, como já falamos, indica que houve extensibilidade no esquema das construções correlatas disjuntivas. Pode-se concluir a partir disso que ocorre, nos moldes de Himmelmann (2004), uma expansão *host class*. Nesse tipo de expansão, também conhecida como expansão da classe hospedeira, ocorre uma ampliação no paradigma da categoria com a criação dos novos *types*.

Traugott e Trousdale (2013) afirmam que o aumento na produtividade e na esquematicidade das construções é um fator relevante para a mudança linguística. Os autores ressaltam que, devido à construcionalização, há uma rotinização, ou seja, as construções vão sendo cada vez mais convencionalizadas no uso e, com isso, a composicionalidade é reduzida.

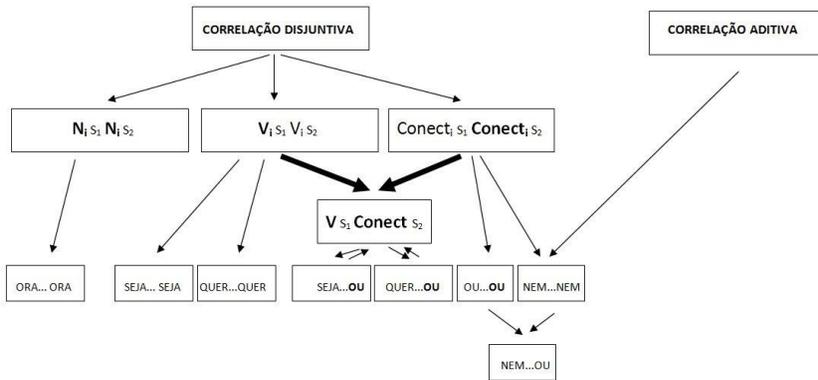
Outra observação importante é o aumento dos usos epistêmicos das construções disjuntivas. Constatamos que os usos epistêmicos foram inaugurados no século XVI e, desde então, crescem consideravelmente. Esse fato indica uma abstração dos usos das construções e um aumento da subjetividade. Na subjetividade, ocorre neanálise do sentido primitivo da construção.

Traugott e Dasher (2005) ressaltam que a subjetivização é consequência de inferência sugerida, ou seja, de um tipo de sentido derivado a partir de extensões semânticas oriundas do contexto pragmático-discursivo. Notamos que as construções correlatas disjuntivas, em determinado contexto, tornaram-se pragmaticamente subjetivas, pois passaram a ser vistas na perspectiva do falante.

De acordo com Himmelmann (2004), a mudança de contexto semântico-pragmático é uma das mudanças mais importantes e relevantes para a construcionalização, pois envolve desbotamento de sentido e ressemantização. Por meio do desbotamento, nos moldes de Himmelmann, as construções perdem traços dos seus sentidos originários e, a partir da ressemantização, ganham traços de significados novos.

O presente estudo nos permitiu observar algumas mudanças ocorridas, ao longo dos séculos, no quadro das construções correlatas disjuntivas. Percebemos que as mudanças alteraram tanto a sua produtividade quanto a sua esquematicidade. Vejamos a seguir a rede construcional das correlatas disjuntivas:

Figura 1 - Rede hierárquica da correlação disjuntiva



Fonte: Autoria própria

O presente trabalho nos permitiu um retrato dos usos atuais das construções correlatas disjuntivas. Pode-se observar que há muitas formas de estabelecer a correlação disjuntiva em uso no português do Brasil, além das listadas pelos principais compêndios gramaticais.

O estudo nos permitiu observar também que, embora as construções correlatas disjuntivas sejam um recurso antigo da língua, vêm sofrendo grandes alterações no uso ao longo dos séculos, o que justifica uma pesquisa mais apurada desses novos usos das construções correlatas disjuntivas.

Referências

- ACOSTA, J. M. *Análise Funcional das Construções correlatas alternativas*. 190 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Estudos de Linguagem) UFF, Instituto de Letras, Niterói, 2017.
- BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 2v. Tese de Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Problemas de Linguística Descritiva*. São Paulo: Vozes, 1981.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2002.

- HIMMELMANN, N. Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? *In*: BISANG, W.; HIMMELMANN, N. P.; WIEMER, B. (Eds.). *What makes Grammaticalization – A Look from its Components and its Fringes*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2004.
- LANGACKER, R. Subjectification. *Cognitive Linguistics*, 1-1, p. 5-38, 1990.
- MÓDOLO, Marcelo. Tentativa de fixar uma tipologia sintática para as sentenças correlatas. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 40 (1): p. 459-469, jan-abr. 2011.
- MELO, Gladstone Chaves de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- PEZATTI, E. G.; LONGUIN-THOMAZI, S. R. As construções coordenadas. *In*: ILARI, R.; MOURA NEVES, M. H. (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. vol. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- RAPOSO, E. B. P. (Org.). *Gramática do Português*. vol. I e II. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.
- ROSÁRIO, I. C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. 250 f. 2012. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). UFF, Instituto de Letras, Niterói, 2012.
- TRAUGOTT, E. C. & DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

A EXPRESSÃO DO CONTRASTE PELA CORRELAÇÃO DE INDEFINIDOS SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO

Letícia Martins Monteiro de Barros¹

Introdução

As gramáticas normativas, como o próprio nome sugere, visam a estabelecer uma série de regras a serem seguidas para que se realize um uso linguístico adequado à norma padrão. No Brasil, tais obras se baseiam geralmente em uma lista de vocábulos indicados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), estabelecidos para promover a simplificação e a uniformização dos conteúdos gramaticais da língua portuguesa. Embora esse objetivo seja de maneira geral alcançado, muitas instâncias do uso linguístico – especialmente as menos canônicas ou as mais complexas – não são abarcadas dentro das classificações propostas, enquanto outras são enquadradas dentro de categorias muito gerais, que não levam em consideração boa parte de seus aspectos formais e funcionais.

Sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), esta pesquisa, essencialmente qualitativa, dedica-se a analisar as relações de contraste expressas a partir de um tipo de construção que, por ser complexo tanto estrutural quanto funcionalmente, não recebe um tratamento compatível com a sua heterogeneidade. Trata-se da construção correlata formada pelo emparelhamento de indefinidos – *um(a)(s)*, *uns*,

1 Doutoranda, bolsista FAPERJ, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFF), orientada pelo Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário.

alguns, algumas e muito(a)(s), na prótase, e *outro(a)(s)*, na apódose –, que apresenta características de correlação, no seu nível estrutural, e exprime, semântica e funcionalmente, contraste entre as duas partes interconectadas. Para ilustrar a construção em questão, pode-se citar o exemplo abaixo:

(1) *Ontem me reuni com eles, Deputada Renata, e me apresentei, como membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj, para ouvir moradores e trabalhadores. [Muitos eu conheço, outros não conhecia].*²

Como é possível observar no dado (1), os elementos indefinidos *muitos* e *outros* são utilizados para construir uma relação de interdependência entre as duas partes do enunciado em destaque. Por não apresentarem conectivos padrões, sentenças desse tipo podem ser tratadas como assindéticas ou justapostas em algumas gramáticas. Por outro lado, não se pode negar que os indefinidos, apesar de não serem listados como conjunções canônicas, conectam as duas orações e contribuem para construir o sentido do todo sentencial. Funcionam, portanto, como conectores que orientam a forma como as orações estruturadas por eles são interpretadas em relação ao contexto em que se inserem e as inferências que são obtidas a partir deles. Mais especificamente, esses conectores, por auxiliarem o estabelecimento de uma relação de interdependência entre as partes por eles interligadas, podem ser também chamados de correlatores (ROSÁRIO, 2018). Vale ressaltar que, neste trabalho, as construções desse tipo serão consideradas como correlatas, e a correlação será entendida como um fenômeno à parte dos tradicionais processos de coordenação e subordinação.

Em termos semântico-funcionais, pode-se observar em (1) que o emparelhamento desses indefinidos, especialmente pela presença de *outros*, favorece o contraste entre as partes interligadas. Isso ocorre possivelmente devido à própria acepção e à função desse termo, já que *outro* remete àquilo que é “*distinto, diferente; um segundo, mais um*” (LAROUSSE; CARVALHO, 2009). Assim, cada parte da sentença diz respeito a uma porção distinta (“*muitos eu conheço, outros não conhecia*”), ou seja, elas não correspondem a uma mesma coisa: do grupo de moradores e trabalhadores ouvidos pelo falante, havia quem o interlocutor conhecesse e quem fosse

2 Fonte: Alerj (fev. – out. 2020) - <http://www3.alerj.rj.gov.br>.

desconhecido para ele. Essas partes, ainda que diversas, podem ser comparadas por estarem sendo agrupadas em uma mesma categoria (grupo de moradores e trabalhadores). O cotejo neste caso é reforçado ainda pela polaridade positivo x negativo (conhecidos x não conhecidos).

Neste trabalho, a análise do contraste será realizada com base no estudo de Neves (2011) sobre a função semântica contrastiva do conector *mas*. Pretende-se verificar se valores semelhantes podem ser expressos a partir do emparelhamento de indefinidos, que é a construção focalizada nesta pesquisa.

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira se propõe a explicar a abordagem teórica utilizada para embasar esta pesquisa, a LFCU, e alguns conceitos importantes para o estudo do objeto em questão. A segunda trata da correlação como um processo separado dos tradicionais fenômenos de subordinação e coordenação, que proporciona um entendimento mais adequado para a configuração da construção selecionada para análise. Por fim, a terceira seção traz o estudo dos diferentes tipos de contraste que podem ser expressos a partir da correlação de indefinidos.

Gramática de Construções e a Linguística Funcional Centrada no Uso

Pela perspectiva teórica adotada neste trabalho, a LFCU, a língua deve ser observada não só com base na sua estrutura, mas também em relação às diversas funções que ela pode exercer em diferentes situações comunicativas. É por isso que as análises dentro dessa abordagem são realizadas a partir de dados reais de fala ou de escrita, isto é, da língua em seu uso efetivo.

Com influência também de fundamentos da Linguística Cognitiva, a LFCU entende que a estrutura da língua emerge do uso, o qual possibilita novas criações – frequentemente com base em analogias –, repetições e consolidações de novos padrões, que, por sua vez, podem servir de modelo para outros usos e outras funções (BYBEE, 2016). A gramática, portanto, é vista como uma representação cognitiva que vai sendo elaborada e constituída com base nas interações e nas experiências dos falantes em sociedade, e é por essa razão que a língua é entendida como uma entidade dinâmica, passível de alterações.

Nessa perspectiva, preocupada não só com a estrutura, mas também com o uso real da língua, encaixam-se os pressupostos da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; TRAUOGOTT; TROUSDALE, 2013). Dentre eles, está a ideia de que a língua pode ser considerada como uma rede de construções interconectadas e organizadas cognitivamente de forma hierárquica. Cada construção, por sua vez, é vista como um pareamento indissociável de forma e função, ou seja, estrutura e significado. Segundo Cunha (2017), “a união da Linguística Funcional à Gramática de Construções implica reconhecer o papel da cognição na emergência e na convencionalização das entidades linguísticas” (CUNHA, 2017, p. 106).

Ainda no campo da cognição, um processo muito importante para a organização do pensamento e também do uso linguístico é o de categorização. Segundo George Lakoff (1987), trata-se de um processo básico que orienta a percepção, a ação e o discurso (LAKOFF, 1987, p. 5), já que o ser humano apreende o mundo ao seu redor e faz inferências sobre ele com base em categorias. Estas são entidades cognitivas, formadas a partir da experiência do indivíduo em seu meio sociocultural, com base nas diversas interações comunicativas realizadas cotidianamente (BYBEE, 2016).

A formação de categorias, segundo a Teoria dos Protótipos (ROSCH, 1978; TAYLOR, 1995), acontece como uma espécie de *continuum*, isto é, uma escala de gradiência, que se inicia a partir do elemento mais central e vai ao mais periférico. Nessa perspectiva, as categorias não apresentam limites rígidos e bem definidos e podem, muitas vezes, sobrepor-se umas às outras.

Essa noção ajuda a entender a existência de construções mais marginais, como a que é analisada nesta pesquisa, cuja estruturação é feita de forma correlacionada sem, contudo, apresentar os conectivos padrões encontrados normalmente nesse tipo de arranjo. No que tange ao aspecto funcional, por sua vez, apesar de o foco desta pesquisa ser o contraste, essa construção pode apresentar também características da comparação, da disjunção e da aposição, por exemplo.

A correlação e os correlatores

Muitas gramáticas, especialmente as normativas, reconhecem apenas dois processos de organização sentencial – a coordenação e a

subordinação –, sem mesmo concordar em um critério comum para defini-los. Baseiam-se no aspecto da (in)dependência, sem que haja um consenso sobre a sua natureza: se sintática, semântica ou ambas.

Em contrapartida, autores como Oiticica (1952), Módolo (1999, 2008) e Rosário (2018) defendem a existência de outros processos, como a correlação, por exemplo, que seriam mais apropriados para explicar a organização de algumas construções da língua.

A correlação é o tipo de organização, a nível sintagmático, sentencial ou até mesmo discursivo, em que se estabelece uma relação de interdependência (OITICICA, 1952) entre ao menos duas partes. Essa relação acontece quando há um emparelhamento de elementos conectores, uma vez que a presença de um deles na prótase exige necessariamente a presença do outro na apódose, a fim de garantir essa ligação, formal e funcional, entre as partes. Assim, diferentemente da coordenação e da subordinação no que tange ao aspecto estrutural, os conectivos são descontínuos, paralelos, e encabeçam duas partes diferentes de um enunciado, garantindo uma relação de interdependência entre elas. Esses conectores que se inter-relacionam são chamados por Rosário (2018) de *correlatores*, em analogia aos termos *coordenadores* e *subordinadores*, já usados para se referirem aos elementos conectivos presentes respectivamente na coordenação e subordinação, como o nome sugere.

A análise do contraste

Neves (2011), ao estudar as propriedades formais e funcionais da coordenação com o *mas*, explica que essa conjunção “marca uma relação de desigualdade entre os segmentos coordenados”, evidenciando exterioridade entre eles, “e, a partir daí, coloca o segundo elemento como de algum modo diferente do primeiro, especificando-se essa desigualdade conforme as condições contextuais” (NEVES, 2011, p. 755-756).

No caso da construção intercalada por indefinidos, as configurações formais são diferentes, já que a entendemos como uma correlata, isto é, que constrói uma relação de interdependência entre os segmentos ligados entre si pelos correlatores. Ainda que não se trate de coordenação, como é o caso do *mas*, pode-se observar nela uma certa relação de desigualdade entre os elementos correlacionados, bastante evidenciada já

pela disposição de um indefinido na prótase e a presença obrigatória de *outros* na apódose. Esse último indefinido, já em sua semântica e funcionalidade, remete, conforme já mencionado, ao que é distinto, diferente, contribuindo, assim, para o estabelecimento da noção de desigualdade entre as partes correlacionadas.

A partir dessa noção comum a ambas as construções – tanto à coordenada quanto à correlata de indefinidos –, pretende-se verificar quais outros pontos semelhantes podem ser identificados entre elas ao comparar o campo semântico-funcional de suas utilizações. Vale ressaltar de antemão que, por se tratar de construções diferentes, nem todas as proposições do estudo de Neves (2011) serão utilizadas para a análise do contraste na construção correlacionada por indefinidos. É provável que não apresentem exatamente as mesmas funções no uso, e, portanto, serão utilizadas apenas as noções consideradas semelhantes, podendo, ainda, serem feitas algumas modificações e adições, a fim de que se abarque a variedade funcional da construção estudada nesta pesquisa.

Ao explorar o valor semântico do *mas*, Neves (2011, p. 757) afirma que esse elemento conjuntivo pode indicar as ideias de **contraposição** ou **eliminação**. No caso da primeira, ao contrário da segunda, o segmento iniciado pela conjunção não elimina o anterior ao qual ele se coordena, simplesmente o contrapõe.

Segundo a autora, no campo da contraposição, os enunciados podem apresentar três caminhos na construção da argumentação: direção oposta, mesma direção ou direção independente.

A *contraposição em direção oposta* pode: a) marcar o contraste, b) marcar compensação, c) restringir um enunciado por acréscimo de informações ou, ainda, d) negar inferência (NEVES, 2011, p. 757-763). No entanto, entre essas, apenas a marcação de contraste se assemelha ao uso observado da construção foco desta pesquisa e, por isso, apenas ela será aprofundada a seguir.

A marcação de contraste pode ocorrer entre **positivo e negativo** quando se observa geralmente o uso do elemento *não* para construir a contraposição entre os elementos relacionados, como, por exemplo: “*Será que pé gasta? Diz que de quem trabalha em salina gasta. MAS eu não; agora sou jornalista.*” (NEVES, 2011, p. 757), no qual se tem a seguinte disposição:

Quadro 1. Contraste entre positivo e negativo

POSITIVO	NEGATIVO
{ (pé) de quem trabalha em salina gasta }	{ MAS eu não (gasto) }

Adaptado de Neves, 2011, p. 758.

Na correlação de indefinidos, por sua vez, assemelham-se a esse usos como os dados (1) e (2)³, em que o uso do *não* auxilia no contraste entre os elementos relacionados:

(1) *Ontem me reuni com eles, Deputada Renata, e me apresentei, como membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj, para ouvir moradores e trabalhadores. [Muitos eu conheço, outros não conhecia].*

Quadro 1a.

POSITIVO	NEGATIVO
{ MUITOS eu conheço }	{ OUTROS não conhecia }

Autoria própria.

(2) *O ajuste se dá, logicamente, como lei que aprovamos aqui, mas temos acompanhado todos os relatórios de acompanhamento do regime. O regime tem críticas; [algumas procedem, outras não].*

Quadro 1b.

POSITIVO	NEGATIVO
{ ALGUMAS (críticas) procedem }	{ OUTRAS (críticas) não (procedem) }

Autoria própria.

Assim como no exemplo de Neves (2011, p. 757), os dados (1) e (2) são instâncias em que há contraste de contraposição de direção oposta, marcado pela polaridade *positivo* x *negativo*. Em (1), do grupo de trabalhadores, havia uma parte conhecida e outra que o autor do enunciado desconhecia; nesse sentido, o emparelhamento dos indefinidos auxilia a

3 Fonte: Alerj (fev. – out. 2020) - <http://www3.alerj.rj.gov.br>.

estabelecer uma conexão entre essas duas partes distintas. Semelhante ao primeiro caso, o dado (2) também está dividido em duas porções relacionadas entre si e conectadas pelos correlatores indefinidos. Dessa vez, a polaridade se encontra na procedência das críticas, já que, como o autor indica, existem aquelas que procedem e outras que não.

Outro tipo de marcação de contraste pode ser verificado no enunciado: “*Vou bem. MAS você vai mal.*” (NEVES, 2011, p. 758).

Quadro 2. Contraste entre expressões de significação oposta

{ eu bem } ✕ { **MAS** você mal }

Adaptado de Neves, 2011, p. 758.

No exemplo acima, não há mais a polaridade entre positivo e negativo; no entanto, a sentença ainda exprime contraste, dessa vez marcado pela presença das **expressões de significação oposta** *bem* e *mal*. Assemelham-se a esse tipo, os dados (3) e (4)⁴, em que também se constata oposição lexicais:

(3) *Eu me posicionei contrária a esta votação, porque aqui dentro nós temos que denunciar esse grande teatro que ocorreu hoje. [**Alguns** partidos se colocaram também contrários, **outros** Deputados se abstiveram], e eu respeito a posição de cada um.*

Quadro2a.

{ **ALGUNS** partidos se colocaram } ✕ { **OUTROS** (partidos) se abstiveram }

Autoria própria.

(4) *Todos os dias, praticamente, pessoas se tornam desaparecidas. [**Algumas** reaparecem, **outras** simplesmente somem], sua história desaparecendo, virando mais um número entre as pessoas desaparecidas.*

4 Fonte: Alerj (fev. – out. 2020) - <http://www3.alerj.rj.gov.br>.

Quadro 2b.

{ *ALGUMAS* (pessoas) reaparecem } ✕ { *OUTRAS* (pessoas) simplesmente somem }

Autoria própria.

Em (3), o contraste é marcado pela oposição das expressões *se colocar*, no sentido de julgar, votar, demonstrar a opinião, e *se abster*, que representa o contrário. No dado apresentado, são contrastadas as diferentes formas de postura dos partidos e de seus representantes (na situação em questão, os deputados): houve aqueles que se posicionaram contrários e aqueles que se abstiveram de se pronunciar. No dado (4), por sua vez, os itens lexicais opostos são *reaparecer* e *sumir*. O enunciador, ao falar sobre a situação das pessoas desaparecidas, contrasta aquelas que eventualmente são encontradas e aquelas que “simplesmente somem”.

O terceiro tipo de marcação de contraste de contraposição em direção oposta, segundo Neves, é aquele que acontece **entre diferentes**. Nesse caso, não há oposição entre positivo e negativo nem entre expressões de significação oposta. O contraste é feito entre elementos que, por si sós, não apresentam nenhuma relação opositiva, porém, dentro de um contexto, auxiliados por conectores, encontram-se em contraste por serem diferentes. É o caso, por exemplo, de: “*O baiano sorria sem arrogância, mas sem o menor temor.*” (NEVES, 2011, p. 759). As palavras *arrogância* e *temor*, isoladamente, não representam noções contrárias. Em sua totalidade, contudo, o enunciador consegue estabelecer uma relação de contraste entre as ideias apresentadas, que é guiada pelo uso do conectivo *mas*.

Quadro 3. Contraste, simplesmente, entre diferentes

{ sem arrogância } ✕ { *MAS* sem o menor temor }

Adaptado de Neves, 2011, p. 759.

Em relação à correlação de indefinidos, esse contraste entre diferentes pode ser observado no dado (5)⁵, em que os termos correlacionados pelos indefinidos são diversos um do outro e não apresentam necessariamente uma oposição semântica:

5 Fonte: Alerj (fev. – out. 2020) - <http://www3.alerj.rj.gov.br>.

- (5) – *Uma emenda aglutinativa da 1 e 5, Sr. Presidente. Essa é a proposta.*
 – *Ok. [Uma fala de taxa, a outra fala de dívida]. É isso mesmo?*

Quadro 3a.



Autoria própria.

Em se tratando dos outros tipos de contraposição, na mesma direção ou em direção independente, há divergências quando se compara o uso do *mas* ao da correlação de indefinidos e, portanto, algumas adaptações devem ser feitas. Primeiramente, não foram encontradas instâncias de contraposição em direção independente. Em segundo lugar, na utilização do conectivo de coordenação, o aspecto da gradação, segundo Neves, encontra-se dentro da categoria de contraposição em direção oposta marcando compensação⁶. Quando se analisam os dados de construções correlacionadas por indefinidos, no entanto, nota-se que esse aspecto pode ser classificado apenas dentro da categoria de contraposição na mesma direção, conforme o exemplo (6)⁷ a seguir:

- (6) *Preocupa-me que algumas escolas particulares tenham começado já a definir protocolos, mesmo antes de retomar as atividades. [Algumas escolas, por exemplo, definiram que crianças de 8, 9, 10 anos não vão precisar utilizar máscaras. Outras estão definindo critérios, de forma exageradamente permissiva, que podem acabar num cenário, mesmo com a situação mais sob controle do que a que vivemos hoje, de possibilidade de num novo surto, numa nova situação muito perigosa].*

Quadro 4. Contraposição na mesma direção: gradação



Autoria própria.

6 Ver Neves (2011, p. 760-761).

7 Fonte: Alerj (fev. – out. 2020) - <http://www3.alerj.rj.gov.br>.

Ao observar o dado (6), tem-se a ideia de que, dentre as escolas reportadas, existem algumas que são permissivas e outras que são exageradamente permissivas. Nesse sentido, os argumentos caminham na mesma direção no que diz respeito à permissibilidade das instituições em relação aos critérios de cuidados adotados durante o cenário de pandemia – ainda que uma seja mais permissiva do que a outra, o que caracteriza uma gradação.

Outro tipo de contraposição na mesma direção, diferente do que propõe Neves, é o de adição⁸, como pode ser constatado a partir do dado (7)⁹:

(7) *A maior parte das respostas do Executivo diz, primeiro, que não cumpre a lei porque é autorizativa; segundo, porque não tem dinheiro; terceiro, porque não tem fiscais, que já tinha poucos e agora [alguns estão doentes, outros são do grupo de risco etc.].*

Em (7), os elementos correlacionados pelos indefinidos podem ser adicionados em prol da constatação de um mesmo argumento, a falta de fiscais, já que “*alguns estão doentes, outros são do grupo de risco*” e por isso não podem trabalhar.

Quadro 5. Contraposição na mesma direção: adição

{ ALGUMAS escolas (têm protocolos permissivos) }	+	{ OUTRAS (escolas têm protocolos exageradamente permissivos) }
---	---	---

= “não tem fiscais”

Autoria própria.

Conforme já mencionado, a correlação com *mas* pode exprimir, segundo Neves (2011), duas ideias. Assim, além da noção de **contraposição**, descrita anteriormente, é possível que construções desse tipo expressem também **eliminação**, como no exemplo: “*Eu não queria vir, com medo de que o senhor zangasse, MAS o major é rico e poderoso e eu trabalho na mina dele.*” (NEVES, 2011, p. 766). Nesse caso selecionado pela própria autora, o segundo elemento coordenado nega o que foi

8 Em Neves (2011, p. 761), existem casos de acréscimo de informação dentro da categoria de contraposição em direção oposta com fins de restrição do argumento expresso primeira parte do enunciado coordenado por *mas*. Tais casos, no entanto, não se assemelham às instâncias de adição encontradas nas construções correlacionadas por indefinidos.

9 Fonte: Alerj (fev. – out. 2020) - <http://www3.alerj.rj.gov.br>.

dito no primeiro, eliminando-o: o enunciador diz não querer ter ido a um certo lugar, mas não teve escolha pelos motivos por ele citados e foi mesmo assim.

Quadro 6. Eliminação

{ eu não queria vir }	—	{ <i>MAS</i> (eu vim) }
-----------------------	---	-------------------------

Autoria própria.

De forma similar, é possível encontrar a noção de eliminação também a partir da correlação de indefinidos, conforme o dado (8)¹⁰:

(8) *Não é para fanfarronice. [Uma coisa é divergir, uma coisa é ter um argumento contrário e apresentar esse argumento com a força do discurso, com a contundência de suas convicções. Quanto a isso não há problema.*

Outra coisa, por exemplo, é insistir na tese tão envelhecida e absurdamente envelhecida, que é a tese da criminalização, da estigmatização da pobreza, de quem vem da pobreza, como se fez aqui hoje em relação às Deputadas Mônica Francisco e Renata Souza, que são filhas da favela, sim, e qual é o problema?] Ao contrário.

Quadro 6a.

{ <i>UMA COISA</i> é divergir (com argumentos que sustentem o discurso) }	—	{ <i>OUTRA COISA</i> é insistir (na estigmatização da pobreza) }
---	---	--

Autoria própria.

Em (8), há duas ideias diferentes que se eliminam, pois a presença de uma anula a da outra. Em suma, o enunciador afirma que divergir com base em argumentos é diferente de insistir na estigmatização da pobreza durante um debate. Desse modo, a opção pelo uso de um tipo de discurso, o bem embasado, com argumentos fortes, por exemplo, automaticamente eliminaria o uso do outro, aquele que só dissemina o preconceito em relação aos menos favorecidos – e vice-versa. Configuram, portanto, elementos excludentes.

10 Fonte: Alerj (fev. – out. 2020) - <http://www3.alerj.rj.gov.br>

Considerações finais

Em termos semânticos e pragmáticos, foi possível observar nos casos analisados que o emparelhamento de indefinidos, especialmente devido à presença de *outros*, favorece o contraste entre as partes interligadas. Isso ocorre possivelmente em razão da própria acepção e função do termo, já que *outro* remete àquilo que é “distinto, diferente; um segundo, mais um” (LAROUSSE; CARVALHO, 2009). O contraste, por sua vez, apresenta diferentes nuances e funções e pode estar presente em muitos níveis do discurso, auxiliando a formulação da argumentação.

Referências

- BYBEE, J. *Língua, Uso e Cognição*. São Paulo: Cortez, 2016.
- CUNHA, M. A. F. O papel da cognição nos estudos funcionalistas. In: ATAÍDE, C. et al. *Gelne 40 anos: experiências teóricas e práticas nas pesquisas em linguística e literatura*. São Paulo: Blucher, 2017, p. 105-118.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: CUP, 1995.
- _____. *Constructions: A new theoretical approach to language*. Elsevier: *Trends in Cognitive Sciences*, vol. 7, n. 5, 2003, p. 219-224. Disponível em: https://legacy.cs.indiana.edu/~port/teach/sem05/Goldberg_constrctns.TrCgSci.03.pdf. Acesso em dez/2019.
- _____. *Constructions at Work: The Nature of Generalizations in Language*. Oxford: Oxford, University Press, 2006.
- LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAROUSSE do Brasil; CARVALHO, L. B. *Minidicionário Larousse da Língua portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- MÓDOLO, M. *(Pré)publications: forskning og undervisning*. Romansk Institut: AarhusUniversitet, Danmark, 1999.
- _____. As construções correlatas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.

- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ROSÁRIO, I. C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Niterói: Eduff, 2018.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistics Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- TEIXEIRA, A. C. M; ROSÁRIO, I. C. O estatuto da microconstrucionalização no quadro da mudança linguística. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume Especial, 2016, p. 139-151.
- TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- TROUSDALE, G. Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English. In: TROUSDALE, G.; GISBORNE, N. (Eds.). *Constructional approaches to English grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2008, p. 33-67.

Crédito de imagens

Os quadros 1 e 2 foram adaptados de NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Os demais, de autoria própria, foram inspirados nos quadros propostos pela autora.

ASPECTOS DISCURSIVOS DAS CLÁUSULAS HIPOTÁTICAS DE FINALIDADE E DE CONSEQUÊNCIA

Amanda Heiderich Marchon¹

Palavras iniciais

A sistematização dos fatos gramaticais é preocupação que guia os gramáticos. A relação entre estrutura sintática e contextos de uso é inquietação que move os linguistas. A eficiência de práticas pedagógicas para o ensino da língua é propósito que orienta os professores.

Embora, convencionalmente, o ensino da articulação de orações no Ensino Básico seja reflexo da tradição gramatical e perpetue a concepção de que a subordinação é definida em termos de dependência *sintática* – já que a oração subordinada consiste em um termo que exerce função na principal – e *semântica* – porque a subordinada não tem “sentido completo” sem a principal, ou seja, por si só, a subordinada não constitui uma unidade linguística –, não é ponto pacífico entre os gramáticos se os critérios empregados para a classificação das orações que estruturam o período composto são de natureza sintática, semântica ou sintático-semântica.

Cunha e Cintra (2001), por exemplo, pautam a descrição em critérios estruturais: “As orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, chamam-se subordinadas” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 594). Bueno (1963), por seu turno, centra sua descrição em parâmetros

1 Professora adjunta do Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-doutoranda em Estudos da Linguagem sob supervisão da Professora Nilza Barrozo Dias, Universidade Federal Fluminense.

voltados para o sentido: “Se, no período lógico, uma oração não pode ser separada de outra porque ficará incompleta em sua significação, haverá orações subordinadas” (BUENO, 1963, p. 140). Kury (2003), todavia, não esclarece se sua definição tem como base a sintaxe, a semântica ou ambas: “O período se diz composto por subordinação quando há nele uma oração principal e uma ou mais subordinadas, isto é, dependentes dela.” (KURY, 2003, p. 63). Chamamos a atenção, ainda, para uma discussão importante assinalada pelo próprio Said Ali (1971, p. 273): “nem sempre se manifesta bem clara ao analista a diferença entre parataxe ou coordenação e hipotaxe ou subordinação” (SAID ALI, 1971, p. 273).

Soma-se a essa problemática de definições, no âmbito da tradição gramatical e do ensino de gramática, dois pontos relacionados especificamente às orações adverbiais: (i) são estruturas que, juntamente com as orações substantivas e adjetivas, figuram, igualmente, no inventário da subordinação; (ii) muitas vezes, são classificadas de acordo com o conectivo que as introduz.

Na tentativa de colocar em discussão o que a tradição gramatical denomina subordinação adverbial, propomos, neste trabalho, um estudo que associa não só aspectos sintáticos e/ou semânticos envolvendo o tema, mas também dimensões discursivas. Para tanto, fundamentam nossa proposta os postulados teóricos do Funcionalismo e da Teoria Semiolinguística do Discurso. Sob a hipótese de que as orações adverbiais apresentam um matiz argumentativo relevante e, se não são exigência da estruturação gramatical do período, devido ao seu caráter periférico e comportamento de adjunto, são peças importantes para o discurso, lançamos nosso olhar, especificamente, sobre as orações adverbiais que veiculam as noções de *finalidade* e de *consequência*, buscando discutir características que as aproximam e que as distanciam.

Articulação de cláusulas: dependência e encaixamento

O Funcionalismo, ao conceber a linguagem como instrumento de interação social, constitui-se como um conjunto de teorias que se preocupa em examinar os vínculos entre as estruturas linguísticas e os contextos em que elas se realizam. Nichols *apud* Neves (2001, p. 3) afirma que, embora analise a estrutura gramatical, a gramática funcional “inclui na análise toda

a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo”. É exatamente esse tratamento que não se limita à sentença, mas que chega à análise de elementos do discurso, o adotado nas análises que propomos neste trabalho.

Como estudamos, principalmente, as relações de sentido que emergem da articulação de cláusulas², consideramos não só o nível microtextual, pautado na análise específica das estruturas de finalidade e de consequência, mas também o nível macrotextual, representado pela construção argumentativa dos vinte quatro (24) artigos de opinião dos quais provém nosso *corpus* de investigação, composto por cinquenta e cinco (55) cláusulas de finalidade e cinco (5) cláusulas de consequência.

No que se refere à articulação de cláusulas, a proposta funcionalista não se restringe à tradicional dicotomia *subordinação-coordenação*. Hopper e Traugott (1993), por exemplo, considerando os níveis de dependência semântica e de encaixamento sintático que se estabelecem entre as cláusulas no mesmo nexos clausal³, defendem que essas estruturas poderiam ser distribuídas ao longo de um *continuum* com, pelo menos, três pontos:

Quadro 1: *Continuum* de dependência das cláusulas complexas

	PARATAXE	>	HIPOTAXE	>	SUBORDINAÇÃO
[Dependência]	-		+		+
[Encaixamento]	-		-		+

Fonte: HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 170.

A proposta de Hopper e Traugott (1993) revela que, no ponto de menor grau de encaixamento e de dependência do *continuum* está a *parataxe*. Como explica Neves (2011), a parataxe estabelece, entre as cláusulas do nexos clausal, “uma relação de simples ‘continuação’ entre elementos que vêm um em seguida ao outro” (NEVES, 2011, p. 228) – o que evidencia o processo de coordenação na abordagem tradicional. No outro extremo do *continuum*, a *subordinação* (ou *encaixamento*), ao contrário da parataxe,

2 Alinhados com as propostas teórico-metodológicas dos Funcionalistas, teoria a que se filia este trabalho, passaremos a empregar os termos *cláusula* e *hipotaxe circunstancial* para designarmos o que a tradição denomina *oração* e *subordinação adverbial*, respectivamente.

3 Cláusulas relacionadas por interdependência.

reflete o ponto de maior grau de encaixamento e de dependência, em que a cláusula dependente figura como argumento da cláusula nuclear – relação observada na subordinação substantiva e adjetiva restritiva da tradição gramatical. A hipotaxe, por sua vez, é o processo que evidencia com mais nitidez a distinção entre dependência e encaixamento: a cláusula dependente não exerce função de termo constituinte da cláusula nuclear, embora se sustente pela relação de interdependência entre uma cláusula marginal ou satélite e sua cláusula-núcleo⁴, de modo que a primeira age sobre o sentido da segunda – são as chamadas orações adjetivas explicativas e orações adverbiais pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante, NGB).

No que se refere, especificamente, ao sentido veiculado pelas cláusulas hipotáticas circunstanciais, Azeredo (2002, p. 223) chama a atenção para o fato de algumas construções apresentarem conteúdos que não se distinguem com clareza, já que alguns matizes semânticos podem ser “entendidos como variações de um significado mais fundamental, ou até como conteúdos mistos”. Afastando-se da proposta tradicional da NGB, que classifica a hipotaxe circunstancial em nove tipos (causal, comparativa, concessiva, condicional, conformativa, consecutiva, final, proporcional e temporal), o autor considera que essas cláusulas, de acordo com as semelhanças de sentido, expressam quatro macrorrelações: *temporalidade*, representada pelas cláusulas de tempo e de proporção; *contratante*, expressa pelas cláusulas de concessão; *modo/comparação*, evidenciada pelas cláusulas de modo, comparação e conformidade; *causalidade*, materializada pelas cláusulas de causa, condição, consequência e finalidade.

Conforme já assinalamos, dedicamo-nos, neste trabalho, à análise apenas das cláusulas que expressam as noções de finalidade e de consequência, estruturas que, de acordo com Azeredo, figuram na macrorrelação de causalidade – “do ponto de vista extremamente lógico, dois fatos se articulam pela relação de causalidade se a realização de um deles depende ou decorre da realização do outro” (AZEREDO, 2012, p. 323). O gramático explica que *causa* e *efeito* não são ideias opostas, mas complementares. A noção de *causa* seria codificada por cláusulas *causais* e *condicionais*; o valor de *efeito* seria gramaticalmente representado por estruturas *consecutivas* e *fnais*.

4 As cláusulas-núcleo distinguem-se das cláusulas-marginais porque podem ocorrer por si mesmas; estas, por sua vez, podem exibir diferentes níveis de dependência.

Dessa classificação, depreendemos que as cláusulas de causa e de consequência estariam no âmbito dos eventos factuais (*realis*); ao passo que as cláusulas de condição e de finalidade remeteriam aos eventos não factuais (*irrealis*), que se referem a situações hipotéticas e a predições sobre o futuro.

Como, neste capítulo, nossa proposta é focalizar apenas as cláusulas hipotáticas que expressam o efeito da macrorrelação de causalidade, na próxima seção, apresentaremos discussões acerca das estruturas de finalidade e de consequência.

Articulação de cláusulas: a ideia de efeito na macrorrelação de causalidade

A fim de diferenciar as cláusulas hipotáticas de finalidade das cláusulas hipotáticas de consequência, Azeredo (2012) explica que as estruturas de finalidade “expressam um efeito visado, um propósito, e nisso diferem das consecutivas típicas, que expressam um efeito contingente” (AZEREDO, 2012, p. 329). Dito de outra forma, as cláusulas consecutivas assinalam simples efeito quando é impossível perceber um resultado intencional da ação expressa pela cláusula-núcleo. Trata-se de um posicionamento coincidente com a tradição gramatical, segundo a qual as cláusulas finais exprimem a intenção, o objetivo, a finalidade da declaração expressa na cláusula-núcleo, conforme o exemplo 1; as cláusulas consecutivas, por seu turno, indicam a consequência natural, acidental do acontecimento expresso na cláusula-núcleo, como ilustra o exemplo 2.

(1) A conta dessa proposição será paga pelos sistemas de saúde de cada país, ou seja, haverá transferência maciça de recursos de outras áreas já subfinanciadas **para pagar o custo do coquetel antirretroviral proposto pela OMS.**

(Folha de São Paulo, 2 de agosto de 2014)

(2) Descrita como doenças de homens homossexuais nos primeiros artigos, a Aids criou um movimento cívico sem igual em defesa da vida e da eliminação de preconceitos. A corrente de opinião criada pelos ativistas foi tão forte **que o termo aidético nem sequer se transformou em termo**

pejorativo como no caso de outras doenças, como tuberculose (“tísico”) e hanseníase (“morfético”).

(Folha de São Paulo, 2 de agosto de 2014)

Todavia, nem sempre é pacífica a tarefa de demarcar efeitos visados e efeitos eventuais, conforme adverte Bechara (2004, p. 500), ainda mais quando estamos diante de cláusulas gerundivas, conforme exemplo 3, a seguir, há uma ocorrência híbrida passível de receber mais de uma análise. Embora, nas explicações apresentadas em sua gramática, Bechara não ultrapasse a análise do nível sentencial dos exemplos trabalhados, acreditamos que algumas de suas conclusões se pautem em inferências que estão no nível do discurso.

(3) Mas a aplicação de leis e políticas para mulheres em todo o país é irregular e, principalmente, persistem preconceitos e covardias. Falta assegurar que a intolerância à violência contra as mulheres, duplamente covarde, chegue a todos os rincões e, sobretudo, nos corações e mentes de homens jovens **instilando-lhes a vergonha de agir violentamente contra as mais desprotegidas entre as mulheres.**

(Folha de São Paulo, 05 de abril de 2014)

Segundo Decat (1993), embora, em determinadas situações, se possa explicar a articulação hipotática a partir do grau de integração estrutural de uma cláusula em outra, uma abordagem que dê conta somente do nível sentencial não será suficiente para explicar as relações mantidas entre as cláusulas circunstanciais e o discurso maior que as envolve.

No que se refere ao exemplo 3, uma análise profícua que identifique qual relação a cláusula hipotática gerundiva instancia no nexos clausal torna-se indispensável para que o analista ultrapasse o nível sentencial e considere o nível discursivo. Para tanto, cabe esclarecer que o trecho em estudo constitui um dos argumentos do artigo de opinião cuja tese é a de que a sociedade não tolera violência contra a mulher, o que nos leva a entender que o enunciador organiza seu discurso de forma a expressar que o ato de fazer chegar, a todas as pessoas e lugares, a intolerância a esse tipo de violência tem o intuito de instigar a vergonha da prática de tal ato violento – uma medida, pois, de proteção primária às mulheres. A relação de

sentido que emerge da articulação de cláusulas nesse nexos clausal remete, portanto, ao valor de finalidade, já que é evidente o caráter volitivo e intencional expresso na cláusula hipotática “instilando-lhes a vergonha de agir violentamente contra as mais desprotegidas entre as mulheres.”.

Mateus *et alii* (2003, p. 715) explicam que a relação de dependência semântica estabelecida entre a cláusula-núcleo e a cláusula hipotática de finalidade é formulada pelo próprio enunciador, o que, a nosso ver, reflete uma manobra discursiva para a construção da argumentação.

A arquitetura dos nexos clausais em que figura a noção circunstancial de finalidade foi estudada por Dias (2001). A autora, tomando por base a Teoria da Metáfora, conforme proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) e Lakoff (1987), defende que

as cláusulas de finalidade codificam o movimento no mundo das intenções. O sujeito e/ou locutor estabelecem um propósito ou finalidade, cuja execução do objetivo demanda o deslocamento de uma origem a uma meta, com uma trajetória, no mundo das intenções. Este movimento no mundo das intenções pode sobrepor-se ao deslocamento no mundo físico (DIAS, 2001, p. 163).

Esse deslocamento no mundo das intenções sobre o qual Dias (2001) desenvolve seus estudos pode ser observado no exemplo 4, a seguir, trecho encontrado no mesmo artigo de opinião ao qual nos referimos para apresentar o exemplo 3:

(4) Como afirmou Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU: “Peço aos governos que aproveitem as ideias e a liderança dos jovens **para nos ajudar a pôr fim a essa violência pandêmica**. Só então teremos um mundo mais justo, pacífico e equitativo”.

O movimento de finalidade da cláusula destacada tem, na sua origem, a possibilidade de os governos aproveitarem as ideias e liderança dos jovens, e, na sua meta, a ajuda para pôr fim à violência às mulheres, conforme ilustra o seguinte esquema de deslocamento no mundo das intenções:

Esquema 1



A análise desse esquema de deslocamento acena que as cláusulas hipotáticas de finalidade são caracterizadas por expressarem uma finalidade ou intenção que motiva a ação expressa na cláusula-núcleo, denotando, portanto, um tempo posterior ao tempo desta. Como essas estruturas hipotáticas representam uma projeção, um movimento no plano das intenções, apresentam um caráter prospectivo e virtual, mesmo quando estruturadas com verbos no infinitivo, conforme esclarece citação a seguir:

A defectividade temporal do infinitivo é neutralizada pela ação da preposição *para*, que transmite à subordinada *não só informação de posteridade como também de alguma incerteza*, resultando daí que, quando construídas na forma finita, estas orações usem o modo conjuntivo e não o indicativo (HERNANZ, 1999 *apud* MAGALHÃES, 2016, p. 35, grifos nossos).

De acordo com Raposo *et alii* (2013, p. 2.014), tanto em períodos compostos por cláusulas de finalidade quanto estruturados por cláusulas de consequência, a situação descrita pela cláusula-núcleo “tem como resultado uma outra situação, mas só na oração final existe intencionalidade” – a cláusula de consequência⁵ exprime não uma finalidade, mas um resultado, uma consequência da situação descrita na oração principal.

Destacamos, ainda, que “a oração consecutiva não só exprime a consequência devida à ação ou ao estado indicado na principal, mas pode denotar que se deve a consequência *ao modo pelo qual é praticada a ação da principal*” (BECHARA, 2004, p. 499, grifos nossos). Entendemos que o modo sobre o qual Bechara faz referência se aproxima, na obra de Mateus *et alii* (2003, p. 754), da noção de intensidade. As autoras explicam que as cláusulas consecutivas “exprimem uma consequência da intensidade de

5 Raposo *et alii* (2013, p. 2014) chamam essas construções de orações resultativas ou orações consequenciais.

uma qualidade, da quantidade de um objeto, da qualidade de um processo descritos na oração matriz”, conforme ilustra exemplo 5, a seguir:

(5) “A maconha é uma droga **totalmente** viciante, **merecendo o ódio dos povos civilizados**”, declarou o governo egípcio, em 1944. (Folha de São Paulo, 1 de abril de 2014).

Embora tenhamos destacado o emprego do intensificador “totalmente” na cláusula-núcleo, entendemos que inúmeras são as estruturas de consequência em que a expressão de intensidade não está expressa linguisticamente, mas pode ser inferida ou recuperada pela análise da macroestrutura em que figura o nexos clausal. Por isso, uma vez mais, defendemos que a interpretação de uma estrutura não se restringe à sua forma, e, consequentemente, a análise linguística não deve se limitar ao nível sentencial.

Essa análise macrot textual auxilia também na identificação do limite tênue que separa efeito intencional e efeito não intencional, o que diferencia as cláusulas hipotáticas de finalidade das cláusulas hipotáticas de consequência. Raposo *et alii* (2013, p. 2014), ao observarem cláusulas desenvolvidas, explicam que a análise do modo verbal pode ser uma pista para diferenciar essas estruturas: a cláusula final tem o verbo no subjuntivo; a cláusula consecutiva tem o verbo no modo indicativo. Para Bechara (2004), entretanto, a simples identificação dos modos verbais não é suficiente para promover essa distinção, uma vez que é possível observar que ao conteúdo consecutivo, marcado pelo verbo no modo subjuntivo, pode se associar uma noção subsidiária de finalidade, o que resulta em *cruzamentos consecutivos-finais*, como ilustra o exemplo do próprio gramático: “Chegou cedo ao serviço de maneira que pudesse ser elogiado pelo chefe” (BECHARA, 2004, p. 500).

Diante de considerações como essas, defendemos, uma vez mais, que o estudo do que o gramático chamou de “cruzamentos consecutivo-finais” carecem de uma análise que ultrapasse o nível da sentença e atinja o nível do discurso – somente assim, é possível promover uma análise linguística profícua e que acene para a língua efetivamente em uso.

Na tentativa, pois, de colocarmos em prática essa metodologia, apresentaremos, na próxima seção, a análise dos dados reunidos para o desenvolvimento desta investigação.

Análise de dados: um olhar do Funcionalismo e da Semiologia

Uma vez considerado que as estruturas hipotáticas revelam um matiz argumentativo, as que constituem nosso *corpus* de análise provêm de vinte e quatro (24) artigos de opinião publicados, aos sábados, no jornal *Folha de São Paulo*, na coluna *Tendências e Debates*, entre os meses de janeiro e dezembro de 2014. Essa seção apresenta uma pergunta sobre determinado assunto que suscitou polêmicas ao longo da semana nos noticiários. Os articulistas convidados, ao responderem *sim* ou *não* ao questionamento feito pela instância midiática, defendem visões opostas em relação ao tema em tela, aproximando-se ou afastando-se da *doxa* vigente:

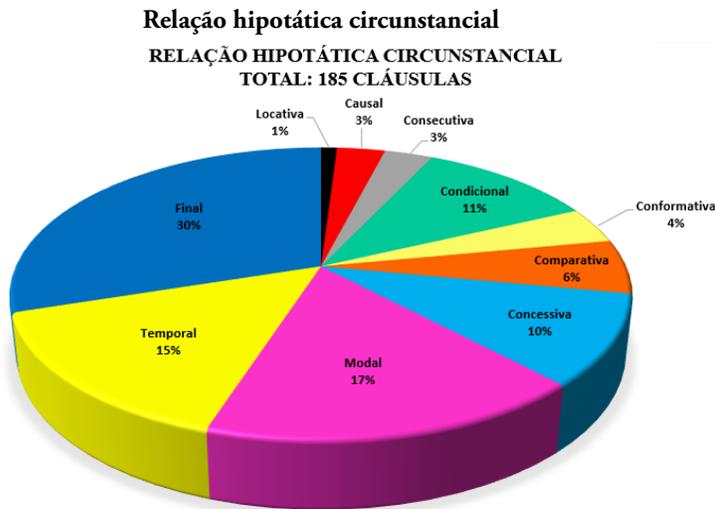
Doxa é uma palavra emprestada do grego e designa a opinião, a reputação, o que dizemos das coisas ou das pessoas. A doxa corresponde ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais frequentemente, na sua formulação linguística corrente (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 176-177).

Como a *doxa* é situada social e historicamente, podendo variar a depender da cultura de um povo ou mesmo entre grupos de uma mesma sociedade em uma mesma época, neste trabalho, investigamos a *doxa* que emerge dos pares de textos em análise, por meio do reconhecimento de múltiplas vozes presentes nos discursos – a *polifonia*⁶. Ducrot (1987, p. 172) define polifonia como as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se representam nos enunciados

Nesse cenário em que os articulistas discutem a manutenção ou não de valores sociais, acreditamos que defender um posicionamento que é condenado pela sociedade não é tarefa fácil. Além de selecionar argumentos que sejam eficientes para a sustentação de sua tese, torna-se indispensável que o enunciador considere aspectos linguísticos para a construção de seu projeto argumentativo.

6 Devido à limitação espacial, não detalharemos aqui os passos teórico-metodológicos adotados para definirmos quais textos coincidiam e quais não coincidiam com as *doxas* sociais vigentes, o que pode ser consultado na tese de Marchon (2017).

Em trabalho anterior (MARCHON, 2017), investigamos os aspectos sintático-discursivos das cláusulas hipotáticas circunstanciais, sob a hipótese de que quanto maior a complexidade de comprovação de uma proposição, mais produtivo seria o emprego desse tipo de estrutura. No trabalho atual, lançamos nosso olhar apenas para cláusulas de finalidade e de consequência, construções que expressam o valor de efeito na macrorrelação de causalidade, como explicamos anteriormente. Além dessa semelhança de sentido, chamou-nos a atenção o fato de essas estruturas estarem, respectivamente, entre as cláusulas com maior e com menor representatividade no *corpus* de análise da pesquisa finalizada em 2017, composto pelos mesmos vinte e quatro (24) artigos de opinião sobre os quais nos debruçamos para a produção deste artigo, dados apresentados pelo Gráfico a seguir:



Relação hipotática circunstancial (MARCHON, 2017, p. 117).

No trabalho de 2017, destacamos que a maior frequência de cláusulas hipotáticas (58%) foi aferida nos artigos de opinião cuja tese mostra-se contrária à opinião pública. Nos textos em que os articulistas defendem posicionamentos coincidentes com a *doxa*, a produtividade dessas estruturas é menor (42%), confirmando, pois, a hipótese que norteou a pesquisa.

Ao olharmos, no trabalho atual, apenas para as cinquenta e cinco (55) cláusulas de finalidade, observamos que 61,81% dessas estruturas estão presentes em artigos de opinião que se opõem à *vox populi*. Esse dado, para

nós, é indício do alto grau de argumentatividade das cláusulas hipotáticas de finalidade, tendo em vista o quão complexo é argumentar contra a *doxa* vigente. Além disso, considerando que o nexos clausal em que figuram essas estruturas representam um deslocamento de uma origem a uma meta no mundo das intenções, entendemos que esse deslocamento, em nosso *corpus*, pode ser entendido como a própria trajetória de mudança de paradigmas sociais.

Ao focalizarmos apenas as cinco (5) cláusulas de consequência encontradas nos vinte e quatro (24) artigos de opinião analisados, vale destacar que quatro (4) dessas estruturas foram encontradas em textos cujas teses defendidas coincidem com a *doxa*. Esses dados apontam que essas estruturas hipotáticas que materializam um resultado não intencional apresentam, em nosso *corpus*, baixo grau de argumentatividade: além de a frequência ter sido extremamente baixa (3%), essas cláusulas estão a serviço da defesa do que a opinião pública considera como “correto” – advogar favoravelmente ao que a sociedade já consagrou como aceito é menos complexo do que desconstruir todo um imaginário sociodiscursivo e fazer com que outros valores sejam aceitos. Neves (2018) explica que “uma das relações mais frequentemente expressas nos textos em geral, especialmente em sequências narrativas, é a de causa-consequência” (NEVES, 2018, p. 992). Pelo gênero textual com o qual trabalhamos, qual seja, artigo de opinião assinado, raras são as sequências narrativas encontradas, o que explica a baixa porcentagem de dados relacionados às cláusulas hipotáticas consecutivas e acena que, comparativamente, essas construções são menos argumentativas do que as cláusulas finais.

Palavras finais

Este trabalho investigou a impossibilidade de se empreender uma análise linguística que dissocie os níveis sintático, semântico e pragmático. Sob a perspectiva teórica do Funcionalismo associada a conceitos da Teoria Semiolinguística do Discurso, analisamos aspectos discursivos das cláusulas hipotáticas de finalidade e de consequência na construção da argumentação. Nesse sentido, consideramos não só o nível microtextual, pautado nas cláusulas, mas também o nível macrotextual. Dito de outra forma, além de lançamos nosso olhar sobre as estruturas hipotáticas investigadas, levamos

em conta se o texto em que essas construções figuravam defendiam ou atacavam as *doxas* sociais vigentes.

Na macrorrelação de causalidade, a cláusula de finalidade e a cláusula consecutiva representam o efeito da ação veiculada pela cláusula-núcleo, diferenciando-se uma da outra no que se refere à intencionalidade desse efeito: as primeiras denotam o efeito visado, ao passo que as últimas denotam o efeito não intencional.

Dada a alta frequência das cláusulas de finalidade nos artigos de opinião estudados, bem como a produtividade alta dessas estruturas em textos que procuram desconstruir a opinião pública sobre determinado tema, acreditamos que essas cláusulas apresentam maior grau de argumentatividade do que as cláusulas hipotáticas de consequência.

Referências

- AZEREDO, J. C. *Fundamentos da gramática do português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BUENO, S. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo, Edição Saraiva, 1963.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.
- DECAT, M. B. N. *Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso*. Tese. (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.
- DIAS, N. B. *As cláusulas de finalidade*, 2001. 175 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2001.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- MAGALHÃES, A. M. O. *A preposição PARA e as subordinadas infinitivas completivas, relativas infinitivas e adverbiais finais – contrastes*, 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade do Porto, Porto, 2016.
- MARCHON, A. H. *As teias da argumentação: um estudo de interface sintático-discursivo da hipotaxe circunstancial*, 2017. 202 f. Tese. (Doutorado em Letras Vernáculas) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2017.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Texto e gramática*. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora UNESP, 2018
- RAPOSO, E. B. P. *et alii. Gramática do Português*. v. 2. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2013.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

Créditos das imagens

Quadro 1 – HOPPER; TRAUGOTT, 1993.
Esquema 1 – elaboração própria.

UM ESTUDO SOBRE ORAÇÕES MATRIZES (SER_{3.P.S} + ADJETIVO_{DEÔNICO}) E (FAZER-SE_{3.P.S} + ADJETIVO_{DEÔNICO}) NA CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DEÔNICA

Gilson Lauri Pereira de Menezes Junior¹

Introdução

O objetivo desta pesquisa é descrever e analisar o funcionamento das orações matrizes (Ser_{3.P.S} + adjetivo_{DEÔNICO}) e (fazer-se_{3.P.S} + adjetivo_{DEÔNICO}) dentro de uma construção complexa, doravante denominada construção subjetiva deônica, constituída de duas orações (O_{MATRIZ} + O_{COMPLETIVA/SUJEITO}). Justifica-se o interesse da pesquisa pelo fato de, em coleta de dados feita durante pesquisa de mestrado, terem sido observadas, dentro da construção subjetiva deônica, uma oração matriz não prevista pela hipótese inicial do trabalho. Daí, buscou-se estabelecer uma explicação para a diferença de usos entre a oração matriz considerada canônica (Ser_{3.P.S} + adjetivo_{DEÔNICO}) e a não canônica (fazer-se_{3.P.S} + adjetivo_{DEÔNICO}).

São exemplos do fenômeno descrito neste trabalho as seguintes ocorrências. Sublinhadas e entre colchetes estão as orações matrizes. Já as orações completivas com função de sujeito estão destacadas em negrito.

(1) Educação, Cultura e Esporte (CE) também precisam proferir um aval. No mês passado, o presidente da CE, senador Dario Berguer (MDB -SC) afirmou que, caso as propostas

1 Doutorando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, orientado pela professora Dr^a Nilza Barrozo Dias.

cheguem à comissão, [é preciso] **que seja feito um “amplo debate com a sociedade e os profissionais envolvidos**, para que possa se encaminhar o melhor resultado possível (fonte: <https://www.otempo.com.br/politica/aparte/propostas-no-senado-podem-criminalizar-ou-regular-profissao-de-coach-1.2199732>)

(2) (...) Por outro lado, é vital o bom relacionamento com os legisladores. Bom relacionamento não significa constante troca de favores, com nomeações e providências pontuais em redutos eleitorais. O relacionamento advém da vontade de governar com eficácia e entendimento das atribuições, inclusive orçamentárias. [Faz-se necessário] **lembrar** que um dos maiores aliados é a Secretaria de Fazenda, que precisa ser constantemente provida de informações sobre as diversas atividades e que pode assim priorizar e esclarecer dúvidas do prefeito, na hora de autorizar alguma despesa. (fonte: <https://oglobo.globo.com/opiniao/gestao-sustentaveis-dos-municipios-22906965>)

A análise será empreendida de forma quantitativa, utilizando o *Corpus do Português Now*, e qualitativa, selecionando artigos de opinião coletados através do aplicativo *Google Notícias*. A coleta foi feita ao serem escritas, no campo *pesquisar*, as palavras-chave instanciadas pelas construções empregadas. Além dos verbos *ser* e *fazer-se*, conjugados na terceira pessoa do singular (o que, segundo Dias (2019), representa mais de 90% das ocorrências), foram escolhidos também dois adjetivos de leitura modalizadora deôntica: *preciso* e *necessário*. Tal seleção justifica-se pelo fato de que esses adjetivos foram aqueles que instanciaram maior frequência *token* (nos termos de Bybee, 2016), nos *corpora* pesquisados.

A principal hipótese deste trabalho é de que, assim como haveria alguma diferença semântico-pragmática na seleção do adjetivo deôntico pela construção em estudo, também haveria distinção entre o verbo selecionado pela oração matriz da construção subjetiva deôntica (*ser*) ou (*fazer-se*).

Pressupostos teóricos

Uma abordagem holística na consideração do estudo dos usos linguísticos abre espaço a uma proposta metodológica que reconheça as relações cognitivas e as relações de contexto de uso como relevantes para uma compreensão mais apurada dos itens linguísticos. Essa abordagem surge como uma alternativa a estudos cognitivistas mais iniciais, que tratavam a questão dos contextos de uso de maneira mais superficial e pouco abrangente, focalizando simplesmente os aspectos cognitivos e mentais da linguagem como processo (BYBEE, 2016; TRAUGOTT E TROUSDALE, 2013).

Uma das vantagens que o modelo de abordagem holística trouxe para os estudos funcionalistas foi a de trazer maior equilíbrio na consideração do binômio forma-função, que gera a construção como unidade elementar. Compreende-se que esses dois polos determinam-se um ao outro de maneira mútua e contribuem, unidos, para a origem e fixação de categorias linguísticas. Dessa forma, a gramática e o discurso são vistos como domínios em que um molda e é moldado pelo outro simultaneamente (OCHS, SCHLEGOFF, THOMPSON, 1996), em um processo mediado pela cognição.

Outra vantagem de uma compreensão holística do uso diz respeito à consideração de uma série de processos cognitivos de domínio geral (BYBEE, 2016) para uma sistematização do conhecimento dos usos linguísticos. Bybee (2016) defende, portanto, que à língua subjazem os mesmos processos cognitivos que determinam outras relações do ser humano com o meio no qual ele vive.

Partindo da definição de língua como um inventário estruturado de construções, marcado por uma gramática emergente através de usos (CROFT, 2001; TRAUGOTT E TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2016), este trabalho necessita apresentar o conceito de construção, de que modo esse conceito desenvolve relações verticais/hierárquicas (TRAUGOTT E TROUSDALE, 2013) e relações horizontais/semelhantes (DIESEL, 2014), a arquitetura da rede construcional e como todo esse arcabouço define e descreve a construção subjetiva deôntica, objeto de estudos deste trabalho.

O conceito de construção pode ser compreendido, segundo estudos de Langacker (1987, 2008), Croft (2001), Goldberg (1995, 2006) e Bybee (2016), como um pareamento de forma-função, considerado a unidade

básica para a gramática. Ao polo formal, concerne a descrição de propriedades fonológicas e morfossintáticas de uma construção. Já ao polo funcional, concerne a descrição de propriedades discursivas e semântico-pragmáticas. Assim, a gramática de uma língua possui a construção como unidade básica, podendo essa unidade ser um morfema, como o [s] indicativo de plural, ou duas orações articuladas, como a construção objeto de estudos deste trabalho. Todas as construções, das simples às complexas, relacionam-se entre si através de uma arquitetura em forma de rede. A rede construcional congrega todas as construções de uma língua através de nós, grupos ou famílias linguísticas, havendo relações de similitude e de diferenciação entre cada um desses níveis (DIESEL, 2014)

Com relação à construção subjetiva deôntica, centro de estudos desta pesquisa, trabalhos de descrição formal e funcional foram empreendidos por Dias (2012, 2013, 2019), Dias e Braga (2018), Dias e Vieira (2019) e Wiedemer (2016). Trata-se de uma construção complexa, formada por duas orações, uma matriz e uma completiva com função sintática de sujeito. A estrutura da oração matriz é formada por um verbo, conjugado em terceira pessoa do singular, mais um adjetivo modalizador deôntico. Já a oração completiva com função de sujeito pode se manifestar, segundo Dias (2012, 2019), como reduzida (com verbo no infinitivo) ou desenvolvida (com verbo no subjuntivo).

Funcionalmente, essa construção manifesta a estratégia semântico-pragmática de unipessoalidade que, de acordo com Neves (1996), escamoteia o posicionamento de um conceptualizador com relação àquilo que está sendo dito, criando um efeito de distanciamento. Enquanto algumas línguas, como o inglês e o francês, apresentam alguns pronomes pessoais específicos para marcar a unipessoalidade, o português manifesta essa característica através da conjugação verbal, a terceira pessoa do singular. Dessa forma, a oração matriz, em que há o verbo com a marca da unipessoalidade, funciona como uma avaliação acerca de um estado de coisas, expresso na oração com função sintática de sujeito. O sujeito sintático dessa construção complexa é, portanto, um evento. O agente ou conceptualizador localiza-se fora do escopo do enunciado linguístico, salvaguardando sua responsabilidade ou comprometimento com relação ao que está sendo expresso na construção.

A seleção entre verbos no infinitivo e no subjuntivo dentro da oração completiva com função de sujeito desempenha papel importante

nesse significado, com os verbos infinitivos potencializando esse efeito de distanciamento.

Dentre os conceitos fundamentais das propriedades construcionais analisados por Traugott e Trousdale (2013), estão a produtividade, a composicionalidade e a esquematicidade de uma construção. Mais especificamente sobre a esquematicidade, essa propriedade diz respeito à organização das construções de uma língua hierarquicamente, em uma relação vertical, considerando construções mais e menos abstratas. Dependendo dos níveis de abstratização, uma construção pode ser classificada como mais esquemática ou menos esquemática. Traugott e Trousdale (2013) denominam a hierarquia construcional em uma escala que parte do macro e vai até o micro. Assim, a macroconstrução representa a instância mais abstrata, aquela com a menor quantidade de *slots* preenchidos, enquanto a microconstrução representa a instância menos abstrata e aquela que instancia construtos (ocorrências *tokens*) na interação linguística.

A construção subjetiva deôntica ($O_{\text{MATRIZ}} + O_{\text{COMPLETIVA}}$) é uma macroconstrução, altamente esquemática, pela sua possibilidade de ser preenchida com elementos variados. Essa macroconstrução instancia a ocorrência de mesoconstruções e de microconstruções. Este trabalho considera que as orações matrizes com o verbo *ser* e com o verbo *fazer-se* constituem duas mesoconstruções distintas, vinculadas entre si por relações horizontais, as quais, de acordo com Diessel (2014), determinam de que maneira duas construções similares em um mesmo plano de abstração ou como duas famílias distintas de construções se ligam, considerando a disponibilidade e a acessibilidade dessas construções. Considera-se, portanto, que existam diferenças semânticas e pragmáticas entre a seleção do verbo na oração matriz e que estas diferenças são tão latentes que se justifica considerá-las como duas mesoconstruções distintas e não como uma variação do *slot* do verbo da matriz. A análise de dados buscará demonstrar as diferenças semânticas e pragmáticas existentes entre instâncias de uso dessas duas mesoconstruções.

Metodologia e análise de dados

Esta pesquisa desenvolve dois tipos de abordagens metodológicas, a quantitativa e a qualitativa, no intuito de descrever e compreender os

aspectos formais e funcionais que as duas orações matrizes aqui estudadas suscitam. A abordagem quantitativa envolve, em um primeiro nível, as ocorrências da construção subjetiva deôntica no *Corpus do Português Now*. Foram levantadas todas as ocorrências da construção subjetiva deôntica com a configuração (Oração matriz + oração completiva), considerando como oração matriz apenas as mesoconstruções (É + adjetivo deôntico) e (faz-se + adjetivo deôntico). Dessas ocorrências, foram levantadas apenas as que constavam com a oração matriz anteposta à oração completiva, por apresentarem a maior frequência *token*. Quanto aos adjetivos deônticos selecionados, também foram escolhidos aqueles que apresentavam a maior frequência no *corpus* selecionado (*preciso* e *necessário*, respectivamente).

Em seguida, foram levantadas ocorrências da construção subjetiva deôntica no aplicativo “Google notícias”, que congrega notícias e artigos de opinião dos principais veículos de mídia do Brasil e do exterior. Alguns dados deste *corpus* são selecionados para uma análise qualitativa, a fim de elucidar as diferenças semânticas e pragmáticas entre as diferentes microconstruções previstas para este trabalho.

Com relação à análise quantitativa geral, o *Corpus do Português Now* identificou a seguinte proporção de ocorrências:

Tabela 1

Microconstruções	O _{SUJEITO} Reduzidas	O _{SUJEITO} desenvolvidas	Total de ocorrências
[É necessário + O _{SUJEITO}]	29.476	10.714	40.190
[É preciso + O _{SUJEITO}]	88.640	14.039	102.670
[Faz-se necessário + O _{SUJEITO}]	284	249	533
[Faz-se preciso + O _{SUJEITO}]	10	0	10

Frequência de ocorrência das microconstruções estudadas

A análise mostrada na tabela permite observar uma diferença entre a frequência do adjetivo deôntico selecionado e a ocorrência do verbo da oração matriz. Enquanto as ocorrências de matriz com verbo *é* apresentam com mais frequência o adjetivo *preciso*, as ocorrências de matriz com verbo *faz-se* apresentam, com muito mais frequência, o adjetivo *necessário*. Pode-se pensar em uma explicação diacrônica para essa discrepância entre verbos e adjetivos deônticos, pois segundo Menezes Junior (em andamento), o adjetivo

“necessário” teria surgido primeiro na língua, com o adjetivo “preciso” se originando através de um processo de gramaticalização do verbo “precisar”, que deixa de ter um sentido concreto (o de cortar em uma medida exata) para assumir um sentido metafórico dentro do discurso.

Tal explicação reforçaria a proposta deste trabalho de que as construções instanciadas pelo verbo *ser* e pelo verbo *fazer-se* representam duas mesoconstruções distintas e que ambas poderiam ter tido uma origem em uma mesma época. Se a mesoconstrução com o verbo *fazer-se* fosse mais recente na língua, esperar-se-ia que o adjetivo *preciso* fosse o mais frequente no preenchimento do *slot* adjetivo deôntico, pois é o que mais ocorre em dados de uso da mesoconstrução com o verbo *ser*. Esse adjetivo seria, portanto, empregado em uma mesoconstrução mais recente devido ao mecanismo cognitivo de analogia (BYBEE, 2016). Todavia os dados indicam que a mesoconstrução com o verbo *fazer-se* pode ter uma origem ainda mais antiga e que, por alguma motivação pragmática, não tenha alcançado a mesma frequência de ocorrência que a mesoconstrução com o verbo *ser*. Apesar dessas considerações iniciais, sabe-se que a única maneira de sanar essas dúvidas é empreendendo uma análise diacrônica das mesoconstruções referenciadas neste trabalho, o que não é o objetivo desta pesquisa. Contudo, espera-se que esta questão suscite futuros trabalhos.

Com relação à análise qualitativa, foram selecionadas quatro ocorrências que visam a demonstrar de que forma as duas mesoconstruções teorizadas neste trabalho atuam na língua em uso e de que forma elas podem modalizar o enunciado de forma distinta. Nos dados separados abaixo, as orações matrizes estarão destacadas entre colchetes enquanto as orações completivas subjetivas estão destacadas em negrito.

(03) “A recusa por parte de líderes religiosos devidamente credenciados por suas ordens religiosas, em virtude de suas convicções e à luz dos preceitos que esposam, a realizar batismos, casamentos ou outras cerimônias religiosas envolvendo pessoas assumidamente homossexuais não caracteriza homofobia ou transfobia e não está sujeita a qualquer pena. O parlamentar justifica a sua proposta. Alega que “[faz-se necessário], e até urgente, **criar uma exceção** para uma norma que não existe na legislação em vigor”. (fonte: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/deputado-quer-brecha-na-criminalizacao-da-homofobia-para-lideres-religiosos>. Acessado em 28/12/2020 às 23:35)

Nesse dado, a construção subjetiva deôntica orienta a argumentação do deputado em ser favorável à ideia de que igrejas e templos religiosos possam ter o direito de rejeitar a realização de cerimônias de casamento e de batismo de casais homoafetivos sem incorrerem em crime de homofobia. O deputado modaliza o estado de coisas, expresso na oração completiva “criar uma exceção”, com uma oração matriz com o verbo fazer-se mais o adjetivo deôntico *necessário*. A unipessoalidade, expressa na terceira pessoa do singular do verbo da oração matriz, manifesta o distanciamento do falante da responsabilidade em fazer o trabalho descrito (criar uma lei que torne as igrejas um espaço de exceção a uma lei anterior).

A oração completiva apresenta um verbo no infinitivo, o que potencializa o distanciamento, já que não há a marcação de um sujeito sintático no papel de agente. Por fim, nota-se um paralelismo semântico entre o verbo da oração matriz e da oração completiva. Fazer e criar são verbos que denotam o processo de uma ação que demanda esforço, seja ele físico ou intelectual. Pode-se pensar, portanto, que esse paralelismo realce a ideia de que o evento apresentado na oração subjetiva demanda uma ação concreta e real para ser realizado. Mas, mesmo realçando esse aspecto, o falante salvaguarda sua face e se isenta da responsabilidade de iniciar a ação descrita.

O próximo dado tenta mostrar de que forma uma ocorrência com a matriz contendo o verbo *ser* mobiliza estes significados.

(04) “Tudo começa num olhar. Você a vê, ela percebe e troca o olhar. Pronto! A primeira conexão entre vocês foi formada. Mas as coisas não são tão simples quanto parecem. [É preciso] **que você seja certo e veja a mulher dos seus sonhos dentre a multidão**. Não há lugar certo para isso – pode ser na balada, num bar, no shopping ou na fila da padaria. Na minha concepção, a grande sacada não é você sair por aí disparando olhares 43 para qualquer mulher que aparecer. Em algum momento, ela vai aparecer e você saberá que é ela! Você saberá quando lançar aquele olhar direto.”

(fonte: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/como-conquistar-a-mulher-dos-seus-sonhos>. Acessado em 31/12/2020 às 22:22)

No dado acima, temos uma construção com três orações, sendo uma matriz e duas orações subjetivas coordenadas entre si por um conector aditivo. A matriz se apresenta com o verbo *ser* mais o adjetivo *preciso*. As orações completivas apresentam o verbo no subjuntivo, marcando o interlocutor dentro do evento descrito. O falante apresenta aquilo que ele acha que qualquer pessoa precisa fazer para conquistar uma mulher. A oração matriz avalia deonticamente o estado de coisas expresso na oração completiva a partir de uma perspectiva do falante (o evento da oração completiva expressa o que o falante acha ser efetivo para conquistar uma mulher), mas o mesmo falante se isenta do comprometimento do que está sendo dito. A oração matriz funciona mais como um elemento avaliador que não realça de forma tão latente a necessidade de uma ação mais efetiva por parte do interlocutor, diferentemente do dado (3) em que tal realce parece estar presente.

O dado a seguir mostra uma ocorrência da mesma mesoconstrução, mas com algumas diferenças em nível argumentativo.

(5) “A aposta mínima custa R\$ 4,50 e pode ser realizada pela internet. As apostas podem ser feitas até as 19h (horário de Brasília), em qualquer lotérica do país ou pela internet, no site da Caixa Econômica Federal – acessível por celular, computador ou outros dispositivos. Para apostar na Mega-Sena, [é necessário] **fazer um cadastro, ser maior de idade (18 anos ou mais) e preencher o número do cartão de crédito.**” fonte: <https://g1.globo.com/loterias/noticia/2020/10/17/mega-sena-pode-pagar-r-25-milhoes-neste-sabado.ghtml>. Acessado em 31/12/2020 às 21:57)

O dado (5) mostra uma construção subjetiva deôntica com três orações completivas coordenadas entre si. As três apresentam o verbo no infinitivo, o que potencializa o efeito de distanciamento. A oração matriz, com o verbo *ser*, modaliza deonticamente os eventos expressos nas orações completivas. Tais eventos estão ligados ao domínio das normas e da obrigatoriedade (fazer um cadastro, ser maior de 18 anos e preencher o número do cartão de crédito são condições obrigatórias para realizar o evento, apostar na Mega-Sena).

A construção impessoal foi utilizada, portanto, porque não é relevante para o contexto argumentativo explicitar quem é a pessoa responsável por impor essas condições: o importante não é destacar o agente, mas sim

a necessidade de se cumprir as condições requeridas para se apostar na Mega-Sena. Desse modo, essa ocorrência apresenta algumas diferenças com o dado número (04) no que diz respeito à natureza da obrigatoriedade. Enquanto temos, neste dado, uma obrigatoriedade do domínio da lei, no dado (04), temos uma obrigatoriedade mais atenuada, em que as condições a serem obedecidas são levantadas pela perspectiva do falante e não por uma norma moral ou legal. Nota-se também que o efeito da necessidade de tomada de uma ação fica muito mais latente no dado (03) do que no dado (05), o que mostra que a mesoconstrução de matriz com verbo *fazer-se* pode estar relacionada com essa necessidade de, no discurso, potencializar o significado de que alguma condição precisa ser cumprida para se atingir um estado de coisas desejado.

O dado número (06) busca evidenciar essas relações:

(4) “A lei diz que as universidades são autônomas e que as listas devem ter três nomes. O doutor disse o seguinte: “Está em horizonte mais ampliado que a dimensão meramente vocabular o deslinde da controvérsia. [“Faz-se necessário] reconstruir normativamente sua inserção no ordenamento constitucional brasileiro, entendendo, sobretudo, as especificidades de sua concretização.”

(fonte:<https://oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari-filantropia-de-ibaneis-rocha-24698951>. Acessado em 31/12/2020 às 20:11)

No dado número (06), um deputado, entrevistado pelo jornal, declara a necessidade de se redefinir a questão da autonomia universitária no que diz respeito à escolha de reitores pelo Presidente da República e pela comunidade acadêmica. Para isso, o deputado emprega uma construção subjetiva deôntica, em que a oração matriz impessoaliza o estado de coisas expresso na oração completiva, salvaguardando sua face. O evento apresentado (reconstruir a inserção da lei de autonomia universitária no entendimento constitucional) é de responsabilidade do falante, mas ele não se compromete com sua realização. Além disso, o verbo no infinitivo que aparece na oração completiva potencializa esse distanciamento, pois não há uma correferencialidade sintática entre sujeitos. Mais uma vez, a construção com verbo *fazer-se* na oração matriz está relacionada a um verbo que toma uma ação como um processo de trabalho físico ou intelectual (reconstruir).

Assim, se a relação entre a conjugação de terceira pessoa do verbo da oração matriz denota um tom de impessoalidade que é potencializado pelo verbo no infinitivo da oração completiva, a natureza semântica do verbo da oração matriz (*fazer* como uma ação, um processo), junto à natureza semântica do verbo da oração completiva (reconstruir como um verbo que denota um processo físico ou intelectual) aparenta potencializar justamente a consideração de que o estado de coisas, expresso na oração completiva, não vai se realizar sozinho. É preciso alguém para realizá-lo. Aparentemente, essa mesoconstrução oculta a responsabilidade do falante (tal como a mesoconstrução com o verbo *ser*), mas potencializa ainda mais a necessidade de que alguém (seja esse falante ou alguma outra pessoa) aja para que um determinado fim se concretize.

Considerações Finais

O estudo quantitativo permitiu observar que, enquanto o adjetivo “preciso” é bem mais frequente que o adjetivo “necessário” nas instâncias de uso da mesoconstrução (SER + Adj + O.S), o adjetivo “necessário” registrou quase totalidade nas ocorrências da mesoconstrução (FAZER-SE + adj+ O.S). Essa informação permite hipotetizar que esta, por ser menos frequente na língua, possui quase todas as suas instâncias de uso apenas com o adjetivo “necessário”, já que a forma “é necessário” também é mais antiga na língua que “é preciso” (MENEZES JUNIOR, em andamento).

Além disso, notou-se que, em termos semânticos e pragmáticos, o tipo de verbo da oração matriz aparenta ter muita importância na forma como o estado de coisas expresso na oração subjetiva é avaliado. Os dados indicaram que a hipótese inicial deste trabalho (de que haveria uma diferença entre a seleção do verbo “ser” e do verbo “fazer-se”) pode ser verdadeira. Os dados com o verbo “fazer-se” manifestam uma intersubjetividade potencializada, como se o falante quisesse destacar que a realização do estado de coisas expresso na oração completiva depende de uma atitude prática dele, de seu interlocutor direto ou de algum interlocutor genérico. Essa observação permite estabelecer que [faz-se preciso + X] e [faz-se necessário + X] representam microconstruções de uma mesoconstrução distinta das microconstruções [é necessário + X] e [é preciso + X].

Referências

- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução por Maria Angélica Furtado da Cunha e Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.69.
- DIAS, N.B.; BRAGA, M.L. Construções subjetivas avaliativas no português do Brasil, In:M.M. *Funcionalismo linguístico, vertentes e diálogos*.Org. OLIVEIRA, M.R; CESÁRI, M.M; Iduff, 2018.
- _____. *A subjetividade nas construções completivas impessoais do português brasileiro*. Revista Portuguesa de Humanidades, Braga, v.17, n.1, p. 7-22, 2013.
- _____.;VIEIRA, A. T. A interface gramática e interação: cláusulas de finalidade e construções apositivas na sustentação de pontos de vista em uma audiência de conciliação no PROCON. In: SILVEIRA, S. B.; MAGALHÃES, T. G. (Org.). *A fala-em-interação em situações de conflito*. São Carlos, SP: Claraluz, 2019.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- SCHLEGOFF, E.A; OCHS, E; THOMPSON, S.A. Introduction. In. SCHLEGOFF, E.A; OCHS, E; THOMPSON, S.A *Interaction and Grammar*. Cambridge University Press, 1996.
- TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER G.; VEENSTRA, T. (ed.). *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219-250.
- _____. E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- VESTERINAN, R. Impersonals with Ser (“to be”) and the domain of effective control. In: *Language Sciences*, 2014. p. 143-152.
- VIEIRA, A.T; DIAS, N.B. Construções subjetivas deónticas e argumentação: uma proposta de interface gramática e interação. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 206-225, 2019.
- WIEDEMER, D.A.A modalidade deóntica na construção completiva impessoal com matriz ser + preciso: uma análise cognitivo-funcional. *Revista Estudos Linguísticos*, Londrina, v. 1, n. 45, p. 100-114, 2016.

A MOTIVAÇÃO DISCURSIVA NA DETERMINAÇÃO DA ORDEM DA ORAÇÃO SUBJETIVA EM RELAÇÃO À ORAÇÃO MATRIZ

Angelina Maganha Grigorio da Silva¹

Introdução

Neste estudo, analisamos a construção subjetiva que apresenta valores semântico-discursivos de modalização (deôntica, epistêmica) e de avaliação à luz de modelos baseados no uso com incorporação de pressupostos funcionalistas, principalmente norte-americanos (THOMPSON, 1984; HOPPER & TRAUGOTT, 2003) e da Linguística Centrada no Uso (BYBEE, 2016). A construção subjetiva, conforme Dias, Abraçado e Hernandez (2017), é aquela que apresenta a subjetividade do falante/escritor e a função sintática de sujeito oracional concomitantemente.

Nosso *corpus* se constitui de ocorrências de construções subjetivas utilizadas na rede social *Facebook* que foram empregadas em memes, legendas de fotos e postagens, *posts*, e ainda em manchetes de matérias publicadas em jornais e revistas digitais que, por sua vez, foram compartilhadas no *Facebook* via link por amigos na rede social. No total, foram coletados, da *timeline*, duzentos e três dados no período de maio de 2018 a julho de 2019.

Quanto à estrutura da construção, há duas possibilidades que analisaremos: as sentenças que apresentam anteposição da oração subjetiva [oração subjetiva + oração matriz²], ou com posposição da oração subjetiva

1 Mestranda em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal Fluminense, orientada pela Prof^a. Dr^a. Nilza Barrozo Dias – UFF. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Usaremos o termo *matriz*, conforme Castilho (2019, p. 357), no lugar de oração principal.

[oração matriz + oração subjetiva]. Do ponto de vista semântico, a construção é utilizada para expressão de atitude do falante que apresenta uma avaliação acerca do que é informado na oração subjetiva, que pode ser modalizadora [de obrigação/necessidade, de asseveração/eventualidade] ou de avaliação.

Pretendemos chegar à compreensão de como a motivação do falante/escrivente pode influenciar na forma como as informações são transmitidas nos enunciados, motivando um uso em detrimento de outro, a exemplo da ordem de colocação da oração subjetiva em relação à matriz. Estudos sobre esse elemento linguístico têm mostrado uma preferência pelo preenchimento da posição inicial da sentença com a oração matriz, isto é, com posição da subjetiva (DIAS, ABRAÇADO, HERNANDEZ 2017; DIAS e BRAGA, 2018; GONÇALVES, 2016).

Pressupostos teóricos

Esta seção se destina à apresentação do arcabouço teórico que será aplicado para tornar possível essa pesquisa acerca das construções subjetivas.

Modelos baseados no uso com incorporação de pressupostos funcionalistas norte-americanos

O funcionalismo é uma corrente linguística que estuda a relação entre a estrutura gramatical e seus diferentes contextos comunicativos que interferem nos usos da língua, e centraliza os seus estudos em usos reais, buscando as motivações do falante que orientam suas escolhas, sem corroborar a ideia de autonomia sintática (FURTADO DA CUNHA, 2015).

Segundo Furtado da Cunha (2015), a preocupação do funcionalismo é explicar as regularidades que se observam no uso interativo da língua, considerando as condições discursivas em que se verifica um determinado uso. Uma das premissas do estudo baseado no uso é não recorrer a frases criadas propositalmente para serem usadas como exemplos do que seria uma demonstração da estrutura da língua. Assim, uma análise em perspectiva funcionalista debruça-se sobre as funções que os enunciados e os textos desempenham na comunicação interpessoal no uso real da língua.

De acordo com Bybee (2016), a língua é um fenômeno que possui estrutura aparente e apresenta regularidade de padrões com variações significativas em todos os seus níveis, pois a natureza da linguagem se assemelha às dunas de areia, já que, com o passar do tempo, apresentam variações que ocorrem de forma regular.

Nessa perspectiva, é possível buscar as motivações do falante/escritor para os diferentes usos que se apresentam na interação social, visto que a forma e/ou o significado podem variar dependendo do contexto de produção. Sendo assim, o estudo da língua em uma perspectiva centrada no uso contempla uma análise dos fenômenos que são tanto estruturais como funcionais, fixos ou variáveis, bem como as forças das quais resultam tais padrões encontrados.

Um linguista funcionalista levará em consideração as forças geradoras dos padrões linguísticos em um determinado uso da língua, já que, para os adeptos dessa corrente linguística, o olhar sobre a língua deve contemplar as motivações que impulsionam as variações, os usos e as forças que produzem esses padrões. Sendo assim, faz-se necessário observar os processos que envolvem a língua, tais como fatores sociais, históricos, econômicos, entre outros, considerando sempre a relação entre a forma e a função.

É nesse sentido que o estudo com incorporação de pressupostos funcionalistas, principalmente norte-americanos, permite-nos observar pontos que estão para além de uma análise centrada na sintaxe, incluindo as relações semântico-pragmáticas empregadas no uso da língua, a ordem de colocação dos constituintes da construção, as motivações que determinam o uso etc.

Estrutura informacional

A estrutura da informação, segundo Lambrecht (1994), diz respeito ao componente da gramática de sentenças em que proposições como representações conceituais de estados de coisas são emparelhadas com estruturas léxico-gramaticais de acordo com os estados mentais de interlocutores que usam e interpretam essas estruturas como unidades de informação em determinados contextos discursivos.

Portanto, um olhar sobre como a informação é organizada na sentença ajuda a compreender a estrutura do enunciado, pois é possível que

o projeto comunicativo do emissor afete a estrutura da língua, revelando-se, assim, um importante fator de análise. Sendo assim, observar a estrutura da informação nos permite analisar os dados com base em três eixos, a saber: foco no predicado (tópico-comentário), foco no argumento ou foco em toda a sentença (LAMBRECHT, 1994). À vista disso, a estrutura da informação se manifesta formalmente através da prosódia, em elementos gramaticais especiais, na forma dos constituintes sintáticos, na forma de construções gramaticais complexas e na escolha de certos elementos gramaticais, ou na posição e ordenação dos constituintes. Nesse sentido, a análise da estrutura da informação ocorre ao se comparar os pares de sentenças que são semanticamente equivalentes, mas que se diferem quanto à forma e à pragmática. Assim, à luz da estrutura da informação, é possível aferir em que se diferem as sentenças, como passivas vs. ativas; canônicas vs. topicalizadas etc.

A relevância dessa área para as análises linguísticas é a possibilidade de um estudo em que se observem as relações entre a estrutura formal, ou seja, a sintaxe e a prosódia, e as pressuposições do falante/escritor acerca do estado mental do seu interlocutor – o discurso toma a forma que atenda aos propósitos comunicativos do emissor. Portanto, um olhar sobre dados da língua em uso pode revelar como o falante/escritor organiza as informações em seus discursos a fim de atender aos seus propósitos comunicativos.

Tópico

Na literatura linguística, há diferentes visões que abarcam a estrutura da informação. Há a defesa da construção tema-remática em que tema é o assunto sobre o qual se fala e remática é a parte do enunciado que carrega a informação trazida sobre o tema (HALLIDAY, 1967). A estrutura tópico-comentário (PONTES, 1981), por sua vez, é um fenômeno descrito da seguinte maneira: o tópico é a parte informacional do enunciado que designa o elemento sobre o qual se faz uma declaração, e o comentário é a informação sobre a primeira parte.

Pontes (1987) discute as diferenças, ainda que sutis, entre os conceitos de topicalização, deslocamento à esquerda e a figura de construção anacoluto. Esses conceitos são abordados como fenômenos da estrutura

tópico-comentário. De acordo com a autora, a topicalização decorre de um mecanismo linguístico que consiste na seleção de um constituinte da oração (tópico) que recebe destaque por colocar-se à frente dos demais (comentário). Ou seja, a frase em que um termo ocupa a posição inicial, não sendo essa a sua posição prototípica, estrutura-se em tópico-comentário. Vejamos um exemplo com simples topicalização do objeto: “O bolo, eu não gostei”.

Pontes (1981) observa que no português, assim como em muitas outras línguas, o tópico é marcado pela posição que ocupa na sentença, ou seja, a primeira. A língua é rica e flexível até certo ponto e, em pontos específicos, obviamente, mas a posição dos termos da oração é um dado de grande relevância para uma análise que se pretenda funcionalista e se proponha a pensar a relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática, já que a posição é importante para a produção do sentido do texto. Portanto, é possível perceber que, nessa perspectiva, a noção de tópico é fortemente atrelada ao segmento informacional que ocupa a posição inicial em uma sentença.

A construção subjetiva

Nesta seção, discutimos conceitos basilares, com contribuição de aporte teórico pertinente para a compreensão da construção subjetiva e de seus valores sintático e semântico-discursivo evidenciados no *corpus* que será analisado mais adiante.

Neste estudo, conforme Dias, Abraçado e Hernandez (2017), adotamos a designação “construções subjetivas” para aquelas sentenças complexas³ que se constituem de oração matriz e de oração ou orações que se comportam como sujeito. No entanto, as autoras sinalizam que o sujeito oracional não exhibe os traços prototípicos de sujeito, já que tem traços negativos de agente, de tópico, de tema, de informaticidade dada, de individualização e para o qual não servem os critérios de animacidade.

A posição da oração subjetiva é um elemento muito caro a nossa pesquisa, pois acreditamos que a ordem de colocação dos termos, embora seja um elemento estrutural e, portanto, de caráter sintático, revela um

3 Conforme Castilho (2019).

posicionamento do indivíduo, traduzindo-se, portanto, em um fator de valor semântico-pragmático, já que evidencia o projeto enunciativo: enfatizar, focalizar a informação trazida na oração contida na posição inicial. Nesse sentido, objetivamos evidenciar as motivações do falante/escritor para eleger exatamente em que posição deve alocar cada oração dentro da construção, pois nada na comunicação é aleatório.

É importante notar que a ordem dos constituintes garante mais ou menos expressividade a depender dos propósitos comunicativos, e com as construções subjetivas isso não é diferente.

A modalidade e a avaliatividade

No que tange à modalização, as construções subjetivas podem ser de diferentes tipos (NEVES, 2011). O usuário pode modalizar ou fazer uma avaliação, por exemplo. Nas construções subjetivas modalizadoras e avaliativas, a oração matriz se constitui de adjetivo modalizador ou qualificador, respectivamente, antecedidos ou não do verbo *ser* (DIAS e BRAGA, 2018). O falante/escritor seleciona o adjetivo conforme as propriedades semântico-discursivas que melhor atendem às suas necessidades comunicativas no ato da interação social. Ou seja, essa escolha é orientada pelo efeito de sentido final a que se pretende chegar.

A modalidade é uma forma encontrada pelo falante para exprimir suas atitudes e opiniões acerca da informação trazida na oração subjetiva (NEVES, 1996), e, ao fazê-lo, o falante expõe sua avaliação com base no conhecimento compartilhado socialmente. Essa avaliação pode ser subdividida em diferentes tipos. Este trabalho abarca o tipo deontico (necessidade/obrigatoriedade) e o epistêmico (de dúvida, de certeza).

Do ponto de vista semântico-discursivo, a sentença matriz, de acordo com Castilho (2019), tem a propriedade semântica de atribuir uma avaliação do conteúdo da oração completiva (lembramos que Castilho adota diferente nomenclatura, portanto, o que estamos chamando de avaliativa, segundo a proposta do autor, trata-se de um tipo de modalizador: modalizador pragmático).

Nesse quadro, os modalizadores epistêmicos podem ser asseverativos ou dubitativos. No primeiro caso, atribuem à matriz uma avaliação com valor de verdade, não deixando margem para dúvidas; no segundo,

integram a matriz, que expressa a dúvida do falante em relação à declaração da oração subjetiva; por sua vez, os modalizadores deônticos são responsáveis por atribuírem à matriz a propriedade semântica de obrigação, de necessidade (NEVES, 2011; CASTILHO, 2019).

A avaliação está contida no adjetivo qualificador da oração matriz. Neves (2011) afirma que os adjetivos de avaliação exprimem propriedades que definem o substantivo de acordo com a sua relação com o falante. Essa avaliação pode ser na direção da coisa nomeada para o falante, ou na direção do falante para a coisa nomeada. À vista disso, os adjetivos avaliativos definem o substantivo em qualidade, indicando para algo positivo ou negativo.

Metodologia

A análise dos dados desta pesquisa baseia-se em pressupostos teóricos funcionalistas. Essa escolha deve-se ao fato de que o estudo centrado no uso nos permite a análise da semântica e da pragmática dos dados, ampliando, assim, o nosso olhar para além da sintaxe. Portanto, analisamos como o escrevente organiza as informações em seus discursos. E, para a realização do estudo, selecionamos duzentos e quatro ocorrências de usos que se constituem de oração subjetiva e oração matriz com valor avaliativo e modalizador (deôntico e epistêmico) em postagens, legendas de fotos ou de itens compartilhados de outros usuários. A forma de coleta foi por meio de *prints* das ocorrências. Trabalhamos, portanto, com as imagens. A seleção foi feita através das postagens da *timeline*.

O levantamento dos dados foi realizado no período de abril de 2018 a maio de 2019. Em seguida, demos início à análise dos dados, pautando-nos no aporte teórico para esta pesquisa, que foi apresentado na seção *Pressupostos Teóricos*. A análise abarca os aspectos formais e os funcionais das ocorrências de construções subjetivas. Portanto, debruçamo-nos sobre os papéis semântico-pragmáticos sem desprezar a forma das orações (matriz e subjetiva). Desse modo, voltamos o nosso olhar para as motivações do falante/escrevente que foram geradoras dos padrões observados neste trabalho.

A contagem dos dados foi a manual. Contabilizamos o número total de ocorrências e as separamos por grupos de acordo com o valor semântico-discursivo da oração matriz. Posteriormente, criamos subgrupos de

acordo com a posição da oração subjetiva (anteposta e posposta à matriz), o que nos possibilitou verificar a preferência do falante/escrevente por uma ordem em detrimento da outra em cada grupo semântico-discursivo (deôntico, epistêmico e avaliativo).

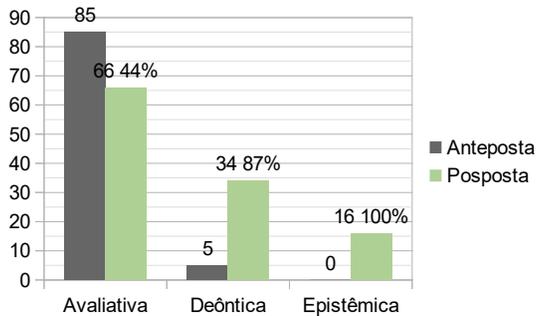
Os dados foram separados em três grupos de acordo com o valor semântico da matriz: grupo 1 – construção subjetiva avaliativa; grupo 2 – construção subjetiva deôntica; e grupo 3 – construção subjetiva epistêmica. Foi realizada a comparação dos pares *subjetiva posposta* vs. *subjetiva anteposta* dentro de cada grupo, a fim de que se pudesse analisar a preferência pelo preenchimento da construção com cada estrutura formal.

A ordem de oração subjetiva em relação à matriz é um importante ponto de observação em nossos estudos. Para Lambrecht (1994, p. 5), a estrutura da informação determina a estrutura formal da(s) sentença(s), já que as suposições do falante/escrevente acerca do estado de conhecimento do ouvinte/leitor sobre determinado assunto geram uma determinada estrutura formal em detrimento de outra. A estrutura da informação de uma frase é a expressão formal da estruturação pragmática de uma proposição em um discurso. Consequentemente, os dados foram analisados com base na noção de estrutura da informação, buscando a identificação de tópico e foco (a informação da oração subjetiva trazida na posição inicial é focalizada) nas construções coletadas para este estudo.

Análise dos dados

Com base nos pressupostos teóricos abordados, apresentaremos as análises dos dados do nosso *corpus*. Para a análise, optamos por dividir as ocorrências em três grupos de construções, a saber: (1) avaliativas; (2) deônticas; (3) epistêmicas. O gráfico abaixo apresenta os nossos dados em número e porcentagem:

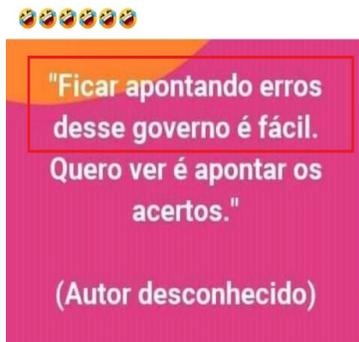
Gráfico 1: Orações subjetivas topicalizadas



Fonte: Autoria própria

Grupo 1: construções avaliativas

Imagem (1)



Fonte: Facebook

A construção subjetiva no exemplo (1) é constituída de uma **oração completiva subjetiva + uma oração matriz**. Do ponto de vista semântico-discursivo, a oração matriz – *é fácil* – representa uma avaliação por parte do escrevente. Nesse caso, o predicativo “*fácil*” qualifica a informação trazida na oração completiva subjetiva – *Ficar apontando os erros desse governo*.

Com relação à estrutura da informação (LAMBRECHT, 1994), podemos notar que o preenchimento da posição inicial com a oração subjetiva traduz uma estrutura de tópico. Esse recurso permite ao escrevente a construção de uma sentença com a informação contida na oração subjetiva alçada à posição inicial para posteriormente informar a avaliação feita sobre a proposição. Essa ordenação é descrita por Neves (2011) como

um fenômeno linguístico menos recorrente. Ao alçar o sujeito oracional à posição inicial da construção, o escrevente realça a informação contida nessa oração, sendo assim, cria nuances de destaque para esse item que é avaliado pela oração matriz por meio do predicativo “fácil”. No entanto, Dias e Braga (2018), ao analisarem os avaliativos *fácil* e *difícil*, se depararam com a ordem predominantemente posposta.

Imagem (2)



Fonte: Facebook

No exemplo (2), podemos observar um caso de construção subjetiva avaliativa negativa com o emprego do advérbio de negação: [*Não é difícil explicar que a direita governa pra elite*].

Quanto à formação, a oração matriz ocupa a posição inicial na construção: **oração matriz + sujeito oracional**. Essa preferência tem sido apontada como a ordem não marcada, subjetiva posposta em relação à matriz (DIAS e BRAGA, 2018).

O predicativo *difícil* é o responsável por atribuir a avaliação ao que está sendo declarado na oração completiva *explicar*, que na segunda posição na sentença evidencia a motivação do falante/escrevente de pôr em destaque a informação predicadora, destacando assim a (não) dificuldade de explicar que a direita governa para a elite.

Grupo 1: construção deôntica

Imagem (3)

"É preciso que a gente entregue os melhores anos de nossas vidas a Deus."

19

Fonte: *Facebook*

No exemplo (3), podemos observar um caso de construção subjetiva de modalidade deôntica: [*É preciso que a gente entregue os melhores anos de nossas vidas a Deus*]. A oração matriz apresenta o valor semântico deôntico conferido pelo predicativo “preciso”, que expressa, por parte do escrevente, a avaliação de conduta necessária acerca da informação trazida na oração subjetiva. Essa posposição da oração subjetiva – *que a gente entregue os melhores anos de nossas vidas a Deus* – em relação à matriz é a forma não marcada (DIAS e BRAGA, 2018). Assim, ao analisar a estrutura informacional, é possível perceber que a informação contida na matriz – *É preciso* – quando alçada à posição inicial retira o valor de topicalização da proposição da subjetiva.

Grupo 1: construção epistêmica

Imagem (4)

O que mais tem é cristão assassino. Matando em nome de Jesus!!!!

A vã subversividade das mentes é perigosa...



Fonte: *Facebook*

No exemplo (4), é possível observar uma construção subjetiva do tipo epistêmica – *É possível ser cristão e defender governos autoritários?* –, que se constitui na ordem **oração matriz + oração subjetiva**. A ordem observada é a não marcada, com a oração matriz ocupando a posição inicial na sentença, conforme apontado por Neves (2011) e Dias e Braga (2018).

Do ponto de vista sintático, a oração matriz – *é possível* – predica o sujeito oracional que se constitui de duas orações coordenadas entre si – [*ser cristão*]₁ e [*defender governos autoritários?*]₂. Do ponto de vista funcional, a oração matriz expressa a modalidade epistêmica de possibilidade (NEVES, 2011; CASTILHO, 2019), conferida pelo predicado *possível*.

Resultados

Verificamos que as construções subjetivas do tipo avaliativas foram mais recorrentes nos dados para esta pesquisa, somando 151 ocorrências no total de 204 dados. Além disso, com as avaliativas, houve variação no padrão de ordem das orações, já que encontramos um total de 56% (85 dados) das ocorrências desse tipo com orações subjetivas antepostas à matriz. As construções do tipo deôntica apresentaram apenas 5 dados com anteposição da subjetiva num total de 37 ocorrências; em relação às do tipo epistêmicas, além de pouco numerosas, apenas 16 ocorrências, nenhum dado apresentou anteposição.

A ordem apontada por Neves (2011) e Dias (2013) como possível, porém a menos preferida, com anteposição da subjetiva em relação à matriz, somou um número expressivo entre as construções do tipo avaliativa. De acordo com as autoras, essa escolha evidencia uma topicalização da oração subjetiva. Por conseguinte, aplicando a noção de estrutura da informação, é possível atestar a função pragmática de topicalização da informação contida na oração subjetiva. Concluímos, portanto, que, ao produzir construções com valor discursivo de avaliação, o escrevente tem mais motivação para construir estruturas de tópico, com alçamento da informação da oração subjetiva à posição inicial da sentença, o que ocorre pouco com as deônticas e simplesmente não ocorre com as epistêmicas.

Referências

BYBEE, J. *Língua, Uso e Cognição*. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão técnica Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do Português Brasileiro*. 1 ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- DIAS, D. B. ABRAÇADO, J. e LIMA-HERNANDEZ, M. C. Construções subjetivas. In: BAGNO, M. CASSEB-GALVÃO, V. C.; REZENDE, T. R. (Orgs.). *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- DIAS, N. B. & BRAGA, M. L. Construções subjetivas avaliativas no português do Brasil. In: OLIVEIRA, M. R. de; CEZÁRIO, M. M. (Orgs.). *Funcionalismo linguístico – vertentes e diálogos*. Coleção/UFF. 2018.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. 2. ed. 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.
- GONÇALVES, S. C. L. Posição de sujeito e objeto em construções complexas subjetivas. *Revista Linguística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, volume especial: p. 192-215, dez. 2016.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English: part II. *Journal of linguistics* 3: 199-244, 1967.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: Topic, focus and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. (Org.). *Gramática do Português Falado*. vol. VI. Campinas: FAPES/UNICAMP, 1996. p. 163-199.
- _____. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PONTES, E. Da importância do tópico em português. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 5, Rio de Janeiro, 1981 (Comunicação).
- _____. Construções de tópico em língua escrita. *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, 5: 51-73, 1981.
- _____. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- THOMPSON, S. A. Subordination in formal and informal discourse. In: SCHIFFRIN, D. (Ed.). *Meaning, form, and use in context: linguistic applications*. Washington: Georgetown University Press, 1984, p. 85-94.

Créditos das imagens

Gráfico 1: Autoria própria.

Imagens (1) a (4): *Site Facebook*. Disponíveis em < <http://www.facebook.com>

CONSTRUÇÕES COM “EM VEZ DE X” E “AO INVÉS DE X”: NÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO E CONTRASTE

Leandro Freitas da Horta ¹

Introdução

Os dois conectores investigados encabeçam as orações hipotáticas adverbiais e constituem as construções substitutivas do português contemporâneo. Considerando o eixo da função, os valores que ambos podem expressar caracterizam-nas como diferentes. Nesse sentido, a noção de **substituição** vai ser averiguada, porque estabelece-se que ela pode ser base para gerar outros sentidos mais específicos: a negação, o contraste, dentre outros.

As construções escolhidas para esta investigação aparecem constantemente no uso, seja na fala para dar destaque àquilo que se deseja expor ao interlocutor, seja na escrita com o mesmo intuito – geralmente elas podem marcar certo tom argumentativo. Quando se enuncia um evento que não é realizado (oração com a expressão conectora) em prol de outra a ser realizada (oração principal), isso pode ser constatação de certo tom argumentativo, ou até mesmo, a afirmação da cena realizada ou da cena que deveria ser realizada.

Na realidade, o fato de essas construções não estarem previstas em muitos manuais gramaticais é muito curioso, tendo em vista o número de ocorrências encontradas nos bancos de dados. Quando se pensa na questão do uso, veem-se em textos escritos ou orais ocorrências dessas construções

1 Orientado por Dra. Nilza Barrozo Dias, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (Linha 1: Teoria e Análise Linguística), da Universidade Federal Fluminense, no curso de mestrado, com financiamento da FAPERJ.

em larga escala². Assim, este trabalho parte do princípio de que as construções, oração hipotática mais oração principal, estão no uso, o que nos possibilita investigar quais são as reais motivações de uso linguístico delas e também quais associações foram feitas pelo falante para que elas emergissem na rede substitutiva.

Método de pesquisa

A metodologia deste trabalho tem como base as contribuições do Funcionalismo, investigando as construções de Castilho (2012) no que se refere, de modo geral, à sentença subordinada adverbial conjuncional. A esse respeito, há indicação de estudo de gramaticalidade dos conectores adverbiais que introduzem orações adverbiais, bem como um levantamento sobre a posição dessas sentenças em relação à oração núcleo e ao modo verbal escolhido pelo falante.

Adotamos grupos de fatores que possam nos levar a uma visão mais holística a respeito das construções com “em vez de” e “ao invés de”. A escolha foi feita de modo que pudéssemos checar, a partir dos dados, se as construções são de fato distintas, ou se elas estão em processo de variação. Esperamos que esse método possa nos mostrar de modo coerente o que de fato são e quais descrições gramaticais podemos estabelecer para esse par de contraste em uso nas comunidades linguísticas de língua portuguesa.

Escolhemos como *corpus* <https://www.corpusdoportugues.org/>, da seção NOW, com o recorte de 2012 a 2019 e com cerca de 1,1 bilhão de palavras de três países que falam a língua portuguesa. A coleta foi feita tendo em vista alguns critérios: i) ocorrências de janeiro a junho do ano de 2018; ii) ocorrências que estivessem no nível da oração; iii) ocorrências do gênero notícia, do suporte jornal e revista. Justifica-se esse período, do ano de 2018, porque no ano de 2019, por exemplo, não tínhamos dados para todos os países que seriam estudados. A partir disso, adotamos como critério o período que pudesse englobar todos os lugares de interesse, isto é, os países em que a língua portuguesa fosse comum, tais como Brasil, Angola e Moçambique.

2 Pesquisa de mestrado em andamento (quando este texto foi produzido).

Apresentação do objeto

Cabe, a seguir, uma amostra das construções em estudo: de um lado, a construção com “em vez de”; do outro, a construção com “ao invés de”. Ambas são formadas por uma oração principal e uma oração hipotática adverbial.

Ocorrência 1:

Esforce-se para manter o conteúdo bem-organizado e rico em informações.

Fornecer conteúdo original é apenas um elemento da criação de um website de alta qualidade. O conteúdo também deve ser informativo e organizado de forma a facilitar a navegação dos usuários.

Veja aqui uma breve, mas não completa, lista de elementos importantes que devem ser lembrados:

-Concentre-se em tópicos que você conhece e dos quais gosta bastante.

-Evite duplicar o mesmo conteúdo em várias páginas ou produzir conteúdo de sobreposição ou redundante.

- **[Concentre-se em envolver o usuário, ou seja, proporcionar uma experiência interativa com informações relevantes com base em seus interesses], em vez de gerar conteúdo na tentativa de enganar nossos robôs, por exemplo, com palavras-chave irrelevantes de alto custo].**

Disponível em: <https://adsense-pt.googleblog.com/2012/09/dicas-para-criar-sites-de-alta-qualidade.html>. Acesso em: 23/12/2020

A oração iniciada com “em vez de” aparece na posposição, gerando o seguinte efeito: não seria possível gerar conteúdo para enganar tais robôs da internet, todavia, seria pertinente o envolvimento do usuário com coisas ditas como relevantes para o usuário de informática. Um movimento muito significativo continua se evidenciando, nesse exemplo: a questão de uma negativa ser criada em prol de uma afirmativa, movimento discursivo rotineiro na comunicação humana. Para tanto, percebe-se que a negação também é um fenômeno presente nos exemplos com “em vez de”. Isso significa que o redator tende a negar algo em prol do evento que será realizado.

Na primeira oração, marcada pelos colchetes, há indicação daquilo que deve ser feito, ao contrário do que será exposto na oração hipotática adverbial, iniciada pelo conector substitutivo “em vez de”. Em outras palavras, primeiro anuncia-se aquilo que está previsto pelo enunciador em relação àquilo que não deveria acontecer; é nesse sentido que podemos afirmar que há substituição de um evento por outro. É importante mencionar que ambas as orações estão conectadas também pelos verbos, da hipotática e da principal, pelo sujeito – uma oração recupera via anáfora o sujeito em outras porções do texto e pelo conector, alvo desta investigação.

Ocorrência 2:

É importante que a indústria farmacêutica evolua nalguma espécie de silicone neuronal cujo implante através de uma das têmperas permita a injeção de juízo na massa encefálica de homens e mulheres. Urge preencher o tempo vazio e o espaço morto, ao invés dos peitos murchos.

É importante que os velhos jamais se furtem em caducar. Ao que parece, numa situação tão crítica e caótica quanto a velhice, faz-se mister esquecer para não mergulhar na insanidade. Aqueles poucos que insistem acabam reféns de Alzheimer.

É importante conhecer a Alemanha, a França, o Reino Unido, o Caribe e, até mesmo, a Disney (O Mundo da Fantasia). Eu admito: não dá mais pra ficar levando o mundo real tão a sério.

É importante buscar algum grau de importância moral na morte (a importância social parece evidente), além do expurgo e da mera assepsia. **[Para o equilíbrio ideal das coisas, não seria mais aceitável à humanidade parar de nascer], [ao invés de morrer o que se ama?] Eis aqui uma pergunta que não se calará nem mesmo após o último suspiro.**

Disponível em: <http://acervo.revistabula.com/posts/colunistas/sosseguem.-meus-dois-canos-fumegantes-so-atiram-palavras>. Acesso em 23/12/2020

Na mesma proporção, avalia-se o exemplo acima, em que a oração posposta “ao invés de morrer o que se ama?” contribui semanticamente com a oração “Para o equilíbrio ideal das coisas, não seria aceitável à humanidade

parar de nascer”. Dessa vez, é visto que o grau de oposição está mais aparente, por causa da seleção das palavras, que nesse caso são contrastivas: *nascer* e *morrer*. Além disso, a questão da objetividade e da precisão da mensagem pode marcar a negação da informação na sentença com *ao invés de*, que parece apontar e focar na informação da oração principal. A oração “parar de nascer” em oposição à oração “ao invés de morrer o que se ama?” evidencia mais uma vez que a construção “ao invés de” serve como elemento essencial de integração das sentenças. Em outras palavras, pode ter ocorrido *chunking* (BYBEE, 2010) na expressão conectora, uma vez que o falante, diante desta, encara tudo como uma coisa só. Isso remete à ideia de que há uma questão sintática, além de semântico-discursiva, muito forte entre as sentenças. Sendo assim, no que diz respeito a esse último campo, o discursivo, pensa-se que a construção evidencia duas orações relacionadas entre si por uma oposição lexical que se dá evidentemente pelo par “nascer x morrer”, além de uma comparação das possíveis mortes e dos possíveis nascimentos. Na realidade, o tom comparativo pode servir de base para o tom contrastivo mais explícito nas sentenças. Da mesma maneira, cabe uma observação da posição da sentença norteadora pelo conector, que nesse caso se apresenta na posição posposta, a qual aparentemente muda o rumo da descrição, já que se propõe uma solução ao ponto negativo marcado pela segunda sentença. Como se pode notar nos dois exemplos, há certa mobilidade do conector na construção, conforme contribuiu Halliday (1994) acerca das cláusulas adverbiais.

Contribuição do funcionalismo linguístico

O funcionalismo trabalha essencialmente com dados de fala/escrita, tendo em vista alguns fatores que serão apontados mais à frente. Esse *modus operandi* pode propor explicações para a questão da mudança linguística, tema muito caro à ciência da linguagem. Sabe-se que a mudança está automaticamente associada à língua; uma explicação é a diversidade de uma

3 Segundo a autora, trata-se de um processo cognitivo pelo qual os usuários de uma língua concebem uma dada construção, criada por algumas unidades lexicais, como uma palavra apenas. Nesse sentido, os conectores “em vez de” e “ao invés de”, ambos constituídos por preposições no entorno de um substantivo, não são conceptualizados separadamente, e sim como algo único.

comunidade, além dos fatores históricos-sociais-culturais que corroboram a inserção de novas unidades no sistema linguístico.

É importante avaliar que a língua é concebida, no modelo centrado no uso (LCU), por um inventário de construções, que são definidas como itens pareados de forma e função. Assim, as construções estão conectadas umas às outras, formando uma rede estruturada. Este trabalho considera, através de análises qualitativa e quantitativa, dados em diferentes tipos textuais, inclusive os dados de língua falada. Assim, confirma-se a importância da realização linguística em consideração às informações contextuais.

Muitos estudos funcionalistas atuais testam o método para explicar a gramaticalização/gramaticalidade de unidades da língua: uma determinada expressão pode ter passado por esse processo, de modo que hoje possui significados diferentes. Como exemplo, cita-se o fenômeno de articulação de orações no que diz respeito às contrastivas: os manuais tradicionais vão apontar que esse valor, o de contraste, está presente na combinação de orações via coordenação. Todavia, quando se observa o banco de dados, seja *corpus* de língua falada, seja de língua escrita, verifica-se que esse mesmo valor semântico está presente em orações hipotáticas, fenômeno tratado, por exemplo, nos estudos da pesquisadora Beatriz Decat.

A intenção do Funcionalismo é propor o levantamento das propriedades da forma e da função, ou seja, a sintaxe é tão importante quanto a interação, a situação e a intenção do falante. Nesse viés, a confirmação de uma hipótese só é possível com critérios minuciosos, como aqueles que são feitos via pancronia, isto é, a partir da confluência das investigações sincrônicas e diacrônicas, mais precisamente o recorte temporal somado ao comportamento histórico das construções em quaisquer níveis da gramática. Por esse motivo, podemos asseverar que língua e fala são elementos indispensáveis na discussão científica das linguagens humanas.

A contribuição teórica para este trabalho, portanto, está de acordo com os postulados do Funcionalismo, da costa oeste norte-americana, em que se apontam considerações tipológicas com o objetivo de descrever o processo de mudança linguística, explicitando determinados estados sincrônicos de algumas línguas. Essa abordagem é importante nesta investigação, uma vez que entendemos ser a língua um sistema adaptativo e complexo, ou seja, a língua atende às demandas comunicativas dos falantes em situação real de uso.

O fenômeno da conexão de orações: um estudo sobre a hipotaxe adverbial

Efetivamente, cabe destacar a *hipotaxe* como fenômeno que constitui o objeto tratado, porque acreditamos na relação hierárquica a que as construções estão submetidas: uma oração está relacionada à outra, sendo uma mais importante, a nuclear, e a outra, aquela introduzida pelos conectores, a hipotática. Face a isso, considera-se importante o fato de a oração hipotática ter mobilidade dentro do período: ora ela aparece como anteposta, ora aparece como posposta. Sentimo-nos à vontade para encarar os objetos dentro desse viés, porque a testagem dos dados no início do trabalho, de modo bem desprezioso, nos apresentou esse resultado. É importante, dessa forma, mencionar a proposta de Halliday (1994) sobre as orações adverbiais, designadas como hipotaxe de realce. Elas podem assumir as posições anteposta e posposta, fator muito relevante, segundo o autor, para indicar a hipotaxe. As orações costumam trazer dois eventos, cada qual com uma perspectiva. Esses eventos estão associados e são movidos pela relação semântica estabelecida pelos conectores “em vez de” e “ao invés de”: os dois conectores são encabeçados pela substituição, no entanto, o primeiro apresenta mais subníveis de sentido do que o segundo, limitando-se, a princípio, ao contraste.

Para efeito de articulação de orações via conector, estamos considerando neste estudo que “em vez de” e “ao invés de” são expressões conectoras do português contemporâneo que sofreram neoanálise, de modo que as locuções prepositivas⁴ comportam-se, em relação à forma e ao sentido, da mesma maneira que os **conectivos subordinativos** da língua portuguesa. Isso nos leva à consideração de que tais expressões são palavras com a finalidade de conexão de termos/orações. Portanto, os definimos como conectores substitutivos da língua portuguesa.

A leitura teórica nos ajudou a observar que as construções com “em vez de x” e “ao invés de x” se comportam como hipotáticas, justamente porque se conectam por meio de um evento modificador do evento da principal – uma oração sozinha não se realiza, a não ser que ela esteja conectada ao discurso.

4 As gramáticas tradicionais mencionadas na referência deste estudo e os demais manuais apontam “em vez de” e “ao invés de” como locuções prepositivas.

A conexão de orações se dá, portanto, nesses objetos via conector – “em vez de” e “ao invés de”. Como estamos trabalhando com sincronia, não assumiremos a ideia de gramaticalização; falaremos aqui sobre gramaticalidade da construção. Efetivamente, poderemos denominar essas locuções como conectores não prototípicos das orações hipotáticas adverbiais.

Análise de Dados

Segue abaixo o quantitativo de ocorrências que encontramos no site. Vale considerar, contudo, que colhemos os dados de janeiro a dezembro do ano de 2018 apenas de *sites* de notícias de revistas e jornais eletrônicos. Observem o primeiro quadro:

Quadro 1

PAÍS	EM VEZ DE	AO INVÉS DE
BRASIL	29 347	1 642
ANGOLA	392	30
MOÇAMBIQUE	137	4

Ocorrências no total

Autoria própria

Esse resultado diz respeito a todas as ocorrências encontradas na seção *now* do site “Corpus do português”, ou seja, há ocorrências das construções substitutivas investigadas neste trabalho (oração principal + oração hipotática), bem como ocorrências que não estejam no nível da hipotaxe, aquelas que se apresentam sem o verbo. Como se pode notar, os conectores “em vez de” e “ao invés de” são muito produtivos no português brasileiro – em especial, o conector “em vez de”, que se mostra muito mais produtivo do que o conector “ao invés de”, com apenas 1 642 ocorrências no total. De toda maneira, é perceptível que o conector “em vez de” é mais produtivo nos outros países que falam a língua portuguesa, Angola e Moçambique.

A seguir temos o segundo quadro já com os resultados a partir do filtro realizado, isto é, trata-se de ocorrências com as duas construções substitutivas, dentro desse primeiro semestre de 2018, na mesma seção do site. Observem:

Quadro 2

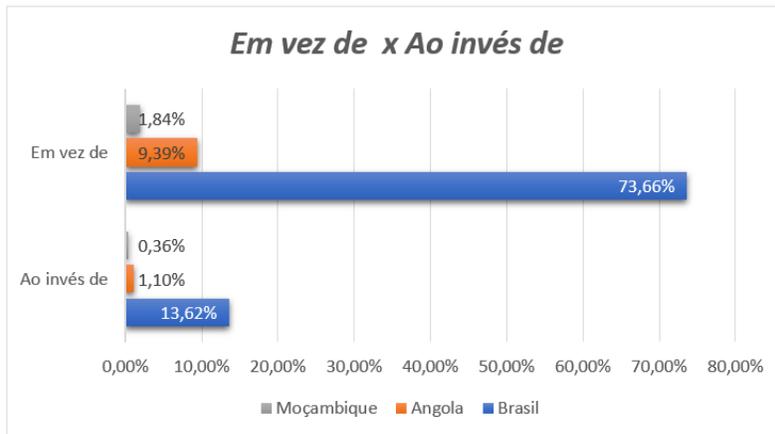
PAÍS	EM VEZ DE	AO INVÉS DE
BRASIL	400	74
ANGOLA	51	6
MOÇAMBIQUE	10	2

Ocorrências analisadas

Autoria própria

Após o filtro, passamos a ter 400 ocorrências no Brasil com o conector “em vez de” em relação a 51 ocorrências em Angola e 10 em Moçambique, o que nos dá um total de 461 dados com “em vez de”. Já o conector “ao invés de” se apresentou menos frequente, com 74 ocorrências no português brasileiro, 6 ocorrências no português angolano e 2 no português moçambicano, dando um total de 82 ocorrências. Desse modo, podemos fazer uma primeira observação em relação à **frequência** das construções substitutivas: há preferência do conector “em vez de” em todos os países. O gráfico a seguir vai mostrar a produtividade das construções em percentual aproximado nos três países investigados, tendo em vista o total de 543 ocorrências.

Número de ocorrências com “em vez de” e “ao invés de”



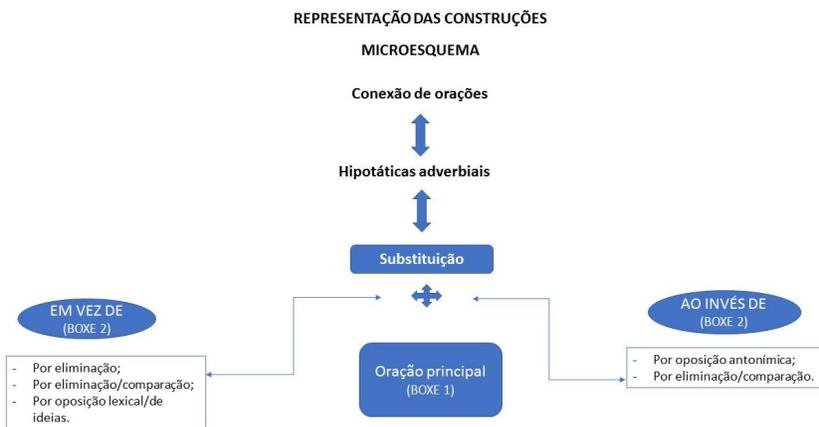
Autoria própria

Foram analisadas 543 ocorrências, 461 com “em vez de” e 82 com “ao invés de”, isto é, no montante de 543 ocorrências, há 84,89% de construções com “em vez de” em relação a 15,10% das construções com “ao invés de”. Efetivamente, percebe-se que há uma preferência maior pelo falante em usar “em vez de” não só no português brasileiro, mas também no português

africano. Mesmo que haja um número pequeno de ocorrências nos outros países, podemos falar em valores proporcionais. No português brasileiro, por exemplo, notamos que há aproximadamente uma aplicação de “em vez de” seis vezes maior que “ao invés de”. O valor percentual encontrado com “em vez de” e “ao invés de” no Brasil nos leva a essa ideia, ou seja, de que usamos “em vez de” aproximadamente seis vezes mais do que “ao invés de”. Nesse sentido, cabe uma reflexão em cima desses valores: são de fato construções sinônimas? Ou estamos diante de duas construções distintas dentro de uma rede estruturada?

Diante do exposto e retomando o que foi abordado nas seções anteriores, afirmamos que estamos considerando “em vez de” e “ao invés de” como expressões conectoras substitutivas/contrastivas. As duas construções que outrora eram mencionadas na tradição gramatical como locuções prepositivas são vistas neste trabalho como palavras que, por meio do *chunking*, são processadas pelo falante como uma apenas, que tende a se conectar com outra oração. É um caso que se assemelha à hipotática adverbial e apresenta, a princípio, valor substitutivo, podendo se desenvolver no plano do sentido como expressão contrastiva.

Observem a **representação das construções** a seguir:



Autoria própria

De acordo com o microesquema, nota-se que as construções estão amarradas pela noção de **substituição**, cada qual com seus traços. Elas são similares em alguns aspectos, no entanto, diferentes em outros, não só no âmbito do sentido, mas também no tipo de verbo, sujeito, posição etc.

Conclusão

As construções com “em vez de” são denominadas como construções substitutivas eliminativas, eliminativas/comparativas e contrastivas (por oposição lexical/de ideias); por outro lado, as construções com “ao invés de” são denominadas como substitutivas contrastivas e eliminativas/comparativas. Diante disso, é perceptível que há traços similares, como o da substituição e o do contraste, entretanto, o resultado e a análise de alguns fatores são levados em conta para diferenciar uma construção da outra, conforme a ordem dos dados coletados.

Este texto apresentou a contribuição de um trabalho que está em fase final. A princípio, estamos considerando, a partir dos resultados obtidos, que estamos diante de duas construções distintas, instanciadas dentro da rede substitutiva da língua portuguesa. Queremos, com a sua finalização, comprovar por meio de outros fatores, como a posição, a correferencialidade, o valor semântico da hipotaxe (positivo ou negativo), a relação semântica entre as orações hipotática e principal e a correlação verbal (verbo desenvolvido x não desenvolvido) que as construções com “em vez de” e “ao invés de” são, de fato, distintas.

Referências

- AZEREDO, J. C. A. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- _____. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*- 1. Ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012.
- CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

- DECAT, M. B. N. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. *Veredas atemática*, Juiz de Fora-MG., vol. 18, n. 2, p. 123-135, 2014.
- DECAT, M. B. N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, V. de O.; LIBERATO, Y. G. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, SP: Mercado de Letras (Coleção Idéias sobre Linguagem), 2001.
- GIVÓN, T. Inter-clausal connections and discourse coherence. In: _____. *English Grammar: a function-based introduction*. Vol. 2. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia, 1993.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- NEVES, M. H. de M. O coordenador interfrasal mas – invariância e variantes. São Paulo, *ALFA: Revista de Linguística*. (Universidade Estadual Paulista) 1962-1977; 1984.
- PERINI, M. A. Gramática descritiva do português. Editora Ática, 4ª edição, 8ª impressão. São Paulo, 2005.
- ROCHA LIMA, C. H. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- ROSÁRIO, I. da C. do e NOVO, I. R. Análise funcional dos conectores EM VEZ DE e AO INVÉS DE no português brasileiro contemporâneo. *Revista Linguística*. Organizadores da edição: Diogo Pinheiro e Karen Alonso. UFRJ. Volume 14, n. 1, jan-abr, 2018.
- ROSÁRIO, I. da C. do. *Gramaticalização – uma visão teórico-epistemológica*. UERJ, RJ: Palimpsesto, 2010.
- SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 26. Ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SOARES DA SILVA, A. *Variação linguística e pluricentrismo: novos conceitos e descrições*. CILX 2018. Actas, Universidade de Vigo; Grades, Gramática, Discurso e Sociedade, 2018.
- THOMPSON, R. E. LONGACRE and SHIN JA J. HWANG. Adverbial clauses. In Timothy Shopen, ed., *Language Typology and Syntactic Description*, Second edition. Cambridge: Cambridge University Press. 2007, p. 237-300.

- TRAUGOTT, E. & DASHER, R. The Framework. In: *Regularity in Semantic Change*. Cambridge University Press. English Language and Linguistics: General Interest, Language and Linguistics, Semantics and Pragmatics, 2001.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. & Richard B. Dasher: *Regularity in Semantic Change*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- TRAUGOTT, E. C. Constructions in Grammaticalization. In: Joseph e Janda (editors). *The Handbook of Historical Linguistics*. Balckwell Publising, 2005.
- _____. Grammaticalization and Construction Grammar. *História do Português Paulista*. Vol. 1. Campinas: São Paulo. Editora: Unicamp. 2007, p.91-101.

A CONSTRUÇÃO “SENDO QUE”

Karina da Silva Corrêa¹

Introdução

O presente artigo é baseado em pesquisa ainda em andamento, que propõe “sendo que” como uma construção que coordena orações em que a segunda oração apresenta valor contrastivo. O objetivo principal deste artigo é analisar o uso da construção com base na teoria funcionalista. Para realizarmos essa análise, utilizamos os estudos de conexão de orações de Halliday (1985) e a noção de contraste e seus valores semânticos, com base em Neves (2000).

Na seção dos pressupostos teóricos, expomos os conceitos acerca de estudos de conexão de orações e a noção de contraste a fim de identificá-los, ou não, no uso da construção “sendo que”. Em seguida, apresentamos os valores semânticos presentes no uso do conector prototípico *MAS*, a fim de verificá-los no uso de “sendo que”, quando conector de contraste.

Na sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa. Finalizamos o capítulo com nossas considerações finais sobre a análise do objeto de pesquisa, com base nos pressupostos funcionalistas apresentados.

¹ Cursando Doutorado em Estudos de Linguagem pela UFF. É orientanda da Professora Doutora Nilza Barrozo Dias.

Funcionalismo

O funcionalismo, de Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Bernd Heine, Joan Bybee, Elizabeth Traugott, entre outros, é uma vertente teórica que define a linguagem como um instrumento de interação entre os usuários da língua (FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2013). Além de analisar aspectos estruturais e formais da linguagem, o funcionalismo tem como objetivo principal observar o funcionamento da língua em situações reais de uso.

Para isso, essa teoria utiliza como base para as suas análises tanto fatores linguísticos, fatores inerentes à língua, quanto fatores não linguísticos, extralinguísticos. Assim, a vertente funcionalista utiliza a estrutura interna da língua (a partir de sua sintaxe, morfologia, fonologia, semântica, pragmática) e fatores que influenciam seu uso (sociolinguísticos, argumentativos, interativos e discursivos) em sua análise. Nas décadas de 60 e 70, os estudos funcionalistas passam a investigar no uso linguístico o par formado pela forma e pelo sentido, polos que constituem uma construção.

Por meio de pesquisas no âmbito do Funcionalismo, é possível perceber que os tipos de sentenças, de padrões de ordem de palavras e de certos tipos de expressões são motivados por processos interativos de uso da língua (DIESSEL, 2017). A língua, então, é vista como um instrumento de comunicação e de interação entre seus usuários e que sua estrutura surge com seu uso.

A parataxe em estudos de articulação de orações

Em estudos funcionalistas, a classificação de articulação de orações é feita através de parâmetros que mostram os diferentes níveis de integração e de interdependência das orações, combinados ao pressuposto de que esses níveis são estabelecidos em um *continuum*.

Nessa visão, a proposta de classificação de orações complexas difere da proposta tradicional, segundo a qual as orações são divididas em dois grandes blocos fechados: as orações coordenadas e orações subordinadas. Por sua vez, o Funcionalismo propõe a existência de orações complexas dentro de um *continuum* marcado por três pontos: a parataxe, a hipotaxe e a subordinação (ou encaixamento).

Esse *continuum* estabelece relações de diferentes níveis de dependência e de integração, desde a não dependência até a máxima integração. Hopper e Traugott (1993) consideram o funcionamento da integração de orações através do quadro a seguir:

Quadro 1: *continuum* de integração de orações

parataxe	>	hipotaxe	>	subordinação
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento
- dependência		+ dependência		+ dependência

Fonte: Hopper e Traugott (1993, p.10)

Os autores, então, estabelecem o nível de integração de orações dentro desse *continuum*, com base em parâmetros de dependência e de encaixamento.

Na proposta de Hopper e Traugott (1993), a integração de orações se inicia com a parataxe, a qual é caracterizada por uma independência relativa em que a disposição das orações está de forma justaposta ou coordenada ligada por conectivo. No meio do *continuum*, está a hipotaxe, que apresenta interdependência entre as orações, sendo uma o núcleo e outra a margem. Neste nível, uma das orações é relativamente dependente da outra. A subordinação (ou encaixamento) ocorre quando há total dependência entre as orações matriz e subordinada.

Halliday (1985) também analisa a articulação de orações com base na leitura de um sistema de interdependência para a realização das conexões entre orações, que pode ser chamado também de sistema tático. Além desse sistema, o autor utiliza as relações lógico-semânticas para analisar tanto as orações paratáticas como as orações hipotáticas.

Ao tratar da articulação de orações, Halliday (1985) diferencia a parataxe e a hipotaxe da seguinte forma: a primeira estabelece uma relação entre elementos com estatuto igual e a segunda constitui uma relação entre um elemento dependente e seu dominante. Além disso, as orações paratáticas, em princípio, são simétricas e transitivas, enquanto as hipotáticas são assimétricas e não transitivas.

Halliday (1985) analisa as orações complexas através da concepção de interdependência (sistema tático) e dos tipos de relações lógico-semânticas. No Quadro 2 a seguir apresentamos a classificação de orações de acordo com o sistema tático e com as relações lógico-semânticas.

Quadro 2: sistema tático e lógico-semântico

		paratática	hipotática
Expansão	(a) Elaboração	João não esperou; ele fugiu. (1 = 2)	João fugiu, o que surpreendeu a todos. (A = B)
	(b) Extensão	João fugiu, e Fred ficou para trás. (1 + 2)	João fugiu, ao passo que Fred ficou para trás. (A + B)
	(c) Realce	João estava assustado, então ele correu. (1 × 2)	João fugiu porque estava assustado. (A × B)
	a) Locução:	João disse: “Estou indo embora”. (1 ‘ 2)	João disse que estava indo embora. (A ‘ B)
Projeção	b) Ideia	João pensou consigo mesmo: “Vou-me embora” (1 ‘ 2)	João pensou em ir embora. (A ‘ B)

Fonte: adaptado de Halliday (1985, p. 270).

O sistema de relações lógico-semântico é dividido em duas partes: a relação de expansão e a relação de projeção. Essa última relação envolve estruturas de discurso direto e indireto, e a primeira ocorre tanto em orações paratáticas quanto em orações hipotáticas, mas de formas diferentes.

Nesta pesquisa, nos focamos na relação de expansão em estruturas paratáticas por extensão, visto que observaremos o uso de “sendo que” nessas condições. A extensão paratática ocorre quando uma oração amplia a informação da oração anterior ao introduzir informação nova. Halliday (1985) divide a categoria de extensão paratática em dois grupos: adição e variação, conforme apresenta o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: categorias e conjunções da extensão paratática

Categoria	Significado
(i) adição “e”, adição: positiva “e não” adição: negativa “mas” adversativa	X e Y Não X e não Y X mas Y
(iii) variação “ao invés de” substitutiva “exceto”, subtrativa “ou”, alternância	Ao invés de X, Y X exceto Y X ou Y

Fonte: adaptado de Halliday (1985, p. 230).

A relação de extensão pode apresentar valor de adição, adversidade, substituição, exceção ou de alternância. Essas relações são expressas tipicamente pelas conjunções “e”, “e não”, “mas”, “ao invés de”, “exceto” e “ou”.

Nesta estrutura, Halliday (1985) considera que os referentes dos dois eventos podem estar relacionados entre si no mundo da experiência. Se os dois eventos compartilham do mesmo plano semiótico, eles devem estar relacionados por simultaneidade ou sequência temporal.

A noção de contraste

O contraste ocorre, fundamentalmente, nas relações de oposição e pode consistir em uma simples oposição entre dois conteúdos ou em uma quebra de expectativa criada pela primeira proposição (CASTILHO, 2010). As relações de contraste podem ocorrer entre orações coordenadas adversativas, orações subordinadas concessivas ou entre enunciados.

Castilho (2010) utiliza o termo *contrajunção* para indicar uma das formas de junção do texto: unir elementos antagônicos. Entre dois enunciados, A e B, B contraria as expectativas geradas por A. A quebra de expectativa pode ser percebida de algumas formas, como “negação, desigualdade, contrariedade, rejeição, não realização de uma relação de causa e efeito ou curso inesperado de evento” (PEZZATI; THOMAZI, 2008, p. 919).

O contraste envolve a quebra de expectativa, que indica “eventos cujo curso e cujas propriedades contrariam as expectativas acerca daquilo que é normal em um mundo qualquer” (NEVES, 2000, p. 871). Para a construção desse sentido, deve-se considerar o conhecimento compartilhado, a argumentação (plausível ou não) e a objeção (admissível ou não). A contrariedade de expectativas é evidenciada, então, “não apenas pelo conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte” (NEVES, 2000, p. 864).

Segundo Neves (1984), o contraste está presente fundamentalmente na relação de desigualdade, a qual é estabelecida de formas diversas e tem o papel de organizar e de estruturar a argumentação. Essa relação pode ser expressa “entre dois segmentos de algum modo desiguais entre si: cada um deles não só é externo ao outro (coordenado), mas, ainda, é, marcadamente, diferente do outro” (NEVES, 1984, p. 22). Isso implica a manutenção em graus distintos de um dos membros coordenados (em geral, o primeiro).

Desta forma, o uso de um conector ou de uma construção contrastiva “representa a explicitação dessa desigualdade, indicando que o enunciador a reconhece e se utiliza dela na organização de seu enunciado, tanto na distribuição das unidades de informação como na estruturação da argumentação.” (NEVES, 1984, p. 22). Além disso, a natureza da desigualdade é mostrada pelo contexto situacional e/ou textual e pode indicar outras relações, como: contraste, compensação, restrição e negação de inferência (NEVES, 2018).

O contraste, ou a contrajunção, ocorre, então, quando um enunciado apresenta elementos opostos ou diferentes do que foram apresentados em orações, sentenças ou enunciados anteriores ou quando um contraria a expectativa gerada pelo anterior. Essa contraposição pode ser representada através de elementos opostos, de negação, de rejeição, de crítica, de polarização, de curso inesperado de evento, de ressalva, entre outros.

Metodologia

Nossa pesquisa é baseada no Funcionalismo, vertente que leva em consideração os aspectos discursivo-pragmáticos do uso da língua e busca compreender o seu funcionamento através da análise de dados reais de comunicação em dados sincrônicos. Com base na teoria funcionalista, analisaremos “sendo que” em dados reais de uso. Para isso, utilizamos os conceitos de conexão de orações (HALLIDAY, 1985) e a noção de contraste e seus valores semânticos (NEVES, 2000) a partir de estudos funcionalistas.

Para compor o *corpus* da pesquisa, analisamos 102 trechos de textos, na modalidade escrita, coletados do banco de dados *Corpus do Português*. Os textos são do gênero notícia ou reportagem que foram publicados on-line no mês de junho de 2012. Nossa intenção, então, é realizar uma análise qualitativa a partir de investigação sincrônica.

No site do *Corpus do Português*, é possível buscar textos de quatro países de língua portuguesa: Brasil, Portugal, Angola e Moçambique. Para a pesquisa, selecionamos textos do Brasil, exclusivamente. O referido banco de dados tem um novo *corpus*, criado em agosto de 2018, chamado de *NOW*. Esse *corpus* é composto por 1,1 bilhão de palavras e seleciona textos publicados exclusivamente em jornais e revistas on-line desde 2012 até a atualidade.

Para a análise dos dados, nos baseamos no quadro de valores semânticos do *MAS*, que é o conector prototípico de contraste, elaborado por Neves (2000). Tais valores são apresentados e especificados a seguir:

Quadro 4: Especificações de valores semânticos de *mas*, conforme Neves (2011)

1. CONTRAPOSIÇÃO		
1.1 Contraposição em direção oposta		
	1.1.1 Marcando contraste	<i>Jesus, naquela ocasião, não satisfaz a curiosidade dos discípulos, mas foi à prática: curou o cego.</i>
	1.1.2 Marcando compensação	<i>Curto, mas lido com voz clara e sem hesitações, o discurso no Congresso arrancou aplausos em várias ocasiões.</i>
	1.1.3 Restringindo, por acréscimo de informação, o que acaba de ser enunciado	<i>Casou-se, mas não foi com a Luizinha.</i>
	1.1.4 Negando inferência	<i>O Bar do Porco era velho e fedia: era muquinbo de um português lá onde, por uns mangos fuleiros, a gente matava a fome, engolindo uma gororoba ruim, preta. Mas eu ia.</i>
	1.2 Contraposição na mesma direção	<i>O sertão, para ele, não é uma coisa, mas principalmente uma ideia e um sentimento</i>
	1.3 Contraposição em direção independente	<i>O assunto é polêmico, mas o importante é deixar claro que toda relação estatística precisa ser discutida à luz de outros conhecimentos</i>
2. ELIMINAÇÃO		
2.1 Eliminação se dá no tempo		
	2.1.1 Negada a subsequência, nada se põe no lugar	<i>Era um sono de paz que se espalhava pelo corpo e pelo espírito do velho Noé, mas, súbito, acordou ouvindo um ruído.</i>
	2.1.2 Negada a subsequência, mas há recolocação	<i>O primeiro contato não traz o prazer esperado. Torres e pedrinhas magoam-lhes os pés. Mas logo avista, mais adiante, um trecho de lama, boa, lisa, morna, pegajosa</i>
2.2 Eliminação não se refere a uma relação temporal entre os membros coordenados		
	2.2.1 É negado o que é enunciado no primeiro membro	<i>Você pensa que sabe, mas não.</i>
	2.2.2 É rejeitada a oportunidade do primeiro membro coordenado	<i>Chego a me perguntar mesmo – mas isso não importa muito nesta conversa.</i>

Fonte: Dias *et al.* (2020, p. 300-301).

Essas escolhas se justificam porque temos o objetivo de identificar e analisar o uso de “sendo que” com função de marcar contraste, bem como suas especificidades. E, para compor a presente análise, selecionamos cinco ocorrências para a realização de uma análise qualitativa.

Análise de dados

A fim de entender o(s) uso(s) da construção “sendo que”, apresentaremos, nesta seção, a análise qualitativa de 5 dados selecionados do *corpus* da presente pesquisa, que contém um total de 102 ocorrências. Realizaremos a análise de conexão de orações com base no sistema tático e lógico-semântico de Halliday (1985) e na noção de contraste e seus traços de Neves (2000), conforme expostos em nossos pressupostos teóricos.

(01) Trabalhando há 30 anos como Engenheiro Químico, especializado em materiais – Plásticos e Borrachas, venho aqui, denunciar que os testes de combustibilidade de estes materiais plásticos e borrachas, feitos em laboratórios nunca se aproximam de uma situação real. As borrachas são compostas por elastômeros e aditivos óleos minerais, **sendo que** estes últimos são altamente voláteis e combustíveis.

<http://www.campgrandenews.com.br/reporter-news/carro-pega-fogo-na-rua-e-bombeiros-usam-200-litros-de-agua-para-apagar-chamas>

O trecho (01) aborda questões sobre materiais químicos envolvendo plásticos e borrachas. Nesse dado, “sendo que” introduz uma informação nova, retomando o sintagma nominal “aditivos óleos minerais” através de “estes últimos”, para fazer uma restrição com uma informação negativa, sobre eles serem altamente voláteis e combustíveis, diferentemente dos elastômeros. Para essa restrição, é necessário realizar uma comparação entre os dois tipos de compostos, a fim de verificar uma característica distinta entre eles.

Nessa ocorrência, podemos observar o uso de “sendo que” para conectar duas sentenças em que a segunda apresenta uma informação que restringe parcialmente a informação apresentada na oração anterior. A restrição parcial é um dos valores semânticos contrastivos característicos do uso do *MAS*, conforme aponta Neves (2000). O uso de “sendo que” para conectar tais orações se enquadra na análise de conexão de oração por extensão paratática, segundo Halliday (1985), em que no nível

sintático são independentes, mas que, no nível pragmático, estabelecem algum tipo de dependência.

(o2) Pelo menos sete mortes de policiais aconteceram desde 30 de maio. Seis delas nos últimos 12 dias, **sendo que** nos últimos quatro [dias] foram registrados quatro casos, um por dia. Veja abaixo quais foram os sete últimos executados, em uma sucessão de crimes.
<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2012-06-28/policiais-da-rotaprendem-suspeito-de-participar-de-mortes-de-policiais-em-sp.html>

O dado (o2) apresenta uma notícia sobre a morte de sete policiais. Neste dado, a construção “sendo que” introduz a informação de que, desses últimos 12 dias, quatro casos foram registrados nos últimos 4 dias, sendo um por dia. Ou seja, a oração introduzida por “sendo que” faz um contraste por restrição parcial, pois, do total, restringe 4 dias para destacar a informação desejada.

Desta forma, observamos o uso de “sendo que” com a função de conectar as orações “Seis delas nos últimos 12 dias” e “nos últimos quatro [dias] foram registrados quatro casos”. As orações em questão estabelecem valor contrastivo, logo são interdependentes no nível pragmático. Mas, no nível semântico, podem ocorrer separadamente, ou seja, são independentes no nível sintático.

Temos, então, um caso de conexão de orações por extensão paratática, conforme propõe Halliday (1985), que consiste na junção de duas orações em que a segunda oração tem a função de ampliar a informação apresentada na oração anterior, exprimindo diversas relações, sendo uma delas a relação de contraste.

(o3) O fato aconteceu em a fazenda Arizona interior de o município de Theobroma, e chamou a atenção por a semelhança de o bezerro com cachorro. A vaca precisou passar por uma intervenção cirúrgica para dar a luz, **sendo que** após a cesariana foi constatado que o feto estava morto.
<http://www.rondoniaovivo.com/interior/theobroma/noticia/theobroma-bezerro-nasce-com-cara-de-cachorro-fotos/89010>

O dado (03) trata de uma notícia inusitada sobre uma vaca. A vaca estava prenha de um bezerro que se parecia com um cachorro da raça boxer. Apesar de a situação ser inusitada, em situações normais, espera-se que uma vaca dê à luz um feto normal e com saúde.

A construção “sendo que” apresenta, então, uma informação inesperada: foi feita a cesariana, mas o feto estava morto. Logo, “sendo que” introduz uma informação de um evento inesperado que marca um contraste por direção independente.

Verificamos nesse dado que “sendo que” foi usado para conectar uma oração que marca valor contrastivo ao fazer uma restrição parcial referente a uma informação apresentada na oração anterior. Desta forma, podemos observar que “sendo que” introduz uma oração que estabelece relação paratática por extensão em relação à oração anterior, conforme a proposta de análise de orações através de um sistema tático e lógico-semântico, proposto por Halliday (1985).

(04) Nesta quinta-feira (14) é comemorado o dia mundial do doador de sangue. Em todo o país, os bancos de sangue realizam campanha para aumentar o número de doadores. Na Colsan- Associação Beneficente de Coleta de Sangue- de Jundiáí (SP) houve 40% de redução nas doações. O sangue que mais há falta é o ‘O negativo’, em seguida está o ‘O positivo’.

De acordo com a entidade, a média de doadores por dia é de 50 pessoas, **sendo que** o ideal seria pelo menos 100 doadores. Por mês, na Colsan, são colhidas 1.600 bolsas de sangue, mas só o Hospital São Vicente absorve de 1.000 a 1.300 bolsas.

<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/06/doacoes-de-sangue-em-jundiai-sp-caem-40-no-frio.html>

Na ocorrência de uso (04), fala-se sobre a quantidade de doadores de sangue em um hospital. A construção “sendo que” é usada para marcar contraste por oposição entre uma quantidade real, 50 pessoas, e o que seria ideal, pelo menos 100 pessoas. Aplica-se, neste caso, a proposta de conexão de orações por extensão paratática de Halliday (1985) porque estão unidas

duas orações de modo que uma amplia uma informação apresentada na outra para fazer contraste.

(05) O funcionário da ONU alertou que inúmeras ameaças são desconhecidas pela sociedade por falta de informação e estudos mais aprofundados. Ele deu como exemplo as mais de 90 mil substâncias químicas que circulam na economia moderna, **sendo que** algumas não possuem nenhum estudo sobre possíveis efeitos colaterais.
<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-06-06/apenas-quatro-acordos-ambientais-assinados-nos-ultimos-20-anos-tiveram-avancos>

Em (05), na oração introduzida pela construção, há a retomada do sintagma nominal “substâncias químicas” pelo pronome indefinido “algumas” de forma a separar uma parte das substâncias de um total de 90 mil. Logo, a construção “sendo que” apresenta uma informação que restringe parte das substâncias, aquelas que não possuem estudo. Observamos, então, a função de “sendo que” como um conector de orações que apresenta informações contrastivas, caracterizando a construção como um conector usado em uma estrutura paratática por extensão.

Considerações finais

Com base nos estudos de conexão de orações e da noção de contraste, no presente capítulo buscamos analisar o uso de “sendo que” com a função de conector de ideias contrárias. Para verificar essa função, utilizamos a proposta de análise de orações de Halliday (1985), que propõe o sistema tático e lógico-semântico.

A proposta de análise de orações estabelecidas por Halliday (1985), a partir do sistema tático e lógico-semântico, nos permite um melhor entendimento acerca do uso de “sendo que”, uma vez que a construção está presente entre orações independentes sintaticamente e estabelece uma relação semântico-pragmática entre si de contraste.

Além disso, utilizamos a noção de contraste e seus desdobramentos para utilizá-los na análise do uso de “sendo que” na conexão de orações. Então, verificamos que “sendo que”, assim como o *MAS*, é usado para marcar o contraste de ideias opostas, em relação a argumentos apresentados em oração anterior. Além disso, observamos que a referida construção apresenta um novo traço de uso, específico seu: o de marcar contraste por restrição parcial, selecionando quantidades ou características específicas de um todo mais geral.

Logo, identificamos “sendo que” como um novo conector que atua na articulação de orações independentes sintaticamente, mas que, ao mesmo tempo, estabelece relação de interdependência semântica entre si, com marcação de contraste.

Referências

- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. Rev. Téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CUNHA, M. A. F. da.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2013.
- DIESSEL, H. Usage-based linguistics. In: ARONOFF, M. (Ed.). *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. New York: Oxford University, 2017.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- NEVES, M. H. M. O coordenador interfrasal mas – invariância e variantes. *Alfa*, 28, p. 21-42, 1984.
- NEVES, M. H. M. *Gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PEZATTI, E. G.; LONGHIN-TOMAZI, S. R. As construções coordenadas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Classes de Palavras e Processos de Construção*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 865-931.

Créditos de imagens

Quadro 1 - HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Quadro 2 - Adaptado de HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

Quadro 3 - Adaptado de HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

Quadro 4 - DIAS, N. B.; ARAUJO, J. A. R.; PACHECO, P. H. Construções contrastivas *acontece que e logo eu*. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 27, p. 297-316, 2020.

BLOCO 2

LÍNGUA EM USO E COGNIÇÃO

OS USOS DA CONSTRUÇÃO NA VERDADE

Vanessa Barbosa de Almeida Oliveira¹

Introdução

O objeto deste trabalho é a construção *na verdade* em contextos de uso. Consideramos que a experiência que se tem é que tal construção dá uma ressalva, dá ênfase, dá mais relevância, reforça um argumento e expressa certeza. Segundo Azeredo (2000), *na verdade* está entre os conectores e pode expressar uma oposição, ressalva ou retificação. Ele afirma:

É conjuntiva, ou conectiva, a função dos sintagmas adverbiais utilizados como recurso de coesão textual. Esses sintagmas pressupõem alguma porção de sentido precedente no discurso ou texto (...):

- uma oposição ou ressalva (contudo, entretanto, todavia, não obstante, porém, na verdade, por outro lado, em compensação, apesar disso, ainda assim);
- uma retificação (na verdade, ou melhor, (ou) por outra, pelo contrário, aliás) (AZEREDO, 2000, p. 209).

Assim, toda a informação que o usuário da língua é capaz de perceber na experiência com a construção *na verdade* pode contribuir para os usos que, mais à frente, serão descritos. A nossa hipótese é que essa construção desempenha várias funções e se estrutura de formas diferentes, a depender do contexto. Assumimos assim que construção é o pareamento

1 Mestranda em Estudos de Linguagem, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Nilza Barrozo Dias, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense.

forma-função (CROFT, 2001). Postulamos, desse modo, que o nosso objeto de pesquisa – a depender do contexto – não se insere em uma categoria fixa, pois ele não só tem usos distintos, como também um uso exclui o outro. Além disso, admitimos aqui que, como as construções são desenvolvidas a partir de exemplares estocados em nossa memória (BYBEE, 2016, p. 35), há a possibilidade de a construção *na verdade* estar desempenhando um uso contrastivo a partir dos processos cognitivos de analogia e categorização.

Em relação aos objetivos, pretende-se discorrer acerca dos usos funcionais da construção *na verdade* no português brasileiro atual, verificando os seus valores semântico-discursivos e morfossintáticos nos quatro usos recorrentes, a saber: no USO 1, a construção *na verdade* comporta-se como um modalizador epistêmico asseverativo; no USO 2, é uma estratégia discursiva de focalização; no USO 3, *na verdade* é identificado como um conector de contraste, em que se percebem semelhanças semânticas com o prototípico *mas*; e, no USO 4, é um marcador utilizado em estratégias de correção.

O *corpus* deste trabalho é constituído de amostras dos *corpora* dos bancos de dados NURC, D&G, PORUS e PEUL. Além disso, foram também coletados recortes de escrita de postagens em aplicativos do *Facebook* e *Instagram* via *print screen*.

Abordaremos, em perspectiva sincrônica, os usos do item *na verdade* sob o aparato teórico dos modelos centrados no uso, dos processos cognitivos de domínio geral que tangem ao nosso objeto de pesquisa, a saber, categorização e analogia. Serão aplicados os conceitos de modalização, de focalização, dos valores semânticos do prototípico *mas* e de marcadores de correção. Esses conceitos serão descritos na seção Revisão da Literatura. Assim, observando o contexto de uso e o cotexto², descreveremos as diferentes formas e funções da construção *na verdade* nos quatro usos aqui já descritos.

A fim de alcançar os objetivos supracitados, o presente artigo organiza-se da seguinte forma: (i) os pressupostos teóricos sob o qual está este trabalho, nos quais incluem-se (ii) os processos cognitivos de domínio geral (BYBEE, 2016) de categorização e analogia; (iii) breve revisão de literatura,

2 Os vários usos que envolvem a construção *na verdade* podem ser auxiliados pelo contexto. Assim, a análise de dados foi realizada com auxílio do cotexto, ou seja, nos elementos linguísticos do entorno da construção.

nas quais constarão os conceitos de modalização, de focalização, dos valores de adversidade do conector *mas* e de marcadores de correção ; (iv) análise da construção *na verdade*; e, por fim, (v) nossas considerações acerca do estudo empreendido.

Pressupostos teóricos

O suporte teórico deste trabalho é orientado pelo viés funcionalista, em que a análise linguística é centrada no uso. A Linguística Centrada no Uso (LCU), também denominada Linguística Cognitivo-Funcional, parte do princípio de que a gramática é organizada cognitivamente. A LCU tem como preocupação analisar a gramática do ponto de vista do contexto linguístico e da situação de uso da língua. É nesse sentido que Castilho (2010) assume a gramática como um sistema que está em constante processo de mudança, pois as suas regras são observáveis no uso linguístico, e é a partir do uso que ela emerge (CASTILHO, 2010, p. 138). Dessa forma, a sintaxe, segundo a LCU, não é prevista como uma entidade destituída do significado; antes, são realidades indissociáveis, pois “como as construções emparelham forma e significado, a gramática não contém módulos para a sintaxe separados da semântica” (BYBEE, 2016, p. 29). Assim, todo o conhecimento linguístico pode ser construído por meio de uma interdependência, um pareamento forma-significado, defendido e utilizado por Bybee (2016), já que, para ela, uma abordagem baseada no conceito de construções pode permitir uma melhor formulação de uma explicação da gramática, que sempre está em adaptação em consequência dos usos.

Nos estudos da LCU, a língua acontece como um reflexo de “processos cognitivos de domínio geral” (BYBEE, 2016, p. 18), que são utilizados para representá-la. Essa representação acontece por meio de construções, que, desenvolvidas e aprendidas no uso, são estocadas na memória. Sendo assim, a gramática foi definida pela autora como “uma organização cognitiva de experiências com a língua” (BYBEE, 2016, p. 28), pois tudo o que faz parte das relações humanas no contexto de suas atividades individuais e sociointeracionais reflete no comportamento linguístico. Nessa perspectiva, o falante aprende as construções linguísticas empiricamente à medida que ele passa a se utilizar das categorias linguísticas.

Esse processo empírico é a base para o surgimento e/ou desenvolvimento de novas construções gramaticais, bem como da competição entre exemplares (BYBEE, 2016, p. 30).

Ainda conforme a autora, o processo cognitivo *analogia* é um “mecanismo primário de criatividade morfossintática” (BYBEE, 2016, p. 100) segundo o qual novas construções podem surgir na língua, já que o processo analógico se baseia na semelhança com formas já existentes. Dessa forma, passamos a descrever os processos cognitivos de domínio geral categorização e analogia, importantes para a análise de *na verdade*.

Os processos cognitivos de domínio geral: categorização e analogia

Categorização é um processo cognitivo na medida em que é uma atividade mental inerente aos seres humanos. Esse processo é uma alternativa para estruturarmos informações, classificarmos coisas e para conhecermos e compreendermos o mundo (LIMA, 2010, p. 110). Estocamos em nossa memória, por semelhança, entidades (coisas, ideias, informações, objetos etc.) e, assim, conseguimos construir uma organização de tudo o que conhecemos. Portanto, para categorizar, somos capazes de conhecer semelhanças e diferenças de uma entidade e classificá-la de acordo com os atributos compartilhados com o protótipo. Em outras palavras, sabemos reconhecer que existe um membro mais representativo de uma categoria e que aquele fará parte desta se compartilhar atributos do protótipo. Conforme Lima, para agrupar as entidades, as que são distintas são tratadas como equivalentes; logo, o falante é quem julga se um exemplo é ou não pertencente a um dado conjunto (LIMA, 2010, p. 110). Daí o fato de mudarem-se os agrupamentos de acordo com pontos de vista de uma informação em um determinado contexto.

O modelo de protótipo de categorização prevê que para cada grupo existe um exemplar que possui uma grande quantidade de atributos compartilhados ou, melhor dizendo, aquele que reflete o conjunto de traços como um todo: o protótipo. Para melhor esclarecer, Lima afirma que um exemplo representativo seria aquele que “compartilhasse com os outros membros da categoria o maior número de características e que, por outro

lado, compartilhasse de poucas características (ou nenhuma) com elementos provenientes de fora da classe” (LIMA, 2010, p. 116).

Por sua vez, os membros que compartilham poucos atributos se tornam elementos periféricos, mas isso não os impede de pertencer a uma dada categoria. Em termos de conectores de contraste, o exemplar é o conector “mas”, que está no centro dessa categoria justamente por conta da frequência e das características que o tornam um protótipo. O item *na verdade*, como será visto mais adiante, põe-se à margem da categoria de conectores de contraste.

A analogia, por sua vez, é um mecanismo importante no processamento de extensão das construções, pois possibilita a criatividade e a produtividade da língua na medida em que o usuário passa a usar um novo item na construção com base na similaridade de itens já existentes. Analogia se refere, portanto, à assimilação de traços de enunciados que já ocorrem, ou seja, os enunciados novos são criados a partir de outros que já existem mediante usos prévios (BYBEE, 2016, p. 27). Assim, a analogia atua a partir da comparação de um item novo com membros mais antigos, já estocados no inventário mental do falante. Assim, a probabilidade de um novo item surgir na língua e a possibilidade de ele ser aceito são gradientes, pois dependem do grau de similaridade com unidades linguísticas frequentes e convencionalizadas (BYBEE, 2016, p. 102).

Acreditamos que a analogia e o grau de similaridade do item *na verdade* com um exemplar prototípico, no caso o “mas”, sejam os responsáveis pela expansão do seu valor semântico. Tal expansão aconteceria por meio de um *link* de associação metonímica, em que o falante se vale do caráter factual do item *na verdade* e agrega a ele um valor de contraposição para articular a sua postura argumentativa.

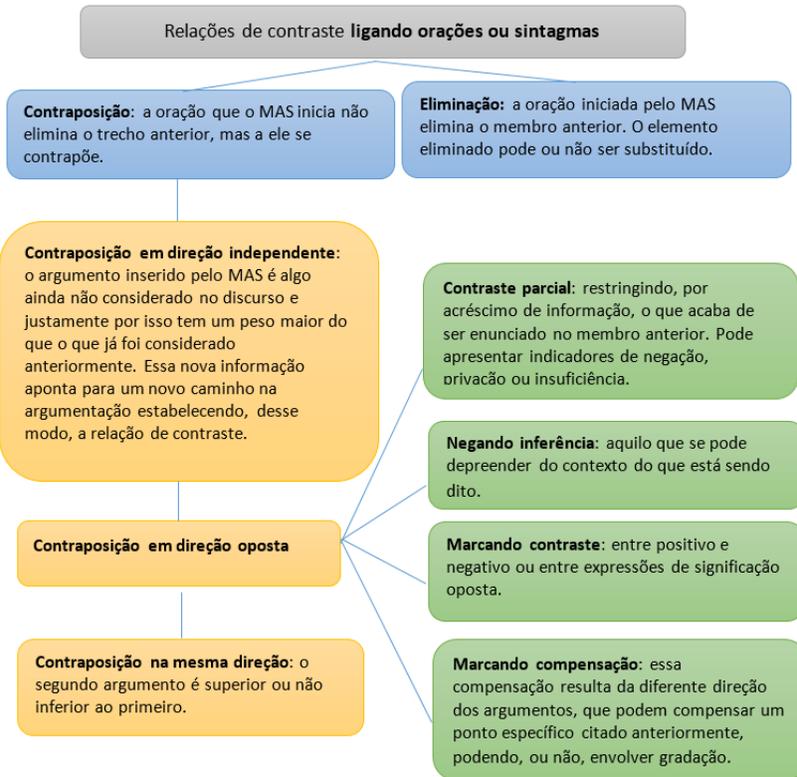
Revisão da literatura

No presente capítulo, para a análise do nosso *corpus*, realizaremos uma revisão da literatura que julgamos necessária, a saber, sobre advérbios modalizadores epistêmicos, valores de adversidade do conector *mas*, focalização e marcadores de correção.

No momento da enunciação, o falante pode utilizar várias estratégias para marcar a sua atitude perante o seu próprio discurso. Essas estratégias podem ser prosódicas, expressões explicativas, entre outros (NEVES, 2000, p. 245). Os modalizadores são apenas um dos recursos linguísticos utilizados pelo locutor para apresentar um comprometimento com o que diz, manifestando, assim, sua intenção e sua opinião frente ao conteúdo das suas mensagens. De acordo com Azeredo, é por meio da modalização que o locutor fornece ao seu interlocutor “pistas ou instruções de reconhecimento do efeito de sentido que pretende produzir” (AZEREDO, 2014, p. 91). Neves (2000, p. 245) classifica os modalizadores conforme as suas possibilidades de sentidos. Dessa forma, a autora os divide em subclasses: epistêmicos ou asseverativos, delimitadores, deônticos e afetivos. O modalizador “expressa a intervenção do falante da definição da validade e do valor de seu enunciado, modaliza quanto ao valor de verdade (...), define a atitude” (NEVES, 2000, p. 244).

Em relação aos valores de adversidade do conector contrastivo *mas*, tomamos aqui como referência os valores semânticos apresentados por Neves (2000, p. 755). Citá-los faz-se importante tendo em vista que, no USO 3, o nosso objeto de pesquisa aproxima-se de um conector de contraste, assumindo alguns dos valores de adversidade do prototípico *mas*. Numa relação de contraste, a conjunção prototípica é *mas*. Essa conjunção é considerada prototípica por carregar consigo todos os atributos de um exemplar categorial como, por exemplo, uma posição fixa no início das orações, das sentenças ou dos enunciados. Diferentemente, há conectores contrastivos – como *porém*, *contudo*, *no entanto* – que apresentam certa mobilidade posicional na sentença e uma coocorrência com outras conjunções coordenativas – separados por vírgulas ou não – ou até mesmo com *mas*, sendo esta a causa de Neves (2000, p. 272) classificá-los como **advérbios juntivos adversativos**. Para uma maior explicitação dos valores semânticos do exemplar demonstrados por Neves (2000), apresentamos o quadro abaixo:

Quadro 1: Os valores semânticos do conector *mas*



Fonte: Neves (2000)

Para uma análise de dados com *na verdade*, é necessário discutir o conceito de focalização, tendo em vista que nosso objeto de pesquisa exerce a função de focalizador do contraste, que é próprio das conjunções adversativas. Castilho (2016, p. 274) afirma que “a focalização é um mecanismo próprio da estrutura informacional da sentença, acionado sempre que queremos destacar, enfatizar, pôr em relevo algum de seus constituintes”. Oliveira (2017, p. 67) argumenta ainda que o foco pode ter uma função informacional quando o falante deseja apresentar uma informação – em relação às suas crenças – que ainda não foi compartilhada, ou pode ter uma função contrastiva quando ele se opõe a algum fato que já é de conhecimento do seu interlocutor. Dessa forma, a função informacional acrescenta uma informação nova, enquanto que o foco com função de contraste se opõe a algo já pressuposto pelo enunciatário “com vistas a

corrigir, comparar ou contrapor informação presente em contexto anterior” (OLIVEIRA, 2017, p. 68).

Por fim, para a análise dos dados do USO 4, cabe aqui apontar brevemente a estratégia de correção e os marcadores que a tornam evidente por parte do enunciador. Fávero *et al.* (1999, p. 55) apontam que formular um texto significa deixar marcas, pistas pelas quais o interlocutor conseguirá compreendê-lo. É por meio dessas marcas que o locutor evidencia o seu esforço para produzir os seus enunciados. A correção enquanto atividade de formulação acontece quando o locutor identifica um problema no seu texto; é uma atividade retrospectiva. Essa atividade, porém, não se dá somente pelas relações de sentido entre um enunciado fonte e um enunciado reformulador, mas também por um marcador utilizado pelo locutor para indicar essa relação. Barros (1993, p. 148) afirma que não há dúvidas de que, na atividade de correção, são utilizados procedimentos linguísticos, que têm como papel na produção do falante marcar suas dúvidas ou dificuldades em relação ao discurso. Os procedimentos linguísticos aos quais a autora se refere são os marcadores de correção, que fornecem pistas para que o interlocutor perceba a correção e intenção do falante. Ainda segundo a autora, a ausência de marcadores, em geral, caracteriza “correções atenuadas” (BARROS, 1993, p. 150). Nesse mesmo sentido, Fávero *et al.* (1999, p. 67) afirmam que é possível perceber a presença de três elementos na reformulação:

Quadro 2: Os elementos do processo de correção

Enunciado Fonte	(EF)
Marcador	(MC)
Enunciado Reformulador	(ER)

Fonte: Fávero *et al.* (1999, p. 67)

Assim, o caráter reformulador tem sempre uma marca explícita; esta é um traço deixado pelo falante para indicar a relação de correção no seu texto, e é dessa forma que é possível perceber a presença de três elementos como um ato de reformulação, cujo objetivo é, ao corrigir erros ou inadequações, manter a intercompreensão entre os locutores.

Análise de dados

Para melhor compreensão da análise de dados, convém descrever melhor os usos do item *na verdade*: no USO 1, a construção *na verdade* comporta-se como um modalizador epistêmico asseverativo, em que o falante evidencia uma tomada de posição perante o seu discurso, portanto, um valor mais adverbial; no USO 2, o valor adverbial não se esvazia totalmente, antes, a ele é acrescentada a estratégia discursiva de focalização; no USO 3, *na verdade* é identificado como um conector de contraste, em que se percebem semelhanças semânticas com o prototípico *mas*, e, no USO 4, é um marcador utilizado em estratégias de correção.

USO 1 – Imagem 1: modalizador epistêmico



Fonte: *Instagram feed*

A oração “como estou” é completada pela imagem, que demonstra o resultado de um estado emocional de nervosismo, causado pelo “show online de hoje”. A construção *na verdade* coloca-se no interior dessa oração, a fim de reforçar ou colocar como indubitável o fato de que há um estado emocional de ansiedade. Na perspectiva sintática, uma das marcas dos advérbios é poder ser retirado do texto sem que haja prejuízo da correção gramatical. Além disso, a mobilidade *lhe* é própria: pode-se alterar a posição do advérbio sem causar dano à construção sintática. Neste caso, as possibilidades de escrita seriam:

**Quadro 3: Possibilidades de reescrita da construção
na verdade como modalizador**

Posição original do texto: no interior da oração.	Como na verdade estou
Primeira posição possível: preposta	Na verdade como estou
Segunda posição possível: posposta	Como estou na verdade

Fonte: Autoria própria

Dessa forma, podemos perceber que, nesse exemplo, *na verdade* tem características de um modalizador epistêmico, pois 1) possui mobilidade e 2) pode ser retirado do texto sem acarretar incorreção gramatical. Ambas as características são próprias dos advérbios.

USO 2 – Quadro 4: Focalizador de um conector de contraste

(...) o indivíduo termina, o indivíduo termina o seu curso científico teoricamente em condições de ingressar numa faculdade, **mas na verdade** ele não está em condições de ingressar numa faculdade, (...)

Fonte: NURC

A construção *na verdade* acompanha o conector prototípico *mas*, reforçando o seu contraste. Dessa forma, o valor lexical de verdade recai sobre o conector, ressaltando o contraste existente entre os enunciados. Além disso, *na verdade*, na condição de focalizador, pode ter uma função informacional à medida que apresenta uma informação que ainda não foi apresentada ao interlocutor. Nesse uso, como o valor lexical de veracidade é muito relevante para a argumentação, podemos perceber que a construção *na verdade* põe como relevante o enunciado iniciado por *mas*, trazendo os fatos como efetivos para a argumentação.

USO 3 – Imagem 2: Conector de contraste



Fatos Desconhecidos

19 h · 🌐



Alguns dias atrás surgiu um rumor de que a boneca Annabelle havia fugido do museu no qual fica presa. O Museu dos Ocultos Warren, que se encontra na cidade de Monroe, nos Estados Unidos, é conhecido por ter os objetos "possuídos" mais famosos do mundo. Entre esses objetos está Annabelle, que foi inspiração para alguns filmes da franquia *Invocação do Mal*. Na verdade a boneca continua presa e tudo não passou de uma pegadinha do museu.

Fonte: *Facebook*

O item *na verdade* inicia um período que apresenta uma quebra de expectativa do que foi desenvolvido em toda a porção de informação anterior. Há uma expectativa criada pela frase “Alguns dias atrás surgiu um rumor de que a boneca Annabelle havia fugido do museu no qual fica presa”. As informações colocadas entre esses dois períodos contribuem para aumentar essa expectativa, colocada já no primeiro período. As personificações utilizadas – “havia fugido”, “fica presa”, “possuídos” – envolvem o interlocutor no contexto do filme de terror *Annabelle*. É pelo contexto contrastivo que podemos perceber que toda essa porção de texto, que está anteposta à construção *na verdade*, tem a sua expectativa quebrada pelo enunciado “Na verdade a boneca continua presa e tudo não passou de uma pegadinha do museu”. Além disso, *na verdade*, tal qual o conector *mas*, expressa uma ressalva em relação à porção de texto a que se une. Azeredo (2014, p. 305) afirma que “o fato ou ideia introduzido por *mas* recebe um realce em face da ideia anterior e se impõe à atenção do ouvinte ou leitor, funcionando como argumento para os efeitos de sentido que o enunciadador pretende produzir”. Enquanto toda a porção de texto anterior ao item *na verdade* evidencia um suspense e a possibilidade de a boneca ter fugido, a parte seguinte ganha um realce ao apresentar o fato de que tudo não passou de “uma pegadinha do museu”. Sintaticamente, *na verdade* posiciona-se em início de um enunciado, apresentando uma **oposição em direção oposta**. Segundo Neves (2000), o “contraste em direção oposta marcando contraste” (NEVES, 2000, p. 757) pode acontecer tanto entre ideias quanto entre elementos que aparecerem no enunciado com trechos ligados pela construção. Conforme a autora, o contraste pode acontecer entre expressões de significação oposta. Segue o exemplo (NEVES, 2000, p. 758):

O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituída pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas.

Contrastando:

{bate em retirada}	X	{Mas perdura}
--------------------	---	---------------

De forma semelhante, poderíamos aplicar ao dado (3) a consideração de Neves (2000) de que o contraste em direção oposta pode acontecer entre expressões de significação oposta. Teríamos então:

havia fugido	X	Na verdade continua presa
--------------	---	---------------------------

USO 4 – Imagem 3: marcador de correção



Fonte: *Instagram stories*

A correção funciona no discurso como um processo de edição ou de autoedição, como nesse exemplo. A substituição de um item lexical por outro é um dos processos linguísticos que ocorrem em consequência da correção, o que se pode perceber nesse dado: no primeiro turno, o interlocutor afirma necessitar das críticas do locutor; este, então, afirma só ter “uma crítica” (enunciado fonte), que é imediatamente corrigida por “uma constatação” (enunciado reformulador). A relação de correção é aqui estabelecida pela construção *na verdade*, que anuncia ao interlocutor a intenção do locutor de garantir a intercompreensão na sua resposta. Nesse sentido,

há claramente a presença de três elementos: enunciado-fonte, marcador de reformulação e enunciado-reformulador:

Quadro 5: Os elementos da reformulação

Uma crítica	(EF)
Na verdade	(MC)
Uma constatação	(ER)

Fonte: Autoria própria

Considerações finais

Pelos dados, pudemos perceber que a hipótese de que *na verdade* possui diferentes funções e uma mesma forma se confirma, já que, dependendo do contexto, há diferentes usos para essa construção. No USO 1, como modalizador, a construção aqui em estudo propicia ao falante asseverar o que ele acredita como verdadeiro. O seu valor lexical de verdade acentua a posição do locutor frente ao seu enunciado.

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, Azeredo (2000, p. 209) coloca a construção *na verdade* entre os “adjuntos conjuntivos” que expressam ressalva ou oposição. Essa ressalva pôde ser observada no USO 2, no qual *na verdade* trabalha em prol de uma argumentação, focalizando um conector de contraste. Assim sendo, afasta-se da função de modalizador e se aproxima da de conector contrastivo.

Além disso, há também, no USO 3, a possibilidade de uma leitura contrastiva, que acontece por um processo metonímico, pois, feita a aplicação dos valores de contraste defendidos por Neves (2000), obtivemos semelhanças semânticas com o prototípico *mas*, o que pode acarretar uma assimilação de um dos atributos do protótipo.

Por fim, no USO 4, pudemos observar que o nosso objeto de pesquisa também contribui para a estratégia de correção do locutor. Sendo utilizado como marcador de correção, cuja função é fornecer pistas para que o interlocutor perceba a intenção de retificação por parte do locutor, *na verdade* coloca-se entre um enunciado-fonte e um enunciado-reformulador. Dessa forma, conforme afirma Barros (1993, p. 155), a correção procura levar o interlocutor a reconhecer a intenção do locutor, além de ter um papel considerável na organização geral do texto e na organização dos seus sentidos, pois funciona como mecanismo de persuasão.

Sendo assim, pudemos perceber que o nosso objeto de pesquisa se coloca entre categorias: fica à disposição do falante para pertencer a uma determinada categoria, dependendo do contexto pragmático-discursivo.

Referências

- AZEREDO, J. C. de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BARROS, D. L. P. *Procedimentos de reformulação: a correção*. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de Textos Oraís*. São Paulo, FFLCH-USP, 1993. p. 129-156.
- BYBEE, J. L. *Língua, Uso e Cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. *Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas*. In: CUNHA, M. A. F.; CEZARIO, M. M. *Linguística Centrada no Uso*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 13-40.
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. de. A correção no texto falado: tipos, funções e marcas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do Português Falado: novos estudos*. vol.7. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. Correção. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- LIMA, G. Â. B. de O. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. *Revista Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15: p. 108-122, 2010.
- NEVES, M. H. M. O coordenador interfrasal mas – invariância e variantes. *Alfa* (ILCSE/UNESP), São Paulo, v. 28: p. 21-42, 1984.
- _____. O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. *Alfa*, São Paulo, v.29:p.59-65, 1985.
- _____. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, D. L. *Construções de foco com o marcador “éto” em russo*. 2017. 260f. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Linguística) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Créditos das imagens

Imagem 1: <https://www.instagram.com/jonathannemer/>

Imagem 2: <https://www.facebook.com/Desconhecidos.Fatos>

Imagem 3: <https://www.instagram.com/stories/highlights/>

Quadro 1: Neves (2000)

Quadro 2: Fávero *et al* (1999, p. 67)

Quadro 3: Autoria própria

Quadro 4: NURC

Quadro 5: Autoria própria

A EXPRESSÃO DO ASPECTO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO [POR X TEMPO]

Mara Cristina Machado Ladeira Martins¹

Introdução

Visamos a descrever, neste trabalho, a contribuição da construção [por x tempo] para a expressão do aspecto cursivo no Português Brasileiro. Para tanto, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre *aspecto verbal*. Vejamos como alguns autores, da tradição gramatical, conceituam *aspecto*:

Quadro 1: Diferentes visões sobre a categoria de aspecto em abordagens mais tradicionais

Said Ali (2008 [1957], p. 147)	A descrição do autor sobre aspecto no Português Brasileiro é breve, mas significativa. Distingue perfectivo e imperfectivo, menciona os aspectos durativo e interativo.
Cunha e Cintra (2001, p. 382-383)	Apresentam a categoria de aspecto verbal de forma breve e dual, sempre opondo dois aspectos. Por exemplo: concluído/não concluído, pontual/durativo, contínuo/ descontínuo e incoativo/conclusivo.
Mattoso Câmara Jr. (1971, p. 142)	A abordagem do autor é bastante abrangente, descreve diversos aspectos, partindo da oposição: perfectivo/ imperfectivo. Agrega importantes contribuições aos estudos contemporâneos.

Fonte: autoria própria.

Apresentamos, no quadro (1), o conceito de *aspecto* indicado pelos três autores, e observamos que tem sido consensual defini-lo como uma

1 Mestranda em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq. Orientador: Prof. Dr. Monclar Guimarães Lopes.

categoria dual (perfectivo *versus* imperfectivo). Muitos autores partem da oposição perfectivo e imperfectivo para descrever a categoria aspectual, acrescentando outras possibilidades que destacam a semântica do verbo.

Mattoso Câmara Jr. (1971) exhibe um quadro aspectual mais completo e define o aspecto cursivo como um tipo de durativo. O referido autor entende que existe no aspecto durativo a conceptualização da duração da ação verbal e que essa duração deve ser dividida em progressiva, cursiva e iterativa. Mattoso Câmara Jr. (1971) afirma que o aspecto cursivo descreve o desenrolar da ação.

Em nossa pesquisa, exibiremos uma abordagem um pouco diferente da escolhida por Mattoso Câmara Jr. (1971) quanto ao tratamento do aspecto cursivo. Entendemos que o aspecto cursivo é um subtipo de aspecto imperfectivo, como afirma Castilho (2010, p. 420). Entendemos que a duração se apresenta por meio da cursividade, ou seja, uma ação cursiva expressa duração, e esta pode ocorrer em diferentes níveis. Em nossa pesquisa, investigamos as subcategorias aspectuais menos e mais durativo, que se expressam por meio da construção [por x tempo]. Destacamos que a construção [por x tempo] não é a única forma de expressão do aspecto cursivo, mas, como toda pesquisa deve possuir um recorte bem delineado, optamos por investigar a função dessa construção para a obtenção de tal aspecto.

A descrição de Castilho (2010) corrobora nosso entendimento a respeito da expressão do aspecto cursivo. Vejamos então o quadro (2), o qual mostra a tipologia do aspecto.

Quadro 2: Tipologia do aspecto

Face qualitativa do aspecto		Face quantitativa do aspecto
IMPERFECTIVO	PERFECTIVO	SEMELFACTIVO
Inceptivo	Pontual	-
Cursivo	Resultativo	ITERATIVO
Terminativo		Imperfectivo/ Perfectivo

Fonte: Castilho (2010, p. 420).

Castilho (2010) divide o quadro aspectual em duas macrocategorias: face qualitativa e face quantitativa. O autor apresenta inceptivo, cursivo e terminativo como tipos do aspecto imperfectivo. Cada tipo representa um recorte da ação apresentada. O inceptivo apresenta o início da ação, enquanto o terminativo exhibe a ação em seu término. Já o cursivo aborda a ação em seu curso sem mencionar início ou fim.

Em nossa pesquisa, analisamos o aspecto cursivo, que inclusive se expressa também por meio de advérbias. A construção [por x tempo] é um exemplo de construção com valor advérbial que expressa aspecto imperfeito cursivo.

No quadro apresentado, observamos que o aspecto possui duas faces: a qualitativa, que se relaciona à duração da ação, e a quantitativa, que está relacionada à repetição, ou seja, à quantidade de vezes que a ação ocorreu.

Neste trabalho, iremos nos ater à face qualitativa do aspecto, mais especificamente ao aspecto imperfeito cursivo, o qual se apresenta na construção [por x tempo].

Cabe destacar, ainda, que a construção [por x tempo] é analisada, em nossa pesquisa, por meio de quatro microconstruções, em que o slot X se encontra preenchido por pronomes indefinidos: *pouco*, *algum*, *muito* e *tanto*. Dividimos as quatro microconstruções em duas subcategorias aspectuais: mais durativo e menos durativo.

Tabela 1: Subcategorias aspectuais – níveis de duratividade

	FREQUÊNCIA TYPE	FREQUÊNCIA TOKEN
	Por pouco tempo	100 ocorrências
	Por algum tempo	26 ocorrências (menos durativas)
	Por tanto tempo	100 ocorrências
	Por muito tempo	100 ocorrências
	Por algum tempo	35 ocorrências (mais durativas)
*Participante das duas categorias	Por algum tempo	39 ocorrências

Fonte: autoria própria.

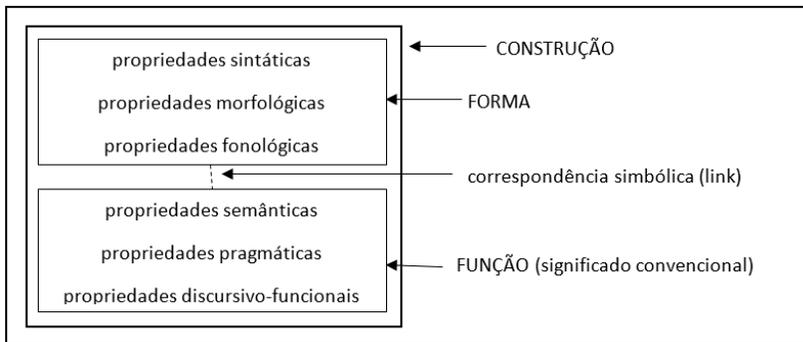
Na tabela (1), exibimos as quatro microconstruções divididas em duas subcategorias aspectuais. A microconstrução [por algum tempo] participa das duas subcategorias, pois apresenta traços de indefinição elevado, o que suscita polissemia relacionada ao pronome “algum”. Dessa forma, [por algum tempo] pode possuir duratividade breve ou longa, a depender do contexto linguístico imediato. Acrescentamos que elementos contextuais são essenciais para que possamos definir a duração expressa pela microconstrução. Existem dados em que as duas interpretações são possíveis em uma mesma ocorrência. É claro que o sentido será diferente a depender da interpretação dada à microconstrução, mas enfatizamos que é possível visualizar as duas possibilidades.

Fundamentação Teórica

Utilizamos como referencial teórico a Linguística Funcional Centrada Uso, que aborda os fenômenos linguísticos a partir da união de duas perspectivas linguísticas: a Linguística Funcional e a Linguística Cognitiva. As duas abordagens consideram a semântica e a pragmática indissociáveis para a prática de estudos linguísticos, por conseguinte, processos cognitivos e interacionais contribuem para o uso que se faz da língua, e também para a forma como analisamos os dados investigados.

Iniciemos abordando a figura (1), em que Croft (2001) apresenta a estrutura simbólica da construção.

Figura 1: A estrutura simbólica da construção



Fonte: Croft (2001, p. 18).

Na figura exibida, observamos a representação do pareamento de forma e função defendido pelo autor. Ao descrever os dois polos (forma e função), Croft (2001) divide o polo da forma em sintaxe, morfologia e fonologia, enquanto o polo da função apresenta os aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos-funcionais.

Compreendemos que a língua é formada por construções, e, portanto, em nossas análises linguísticas entendemos esse conceito como basilar para o desenvolvimento de nossas investigações.

Na análise, consideramos os seguintes critérios:

Quadro 3: Fatores de análise

-Modos e Tempos verbais.
-Duratividade/ Pontualidade.
- Análise de elementos presentes no contexto linguístico imediato. - Efeitos de reiteração e intensificação.

Fonte: autoria própria.

O quadro (3) exhibe os critérios de análise utilizados nesta pesquisa para descrever o uso do *subesquema* [por x tempo]. A construção em análise é parcialmente preenchida: temos dois *slots* preenchidos e um aberto. Cada *type* instanciado pelo *subesquema* [por x tempo] contribui para que atestemos a produtividade da construção. Analisamos neste trabalho os modos e os tempos verbais que se destacam em nossas construções; a duração da ação descrita pela interação entre o verbo e o adverbial; a análise de efeitos de reiteração e de elementos contextuais que auxiliem na definição da duração da ação.

Metodologia

Os dados apresentados nesta pesquisa foram extraídos do *Corpus do Português: Now*. Foram selecionadas 400 ocorrências, 100 de cada *type*. A metodologia que adotamos é quali-quantitativa, o que nos possibilita entender melhor os diferentes usos e chegar a generalizações quanto às propriedades da forma e do significado. Os fatores de análise empregados estão expostos no quadro (3), apresentado na seção de fundamentação teórica.

Análise de dados

Nesta seção analisamos os dados selecionados de nosso *corpus* de análise, utilizando como fatores os critérios apresentados no quadro (3).

Observamos que a maior parte de nossas ocorrências apresenta modo indicativo, e, em relação ao tempo verbal, destaca-se o uso do pretérito perfeito e do presente, respectivamente. Isso se deve ao fato de nossa construção possuir valor temporal. O uso do pretérito perfeito e do presente do indicativo é comum em sequências narrativas, pois são temporalmente situadas.

(1) O processo da morte de Andriely, conforme o promotor, é complexo e, por isso, se **estende [por tanto tempo]**. “Mas podemos dizer que os trâmites estão correndo de forma rápida. Só a acusação arrolou 12 testemunhas e a defesa também convocou bastante gente, por isso ao meu entender, foi rápido”. (Tribuna Curitiba – 09/05/2019)
<https://www.tribunapr.com.br/cacadores-de-noticias/curitiba/morte-de-andriely-assassinada-por-ex-namorado-completa-um-ano/>

Em (1) observamos o verbo *estender* conjugado no presente do indicativo. A forma verbal suscita a cursividade. Percebemos que o processo não chegou ao seu fim, tampouco temos no dado analisado menção ao início da ação. A utilização do presente corrobora o entendimento da ação em curso, e a microconstrução, além de reiterar o valor presente no sintagma verbal, categoriza a ação como mais durativa. Nesta ocorrência temos, então, aspecto cursivo mais durativo.

(2) Os cinco minutos seguintes revelaram uma mudança de postura de Dan, que passou a pressionar muito Barboza, tentando transformar o confronto em uma briga franca e sem técnica. A aproximação constante do neozelandês, inclusive, passou a dificultar os chutes baixos do brasileiro, e **equilibrou, [por pouco tempo]**, a luta. Hooker conseguiu uma queda, ficou em vantagem, mas, já muito desgastado, não conseguiu evoluir. Em pé, Edson voltou a massacar o adversário, que, no intervalo, foi questionado repetidas vezes pelo médico do Departamento de Segurança e Serviços Profissionais do Wisconsin se gostaria mesmo de retornar à luta. (UOL – 04/2016)
<https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/ag-fight/2018/12/16/com-massacre-sobre-hooker-barboza-confirma-brasil-invicto-no-ufc-milwaukee.htm>

Na ocorrência (2), encontramos o verbo *equilibrar* flexionado no pretérito perfeito, o que nos auxilia a perceber que a ação foi finalizada, e inclusive que se trata de uma ação pontual. O verbo *equilibrar* descreve

uma ação pontual, mas, ao analisarmos a interação do verbo com o adverbial, notamos que ação de *equilibrar*, apesar de curta, possui duração, ou seja, foi durativa, pois se estendeu por um período de tempo.

Em (2), como mencionamos, temos um verbo pontual; em (1), por outro lado, temos um verbo durativo. A interação do adverbial com esses verbos é diferente, portanto em (1) o adverbial reitera o valor durativo do verbo, mas em (2) o adverbial altera a pontualidade do verbo, tornando a resultante durativa.

Destacamos que, embora as duas microconstruções possuam valor distinto, ambas são durativas, ainda que seus níveis de duração sejam diferentes.

(3) (Assucena) As pessoas trans **sofreram [por muito tempo]** com falta de credibilidade. Os espaços que nos eram dados eram os jocosos, não existia a oportunidade de trabalho. O que estamos representando é que podemos ser qualquer coisa: funkeiras, como a Linn da Quebrada, artistas de palco, como Liniker, ou MPB, como As Bahias. (Veja, 10/6/2019).

As microconstruções apresentadas nos exemplos (2) e (3) funcionam como os protótipos de suas subcategorias aspectuais. A construção [por muito tempo] possui todos os traços da subcategoria mais durativo, assim como [por pouco tempo] é o exemplar da subcategoria menos durativo. As microconstruções [por algum tempo] e [por tanto tempo] são categorizadas como mais marginais, pois não compartilham todos os traços pertinentes às subcategorias a que pertencem.

Cabe descrever com mais atenção o caso da microconstrução [por algum tempo], que participa das duas subcategorias.

(4) Dessa forma, o mercado pode consultar e verificar que aquela pessoa não é má pagadora. Apenas estive **[por algum tempo]** sem condições de quitar determinado débito. Mas continua, então, merecedora de receber crédito. Se o Cadastro Positivo confirmar esta proposta, um contingente enorme de brasileiros, especialmente os que se tornaram

autônomos, até por conta da crise econômica, devem se beneficiar. (Diário Prime News – 15/06/2019)
<https://diarioprime.com.br/blogs/news/financas/consulta-cpf/cadastro-positivo-no-spc-e-serasa-chances-de-emprestimo-para-autonomos-podem-aumentar/>

Nessa ocorrência, a construção [por algum tempo] possui valor menos durativo. Verificamos que a construção pode ser substituída pelo protótipo da subcategoria [por pouco tempo]. Percebemos que outros elementos presentes no texto são importantes para a percepção da construção como menos durativa. A palavra *apenas* contribui para que entendamos esse tempo de duração como curto, pois introduz uma ressalva inferindo que a pessoa não conseguiu quitar seu débito por um curto período de tempo.

A conjunção *mas* introduz um período que justifica que a pessoa ainda merece uma segunda chance. Portanto, esses elementos nos ajudam a verificar que a dívida não é habitual e, logo, não se estende por um longo período de tempo.

(5) Na última semana, o governador fluminense, Wilson Witzel, entregou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, a proposta de prorrogação do regime por mais dois anos. Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da crise fiscal investiga o aumento da dívida consolidada do Estado após o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal.

Jeovalter Correia vê o ingresso de Goiás com receio. “O Regime de Recuperação Fiscal está para os Estados como a Recuperação Judicial para empresas privadas. Nesse sentido, quem vai vender ou negociar com um Estado que está falido? Quem vai empreender em Goiás, sabendo que o Estado não tem condições de investir na infraestrutura necessária para viabilizar o empreendimento [por algum tempo]?”, questiona. (Jornal Opção – 30/06/2019)

<https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/regime-de-recuperacao-fiscal-da-folego-mas-sufoca-o-governo-193297/>

Na ocorrência (5), [por algum tempo] pode ser substituído pelo exemplar da categoria **mais durativo** [por muito tempo]. Para admitirmos tal substituição, precisamos considerar todos os outros elementos do contexto linguístico imediato, inclusive o contexto extralinguístico em que esse texto está inserido.

Nesse caso, é possível percebermos que o estado de Goiás, como muitos outros estados brasileiros, não terão êxito em sua Recuperação Fiscal e, por conseguinte, não poderão investir na infraestrutura de novos empreendimentos por muito tempo. Então, verificamos por meio de pistas textuais, e também por nosso conhecimento a respeito do cenário econômico e político do Brasil, que a perspectiva compartilhada pelo falante (Jeovalter Correia) trata a duração presente na ação de investir, ou ter condição de investir, como uma ação de longa duração, ou seja, que vai perdurar por um longo período.

Considerações finais

Como resultados desta pesquisa, verificamos a percepção dos diferentes níveis de duratividade que contribuem para a obtenção do aspecto cursivo. Concluímos que a interação de um verbo pontual com um adverbial durativo suscita uma resultante durativa, enquanto o contato entre um verbo durativo e um adverbial durativo reitera a duratividade da ação.

Ressaltamos que o subesquema [por x tempo] instancia inúmeras microconstruções, das quais quatro foram descritas neste trabalho. Descrevemos nossas ocorrências à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso. Destacamos que dividimos nossas microconstruções em duas subcategorias aspectuais (mais durativo e menos durativo). E, ainda, podemos reiterar que a duração expressa pela microconstrução [por algum tempo], geralmente, depende de elementos do contexto linguístico imediato para que possamos defini-la como mais ou menos durativa.

Referências

ALI, M. S. *Dificuldades da língua portuguesa* – 7. ed. – Rio de Janeiro: ABL, Biblioteca Nacional, 2008.

- CÂMARA JR., J. M. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Academia, 1971.
- CASTILHO, A.T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: The Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W.; CRUSE, A. D. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: Conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar: A basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. (Org). *Linguística centrada no uso – teoria e método*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2016.

Créditos das imagens

Quadro 1 – Elaboração própria.

Quadro 2 – Castilho (2010, p. 420).

Quadro 3 – Elaboração própria.

Tabela 1 – Elaboração própria.

Figura 1 – Croft (2001, p. 18).

USO DE *FUERE* NAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS INTRODUZIDAS PELO *SI*

Keren Betsabe González Rodríguez¹

Introdução

Neste trabalho, a partir dos dados coletados em dois *subcorpora* do *Corpus del español - Web/dialectos* e *Now* e com fundamento nos pressupostos da *Gramática de Construções* (doravante GC) proposta por Goldberg (1995), principalmente aquela baseada no uso (GOLDBERG 2006; CROFT, 2001; LANGACKER, 1987, 2008, entre outros), apresentaremos uma prévia da pesquisa que estamos desenvolvendo no doutorado² acerca do uso contemporâneo do *futuro do subjuntivo* na construção condicional com *si*, no espanhol do Paraguai.

No que se refere ao *futuro do subjuntivo*, alguns estudiosos apontam que ele teria desaparecido do espanhol entre o século XVII e o XVIII (ANGULO, 2012; RAMÍREZ LUENGO, 2008). No entanto, outros

1 Professora Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil). Mestre em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (Niterói - Rio de Janeiro, Brasil). Revisora de textos, tradutora e intérprete de espanhol ao português e de português ao espanhol. Graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal Fluminense (Niterói - Rio de Janeiro, Brasil). Graduada em Direito da Universidade Federal Fluminense (Niterói - Rio de Janeiro, Brasil). Doutoranda em Estudos de Linguagem, na linha de pesquisa “Teoria e Análise Linguística” (Linha 1), sob orientação do Prof. Dr. Paulo Antonio Pinheiro Correa, na Universidade Federal Fluminense (Niterói - Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: kerengonzalez@id.uff.br

2 O doutorado está sendo realizado em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Antonio Pinheiro Correa.

afirmam que esse tempo verbal estaria em desuso. Não obstante, persistiria em alguns países hispano-falantes – Porto Rico, Santo Domingo, o norte da Colômbia, Venezuela e as zonas serranas do Equador (ALARCOS LLORACH, 2000) – ou apareceria como arcaísmo em textos jurídicos e administrativos, em algumas expressões idiomáticas ou ditados populares. (RAE, 2010; FUKUSHIMA, 2015; HERNÁNDEZ ALONSO, 1996 [1984]; MIŠTINOVÁ, 2012; ROJO; VEIGA, 1999).

Entretanto, durante uma pesquisa rápida em alguns *corpora* da língua espanhola – *Corpus del español del siglo XXI* (CORPES XXI), no *Corpus de referencia del español actual* (CREA), nos *subcorpora* do *Corpus del español* (*web/dialectos* e *Now*) e na plataforma de busca do *Google* – encontramos exemplos de uso de alguns verbos do *futuro do subjuntivo*: *ser, haber, hacer, tener e estar*.

A partir dessas primeiras observações, delimitamos nossa pesquisa. Assim, optamos por desenvolver um estudo sincrônico do uso do *futuro do subjuntivo* na terceira pessoa do singular, na construção condicional com *si*, no espanhol contemporâneo do Paraguai. Nossas análises estão sendo realizadas a partir dos dados coletados em dois *subcorpora* do *Corpus del español* - *Web/dialectos* e *Now*, publicados entre 1952 e 2019, em diferentes âmbitos e gêneros discursivos.

Por meio desses estudos, tentaremos compreender o uso do *futuro do subjuntivo*, no espanhol contemporâneo do Paraguai, uma variedade do espanhol pouco analisada pelos linguistas hispânicos e brasileiros. Ademais, tentaremos confirmar ou infirmar nossas hipóteses acerca do emprego desse tempo verbal.

A hipótese principal consiste na defesa de que o uso contemporâneo do *futuro do subjuntivo* no espanhol do Paraguai é frequente e produtivo dentro dos âmbitos jurídico, legislativo e executivo (administrativo). Portanto, não configura um arcaísmo gramatical ou sintático, como afirmam Rojo e Veiga (1999, p. 2922), Hernández Alonso (1996 [1984], p. 378-379), entre outros.

As hipóteses secundárias estão relacionadas com a defesa de que o emprego contemporâneo do *futuro do subjuntivo* ocorre para além dos contextos jurídico, legislativo e executivo (administrativo) e de que o uso desse tempo verbal pode apresentar um valor pragmático de instanciar a voz de autoridade das esferas jurídica, administrativa (executiva) e religiosa em contextos de uso menos conservadores.

Fundamentação teórica

A GC não é considerada uma teoria unificada. Ao contrário, ela constitui um conjunto de abordagens orientadas, principalmente, pela análise das *construções*. Estas, compreendidas como as unidades básicas da língua, são definidas como *pareamentos convencionais de forma e significado (função)*, cuja estrutura se organiza de maneira sequencial. Além disso, as construções apresentam diferentes níveis de complexidade e esquematicidade. Assim, elas podem ser desde atômicas e substantivas até complexas e esquemáticas. (CROFT; CRUSE, 2004).

Para desenvolver nossa pesquisa, buscamos embasamento nos pressupostos do modelo de GC proposto por Goldberg (1995), em especial, a GC baseada no uso (GOLDBERG 2006, CROFT, 2001, LANGACKER, 1987, 2008, entre outros). De acordo com Bybee (2013), a premissa básica dos modelos baseados no uso está vinculada ao fato de considerar a experiência com a língua como um elemento fundamental para criar e influenciar as representações cognitivas. Estas, por sua vez, são construídas conforme os usuários de uma de língua codificam enunciados e os categorizam com base na forma fonética, no significado e no contexto (BYBEE, 2013, p. 1).

Essa visão condiz com a de Langacker (1987), que propôs um modelo gramatical baseado no uso, pois a língua configura um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais (1987, p. 57), e o conhecimento de um falante sobre estrutura linguística é procedural. Isso significa que a língua deriva de processos cognitivos de domínio geral, como categorização, memória enriquecida, analogia, entre outros, os quais auxiliam no entrincheiramento das construções (BYBEE, 2010). Portanto, as gramáticas alinhadas à GCBU podem ser compreendidas uma como a organização cognitiva da experiência linguística de um falante (BYBEE, 2006).

Revisão da literatura

Neste trabalho nos centraremos na exposição dos primeiros resultados acerca da construção verbal *fuere* nas condicionais com *si*³. Na língua

3 Nos subcorpora *Web/Dialectos e Now*, também encontramos a forma verbal *fuere*, construções temporais e relativas. No entanto, em virtude do tempo, delimitamos a análise do uso dessa construção verbal às condicionais com *si*.

espanhola, essa é a forma verbal tanto do verbo *ir* quanto do *ser*, no *futuro do subjuntivo*. Nos *subcorpora* analisados, somente encontramos dados referentes ao verbo *ser*. Assim, nas condicionais, *fuere* aparece na *prótase copulativa*, na *prótase modalizadora deôntica* e na *prótase passiva perifrástica*.

Com relação às construções copulativas, Fernández Leborans (1999, p. 2359-2365) salienta que a base léxica do predicado dessas construções é constituída por uma categoria nominal denominada *atributo*⁴. Nesse sentido, os verbos que conformam essas construções, definidos como *verbos cópula*, seriam semanticamente vazios (dessemantizados ou gramaticalizados), posto que apresentariam, unicamente, funções gramaticais. Assim, por meio dos seus morfemas, esses verbos indicariam somente o modo, o tempo, o aspecto, o número e a pessoa do predicado, bem como estabeleceriam a concordância com o sujeito gramatical. Por sua vez, este não corresponderia ao sujeito semântico ou temático do verbo, senão ao do atributo. Por conseguinte, esses verbos funcionariam como um auxiliar do núcleo lexical do atributo, formando um predicado complexo indissociável. Não obstante, Fernández Leborans (1999, p. 2359-2365) assinala que, em uma perspectiva tradicional da gramática, os verbos auxiliares integram locuções verbais, juntamente com a forma verbal auxiliada (infinitivo, gerúndio ou particípio), constituindo um predicado verbal. Nesse caso, os verbos, através dos morfemas, indicam o modo, o tempo e o aspecto, o número e a pessoa do predicado dos verbos auxiliados, posto que não apresenta flexão.

Subirats Rüggeberg (2001a, não paginado), orientado pela abordagem da sintaxe léxica, amplia a teoria de predicados de Zellig S. Harris (1991) e propõe incluir nas classes léxicas de predicados tanto verbos quanto nomes, adjetivos e locuções predicativas. Além disso, retoma o conceito de Lenz (1925 [1920]) acerca da existência de verbos semanticamente vazios. Entre esses verbos, inclui *ser*, *estar*, *hacer*, *tener* e *haber*. Nesse sentido, esse linguista, ao se referir aos verbos *ser* e *estar* como verbos de cópula, afirma que o único significado desses verbos, vazios semanticamente, seria o significado aspectual. Nesse caso, esses verbos não constituiriam um predicado. Eles serviriam somente de suporte para as marcas temporais dos predicados não verbais. Dessa maneira, *atributo* se transformaria em predicado nominal.

Acerca da dessemantização ou gramaticalização, Bybee (2020) assinala que esse processo ocorre quando há uma mudança semântica de um

4 Em português, corresponde ao predicativo do sujeito.

item lexical, o qual “fica desbotado [*bleached*] de especificidades de significado, ou generalizado à medida que se perdem componentes específicos de significado” (BYBEE, 2020, p. 234).

Em virtude do que foi exposto acerca dos verbos semanticamente vazios, poderíamos pensar que esses verbos não configurariam uma construção. Contudo, o significado de uma construção não se limita às propriedades semânticas. Nele também estão incluídas as propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais (CROFT; CRUSE, 2004). Nesse sentido, o verbo *fuere* pode ser considerado uma construção e, seguindo o quadro de níveis construcionais proposto por Croft e Cruse (2004, p.255), ele constitui uma construção morfológica e com propriedades fonológicas e de significado de caráter aspectual.

Com relação à aspectualidade, Miguel (1999) afirma que essa categoria verbal informa acerca da maneira como um evento ocorre e se desenvolve, em uma determinada extensão temporal. Assim, por meio do aspecto podemos observar sua delimitação ou falta de limite de um evento, sua duração ou momentaneidade, sua continuidade ou intermitência, sua repetição ou a fase de desenvolvimento em que se encontre etc. Segundo essa estudiosa, na língua espanhola, essas informações relativas ao evento podem se manifestar na raiz verbal (aspecto lexical); através de morfemas derivativos (aspecto lexical); morfemas flexivos (aspecto gramatical ou flexivo); perífrases verbais (aspecto léxico-sintático), advérbios (aspecto léxico-sintático), negação (aspecto léxico-sintático), entre outros elementos do contexto onde estiver inserido um verbo.

No que diz respeito ao aspecto léxico ou *Aktionsart*, a linguista assinala que ele está relacionado à informação aspectual, a qual se refere ao modo de ação de um evento e é própria das unidades léxicas que constituem o predicado. Ademais, essa informação está relacionada com o tempo interno que todo evento necessita, por breve que seja, para desenvolver-se e com o modo como o tempo está organizado. “Esta información es independiente del tiempo externo, de la ubicación temporal del evento en relación con el momento del habla o con el tiempo en que ocurre otro evento” (MIGUEL, 1999, p. 2990).

No caso do verbo *ser*, ele se refere a eventos conhecidos como estados. Segundo Miguel (1999), os estados se realizam de maneira homogênea no transcurso do tempo. Por esse motivo, “no avanza, no puede dirigirse hacia un límite ni alcanzarlo. Se limita a mantenerse durante un periodo de

tiempo (en cada momento de él), de forma que es inherentemente no delimitado y durativo: continuo” (MIGUEL, 1999, p. 3012). Nesse sentido, nos termos da *Gramática de Construções*, *ser* configura uma construção atômica, substantiva e com propriedades fonológicas, cujo significado está associado a um estado, não delimitado e durativo.

Segundo Croft e Cruse (2004, p. 288), o Verbo [V] constitui uma generalização linguística de categorias como Verbo Intransitivo [VIntr] e Verbo Transitivo [VTr]. Dessa forma, observa-se uma relação taxonômica, na qual Verbo [V] ocupa uma posição superior na rede. Esses estudiosos salientam que toda categoria superordenada seria motivada linguisticamente. Por essa razão, Verbo [V] pode aparecer em outras construções como na construção morfológica [VerbM-TC], já que sua motivação convencional consiste na possibilidade de que os integrantes da categoria Verbo [V] possam declinar-se por meio dos sufixos de tempo e concordância.

Com base na análise desses linguistas e no *Princípio da Não Sinonímia* (GOLDBERG, 1995), podemos afirmar que, em uma relação construcional hierárquica, *fuere* [VCopM-ere] e *ser* [VCop] são construções diferentes, visto que, ao aparecer em uma construção morfológica, *ser* adquire sufixos referentes às categorias de modo, aspecto flexional, tempo e pessoa.

Fuere é uma construção morfológica cujo significado aspectual está associado a um estado, não delimitado e durativo. Por sua vez, esse significado se relaciona com o aspecto flexional, por meio do qual se informa acerca de evento futuro, possível, não delimitado e durativo. Nesse sentido, essa construção verbal apresenta características de forma e significado que correspondem às da *prótase condicional copulativa*, da *prótase condicional modalizadora deôntica* e da *prótase condicional passiva perifrástica*.

Segundo Rosique Rodríguez (2008) e Montolío (1999), nas condicionais com *si*, as prótases têm um valor gramatical de condição, pois constituem um marco de referência da apódose. Também expressam um valor convencional de condição suficiente, pois, nas condicionais com *si*, essas construções estabelecem uma relação de causa. Ademais, podem apresentar um valor pragmático de hipótese, distância epistêmica e condição suficiente e necessária (ROSIQUE RODRÍGUEZ, 2008, p. 85, III).

É importante assinalar que as prótases condicionais com *si* podem apresentar diferenças na forma e no significado. Como já mencionamos, nos *subcorpora* analisados, *fuere* aparece nas prótases condicionais copulativa, modalizadora deôntica e passiva perifrástica. Essas construções, embora sejam diferentes, estão relacionadas a uma construção mais abstrata, a prótase, que, por sua vez, integra uma construção mais complexa, as condicionais com *si*. Portanto, apresentarão algumas semelhanças vinculadas ao valor gramatical e pragmático da prótase condicional.

Resultados parciais

Nos *subcorpora* Web/dialectos e Now, encontramos 188 dados de *fuere* na prótase condicional copulativa (81 ocorrências), na prótase condicional modalizadora deôntica (73) e na prótase condicional passiva perifrástica (34). No que diz respeito ao contexto de uso, essa forma verbal é mais frequente em textos do âmbitos jurídico (107) e jornalístico (57). Também aparece em textos que circulam em outros contextos, mas com uma frequência baixa: político (5), esportivo (4), religioso (3), empresarial (2), turismo (2), meio ambiente (2), econômico (1), científico (1), da saúde (1), da história (1), educação (1), arte (1).

A seguir apresentamos um quadro com alguns exemplos de uso do *fuere* em diferentes âmbitos:

Quadro 1

Nº	Prótases condicionais	Exemplos	Âmbito, gênero, período, fonte
1	Copulativa Si Suj FUERE PSuj	[...] También se le dio participación a la Fiscalía General del Estado para llegar al fondo de la cuestión, pero por de pronto se presupone la inocencia, agrega el Cnel. Juan Mendoza. # Para el Dr. Roberto Manuel Miranda, director de Asuntos Jurídicos de Defensa la fiscalía debe dilucidar y, en su caso, decidir imputar o no a alguna persona por quebrantamiento de depósito o intento de hurto de documentos nacionales al pasar la frontera, si ese fuere el caso determinado por la investigación . # Son cuatro las acciones emprendidas por el Ministerio de Defensa en las averiguaciones de este caso [...]	Jornalístico Notícia de Jornal online 2014 Subcorpora Now

Fonte: autoria própria com base nos subcorpora *Web/Dialectos* e *Now*

No exemplo (1), podemos observar que o *fuere* integra uma prótase condicional copulativa (“si *ese fuere* el caso determinado por la investigación”), a qual tem um valor gramatical de condição, pois funciona como um marco de referência da apódase (“la fiscalía debe [...] decidir imputar o no a alguna persona por quebrantamiento de depósito o intento de hurto de documentos nacionales al pasar la frontera”). No entanto, a prótase não tem um valor de condição suficiente, visto que a construção verbal *fuere* estabelece uma orientação temporal futura. Portanto, tem um valor pragmático de hipótese, já que pode ser confirmada ou infirmada posteriormente. Dessa forma, dependendo do caso, pode ser que a promotoria acuse alguém ou não por ser depositário infiel ou por tentativa de furto de documentos nacionais ao cruzar a fronteira. Além disso, expressa uma distância epistêmica mais neutra, posto que o enunciador não tem certeza epistêmica acerca de sua proposição (ROSIQUE RODRÍGUEZ, 2008, p. 115).

Também podemos notar que, na prótase condicional copulativa, é estabelecida uma correlação entre o sujeito “esse” e o predicativo do sujeito “el caso determinado por la investigación” e, por conseguinte, uma correlação entre o predicativo do sujeito e a apódose, dado que o enunciado dessa construção é referenciado pelo demonstrativo “esse”, que tem uma função dêitica anafórica. Além disso, restringe ou limita o conteúdo da apódose ao seguinte enunciado: “la fiscalía debe [...] decidir imputar o no a alguna persona por quebrantamiento de depósito o intento de hurto de documentos nacionales al pasar la frontera”. Assim, fica excluída da apódose o enunciado “la fiscalía debe dilucidar”.

Quadro 2

Nº	Prótases condicionais	Exemplos	Âmbito, gênero, período, fonte
2	Modalizadora deôntica SiFUEREPSuj Chunk	[...] Los jóvenes de la Pastoral Juvenil habían reclamado el hecho a Olmedo y le pidieron que se retire de la parroquia. El ahora imputado se disculpó y argumentó que solo se trataba de un abrazo. # Al respecto, la Arquidiócesis de Asunción emitió un comunicado en que pedía para la próxima vez “conversar previamente con la persona interesada y luego con el sacerdote decano del lugar, hasta llegar al obispo si fuere necesario ”. # Esta recomendación responde a las intenciones de evitar “hacer de una piedrita, una montaña”, según refiere el escrito. # Por su parte, la Iglesia aseguró que tomó cartas en el asunto ordenándole al sacerdote “ejercicios espirituales y una vida austera” para reparar el daño moral durante el tiempo que dure la investigación canónica sobre el caso. [...]	Jornalístico Notícia de jornal online 2017 Subcorpora Now

Fonte: autoria própria com base nos subcorpora *Web/Dialectos e Now*

No exemplo (2), a prótase é conformada por um modalizador condicional deôntico (“si fuere necesario”), o qual está vinculado à prótase condicional copulativa. Entretanto, não podemos incorporá-lo dentro dessas construções, visto que esse modalizador forma um *chunk*. Essa colocação funciona, gramaticalmente, como condição da apódose. Ademais, apresenta um valor de obrigatoriedade associado a um valor hipotético, dado que há possibilidade de que se chegue ou não até o bispo para solucionar o problema apresentado. Também está expressa uma distância epistêmica neutra, devido à incerteza epistêmica sobre a proposição. Por último, assim como no exemplo (1), nesse exemplo (2), a prótase ocupa um lugar marcado, pois é antecipada pela apódose. Dessa forma, restringe sua condição à construção reduzida de infinitivo (“llegar al obispo”), introduzida pelo advérbio “hasta”, com função de conjunção aditiva. Essa apódose tem função de sujeito e estabelece uma correlação com o predicativo da prótase.

Quadro 3

Nº	Prótases condicionais	Exemplos	Âmbito, gênero, período, fonte
3	Passiva perifrástica Si FUERE Part Pas	estará activo profesionalmente por espacio de cuatro meses y medio. # Todo por haber incurrido en desconocimiento del reglamento en un encuentro que celebraron Deportes Vallenar y Melipilla en Segunda División el 19 de diciembre pasado. # Sus asistentes Carlos Venegas y Ángel Hermosilla también alcanzan la medida impuesta por la ANFP. Estarán disponibles desde el 1 de mayo. # El encuentro definía el ascenso a la Primera B de Chile. Ahora, por orden del ente rector trasandino, la tanda de penales será repetida. # Gamboa no obstante podrá dirigir partidos de Conmebol si fuere designado. La sanción es sólo para el plano local. [...]	Jornalístico Notícia de jornal online 2017 Subcorpora <i>Now</i>

Fonte: autoria própria com base nos subcorpora *Web/Dialectos* e *Now*

O exemplo (3) apresenta um valor gramatical de condição da apódase semelhante ao das prótases condicionais copulativa e modalizadora deôntica. Também tem valor pragmático de hipótese e de distância epistêmica neutra. Contudo, no exemplo (3), a prótase condicional passiva perifrástica (“si fuere designado”) é antecipada pela apódase (“Gamboa no obstante podrá dirigir partidos de Conmebol”) e tem uma

função semântico-pragmática de deixar suspensa a pressuposição da apódase. Dessa forma, essa construção adquire um valor de suposição (MONTOLÍO, 1999, p. 3655).

Considerações finais

Como já foi mencionado anteriormente, este trabalho integra uma pesquisa muito mais ampla, a qual está em andamento. Sendo assim, não apresentaremos conclusões definitivas, já que ainda falta analisar outros dados dos *subcorpora* selecionado. Não obstante, a partir dos três exemplos apresentados, podemos afirmar que, com o uso do *fuere* nas prótases copulativa, modalizadora, deôntica, essas construções podem estabelecer com a apódose uma relação condicional com valores pragmáticos de hipótese e de distanciamento epistêmico. Ademais, notamos que quando a prótase ocupa uma posição marcada, em alguns casos, pode restringir o conteúdo da apódose, bem como deixar suspensa a pressuposição da apódase. Dessa forma, a prótase adquire um valor semântico-pragmático de suposição.

Referências

- ALARCOS LLORACH, E. Gramática de la lengua española. Madrid: Espasa Calpe, 2000.
- ANGULO, B. de. *El futuro de subjuntivo: análisis cuantitativos sincrónicos y diacrónicos, siglos XIII-XVII*. Dissertação (PhD em Estudos Hispânicos). The Faculty of the Department of Hispanic Studies, University of Houston. Houston, 2012.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. *Mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. Petrópoles: Vozes, 2020.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: University Press, 2004.

- FERNÁNDEZ LEBORANS, M^a. J. La predicación: las oraciones copulativas. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (org.). *Gramática descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999, vol. II, p. 2357-2460.
- FUKUSHIMA, N.. *Pasado, presente y futuro del subjuntivo en español*. Actas del II Congreso Internacional sobre el español y la cultura hispánica en Japón. Instituto Cervantes. Tokio, 2015. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/tokio_2015/07_fukushima.pdf>. Acesso em: 03 de set. de 2019.
- GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- _____. *Construction at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HARRIS, Z. S. *Papers on Syntax*. Hiz, H. (ed.). Dordrecht: D. Reidel, 1981.
- HERNÁNDEZ ALONSO, C. *Gramática Funcional del Español*. 3^a ed. Madrid: Greda, 1996 [1984].
- LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical prerequisites*. Standford: Standford University Press, vol. I, 1987.
- _____. *Cognitive Grammar: a Basic Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LENZ, R. LENZ, R. La oración y sus partes. Estudios de gramática general y castellana. Segunda edición. Madrid: Publicaciones de la *Revista de Filología Española*. Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas. Centro de estudios históricos. Tip. de la “Revista de Archivos”, 1925.
- MIGUEL, E. de. El aspecto léxico. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (org.). *Gramática descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999, vol. II, p.2977-3059.
- MIŠTINOVÁ, A. La expresión del tiempo en las variedades hispanoamericanas del español. *Revista Verba Hispanica XX/1*. Ljubljana, 2012, p.231-243. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/287444525_Time_expression_in_Hispano-American_variations_of_Spanish/fulltext/56766c0b08aeoad265c316f5/Time-expression-in-Hispano-American-variations-of-Spanish.pdf>. Acesso em: 03 de set. de 2019.
- MONTOLÍO, E. Las construcciones condicionales. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (org.). *Gramática*

- descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999, vol. III, p. 3643-3737.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Asociación de Academias de la Lengua Española. *La Nueva Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Libros, S.L.U, 2010.
- RAMÍREZ LUENGO, J. L. El futuro de subjuntivo en el español centroamericano del siglo XVIII: vitalidad, empleo e indicios de decadencia. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. LVI, núm. 1, enero-junio, 2008, p. 141-154.
- ROJO, G.; VEIGA, A. “EL tempo verbal. Los tempos simples”. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (org.). *Gramática descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999, vol. II, p. 2867-2934.
- SUBIRATS RÜGGERBERG, C. *Introducción a la sintaxis léxica del español*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2001a. Edição do Kindle.

Corpora

- BANCO DE DATOS DO CORPES. <<https://www.rae.es/recursos/banco-de-datos/corpes-xxi>>. *Corpus del español del siglo XXI* (CORPES XXI). Acesso em: 03 de set. de 2019.
- BANCO DE DATOS (CREA). <<http://corpus.rae.es/creanet.html>>. *Corpus de referencia del español actual*. Acesso em: 03 de set. de 2019.
- BANCO DE DATOS DO *subcorpus: web/dialectos*. <<https://www.corpusdelespanol.org/web-dial/>>. Acesso em: 03 de set. de 2019.
- BANCO DE DATOS DO *subcorpus: now*. <<https://www.corpusdelespanol.org/now/>>. Acesso em: 03 de set. de 2019.

NÍVEIS DE VINCULAÇÃO SEMÂNTICO-SINTÁTICA DE *CHEGA AÍ* NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO DO BRASIL: UMA ABORDAGEM FUNCIONAL CENTRADA NO USO

Monique Borges Ramos da Fonseca¹

Introdução

Este trabalho é uma ramificação do projeto intitulado *Afixoides de base espacial em construções gramaticais do português: neoanálise e analogização* (OLIVEIRA, 2018), subdividido e investigado por integrantes do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* – UFF². Cada integrante se responsabiliza pela investigação de distintas combinações formadas por locativo sob a perspectiva da Linguística Funcional, mais recentemente, na abordagem do inovador aporte teórico da Linguística Funcional Centrada no uso, LFCU, que concilia os pressupostos da Linguística Funcional e da Linguística Cognitiva, conforme Traugott & Trousdale (2013), Goldberg (1995, 2006), entre outros.

Faz-se necessário introduzir este trabalho ressaltando que se trata da fase inicial de pesquisa no que se refere à coleta de dados, em que a investigação se concentra no levantamento e na análise de registros da combinação *chega aí* em uso real do português brasileiro contemporâneo. Portanto,

1 Doutoranda bolsista Capes pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Letras, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mariangela Rios de Oliveira.

2 Grupo de Estudo de corrente funcionalista com sede na UFRJ, UFRN e UFF. Informações sobre o grupo Discurso & Gramática da UFF (D&G - UFF) podem ser obtidas em <http://deg.uff.br/quem-somos/>

pretende-se discorrer pontualmente nesta etapa inicial apenas sobre a hipótese e o objetivo, incipientes, a respeito da combinação *chega aí*.

A hipótese motivadora é a de que o verbo *chegar* e o locativo *aí* usados de forma contígua estão passando por mudanças construcionais que culminam em valor convidativo do arranjo *chega aí*, ou seja, tais elementos estão sendo usados em distintos contextos em que suas propriedades formais e funcionais individuais alteram-se de modo a resultar na maior vinculação entre ambos os termos. Tais termos se amalgamam e, portanto, tornam-se uma nova combinação na língua, aqui denominada de *chunk*, recrutada para fazer convite no imperativo. Contudo, conforme exposto no decorrer do trabalho, *chega aí* não se configura como uma nova construção na língua portuguesa. Logo, em consonância com a hipótese apresentada, o objetivo a ser atendido no presente trabalho é o de descrever os contextos de uso em que aparece a combinação *chega aí* a fim observar seus usos coexistentes na sincronia atual.

Com foco em descrição e análise qualitativa do emprego da combinação *chega + aí* em textos do século XXI, a busca inicial pelos dados deu-se no site do *Corpus do Português Now*³ e na rede social denominada *Twitter*, a fim de obter dados reais de distintos contextos de uso da língua portuguesa no presente século. Cabe enfatizar, ainda, que não é preocupação fazer análises aprofundadas de cunho quantitativo nessa fase da pesquisa.

Pressupostos teóricos

Conforme expresso anteriormente, esta pesquisa se filia à LFCU, teoria para a qual a língua/linguagem é organizada como uma rede em que todos os elementos linguísticos, dos morfemas às sentenças mais complexas, são construções.

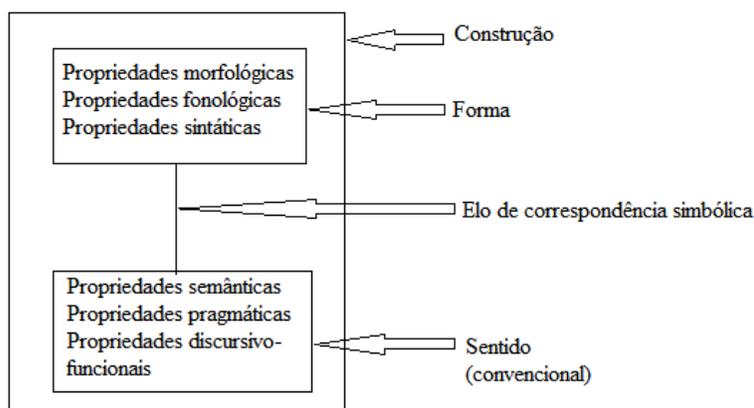
Tomadas como unidades básicas da língua, as construções, por sua vez, são pareamentos de forma e sentido que se relacionam na rede (*constructicon*) da língua, nos termos de Goldberg (1995). As construções são determinadas por suas características de forma e de sentido independentemente de seus níveis de complexidade, distinguindo-se umas das outras nesses aspectos. Desse modo, quando elementos se coadunam e

3 Corpus do Português Now. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>

adquirem novas propriedades formais e funcionais, tornam-se uma nova construção em que seu significado é distinto do significado da soma de seus elementos constituintes.

Croft (2001) elabora um modelo de correspondência simbólica que explicita quais propriedades gramaticais são referentes à forma e quais são referentes ao sentido.

Figura 1 – Elo de Correspondência Simbólica segundo Croft (2001, p. 18)

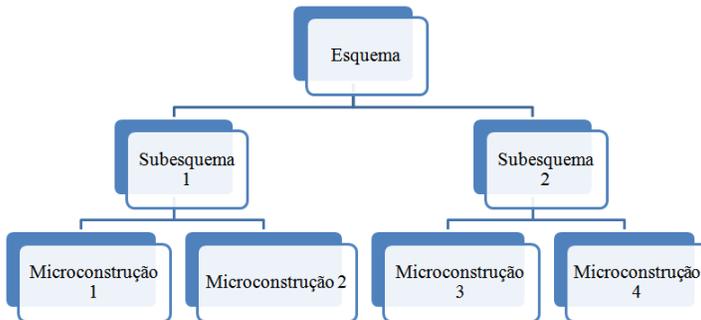


O pareamento forma-sentido está contemplado, ainda, no modelo básico de construção representado por T&T (2013, p. 8).

Os aspectos formais contemplam, portanto, propriedades morfológicas, fonológicas e sintáticas, e os funcionais, as propriedades semânticas, discursivas e pragmáticas. Todos os aspectos da construção, sejam formais ou funcionais, têm igual relevância e se combinam de modo que o conjunto dessas propriedades identifica e especifica a construção.

Na abordagem construcional da gramática, a língua é organizada como uma rede em que as construções estão interligadas hierarquicamente. Há construções de distintos níveis hierárquicos que vão das mais abrangentes funcional e formalmente às que licenciam níveis construcionais mais especificados que, por sua vez, instanciam as de nível mais baixo e mais preenchidas, portanto, menos abstratas. Observe o modelo de hierarquia construcional de Traugott e Trousdale, doravante T&T (2013).

Figura 2 – Modelo de hierarquia construcional segundo T&T (2013)



Fonte: T&T (2013, p. 17)

De acordo com a abordagem construcional, as construções passam por mudanças construcionais que afetam seus aspectos formais e/ou funcionais e que podem resultar em construcionalização⁴, formação de um novo nó na rede linguística, ou seja, surgimento de um novo pareamento de forma e função que se enquadra dentro de um outro paradigma da língua.

Conforme mencionado, as mudanças construcionais são alterações formais ou funcionais de uma construção ou da combinação de construções em contextos específicos de uso e podem ou não resultar na formação de uma nova construção na língua. Quando não se chega ao fim do processo de mudança, ou seja, quando as alterações construcionais não culminam em construcionalização, pode haver a formação de *chunks*. A frequência de uso da combinação de construções⁵ em contextos específicos, como *chega aí*, torna-a mais facilmente acessível pelo falante, configurando-a como um novo *chunk* na língua.

Segundo Bybee (2010), *chunking* é a relação sequencial desenvolvida quando duas palavras são usadas juntas com frequência, ou seja, “é o processo por trás da formação e do uso de sequências de palavras formulaicas ou pré-fabricadas” (Bybee, 2010, p. 65), e *chunk* é o produto do processo de *chunking*, ou seja, é a unidade pré-fabricada, um arranjo formado pelo uso contíguo das construções. Para a autora, a formação de toda unidade

4 A construcionalização, neste trabalho, é tomada como o resultado do processo de mudança linguística.

5 Enfatiza-se que cada um dos termos ou dos elementos que compõem a combinação *chega aí* é uma construção na língua portuguesa, logo o arranjo trata do uso contíguo de duas construções *chega* e *aí*.

complexa da língua, sejam expressão idiomática, sejam expressões pré-fabricadas ou construções, é resultado do processo de *chunking*.

Ainda segundo Bybee (2010), os *chunks* se constituem em mudanças sutis ou drásticas que podem ir de “um pequeno ajuste fonético, leves aumentos possíveis na velocidade de acesso, reconhecimento pelos falantes de que certas combinações são convencionais” até “mudança na estrutura morfossintática, mudanças em nuances e funções pragmáticas e mudança na semântica” (BYBEE, 2010, p. 79).⁶

As mudanças construcionais são aferidas devido ao grau de composicionalidade e analisabilidade da construção em situações específicas de uso. A composicionalidade está relacionada ao grau de transparência semântica da construção, de quão possível é, contextualmente, identificar os sentidos individuais dos elementos que a compõem, já a analisabilidade construcional relaciona-se ao aspecto sintático, de quão possível é desvincular e analisar sintática e individualmente as subpartes de um arranjo. Ambos os fatores são gradientes e quanto mais composicional e analisável for o uso da construção, menor vínculo há entre as suas partes e vice-versa.

Ao observar os graus de composicionalidade e analisabilidade de uma construção, verificam-se se as propriedades formais e funcionais dos termos que a compõem são passíveis de serem analisadas individualmente ou se há vinculação de seus elementos constituintes de modo a torná-los indecomponíveis, com novas propriedades formais e funcionais incompatíveis com as prototípicas, caracterizando sua construcionalização.

Portanto, para identificar o grau de correspondência simbólica de uma construção em distintos contextos de uso, são usados como fatores de análise as propriedades formais e funcionais estabelecidas por Croft (2001), sua composicionalidade e sua analisabilidade.

Nos termos de Diewald e Smirnova (2012), são quatro os contextos em que se observam as mudanças construcionais: o atípico, caracterizado por inferências e implicaturas conversacionais; o crítico, em que se observam múltiplas ambiguidades, tanto semânticas quanto estruturais; o

6 Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha (2016). Texto original: Some of the effects of chunking are rather subtle: small phonetic adjustments, most of which are variable; possible slight increases in accessing speed; and recognition by speakers that certain combinations are conventional... These include changes in morphosyntactic structure, shifts in pragmatic nuances and functions, and change in semantics. (BYBEE, 2010, p. 44).

isolado, em que se constata maior automação e vínculo formal e funcional dos elementos; e o paradigmático, em que é consolidada a construcionalização pelo ingresso de uma nova construção no paradigma da língua. Tratar-se-á, neste trabalho, do contexto inicial, original, de uso prototípico dos elementos linguísticos, como contexto típico, a fim de facilitar a sua referência no decorrer da análise de dados.

Desse modo, este trabalho se atém à investigação de *chega + aí*, a fim de verificar seus distintos graus de composicionalidade e analisabilidade em contextos reais de uso e classificá-los segundo Diewald e Smirnova (2012).

Revisão da literatura: verbo *chegar* e locativo *aí*

A análise linguística se inicia a partir do contexto original, denominado aqui de típico, em que é possível depreender as características lexicais e gramaticais prototípicas dos elementos linguísticos em estudo. Sendo assim, discorrer-se-á pontualmente a respeito do verbo *vir* e do locativo *aí* à luz da Gramática Tradicional (GT), por se tratar de abordagem base para determinar seus usos prototípicos, e sob a perspectiva da LFCU para compreender os usos inovadores de tais elementos na língua portuguesa contemporânea.

No dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2012), constam as seguintes acepções para o verbo *chegar* e o locativo *aí*, enumeradas de acordo com a ordem em que se encontram na obra:

chegar *v.* {mod.1} *int.* **1** atingir o fim de um percurso de ida e/ou de vinda < *c. da Europa* > < *c. à reunião* > ⇐ partir - *da Europa* e *à reunião* são circunstâncias que funcionam como complementos **2** alcançar um ponto no espaço ou no tempo **3** começar, acontecer < *a noite chegou* > *t.d.i.* **4** (prep. *a*) juntar duas coisas; aproximar < *c. o lenço à frente* > a fastar *t.i.* **5** (prep. *a*) alcançar (quantia, valor) < *o lucro chega a 100 mil* > **6** (prep. *de, para*) ser suficiente; bastar faltar *pron.* **7** achegar-se, aproximar, distanciar-se (HOUAISS, 2012, p. 160 - 161)

aí *adv.* **1** nesse lugar, próximo ao ouvinte < *o livro está aí na sua frente* > **2** no lugar a que se fez referência; lá, ali < *foi para a biblioteca e aí vai estudar* > **3** nesse aspecto, nesse ponto <

é aí que está o problema > 4 nesse momento; então < a noiva chegou e, aí, a festa começou > 5 junto, anexado < aí vai o dinheiro >. (HOUAISS, 2012, p. 27)

Pode-se deprender que o verbo *chegar* apresenta significações das mais prototípicas, voltadas para o sentido de movimento com referência a espaço físico, mais concreto, a noções mais abstratas. O locativo *aí* é dêitico e, pela tradição gramatical, é categorizado e listado na classe dos advérbios de lugar, conforme consta em Faraco e Moura (2001) e Cunha (2014), por exemplo. Não convém abordar profundamente a perspectiva da GT nesse trabalho, já que a abordagem adotada aqui é funcional.

Chegar é um verbo de movimento, mas não indica duração de uma ação, e sim o fim, o resultado de um deslocamento, sendo, portanto, primordialmente, uma ação pontual. Desse modo, o uso mais prototípico do referido verbo é observado na referência ao resultado do deslocamento de algo ou alguém, indicando ou não o ponto físico, concreto, espacial, em que consiste o ato de *chegar*.

De acordo com Rocha e Sousa (2019, p. 138), “etimologicamente, o uso mais concreto do verbo *chegar* está para o sentido de *vir*, sendo este o sentido que apresenta mais marcadamente o traço semântico de [+ movimento] (direção de um ponto a outro)”. As citadas autoras constataram que filósofos consideram o verbo *chegar*, tendo em vista sua transitividade, como: “a. intransitivo (Ela já chegou); b. transitivo direto (Chegou às mãos a faca para cortar o mal); c. transitivo indireto (Chegou a Belo Horizonte hoje à tarde)” (ROCHA e SOUSA, 2019, p. 138).

De acordo com a GT, *aí* se categoriza na classe dos advérbios, no entanto, essa é uma categoria difusa, composta por elementos de natureza imprecisa que não compartilham traços categoriais comuns. Oliveira (2011) atesta, sob a perspectiva funcional, que os locativos são distintos dos demais advérbios por apresentarem “foricidade e natureza pronominal”, por se tratar de “proformas que, em geral, têm o papel adicional de elementos de coesão, a serviço da progressão informacional, seja como mecanismo anafórico ou catafórico” (OLIVEIRA, 2011, p. 100). Sobre o locativo *aí*, a pesquisadora afirma:

ali, por partilhar, em maior número de casos, frequência de uso, referência a lugar físico e ordenação pós-verbal,

apresenta-se como locativo adverbial mais prototípico; após, encontra-se *aqui* e um pouco mais distante, *lá*; num ponto marginal da classe dos advérbios, situa-se *aí*, item com maior tendência à polissemia, à gramaticalização e à ordenação pré-verbal. (OLIVEIRA, 2011, p. 100)

Uma vez que o verbo *chegar* apresenta semântica de resultado de um movimento e, em seu uso prototípico, marca um espaço concreto em que algo ou alguém realiza a ação de *chegar* e o locativo *aí* faz referência à segunda pessoa do discurso, é dêitico e aponta para o que está próximo do *tu* (do outro), é previsto seu uso contíguo em situações em que o falante se dirige diretamente ao seu interlocutor, ou seja, em contextos de uso em que há diálogo ou ato de fala direcionado a alguém, conforme será observado a seguir.

Metodologia

De acordo com a teoria que embasa o trabalho, os registros do objeto de estudo foram retirados de contextos de uso efetivo da língua. Em verificação preliminar, foi constatado que *chega aí* é instanciado em contextos interacionais, dialógicos e espontâneos.

A busca pelos registros de *chega + aí* se deu em *corpus* eletrônico, e o viés de análise é qualitativo em ocorrências de *chega aí* em textos da atual sincronia. A busca foi feita, inicialmente, no *Corpus do Português Now* em virtude da extensão de seu compilado de textos do século XXI.

No *Corpus do Português Now* constam contabilizadas 38 ocorrências de *chega aí*, das quais 7 são da variante europeia⁷ e 31, da variante brasileira da língua portuguesa, o que revela baixa frequência de ocorrência no referido *corpus* e maior produtividade de uso do objeto no português do Brasil (PB). Ressaltamos que consideramos cada aparição de *chega aí* como um dado, ainda que flagrado mais de uma vez no mesmo fragmento textual.

Das 31 ocorrências no PB, cinco são do contexto original, típico, com uso conjugado de *chega* e *aí* em que cada um dos termos mantém suas características prototípicas; cinco, do contexto atípico, em que consta o uso contíguo

7 Os registros de *chega aí* na variante europeia da língua portuguesa foram descartados nesta fase da pesquisa.

de *chega* e de *ai* com sentido de deslocamento menos físico, mais voltado para o momento em que algo ocorre, em que cada qual mantém sua analisabilidade e composicionalidade, ainda que em uso mais abstrato; duas, de contexto crítico, com menos composicionalidade e analisabilidade de *chega ai*, uma vez que suas semânticas combinadas propiciam a leitura equivalente a “aproximadamente”, estabelecendo interpretação de quantidade aproximada; e 15 em contexto isolado com função de chamamento, convite, em que o verbo e o locativo não são composicionais e nem passíveis de serem analisados individualmente. Foram registrados, ainda, quatro usos de *chega ai* nomeando um evento, uma culminância, um programa de internet e até uma coleção de roupas/moda.

A fim de expandir a observação do objeto de estudos em contextos reais de uso virtual, foram coletados os dez primeiros registros de *chega ai* no site de relacionamento *Twitter* entre os dias 3 de fevereiro e 15 de junho de 2020 com o auxílio da ferramenta *search* disponível no site. Das dez primeiras ocorrências registradas na ferramenta de busca, uma faz jus ao contexto original e nove, ao contexto isolado.

Em virtude do espaço reservado ao trabalho, a análise de dados será restrita a um registro do objeto de estudo por contexto de uso em que é flagrado, conforme consta na seção a seguir.

Análise de dados

Como mencionado anteriormente, o foco do trabalho é descrever os distintos contextos de uso de *chega* e *ai*. Cabe aqui fazer uma análise que englobe seus usos tanto em contextos mais referenciais quanto em contextos em que se configura como um *chunk* com função convidativa na língua portuguesa do Brasil. Foi possível flagrar a instanciação de quatro contextos de uso de distintos graus de vinculação semântico-sintático entre os elementos do arranjo *chega ai*, conforme observar-se-á no decorrer da análise de dados.

Conforme observado no registro (1), a seguir, em contexto típico, cada elemento mantém suas características prototípicas, composicionalidade e analisabilidade autônoma.

(1) os equipamentos. “ Não existe isso, nenhuma AMA foi fechada até o momento. Essas dificuldades são por causa

de o médico de a AMA. Todas as modificações que estamos fazendo estão em o sentido de aumentar o número de equipes de Saúde de a Família “. Segundo ele, mais 265 equipes serão contratadas. # Zona Oeste é a menos assistida por equipes de Saúde de a Família (Foto: Reprodução/TV Globo) # A reportagem visitou a AMA de o Jardim São Jorge, em a Zona Oeste, e encontrou falta de médicos. “ Você **chega aí** e não consegue nem fazer a ficha. Eles já te liberam e falam que não tem como atender, não tem médicos “, disse a assistente administrativa Eliane Bezerra. (Globo.com 27/04/2018)

Em (1), há uma reportagem a respeito do fechamento e das más condições de funcionamento das unidades de Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) no estado de São Paulo. À época, o Ministério Público enviou à prefeitura de São Paulo um questionário a respeito do fechamento das AMAs, e a resposta foi a de negar que houvesse fechamento de unidades da AMA e de afirmar que estariam passando por ajustes/reparos para melhor atender a população. Em visita à AMA de Jardim São Jorge, Eliane Bezerra, que ocupa a função profissional de assistente administrativa (não é possível saber se é funcionária da unidade ou se é apenas a referência de uma paciente), pronunciou-se para a equipe de reportagem da seguinte maneira: “Você **chega aí** e não consegue nem fazer a ficha. Eles já te liberam e falam que não tem como atender, não tem médicos”.

Nota-se, na declaração de Eliane, que o verbo *chegar* indica o fim do trajeto que alguém percorre até propriamente se encontrar na AMA de São Jorge, a qual é retomada pelo locativo *aí*, que, ao apontar para a unidade de saúde, anula a regência verbal de preposição *a* do verbo *chegar*. Nesse caso, alguém (*você*, que aponta para pessoas de forma genérica, sem referência específica a um interlocutor direto) se desloca até se encontrar em algum lugar, a AMA (retomada por *aí*).

Flagrou-se, portanto, em (1), o contexto original, típico, em que o uso contíguo dos elementos mantém a composicionalidade dos termos e cada elemento é analisável por si mesmo. O verbo *chegar* em sua forma presente do indicativo de terceira pessoa do singular (*chega*) mantém sua semântica de resultado de um movimento prévio de algo ou alguém, e o locativo *aí* exerce sua função referencial ao apontar para o espaço físico mencionado caracterizando um uso predicador.

(2) Então, o nosso governo vai buscar recursos federais pra implementar saneamento. Basta ter projeto. Muitas vezes o estado deixa de receber recursos porque não tem bons projetos, porque não consegue capacitar os seus servidores pra que eles possam realizar esses projetos. Nós até temos uma proposta de capacitar os servidores e auxiliar os municípios, inclusive do estado, a formar projetos mais qualificados pra receberem verbas. E isso, certamente, vai impactar em um saneamento de mais qualidade. # AL TV 1ª Edição - A gente **chega aí** nessa reta final da nossa entrevista, candidato. Eu gostaria que o senhor fizesse as suas considerações finais, falasse diretamente pra o alagoano porque que o senhor merece a confiança e o voto de os alagoanos. (G1 18/09/2010)

Em (2), em entrevista feita com um candidato à política de Alagoas, o político expõe seus projetos para o estado. Ao final da fala do candidato, o entrevistador lhe anuncia o encerramento da entrevista com a declaração: “A gente **chega aí** em essa reta final de a nossa entrevista, candidato”, em que é possível depreender que o verbo indica o fim de um percurso, o desenrolar da entrevista, e o locativo *aí* aponta para um momento desse percurso, o seu fim, o qual é ratificado pelo enunciado em sua sequência: “essa reta final da nossa entrevista”.

Esse contexto de uso é o atípico, uma vez que há persistência da semântica de movimento do verbo. No entanto, é um movimento com destino e resultado menos físico, menos concreto, uma vez que não possui referente espacial, e sim temporal. O locativo *aí*, por sua vez, aponta exatamente para a etapa, o momento, mencionado, no caso, quando o cavalo finalmente aprende a sair/largar em velocidade.

Ainda nesse tipo de uso, constata-se o uso conjugado do verbo, no presente do modo indicativo, com o locativo, de modo que cada um mantém suas características formais e funcionais individualizadas, indicando que são analisáveis individualmente e que há composicionalidade, apesar da abstratização temporal.

Além de referência a um ponto no tempo, *chega aí* pode ser usado em contexto crítico em que *chega* e *aí* têm menor composicionalidade e analisabilidade, uma vez que perdem seus traços funcionais prototípicos e

passam a atuar conjuntamente para um sentido de aproximação de quantidade, conforme observado no registro a seguir.

(3) cuidado veterinário é com a vermifugação, que em a propriedade fica a cargo de a semente de abóbora. # Tanto o cateto quanto a queixada podem ser abatidos com um ano de idade e nem um, nem outro precisam ser castrados. " Cinquenta por cento de tudo que se produz de cateto e queixada é destinado ao mercado de matriz e reprodutores, para formar novos criatórios. Os outros 50% vão para o abate que, por enquanto, abastece principalmente os restaurantes de alta gastronomia. Isso devido ao custo, que para o consumidor final, **chega aí** por volta de R\$ 80 o quilo ", explica o Fábio Hosken, zootecnista. # Só de olhar as carnes, já é possível perceber a diferença. (Globo.com 26/10/2014)

Em (3), um especialista zootecnista explica como funciona o processo e o mercado de abate e estipula o valor do produto para o consumidor final com a declaração de que “**chega aí** por volta de R\$ 80”. Nesse contexto, *chega aí* expressa o sentido de valor aproximado, que é reforçado pela expressão “por volta de”.

Há usos em que *chega* e *aí* fogem de sua prototipicidade e começam a funcionar como uma expressão em que se estipula um valor ou dado numérico, uma margem quantitativa não precisa, mas aproximada. São um pouco mais composicionais, na medida em que a semântica combinada de ambos reafirma o alcance de proximidade da suposição numérica estipulada, e os elementos podem ser analisáveis em conjunto, como se funcionassem com o mesmo sentido de “aproximar-se” (isso devido ao custo, que para o consumidor final, *chega aí* por volta de R\$ 80 o quilo/Isso devido ao custo, que para o consumidor final, *aproxima-se* de R\$ 80 o quilo).

Em contexto isolado, os elementos *chega* e *aí* são mais vinculados e atuam com função mais intersubjetiva de convite, conforme observado no registro abaixo.

(4) “. # “ O público tá vendo o proceder de cada um, te garanto. Tô analisando isso pelas eliminações, pelas pessoas que já saíram daqui e que ninguém antes imaginava “

finalizou ele. Rafael Ilha aponta faca para João Zoli # Na tarde desta sexta-feira (09), Rafael Ilha acabou deixando João Zoli assustado, acontece que o ex-Polegar apontou uma faca para o cantor. Na ocasião, João Zoli estava preparando algo para comer, quando Rafael se aproximou e apontou a faca para o colega. “ O Bob Esponja, **chega aí**. Deixa eu ver uma coisa. Vem cá, fica mais perto “, falou ele ao se aproximar. # A ficar ao lado de João, Rafael Ilha disparou: “ E aí moleque. Deixa eu ver uma coisa, essa barba tá boa de fazer na faca? “, perguntou Rafael. Desconfortável, João disse: “ Cê é louco, vira isso aí pro outro lado “. O ocorrido não passou de uma brincadeira mas acabou assustando João de verdade.... (Legião dos heróis 10/11/18)

O fragmento em (4) trata de uma situação ocorrida entre dois participantes (João Zoli e Rafael Ilha) de um *reality show* brasileiro. Nele a notícia é narrada, e as declarações dos participantes são expostas com fidedignidade.

Na fala de Rafael Ilha, “O Bob Esponja, *chega aí*.”, o verbo *chegar* não indica finalização de uma trajetória percorrida por algo/alguém, e *aí* tampouco aponta para algum lugar no espaço e/ou no tempo, no entanto, *chega aí* sugere a solicitação de Rafael para que João se aproxime dele, não necessariamente ou somente fisicamente, mas pode indicar a chamada de atenção para si, para que seu interlocutor se volte para ele. Desse modo, o uso de *chega aí* não é composicional e seus elementos não são passíveis de serem analisados individualmente, já que atuam em conjunto com a função intersubjetiva do falante de convidar o seu interlocutor para próximo de si, o que é reforçado pela continuidade da fala (Vem cá, fica mais perto) e pela continuidade da narração da cena (falou ele ao se aproximar...).

O verbo *chegar* encontra-se em sequência de natureza injuntiva em que o verbo está na segunda pessoa do imperativo afirmativo e é empregado com finalidade ativa, com presunção, o que pode ser percebido pela declaração pouco amistosa de Rafael na sequência e a reação desconfortável do João. O locativo *aí* aponta para um chamamento de aproximação do falante, e não de seu interlocutor (o tu).

Desse modo, no contexto isolado, *chega aí* expressa um convite para que alguém se direcione para próximo ou para a localidade do falante, de

quem o convida, ou seja, não se trata do resultado do deslocamento, e sim do próprio ato de deslocar-se até próximo de alguém.

O uso em (4) é considerado em estágio mais avançado de mudança, uma vez que os elementos *chega* e *ai* não são composicionais e não são passíveis de serem analisados sintaticamente como termos individuais, uma vez que formam um todo, um novo *chunk* com valor semântico de convite na rede linguística.

Com relação ao contexto paradigmático estipulado por Diewald e Smirnova (2012), não há ocorrência de *chega ai*, já que essa combinação não integra nenhum paradigma da língua e, portanto, não consolidou a construcionalização.

Considerações finais

Este trabalho foi realizado com dados iniciais da pesquisa, configurando-se como sua versão reduzida. Foram expostas ocorrências sincrônicas do século XXI de usos contíguos de *chega* e *ai* que se diferem dos usos do *chunk* com função convidativa de *chega ai*. Ressalta-se a intenção deste trabalho de expor os contextos de uso em que há distinção no grau de vinculação entre o verbo *chegar* e o locativo *ai*, enfatizando sua composicionalidade e sua analisabilidade.

Os dados apontam para a confirmação de que textos contemporâneos orais ou com marcas de oralidade são favoráveis ao uso de *chega ai* mais vinculado, em contexto isolado. A situação comunicativa de uso do citado arranjo em grau de vinculação maior não se dá apenas em textos dialógicos propriamente ditos, uma vez que também ocorre em situações em que o falante se posiciona ou se pronuncia a respeito de algo e/ou se dirige a alguém.

Ainda que em pesquisa sincrônica, constata-se que há, pelo menos, quatro contextos distintos de usos de *chega* e *ai* no português brasileiro, isto é, quatro usos distintos de vinculação de *chega ai* que coexistem na atual sincronia, o que possibilita estabelecer um *clíne* de vinculação semântico-sintático com base nos contextos de Diewald e Smirnova (2012). Enfatiza-se que não há registro de *chega ai* no quarto contexto de mudança estabelecido por Diewald e Smirnova (2012), o contexto paradigmático. Logo, em contexto isolado, *chega ai* não se integra a nenhum paradigma

da língua portuguesa e, portanto, não consolida a construcionalização, ou seja, não figura como uma nova construção na rede linguística.

Pretende-se, no prosseguimento da pesquisa, expandir o número de dados observados, a fim de aprofundar a análise contextual dos distintos contextos de uso e realizar a metodologia quali-quantitativa.

Referências

- BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as constructions. *Constructions*, SVI-9, 2006.
- DIEWALD, G; SMIRNOVA, E. “Paradigmatic integration”: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: DAVIDSE, K. et al. (Ed.). *Grammaticalization and language change – new reflections*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2012. p.111-131.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- _____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HOUAISS, A. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. de. *Gramática do português falado: a ordem*. vol. I. São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP, 2002.
- OLIVEIRA, M. R. Pronomes locativos em construções do português contemporâneo. *Revista Let. & Let*, v.27, n.1, p. 97-109 jan.-jun., 2011.
- _____. Padrões construcionais formados por pronomes locativos no português contemporâneo do Brasil. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 8, n. 1, jun. 2012.
- _____. Contexto: definição e fatores de análise. In: OLIVEIRA, M. R. de.; ROSÁRIO, I. C. (Orgs.). *Linguística Centrada no uso*. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

- ROCHA, N. C. B. B. F.; SOUSA, V. V. Gramaticalização do item linguístico chegar: analisando um verbo de/em movimento no Português. *Id on Line Rev. Mult. Psic.*, vol.13, n. 44, p. 132-147, 2019
- TRAUGOTT, E. C. & TROUSDALE, G. (Eds.). *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Créditos das imagens

- Figura 1 – Elo de Correspondência Simbólica. Fonte: CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- Figura 2 – Modelo de hierarquia construcional: TRAUGOTT, E. C. & TROUSDALE, G. (Eds.). *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

UMA ANÁLISE CONSTRUCIONISTA DAS FORMAS DE TRATAMENTO EM CORPUS DO PORTUNHOL DE RIVERA

Magda Batista de Sant' Anna Martins¹

Introdução

Essa pesquisa tem como tema as construções gramaticais com pronomes sujeitos plenos e nulos por falantes do portunhol na cidade de Rivera, norte do Uruguai, fronteira com Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Observamos os aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos desses pronomes sob o viés da Gramática de Construções Baseada no Uso e da Pragmática em entrevistas gravadas com falantes uruguaios na cidade de Rivera. Para realizar esse estudo, contamos com um pequeno *corpus* composto por três entrevistas feitas com quatro informantes uruguaios na cidade de Rivera em 2018.

Optamos por utilizar o termo “portunhol”, também adotado por Sturza & Tastch (2016, p. 85), para a língua de herança, familiar, falada na cidade de Rivera no norte do Uruguai, em oposição a “português do Uruguai” ou “dialetos portugueses do Uruguai”, nomenclaturas utilizadas por diversos autores para denominar o que chamamos de portunhol. No entanto, sabemos que a mesma nomenclatura se aplica popularmente à interlíngua de aprendizes brasileiros de espanhol, assim como à interlíngua utilizada por turistas brasileiros que não dominam o espanhol em viagens a países

1 Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade Federal Fluminense, orientada pelo professor Dr. Paulo Antonio Pinheiro-Correa, mestre em Estudos de Linguagem pelo mesmo programa, professora de espanhol do Instituto Federal Fluminense - *campus* Macaé.

hispânicos ou hispânicos que viajam ao Brasil. Desse modo, faz-se necessário não confundir esses dois significados de portunhol como interlíngua com a língua familiar sobre a qual estamos discorrendo nossos estudos.

Na nossa perspectiva, a análise da forma dos pronomes pessoais plenos está relacionada com suas propriedades sintáticas de sujeito e seus aspectos morfológicos e fonológicos que não se assemelham de maneira geral, pois cada pronome apresenta suas características próprias. Quanto ao significado ou função, ressaltamos neste trabalho as propriedades semânticas dos pronomes pessoais com seus valores de referência determinada e indeterminada (genérica), e também suas propriedades pragmáticas sobre as quais nos concentraremos no conceito de imagem, nas relações de poder e de solidariedade que serão tratadas mais à frente.

Para esta pesquisa, propomos descrever, explicar, analisar e comparar o uso dos pronomes direcionados aos interlocutores na segunda pessoa discursiva (“tu”, “você/ce”, “vos”, “vocês”) e na primeira pessoa discursiva (“nos”, “a gente” e “*nosotros*”) com função sintática de sujeito no nosso *corpus* do portunhol através dos mecanismos linguísticos utilizados e das práticas discursivas selecionadas no nosso *corpus*. Levantamos neste trabalho a seguinte hipótese: quando os pronomes são expressos na sua forma plena (explícitos), tendem a intensificar a interpretação genérica nos casos em que possua esse valor de referencialidade agregado.

O contato linguístico na fronteira Brasil-Uruguai: retrospectiva histórica e características gerais

Para entender um pouco melhor a situação em que se encontra o portunhol, decidimos fazer uma breve retrospectiva histórica sobre a existência e manutenção dessa língua familiar que se estabeleceu ao longo da fronteira entre Brasil e Uruguai. Para isso, apresentamos alguns eventos importantes que podem ser interpretados como marcos históricos para a formação do portunhol.

Entre 1817 e 1828, o território uruguaio estava ocupado quase que completamente por portugueses e brasileiros, e a Coroa Portuguesa incorporou a Província Oriental, dando a ela o nome de *Cisplatina*. Entre 1825 e 1828, houve a Guerra da Cisplatina, em que o Uruguai tornou-se independente nesse último ano com o término da guerra, mas toda a região da fronteira continuava habitada por brasileiros e portugueses.

Na década de 1850, houve imigração massiva, de maneira que um quinto da população do Uruguai era de origem brasileira. Em 1860, no primeiro censo do Uruguai, a população já possuía 200 mil habitantes, sendo 40 mil brasileiros, instalados principalmente no noroeste do país. Passado um século, em 1960, o espanhol foi imposto na fronteira de forma definitiva – até então quase toda área de fronteira e boa parte do centro do Uruguai eram de territórios de fala portuguesa.

Acreditamos que existam duas características preponderantes para nosso estudo do contato linguístico em Rivera: a região da fronteira é bilíngue ediglósica. Weinreich (1974, p. 17) entende o bilinguismo como um evento que ocorre quando duas ou mais línguas estão em contato e são usadas alternadamente pelas mesmas pessoas. O bilinguismo é dominante porque os falantes possuem competência linguística superior em uma das línguas, em geral na sua língua materna, que pode ser o portunhol ou o espanhol.

A respeito da diglossia, Ferguson (1959, p. 435) compreende-a como uma situação de uso de duas línguas, em que existe uma distribuição de funções para cada uma delas. Fishman (1967, p. 29-30) complementa sua definição, associando-a ao contato linguístico, assim o caso de Rivera é de diglossia com bilinguismo. Um efeito comum desses dois fenômenos oriundos do contato linguístico é a alternância de códigos entre falantes bilíngues. Laranjeira (2005, p. 18) explica que a alternância de códigos se dá quando o falante tem um nível alto de competência comunicativa nas duas línguas e que essa mudança se produz involuntariamente e inconscientemente.

Desse modo, afirmamos que o portunhol em Rivera existe porque é manutenção de uma fala tradicional, em uma situação caracterizada pelo contato, mas não é motivado pelo contato linguístico da fronteira. A fronteira não é o ponto motivador da existência do portunhol, pois, se assim fosse, o portunhol também seria a língua familiar das cidades do lado brasileiro da fronteira, o que não se configura.

Fundamentação teórica

Nossa proposta visa a analisar os pronomes nulos e plenos com função sintática de sujeito de acordo com o conceito de construção de Goldberg (1995, p. 4), por meio da abordagem teórica da Gramática de Construções Baseada no Uso. Outros aspectos relevantes para o nosso trabalho estão relacionados à

Pragmática e à Semântica. Goldberg (1995, p. 4) considera que todo pareamento entre forma e significado é uma construção, incluindo aquelas menos concretas, como um morfema, e outras mais abstratas, como a construção bitransitiva.

Para a Gramática de Construções Baseada no Uso, um determinado padrão linguístico pode ser considerado uma construção se for visto por inteiro, e não como partes de outra construção, e também se houver exposição frequente àquela sequência de palavras. Dessa forma, pode-se compreender como construção qualquer sequência de palavras que possua esses dois requisitos. Croft (2001, p.18) destaca que a construção possui propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas, referentes à forma; e propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais, referentes ao significado, e também afirma que existe um *continuum* entre léxico e gramática. Os pronomes analisados são construções que estão no eixo entre léxico e gramática.

O conceito de Pragmática de Levinson (1989, p. 23) é o mais adequado para nosso trabalho com os pronomes, pois engloba a linguagem de forma geral. O autor destaca as inferências, suposições e propósitos discursivos durante a interação. Outro ponto importante para nossa análise dos pronomes pessoais como formas de tratamento em função sintática de sujeito é a visão de imagem elaborada por Brown e Levinson (1987, p. 61). A imagem tanto se trata da positiva pública, que o locutor procura preservar durante a interação, quanto da negativa, que é representada pela necessidade de defesa do espaço.

Por último, enumeramos outra colaboração relevante para nossa pesquisa dada por Brown e Gilman (1960, p. 257-258), que incluem aos estudos das formas de tratamento as noções de poder e solidariedade. Os autores classificam as relações entre os participantes do discurso como relações de confiança e relações de distanciamento. No nosso *corpus*, entendemos que os pronomes “tu” e “vos” expressam certamente uma relação de proximidade e de confiança, ao passo que os demais pronomes analisados (“você/ce”, “vocês”, “a gente” e “nos”) podem estabelecer relações de proximidade ou distanciamento, dependendo de que modo apareçam no discurso.

Revisão bibliográfica

Algumas pesquisas anteriores colaboram para nossos estudos. Assim, fizemos um apanhado nesta seção de revisão bibliográfica. Iniciamos com os trabalhos de Gutiérrez Bottaro (2009; 2019) que analisam os pronomes

personais plenos e nulos no portunhol de Rivera a partir da gramática gerativa. Gutiérrez Bottaro (2019, p.37) conclui com sua análise que o portunhol está reduzindo o emprego de “nós” com a desinência “-mos” para a forma verbal na terceira pessoa do singular e também explica que algumas expressões se alternam com a forma “nós”: “um/un/uno/a gente”, mas, no nosso entendimento, “a gente” corresponde à primeira pessoa do plural, sendo mais frequente em enunciados de referência indeterminada.

Para falar da noção de referência indeterminada, apoiamos-nos nos estudos de Lopes (1998; 2007). Lopes (1998, p. 408) afirma que o plural dos pronomes pessoais pode indicar: 1) a referência de dois ou mais seres que partilham do mesmo lugar na interlocução e são da mesma natureza; 2) a referência a dois ou mais seres que ocupam lugares diferentes na interlocução; 3) uma referência indeterminada ao englobar diferentes pessoas, em que o pronome pode ser tão genérico a ponto de não sabermos seu referente. Para o uso de “tu” e “você”, Lopes (2007, p. 104) chama atenção para a expansão no uso desses pronomes, antes direcionados à segunda pessoa da interlocução, para contextos de referência indeterminada.

O uso das formas de tratamento na variedade uruguaia do espanhol pode influenciar as mesmas formas no portunhol. Caricaburro (1997, p. 30) afirma que no espanhol uruguaio são usados os pronomes “tú” e “vos” alternadamente; assim, acreditamos que o mesmo ocorra com os falantes da fronteira quando falam em espanhol, e essa alternância entre as formas de segunda pessoa também deve ocorrer no portunhol de Rivera, como observaremos nas falas dos informantes do nosso *corpus*.

Metodologia

Realizamos uma coleta de dados qualitativa por meio de entrevistas a quatro informantes da cidade de Rivera no Uruguai, falantes bilíngues da fronteira. Fizemos gravações *in loco* para recolher casos com os pronomes pessoais plenos e obtivemos dados com “tu”, “você/ce”, “vos”, “vocês”, “a gente” e “nos”. Os entrevistadores realizaram as entrevistas em português, e suas falas não foram utilizadas para a contabilização dos pronomes pessoais, pois o objetivo da coleta de dados por meio de entrevistas é conseguir dados em portunhol. O fato de não ter *status* de língua e ser considerado uma variedade “não padrão” dificulta um pouco esse processo de coleta de dados.

Para este trabalho, iremos apresentar fragmentos de três entrevistas do nosso *corpus* realizadas em 2018: entrevista 1 com um informante uruguaio de 82 anos; entrevista 2 com duas informantes uruguaias de 52 anos (informante 1) e 28 anos (informante 2); entrevista 3 com um informante uruguaio de 23 anos. Consideramos nosso *corpus* como preliminar e estamos coletando mais dados para melhor atender nossa pesquisa. A seguir apresentamos nossa análise de dados.

Análise de dados: *corpus* e resultados

No nosso *corpus*, encontramos os pronomes plenos direcionados aos interlocutores: “tu”, “você/cê”, “vos” “vocês”, e também incluindo o emissor como participante do discurso: “a gente” e “nos”. Considerando que essas construções ocorrem com a mesma forma no enunciado, mas possuem significados diferentes, separamos os dados conforme sua especificidade semântica. Com isso, obtivemos as seguintes construções:

Tabela 1

Especificidade semântica dos pronomes		Ocorrências
Tu ₁	referência específica: se direciona ao interlocutor.	5
Tu ₂	referência genérica: se direciona a uma pessoa indeterminada.	39
Você ₁	referência específica: se direciona ao interlocutor.	2
Você ₂	referência genérica: se direciona a uma pessoa indeterminada.	4
Vos ₁	referência específica: se direciona ao interlocutor.	2
Nos ₁	referência específica: se direciona ao interlocutor e uma segunda pessoa (“eu + você/tu” ou “eu + vocês”), é mais determinada.	3
Nos ₂	referência genérica: se direciona ao interlocutor e um grupo de pessoas (“eu + você/tu + ele/ela” ou “eu + você/tu/vocês + eles/elas”, ou ainda “eu + todos”), é indeterminada.	1
A gente ₁	referência específica: se direciona ao interlocutor e uma segunda pessoa (“eu + você” ou “eu + vocês”), é mais determinada.	12
A gente ₂	referência menos específica: se direciona ao interlocutor e uma terceira pessoa (“eu + ele/ela” ou “eu + eles/elas”), é menos determinada.	6
A gente ₃	referência genérica: se direciona ao interlocutor e um grupo de pessoas (“eu + você/tu + ele/ela” ou “eu + você/tu/vocês + eles/elas”, ou ainda “eu + todos”), é indeterminada.	22
Vocês ₁	referência específica: se direciona ao interlocutor.	2
Vocês ₂	referência genérica: se direciona a um grupo de pessoas indeterminadas	2

Especificidade semântica dos pronomes

Na próxima seção, selecionamos três fragmentos do nosso *corpus* para discussão em que observaremos o uso dos pronomes pessoais como construções, enfatizando suas propriedades semânticas, pragmáticas e discursivas.

Análise de dados: discussão

De acordo com nossa análise, as construções se diferenciam entre si de acordo com suas propriedades semânticas, mas não deixamos de considerar suas particularidades pragmáticas e discursivas. A seguir apresentamos a análise de três fragmentos das nossas entrevistas: o primeiro é um trecho da entrevista 1, realizada com um informante de 82 anos em sua residência na cidade de Rivera; o segundo trata-se de uma fala da informante 1, de 52 anos, na segunda entrevista, realizada em ambiente familiar na cidade de Rivera; e o último fragmento é um recorte da fala do informante de 23 anos da entrevista 3, realizada em seu ambiente escolar.

(1) *“E qualquer coisa que **tu** queres seja de ferreteria, seja do que for, **tu** tem a possibilidade, se **tu** não consegue de um lado, **tu** vai no outro, **tu** averigua preço, tem coisa de comida que são muito melhor aqui no Uruguai”* (E1 – Inf)

O informante está falando da facilidade em encontrar materiais de qualquer tipo na fronteira, pois há a possibilidade de ir ao outro lado e comprar o que precisa, e com preço e qualidade às vezes melhor. Ele usa uma sequência de cinco pronomes “tu” na posição pré-verbal. No primeiro uso, a concordância entre pronome e verbo está marcada pela desinência “-s” de “queres”, já nas quatro ocorrências restantes a desinência número-pessoal canônica não está presente, seguindo a tendência de muitas variedades do português brasileiro. Ele faz uso do pronome “tu”, mas não o direciona especificamente a um interlocutor, pelo contrário, “tu” faz referência genérica, seu uso é abstrato, podendo indicar qualquer pessoa, sendo usado como estratégia de polidez para desfocalizar, pois a presença da forma plena no discurso apaga ainda mais a opinião do informante. A compra de artigos no país vizinho, ainda que na fronteira, sem nenhuma declaração fiscal, não é permitida, e esse assunto também foi tratado na entrevista. O informante, ao usar a forma genérica na segunda

pessoa, protege sua face e coloca esse ato ilícito ainda mais distante de sua primeira pessoa discursiva.

(2) “*Entonce a maestra que fala espanhol te corrige né, tem que te corrigir pero e é normal, **tu no**, **a gente** daqui não fica com vergonha porque **a gente** fala assim” (E2-I1)*

A informante 1 conta sobre sua experiência na escola e como a professora corrige os alunos que não falam espanhol em sala de aula, mas sim o portunhol. Ao falar “*tu no*”, a informante não se refere especificamente ao interlocutor, mantém a concordância com os clíticos de segunda pessoa “*te corrige*” e “*te corrigir*”. Esse uso é uma interpretação genérica e pode ser direcionado a qualquer pessoa, e o pronome aparece quase imperceptível na gravação, bem baixo, quase átono, uma espécie de reformulação do enunciado. Em seguida, ela projeta seu interlocutor para um número mais amplo de pessoas, incluindo-se no discurso. Ao fazer uso da forma “*a gente*”, ela não somente se refere à outra informante que está participando da entrevista, como também expande a interpretação da noção de pessoa a todos falantes bilíngues da fronteira. Como não é possível mensurar quantas e quais pessoas fazem parte desse grupo, a forma “*a gente*” é indeterminada. Durante sua fala, a informante opta em excluir os entrevistadores brasileiros do contexto, pois acrescenta ao pronome o dêitico “*daqui*”, uma estratégia para especificar e delimitar a primeira pessoa discursiva, pois, mesmo sem o dêitico adiante, sabemos que “*a gente fala assim*” continua se referindo ao mesmo grupo de pessoas.

(3) “*Eu de vez em quando viajo pra lá e não é um, não sei se é por mais maneira de eu aprender mas mi español no es como te voy a decir, completamente cerrado, yo, se reconocelamanera, lavelocidad que hablo, es algo que no... ya se dancuenta, ah **vos-** **sos de lafrontera**” (E3 – Inf1)*

Esse exemplo representa uma alternância de código linguístico e corresponde à fala de um jovem estudante uruguaio de 23 anos que considera o portunhol como sua língua familiar. No seu ponto de vista, seu espanhol é facilmente identificado como fronteiriço por uma pessoa que não seja da fronteira, especificamente de Montevidéu, capital do Uruguai,

que opta pelo pronome “*vos*” para relações próximas. Na variedade uruguaia do espanhol, o uso da forma de tratamento informal singular com o pronome “*vos*” também é encontrado, ainda que a forma “*tú*” seja a mais frequente. No entanto, quando ele escolhe “*vos*” como segunda pessoa discursiva na fala simulada de outra pessoa, mas se referindo a si próprio, o informante faz uma colocação que afeta sua face, pois é uma crítica à sua forma de falar – seu uso é específico e determinado. Nos dados do nosso *corpus*, observamos que a forma “*vos*” somente foi usada pelos informantes quando estavam falando algum enunciado completo em espanhol, e nas duas ocorrências encontradas seu uso foi específico.

Considerações finais

Nos dados do nosso *corpus*, as construções mais frequentes são os pronomes “*tu*₂” e “*a gente*₃”, ambos de uso genérico. Entendemos que a alternância entre as construções gramaticais se dá por uma necessidade comunicativa dos falantes, mas existem demais fatores que podem colaborar para essa mudança de pronomes no enunciado. Levando-se em conta que nosso *corpus* é composto de entrevistas com somente quatro informantes da variedade riverense do portunhol, esperamos ampliar nosso *corpus* futuramente.

Dessa forma, consideramos todos os parâmetros mapeados para este estudo inicial dos pronomes com função sintática de sujeito direcionados aos interlocutores na segunda pessoa discursiva (“*tu*”, “*você/cê*”, “*vos*”, “*vocês*”) e na primeira pessoa discursiva (“*a gente*”, “*nos*”, “*nosotros*”), contudo, com um número maior de dados, poderemos compreender melhor a estrutura desses pronomes no discurso.

Referências

- BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, X. C. & BAGNO, M. (Orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. Parábola, São Paulo: 2015.
- BROWN, R. & GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: *Style in language*, ed. T. A. Sebeok, Cambridge: Mass, 1960, p. 253-76.

- BROWN, P. & LEVINSON, S. *Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamiento en el español actual*. Madrid: Arco Libros S. L., 1997.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ELIZAINCÍN, A., BEHARES, L. & BARRIOS, G. *Nós falemobra-silero. Dialectos portugueses en Uruguay*. Montevidéo: Editorial Amesur, 1987.
- FERGUSON, C. Diglossia. *Word* 15, 1959, p. 325-340.
- FILLMORE, C. An alternative to checklist theories of meaning. *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, ed. by Cathy Cogen et al. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1975, p. 123-131.
- FISHMAN, J. Bilingualism with and without Diglossia, Diglossia with and without Bilingualism. *Journal of Social Issues*, 23, 1967, p. 29-38.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: CUP, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- GUTIÉRREZ BOTTARO, S. E. *O sujeito pronominal no português uruguaio da região fronteira Brasil-Uruguaí*. Tese de Doutorado. DLM/FFLCH – USP, 2009.
- GUTIÉRREZ BOTTARO, S. E. El comportamiento del sujeto pronominal en el portugués uruguayo: un cambio lingüístico en curso. In: BRUNO, F.A.T.C.; PINHEIRO-CORREA, P.; YOKOTA, R. (Orgs.) *Cadê o pronome que estava aqui?* Campinas: Pontes Editores, 2019.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, S. *Temas, remas, focos, tópicos y comentarios*. Madrid: Arco Libros, 1997.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 8ª. ed. Editora Cortez, São Paulo, 2015.
- LARANJEIRA, M. V. *El cambio de código en la conversación bilingüe: la alternância de lenguas*. Madrid: Arco Libros, 2005.
- LEVINSON, S. C. *Pragmática*. Editorial Teide: Barcelona, 1989.
- LOPES, C. R. S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *DELTA*, v. 14, n. 2, p. 405-422, 1998.

LOPES, C. R. S. “Pronomes pessoais”. In: Brandão, S. F e Vieira, S. R. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

WEINREICH, U. *Lenguas en contacto: descubrimientos y problemas*. Tradução: Francisco Rivera. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1974.

SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA: UM OUTRO OLHAR PARA A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Marcilene da Silva Nascimento Cavalcante¹

Um pouco da origem da Sociolinguística e seus conceitos teórico-metodológicos

A realização de uma conferência sobre Sociolinguística na Universidade da Califórnia em Los Angeles organizada por William Bright com a participação de vários pesquisadores é considerada o marco embrionário da Sociolinguística. Alkmim (2012, p. 31) explica que “de fato, a constituição da Sociolinguística se fez, claramente, a partir da atividade de vários estudiosos e pesquisadores que deram continuidade à tradição, inaugurada no começo do século XX por F. Boas (1911)” (ALKIMIM, 2012, p. 31). Atribui-se ao texto de Bright o nascimento da Sociolinguística, com um caráter interdisciplinar pela contribuição de diferentes campos do saber como a Antropologia, Psicologia, Etnologia, Etnografia da Fala, entre outras. Em 1962, Hymes publica um artigo em que propõe um novo domínio de pesquisa, a Etnografia da Fala, rebatizada mais tarde por Etnografia da Comunicação. No entanto, historicamente, a Sociolinguística se solidificou a partir dos estudos de William Labov, que é considerado o precursor dos estudos sociolinguísticos com a abordagem variacionista. Calvet (2002, p. 33) ratifica essa afirmação ao escrever que:

1 Estudante do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da Fapeam/Capes. Orientadora: Dra. Jussara Abraçado.

Labov trabalha continuamente com situações contemporâneas concretas, enfrenta problemas de metodologia da pesquisa, em suma, constrói um instrumento de descrição que tenta ultrapassar, integrando-os, os métodos heurísticos da linguística estrutural. De suas pesquisas nascerá a corrente conhecida pelo nome de “linguística variacionista” (CALVET, 2002, p. 33).

De fato, os trabalhos labovianos, alguns encontrados em *Padrões Sociolinguísticos*, foram determinantes para o reconhecimento da Sociolinguística como ciência e serviram de parâmetros para diversos estudos da língua em seu contexto social.

A relação entre a linguagem e a sociedade é inegável, e, ao longo do tempo, as posturas teóricas estavam muito ligadas à tradição cultural de cada época. Assim, é importante dizer que a Sociolinguística surgiu num cenário em que o estudo da linguagem era dissociado do aspecto social e, por isso, a nova ciência chamada de Sociolinguística propõe estudar exclusivamente a língua em uso e suas variações conforme as comunidades que a partilham.

A Sociolinguística é, portanto, uma vertente da Linguística “que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais” (MOLLICA, 2008, p. 9). Uma comunidade de fala “se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras” (ALKMIM, 2012, p. 33).

Coelho *et al.* (2015, p. 12) assinala que a “Sociolinguística é uma área da Linguística que estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos”, e, ao mesmo tempo, chama atenção afirmando que:

Além de perceber que a Sociolinguística não é a única área da Linguística que se ocupa da relação entre língua e sociedade, é importante que tenhamos consciência de que sociolinguística é um termo bastante amplo, que engloba diferentes formas de olhar para essa relação (COELHO, 2015, p. 12).

Em suma, a Sociolinguística tem por finalidade estudar e explicar os fenômenos que estão sujeitos à língua e tem como foco principal o uso

da língua no contexto social. Nesse sentido, Mollica (2008, p. 11) assevera que “cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático”.

Enfim, pode-se concluir que a Sociolinguística é uma ciência em ebulição, principalmente quanto aos procedimentos metodológicos, e suas pesquisas se tornaram inovadoras, ao se aproximarem de outras áreas como o Funcionalismo e o Cognitivismo, que orientam as análises linguísticas por outros princípios teóricos. Essa aproximação com o Cognitivismo, associada a uma interrelação das vertentes, é chamada de Sociolinguística Cognitiva, considerado um campo extremamente fértil para pesquisas mais avançadas sobre a linguagem, e vem suprir, de certa forma, o conteúdo teórico, reclamado por alguns estudiosos. A seguir, apresentamos um pouco da Linguística Cognitiva, que é a área teórica que vem associando suas teorias ao estudo da variação linguística.

Algumas preliminares sobre a Linguística Cognitiva e seus princípios

A Linguística Cognitiva (LC) pode ser considerada uma ciência multidisciplinar, uma vez que agrega teorias compartilhadas por outras áreas, como Antropologia, Psicologia, Filosofia da Linguagem, Neurolinguística e Psicolinguística. Apesar dessa relação interdisciplinar, a Linguística Cognitiva se distingue de outras ciências cognitivas, como a gerativa, por exemplo, sendo atrelada às chamadas Ciências Cognitivas Corporeadas. Silva (1997, p. 59) explica que a LC é:

Uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual (SILVA, 1997, p. 59).

Entendemos que a LC considera a linguagem como um instrumento para organizar e categorizar o conhecimento a partir das nossas experiências em contato com o mundo. Além disso, a linguagem não pode ser estudada de forma isolada de outras entidades, pois ela não é autônoma, nem modular. Daí decorrem dois princípios básicos que caracterizam a LC: o princípio da não modularidade e o do não objetivismo.

O princípio de não modularidade defende que a linguagem não é independente de outras faculdades mentais. Isso significa que os cognitivistas têm uma visão integradora do fenômeno da linguagem que é considerada como um instrumento para organizar, processar e transmitir informações, isto é, como algo primariamente semântico. Sendo assim, a linguagem é toda sobre significado, o que justifica o fato de a LC priorizar a semântica (FERRARI, 2016a, p. 16). No entanto, na LC, mais especificamente, na Semântica Cognitiva, o significado é visto de quatro formas bem específicas, conforme Geeraerts (2008).

O significado linguístico é perspectivado, ou seja, não há uma representação real do mundo, mas as expressões linguísticas podem ser diferentes maneiras de interpretar o mundo, e cada indivíduo o interpreta de acordo com o seu ponto de vista. Geeraerts ainda explica que o significado linguístico é dinâmico e flexível, pois está diretamente relacionado às experiências e mudanças que ocorrem no mundo e, por isso, exige adaptações por meio de novas categorias semânticas. O significado linguístico também é enciclopédico e não autônomo. Isto quer dizer que o conhecimento do mundo é integrado com todas as outras habilidades cognitivas. Duque e Costa (2012, p. 61) afirmam que “as faculdades cognitivas não são separadas: a linguagem não constitui um módulo inato, separado de outras capacidades cognitivas do ser humano” (DUQUE e COSTA, 2012, p. 61).

Por fim, o significado linguístico é baseado no uso e na experiência. Nesse aspecto, a Semântica Cognitiva defende que o conhecimento linguístico tem uma natureza experimental, e o significado é totalmente integrado à experiência. Essa abordagem de cunho empirista se distancia, portanto, das abordagens formais da Semântica, pois leva em conta a base corporal da experiência humana, e essa base corporal é defendida pela tese da corporalidade. Ferrari (2016a, p. 21) explica que:

[...] a Linguística Cognitiva adota uma perspectiva empirista, alinhando-se a tradições psicológicas e filosóficas que enfatizam

a experiência humana e a centralidade do corpo humano nessa experiência. Dentro dessa perspectiva, a investigação da mente humana não pode ser separada do corpo, de modo que a experiência, a cognição e a realidade são concebidas a partir de uma ancoragem corporal (FERRARI, 2016a, p. 21).

Diante disso, compreende-se que a natureza corporizada do pensamento e da linguagem se relaciona ao fato de que somos capazes de conceptualizar e categorizar vários processos de construção de sentidos através de nossa experiência corpórea com o mundo.

Outro princípio importante, que se refere à relação sistemática entre linguagem, pensamento e experiência, é o princípio do não objetivismo. Essa integração leva em consideração a captação de dados para construção dos significados a partir do contato com o mundo, e esse contato se dá por meio dos nossos sentidos corporais. Segundo essa teoria, portanto, nossa mente não é separada do corpo, e nosso pensamento é corporificado “no sentido de que sua estrutura e sua organização estão diretamente associadas à estrutura de nosso corpo, bem como às nossas restrições de percepção e de movimento no espaço” (MARTELOTTA; PALOMANES, 2015, p. 181).

A concepção máxima da semântica cognitiva diz que o significado é conceptualização. Essa concepção decorre do princípio de que o significado linguístico é perspectivado. O conceito de perspectivação conceptual, por sua vez, está atrelado à noção de proeminência e consiste nos diferentes modos de conceptualizar determinado evento. Conforme afirma Silva (2008, p. 3):

A expressão mais generalizada em Linguística Cognitiva para designar os modos alternativos de conceptualizar determinada situação é *perspectivação conceptual* (“construal”). Trata-se efectivamente de uma capacidade cogn(osc)itiva geral e de uma capacidade que mostra que falar implica sempre uma escolha (SILVA, 2008, p. 3).

Nesse mesmo sentido, Gonçalves-Segundo (2017) reitera que:

A perspectivação conceptual consiste na estruturação semântica de uma experiência, materializada em enunciados concretos e

resultado de uma atividade de conceptualização que é possibilitada e limitada pelas coerções cognitivas advindas do seu corporeamento, o que inclui tanto fatores biológicos quanto fatores sócio-histórico-culturais (GONÇALVES-SEGUNDO, 2017, p. 78).

Com essa afirmação, pode-se compreender que há uma associação de diferentes abordagens teóricas que culminam nessa proposta de perspectivação conceptual; a que mais se destaca é a noção da corporificação, que norteia todo o processo de construção linguística. Há possibilidades de elementos referenciais e relacionais explicitados materialmente no enunciado; esses elementos são responsáveis pela ativação dos conceitos e categorias já armazenados em nossa memória ao longo da nossa vivência.

Silva (1997, p. 233) ressalta que a perspectivação conceptual envolve diferentes operações, dentre elas destacamos duas: a proeminência e a dinâmica de forças.

Do ponto de vista gramatical, a Proeminência envolve dois aspectos importantes: o perfilamento e a saliência relativa de subestruturas de uma predicação. Ferrari (2016a) explica que o perfilamento “é um tipo de construção do significado que consiste no recorte conceptual de uma expressão em uma base conceptual mais ampla” (FERRARI, 2016a, p. 63). Usando um dos exemplos do próprio Langacker (1990, p. 34), temos a expressão “tio” como perfilamento, e a base é um conjunto de pessoas ligadas por uma relação de parentesco. Essa dimensão traz a noção de trajetor e marco. A assimetria trajetor e marco equivale à noção figura/fundo gestáltica. O trajetor é geralmente a figura em destaque e em movimento; o marco corresponde ao fundo e geralmente não tem movimento. Silva (2008) explica que:

A oposição Trajetor/Marco é um tipo de proeminência que ocorre nas categorias relacionais (todas as classes de palavras, excepto os nomes): um dos participantes é tomado como a entidade que está a ser localizada, descrita ou avaliada, sendo assim o Trajetor ou o participante focal primário (Figura), ao passo que o outro participante é considerado como participante focal secundário (Fundo) (SILVA, 2008, p. 7).

Para a Gramática Tradicional, essa assimetria trajetor/marco corresponde ao sujeito e ao objeto, entretanto, para a LC essa noção é muito mais

ampla e determinante para a construção de significados. O perfilamento da expressão linguística é o que vai colocar em proeminência uma ou outra entidade da mesma base conceptual. Vejamos a dinâmica de forças.

Nossa movimentação no espaço e no tempo dependem intrinsecamente de forças que agem em nossos corpos. Essas forças são percebidas como ações físicas e compreendidas pelo uso de habilidades de parte de nosso corpo como braços, mãos e pernas. Assim, ações como empurrar, puxar implicam o uso de forças e envolvem resistências e tendências. Ferrari (2016a) escreve o seguinte:

A dinâmica de forças diz respeito ao tratamento linguístico de diferentes tipos de forças e barreiras existentes no mundo sociofísico. Trata-se de um sistema resultante de cinestesia (experiência corporal de esforço ou movimento muscular, ou sensações como pressão e dor) manifestando-se na estrutura semântica (FERRARI, 2016a, p. 84).

Portanto, essas forças estão presentes, não somente no campo físico, mas também no campo psicológico, social e cognitivo. Por exemplo, na expressão “*empurrar com a barriga*”, há a metáfora que tem o sentido de “deixar para depois algo que precisa ser feito, protelar uma ação ou decisão importante; postergar, adiar”, e esse sentido só é aceitável no campo cognitivo. As duas operações de perspectivação conceptual estão ligadas à noção de corporalidade, que, por sua vez, justifica a ideia de que o significado se baseia no uso. De acordo com o ponto de vista de Silva (2010), o princípio da Linguística Cognitiva de que o significado se baseia na experiência e no uso motivou o surgimento da Sociolinguística Cognitiva.

Sociolinguística cognitiva: uma vertente cognitivista da Sociolinguística

A interface da Sociolinguística com a Linguística Cognitiva é uma abordagem relativamente recente em que pouco pesquisadores ousaram adentrar. Alguns linguistas cognitivistas europeus são considerados responsáveis por essa recente proposta, como Gitte Kristiansen e René Dirven (2008), que elaboraram a obra intitulada *Cognitive Sociolinguistics: Language Variation, Cultural Models, Social Systems*. De acordo com Ferrari (2016b)

a Sociolinguística Cognitiva incorporou métodos e *insights* oriundos da Sociolinguística e da LC, “elegendo a variação linguística baseada no uso como espinha dorsal de suas investigações” (FERRARI, 2016b, p. 135). Desse modo, Ferrari segue afirmando que “o novo campo tem o mérito de possibilitar a articulação de fenômenos que não haviam recebido a devida atenção nas áreas que o constituem”. Os estudiosos que mais se destacam nessa abordagem são Kemmer e Israel (1994), Kristiansen e Dirven (2008), Harder (2010), Geeraerts (2003), entre outros. Ferrari (2016b) explica que:

De um modo geral, a Sociolinguística Cognitiva propõe que a compreensão acurada do uso da língua depende da consideração de fatores sociais e culturais em conjunção com fatores cognitivos. Assim, as pesquisas nas áreas não apenas enfatizam a atuação dos falantes, mas também levam em conta o lugar desses falantes na sociedade e sua participação em papéis sociais distintos (FERRARI, 2016b, p. 135-136).

Isso significa que a Sociolinguística Cognitiva amplia o quadro de fatores que implicam diretamente a escolha de uma variante linguística e passa a considerar pertinente na análise dos resultados a influência dos fatores cognitivos. Tal procedimento pode ser considerado como uma “expansão da investigação de propriedades da mente individual para propriedades das mentes em interação” (FERRARI, 2016b, p. 136). Além disso, representa uma interdisciplinaridade não só com a LC, mas também com a Antropologia e as Ciências Cognitivas. Silva (2009, p. 4) explica o seguinte sobre a interrelação da Sociolinguística e da Linguística Cognitiva:

Como modelo orientado para o significado, não poderá deixar de lado a variação sociolinguística, já que esta constitui uma forma específica de significado, quer como diversos tipos de significado não denotacional, acima referidos, quer como, e em termos de Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987, 1991, 1999), subjectivização (LANGACKER, 1990), isto é, o processo que consiste em pôr elementos do acto de fala “em palco”, como foco específico de atenção (focalizar locutor e/ou alocutário como membros de determinado grupo social ou numa determinada relação interactiva ou focalizar

a situação do acto de fala no sentido de implicar uma atitude específica). Como modelo experiencialista, não poderá deixar de lado a experiência colectiva, social e cultural (SILVA, 2009, p. 4).

Em outras palavras, não há como estudar o objeto de pesquisa proposto pela LC a não ser considerando o modelo sociocultural, já utilizado pelos sociolinguistas, uma vez que “a área estuda as atitudes implícitas e explícitas dos falantes em relação à variação linguística, bem como a maneira como as normas culturais e comunitárias se refletem em eventos de uso individuais” (FERRARI, 2016b, p. 136). Ou seja, nessa perspectiva, grande importância é atribuída aos falantes e sua participação em papéis sociais distintos. Os aspectos sociais e cognitivos, portanto, serão analisados através de métodos empíricos quantitativos e multivariacionais, característicos da Sociolinguística laboviana. Entretanto, esses métodos estão articulados com os conceitos e princípios da LC, como a noção de categorização associada a protótipos, *frames*, espaços mentais e outros. Nesse sentido, Silva (2008, p. 56) assevera que “não se pode ter uma linguística *baseada no uso* se não se estudar o uso efetivo da língua, e o uso efetivo da língua manifesta-se em dados espontâneos e não eliciados de um *corpus* ou em dados eliciados de inquéritos, tarefas de resolução de problemas ou outras experimentações” (SILVA, 2008, p. 56).

Essa nova vertente da Sociolinguística associa a teoria e métodos de diferentes áreas e aplica nas análises de fenômenos variacionais modelos cognitivos, dessa maneira, ela pode oferecer às investigações sociolinguísticas algumas contribuições que se direcionam principalmente, para a ampliação do campo de investigação da Sociolinguística, bem como, para a revisão dos métodos de análises da Linguística Cognitiva. Nesse sentido, Silva (2009, p. 212) acrescenta que:

Por outro lado, a Sociolinguística Cognitiva vem contribuir para, e citando a expressão de Croft (2009), uma Linguística Cognitiva social. Ela vem resolver as tensões temáticas e metodológicas existentes no seio da Linguística Cognitiva, entre o ‘cognitivo’ e o ‘social’ e o ‘cognitivo’ e o ‘empírico’. Ela vem mostrar que as capacidades cognitivas linguísticas se constroem e existem em função da interação social (SILVA, 2009, p. 212).

Sendo assim, a interface entre a LC e a Sociolinguística contempla uma lacuna existente em ambas as áreas de estudo, exigindo dos pesquisadores disposição para aplicar os métodos de análise em conjunto com os conceitos da perspectiva cognitiva.

Procedimentos metodológicos

Para a elaboração do artigo fez-se uma fundamentação teórica sobre a Sociolinguística, usando principalmente os trabalhos de Mollica (2008) e Alkmin (2012) e dos teóricos Labov (2006) e Calvet (2002). No campo da Linguística Cognitiva e a Sociolinguística Cognitiva, foram consultados os teóricos cognitivistas Langacker (1987, 2008), Geeraertz (2008) e Talmy (2000) e os pesquisadores Silva (2010) e Ferrari (2016).

Na análise dos dados, foram apresentadas amostras orais coletadas com 18 falantes do município de Tabatinga, no Amazonas, por meio de entrevista sociolinguística. Foram observados os grupos de fatores extralinguísticos, como sexo, faixa etária e nível de escolaridade. Os dados estatísticos, entretanto, não foram expostos nesse trabalho, devido à redução de espaço. Na análise qualitativa, foram aplicados os conceitos de proeminência de Langacker (2008) e dinâmica de forças de Talmy (2000). Os aspectos sociais, portanto, foram analisados através de métodos empíricos e quantitativos, característicos da Sociolinguística laboviana. Entretanto, esses métodos foram articulados com os conceitos e princípios da LC, como a noção de perspectivação conceptual. Dessa forma, estabelece-se uma interface teórico-metodológica entre a LC e a Sociolinguística.

Um exemplo de Sociolinguística cognitiva no português: um estudo sobre o “mesmo”

Para este estudo foram analisadas as variações semânticas do “mesmo” nas falas dos habitantes do município de Tabatinga, no Amazonas, observando o uso da palavra em diferentes contextos. Vejamos uma tabela que demonstra os diferentes usos linguísticos, funções e significados do “mesmo”:

Tabela 1

USOS LINGUÍSTICOS	FUNÇÕES	SIGNIFICADOS	TOTAL
Adjetivo	Atributivo	Semelhança	10
Advérbio	Inclusão	Inclusive/ até	04
Conjunção	Concessiva	Oposição/restrição	06
Pronome pessoal	Referência nominal	Ele (a)	00
Advérbio	Reforçador/intensificador	Realmente; de fato	59
Pronome	Intensificador	Em pessoa/próprio	01
Advérbio	Exclusão	Ausência	00
TOTAL DE OCORRÊNCIAS			80

Total de ocorrências na modalidade oral.

Como se observa, foram coletadas 80 ocorrências do “mesmo” nas entrevistas. Ainda, o que se verifica é que “mesmo” não apresenta somente um único significado, mas vários, sendo mais produtivo com a função/ significado de advérbio reforçador/intensificador (58 ocorrências). Daí a razão para nosso estudo estar focado nesse uso.

Análise qualitativa: um outro olhar para o “mesmo”

Como se sabe, a fala potencializa a repetição de expressões como reforço. Isso justifica a maior ocorrência do “mesmo” como reforçador nas amostras orais. Dos 58 casos analisados, selecionamos quatro para esse momento e aplicaremos os conceitos de proeminência (trajetor/marco) e dinâmica de forças.

(01) Ah, eu conheci pessoas de muitos Do Amazonas, mas de vários municípios e cada um com seu sonho eu aprendi que... vivendo ali, que quem tem um sonho tem que enfrentar tudo mesmo, porque a gente passou por lances bem difíceis no tempo da faculdade. Foi quando a UFAM estava começando a ser construída. Lá não tinha praticamente nada, não tinha professor, não tinha sala, não tinha cantina, restaurante, não tinha comida pra vender, nem para vender não tinha, era uma situação bem difícil. Se a pessoa tem um sonho de se formar realmente enfrenta as dificuldades[...] (feminino; +18 anos; educação superior)

Nesse exemplo, o “mesmo” reforça o pronome indefinido *tudo*, que é o MARCO. *Enfrentar* funciona como trajetor e indica o processo. Assim, “mesmo” coloca em proeminência um aspecto do processo relacionado às dificuldades vivenciadas pelo conceptualizador no tempo da faculdade.

(02) E –Aí vendia na beira do rio mesmo pra quem passava?
I– era aqui mesmo no local que chama Terezinha 4
E – e como a senhora veio para Tabatinga mesmo, pra ficar?
I – foi assim: aí eu me casei cheguei a idade de casar me casei aí tive meus filhos e lá não tinha estudo no beiradão aí veio dois primeiro trabalhar ali no CTP veio meus dois filhos mais velhos trabalhar no CTP eles tiveram trabalhando de graça mesmo só pra pagar comida e estudando porque lá onde nos morava não tinha estudo pra eles (Feminino; +50; Ensino Fundamental)

No exemplo (02), “mesmo” reforça um dêitico de lugar (aqui mesmo) e um advérbio de modo (de graça mesmo). Como reforçador de dêitico de lugar, nesse caso, “mesmo” reforça a noção de espaço e estabelece uma relação atemporal entre o processo (vender) e uma entidade (Terezinha 4). Quando aparece como reforçador de advérbio de modo, há, também, uma relação atemporal entre o processo (trabalhar) e uma entidade (de graça), mas, nessa predicação, “mesmo” reforça o modo como o processo se desenvolve.

(03) [...] e também um país estrangeiro que é o nosso vizinho que faz fronteira com a gente que é a Colômbia, em Letícia, né, é onde eu sempre vou quando eu preciso comprar alguma coisa que não tem no meu país. Às vezes também a frequência da gente, de nós brasileiros, estarmos por lá nessa cidade vizinha, estrangeira é que é mais a questão dos preços também, né, questão dos preços lá, em relação aos preços de lá se comparando com os nossos daqui de Tabatinga, Brasil, os preços lá são totalmente mais baratos, mais em conta, mesmo que o câmbio suba um pouco mais, ainda assim é mais barato. E lá tem muitas coisas que a gente não encontra aqui em Tabatinga. (Idade: +18; Sexo: Masc.; Escolaridade: Educação Superior)

No exemplo (03), “mesmo” aparece indicando uma concessão. Nesse caso, há uma dinâmica de forças. Temos duas entidades com forças contrárias: o agonista (os preços dos produtos) e o antagonista (o câmbio). A interação de forças produz uma resultante que é a seguinte: os preços continuam mais baixos no exterior, apesar do câmbio. Ou seja, na relação comercial entre dois países, se o câmbio está alto, o preço dos produtos também aumenta. Entretanto, no caso explicitado, o preço dos produtos permanece mais barato. Assim, configura-se em uma interação de forças na qual o ANT não tem força o suficiente para reverter a tendência do AGO.

Considerações finais

Diante do que foi posto, pode-se afirmar que a convergência da Sociolinguística Variacionista com a Linguística Cognitiva originou mais uma vertente da Sociolinguística: a Sociolinguística Cognitiva. A pesquisa empírica alia-se aos fatores cognitivos e reforçam-se as muitas hipóteses da Linguística Cognitiva. O estudo feito a partir da variação semântica de “mesmo” comprovou que há diferentes modos de conceptualizar uma determinada situação, o que a Gramática Cognitiva chama de perspectivação conceptual ou *construal*. Diante dos resultados, pode-se afirmar que o conceito de proeminência pode ser aplicado a “mesmo” quando está na função de reforçador e, quando indica uma concessão, pode-se aplicar o conceito de dinâmica de forças. Dessa forma, acredita-se que o viés cognitivista pode ser aplicado no estudo da variação linguística, sem desconsiderar a metodologia empírica, já tão conhecida na sociolinguística.

Referências

- ALKMIM, T. M. Sociolinguística. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2012. p. 23-50.
- CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola, 2002.
- CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. *In*: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 141-155.

- COELHO, I. L. *et al. Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DUQUE, P. H.; COSTA, M. A. *Linguística Cognitiva: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos e categorização de experiências*. Natal: EDUFRRN, 2012.
- FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2016a.
- _____. Sociolinguística Cognitiva. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JR., C. (Orgs.). *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016b, p. 135-144.
- GARRÃO NETO, E. A Sociolinguística. In: MOLLICA, M. C. (Org.). *Linguagem para formação em Letras: Educação e Fonoaudiologia*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 83-92.
- GEERAERTS, D. *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Katholieke Universiteit Leuven, Belgium, 2008, p. 1-28.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. Orientação argumentativa e cognição: a Dinâmica de Forças no debate acerca dos rolezinhos. *Revista Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, p. 200-212, jan./abr., 017. Disponível em: <http://online.unisc.br/ser/index.php/signo>. Acesso em: 7 jul. 2018.
- LANGACKER, R. W. Cognitive Grammar: introduction to concept, image, and symbol. In: GEERAERTS, D. *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Katholieke Universiteit Leuven, Belgium, 2008, p. 29-67.
- LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar*. An Basic Introduction. Oxford University Press, 2008.
- MARTELOTTA, M. E.; PALOMANES, R. Linguística Cognitiva. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 177-192.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 9-14.
- SILVA, A. S. da. A Linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. *Revista portuguesa de Humanidades: estudos linguísticos*. Faculdade de Filosofia da UCP, Braga, v. 1, n. 1-2, p. 59-101, 1997.
- _____. Perspectivação conceptual e Gramática. *Revista Portuguesa de Humanidades: estudos linguísticos*. Faculdade de Filosofia da UCP, Braga, v. 12-1, 2008, p. 17-44.

_____. Sociolinguística cognitiva: razões e escopo de uma nova área de investigação linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades: estudos linguísticos*. Faculdade de Filosofia da UCP, Braga, v. 13-1, 2009, p. 191-212.

Crédito das imagens

Tabela 1 – elaboração própria.

BLOCO 3
ESTUDOS EM METÁFORA

METÁFORAS E DETERMINANTES

Adiel Queiroz Ricci¹

Eduardo Kenedy Nunes Areas²

Introdução

A metáfora tem sido estudada, em grande parte, por meio de frases soltas e fora de um contexto específico (BOWDLE; GENTNER, 2005; GLUCKSBERG, 1998; GLUCKSBERG; KEYSAR, 1990; ORTONY, 1993). Alguns estudos diferem justamente por terem feito uso de contextualizações, como o trabalho de Ricci (2016), que tomou como referência os estudos de Janus e Bever (1985) e o experimento de *priming* de Blasko e Connine (1993), que gerou referencial pragmático típico do uso de linguagem metafórica em contexto mais próximo ao da comunicação humana típica.

O presente trabalho pretende levantar questões acerca de possíveis aspectos semânticos na escolha do uso ou não de artigos indefinidos como determinantes em sintagmas nominais componentes de expressões metafóricas e literais, contextualizadas em um experimento de cunho psicolinguístico. Essa pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Vassouras, CAAE n. 15682619.6.0000.5290, parecer n. 3.415.804.

1 Doutorando em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Mestre e doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Referencial teórico

De acordo com Frege, alguns nomes têm tanto sentido quanto referência. A referência de um nome é aquilo que o nome denota, e o sentido é o modo de apresentação do objeto denotado. Frege chegou a essa conclusão ao analisar sentenças informativas. Tomando o exemplo “A Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã”, pode-se imaginar os antigos gregos observando que uma estrela mais brilhante que as outras surgia logo após o pôr-do-sol, e outra igualmente brilhante estava no céu pouco antes do nascer do sol. Deram a essas estrelas os nomes de “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã”, respectivamente, dois sentidos para uma mesma referência que, alguns séculos mais tarde, astrônomos a caracterizaram como o planeta Vênus (GOMES; SANCHEZ-MENDES, 2018). Portanto, se houvesse apenas a referência para denotar um sentido, as frases (1) e (2) teriam o mesmo significado:

- (1) A Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã.
- (2) A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde.
- (3) Vênus é Vênus.

Contudo, essas frases têm sentidos diferentes. A frase (1) é óbvia para qualquer pessoa, mesmo que não tenha nenhum conhecimento de astronomia, e a frase (2) seria compreendida apenas se o leitor/ouvinte tivesse algum conhecimento astronômico, *i.e.*, que “A Estrela da Manhã” e “A Estrela da Tarde” se referem a um só corpo celeste. O interesse de Frege está na utilização da linguagem para a descrição de fatos ou estados de coisas externas à linguagem. Sua ideia era que, ainda que a referência seja importante para o significado, há outra importante dimensão, à qual ele denominou **sentido**, um modo de apresentação do **referente**. Então, enquanto ambas “A Estrela da Manhã” e “A Estrela da Tarde” se referem a uma mesma coisa, elas têm sentidos diferentes. A primeira está relacionada a algo que aparece de manhã cedo e a segunda é uma estrela que brilha no início da noite. Dois sentidos diferentes para uma mesma referência (JULIEN, 2013).

Essa discussão vincula-se à questão do enunciado e seu conteúdo informativo e do estado das coisas por ele descrito, assim como à questão da sua veracidade ou falsidade. Dentro do campo da semântica filosófica, a noção mais aceita é a de que

[...] a *referência* é um aspecto do enunciado que depende do contexto – uma relação entre o falante e os objetos/aspectos do mundo sobre os quais ele está falando. [...] Mais especificamente, quando se trata de entidades, *referir* significa apontar para uma entidade/objeto/indivíduo determinado no “mundo” através de “expressões referenciais”. Este “mundo”, que contém os objetos sobre os quais falamos, pode ser o “mundo real” ou mesmo qualquer mundo sobre o qual somos capazes de falar ou imaginar, qualquer “mundo possível.” (MÜLLER, 2003, p. 63).

As expressões referenciais são os sintagmas nominais que desempenham a função de referir a determinadas entidades no mundo e ocupam a posição de sujeito em frases afirmativas que usam o verbo *ser* seguido de adjetivo, dentro de um contexto que permita ao leitor/ouvinte identificar uma entidade ou indivíduo no mundo, em determinado contexto estabelecido, efetivando um ato de referência que, no caso das metáforas, seria a evocação de uma propriedade, ou de inserção em classe de indivíduos, por exemplo (MÜLLER, 2003).

Expressões metafóricas são caracterizadas pelo estabelecimento de correspondências entre domínios do conhecimento distantes entre si. Teóricos estudiosos da metáfora, desde Aristóteles até autores linguistas e psicolinguistas contemporâneos (BOWDLE; GENTNER, 2005; SEARLE, 1993), consideram metáforas, como *Sam is a pig*³, asserções categóricas falsas, que devem ser convertidas em símiles (“Sam é como um porco”) para serem compreendidas (GLUCKSBERG, 2008, p. 67). Em metáforas nominais do tipo X é um Y, justapõem-se tópico (X) e veículo (Y) de domínios diversos, por exemplo, *The mind is a computer*⁴, em que o tópico *mind* (mente) refere uma entidade abstrata e o veículo, *computer* (computador), um dispositivo eletrônico. A justaposição de tópico e veículo de diferentes domínios, que pode ser problemática para a compreensão, é o que distingue metáforas de declarações comparativas literais, como *A mallet is like a hammer*,⁵ e também de declarações categóricas literais, como *A mallet is a tool*⁶, nas quais tópico (*mallet*) e veículo (*hammer / tool*) pertencem, em ambas, ao mesmo domínio semântico (Bowdle; Gentner, 2005, p. 193).

3 “Sam é um porco” (Todas as traduções são do próprio autor).

4 “A mente é um computador”.

5 “Uma marreta é como um martelo”.

6 “Uma marreta é uma ferramenta”.

No modelo teórico *Class-inclusion* (inclusão em classe) de Glucksberg e Keysar (1990), as metáforas são compreendidas como declarações de inclusão em classes, ou categorias, nas quais os veículos metafóricos convencionalizados têm o que ele chama de dupla referência (*Dual Reference*). Em *my lawyer was a shark* (“meu advogado era um tubarão”), por exemplo, o veículo *shark* refere-se a um predador marinho (ou a categoria representada por ele) e também a uma categoria abstrata de seres predatórios e perigosos, estabelecendo uma relação taxonômica entre predador marinho e advogado, membros de uma categoria abstrata de seres predatórios em geral, que recebe o nome do membro prototípico *shark* (“tubarão”).

Essas expressões no singular, tanto as literais (Uma marreta é uma ferramenta) como as metafóricas (Meu advogado é um tubarão), compartilham a característica de utilizar, tipicamente, um artigo indefinido como determinante na composição do sintagma nominal veículo da asserção de inclusão em classe, para que possa servir de argumento sentencial. Nesse caso, esses sintagmas veículos exercem função de predicado, estabelecendo propriedades superordenadas comuns aos domínios dos elementos envolvidos em tal declaração. Determinantes indefinidos, como *um* ou *uma*, são considerados, no campo da semântica formal, sintagmas sem força quantificacional própria, que introduzem novos referentes ao discurso e estabelecem referências variáveis ou generalizadas (GOMES; SANCHEZ-MENDES, 2018), o que pode explicar a projeção dos predicados do veículo sobre o tópico da declaração literal ou metafórica, em um processo semântico de inclusão em classe. Considerando as formas no singular:

- (4) João é *um professor*.
- (5) João é *professor*.

Ambas são asserções literais de inclusão em classe, aceitas em português brasileiro (PB) (GOMES; SANCHEZ-MENDES, 2018) sem que haja diferenças significativas no sentido das declarações. Tanto o sintagma nominal com determinante *um* em (4) quanto o nominal nu em (5) veiculam a mesma noção referente à ocupação profissional de João, a de professor.

No entanto, quando se trata de asserções metafóricas, nem sempre o veículo representado por um sintagma nominal nu será aceito como gramatical.

- (6) a. Maria é *uma gata*.
 b. Maria é *gata*.
 (7) a. Pedro é *um armário*.
 b. *Pedro é *armário*.

Em (6), tanto o veículo nominal nu “gata” como o veículo nominal com determinante “uma gata” são aceitos no PB, pois ambos recortam um subconjunto de membros prototípicos com aquelas características. Porém, em (7), Pedro só pode ser “um armário”, e o nominal nu “armário” é considerado agramatical pela maioria dos falantes da referida língua, o que levanta questões acerca das estratégias e recursos utilizados para tal seleção. Destarte, um experimento visando colher dados acerca da percepção da utilização ou não do determinante foi elaborado.

O experimento

O experimento, cujos dados foram colhidos entre os dias 16 e 22 de julho de 2019, objetivou avaliar a percepção do grupo de participantes do estudo acerca do uso de um sintagma nominal nu ou acompanhado de determinante, no caso, um artigo indefinido *um* ou *uma*. Cada participante estabeleceu suas preferências de utilização para cada situação apresentada, conforme o excerto da pesquisa, na Figura 1. Havia a possibilidade de se marcar apenas uma opção por linha, a saber, “Não usaria”, “Talvez” e “Certamente usaria”, podendo haver repetições de opções para as duas alternativas oferecidas para cada situação.

Figura 1

7. Contrataram um novo cirurgião que só faz bobagens. Várias pessoas já morreram por causa dele. Ele é ____.*

	NÃO USARIA	TALVEZ	CERTAMENTE USARIA
UM AÇOUGUEIRO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
AÇOUGUEIRO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Excerto da pesquisa - Parágrafo 7

O grupo de participantes foi composto por 104 indivíduos brasileiros, de regiões diversas do país, idade média de 31,5 anos, desvio padrão de 12,04, sendo 36 do sexo masculino e 68 do sexo feminino, todos falantes nativos de PB, que participaram voluntariamente.

Foram utilizados 21 parágrafos preparados para que fosse oferecido um contexto para cada escolha de opção disponível e para que o participante pudesse fazer a escolha de utilização do sintagma de sua preferência (nominal nu ou com determinante *um* ou *uma*), com três opções para cada, conforme descrito anteriormente. Vinte situações evocavam uma interpretação metafórica, e a de número 4 era literal, um teste piloto para um possível trabalho futuro. Os parágrafos são listados a seguir, com as opções oferecidas:

1. Maria chama a atenção de todos por sua beleza. Ela é _____. uma gata / gata
2. Meu carro está sempre com defeito. Ele é _____. Abacaxi / um abacaxi
3. José faz todas as vontades da namorada. Ele é _____. banana / um banana
4. João trabalha no abatedouro há anos, pois conhece todos os cortes de carne suína e bovina. um açougueiro / açougueiro
5. Pedro toca guitarra muito bem! Ele é _____. uma fera / fera
6. O novo professor de física é muito severo na cobrança do que foi ensinado, e ninguém consegue boas notas com ele. Ele é _____. carrasco / um carrasco
7. Contrataram um novo cirurgião que só faz bobagens. Várias pessoas já morreram por causa dele. Ele é _____. um açougueiro / açougueiro
8. A sogra do meu melhor amigo está sempre implicando com ele, o tempo todo. Ela é _____. cobra / uma cobra
9. Pedro é um cara grande e muito forte. Ele é _____. um armário / armário
10. O marido da minha amiga é muito ruim, e chegou até a bater nela. Ele é _____. cavalo / um cavalo
11. Sofia é muito mal-humorada, e briga com todo mundo. Ela é _____. uma fera / fera
12. David sabe tudo sobre informática. Ele é _____ no assunto. cobra / uma cobra
13. Maria dirige muito devagar, e atrapalha todo mundo no trânsito. Ela é _____. lesma / uma lesma
14. Cecília é uma pessoa muito gentil e agradável com todos. Ela é _____. uma flor / flor
15. Amélia está sempre pedindo dinheiro emprestado aos parentes, e nunca paga ninguém. Ela é _____. sanguessuga / uma sanguessuga

16. Jonas está sempre disposto a ajudar todo mundo. Ele é _____. santo / um santo
17. Marie sempre incomoda a todos com sua chatice. Ela é _____. uma mala / mala
18. José é o cozinheiro do novo restaurante da esquina, mas não tem nenhuma higiene. Ele é _____. porco / um porco
19. Justino é um policial muito violento com todos. Ele é _____. um gorila / gorila
20. Ana é linda e tem um corpo escultural. Ela é _____. avião / um avião
21. Adiel trabalha como professor há mais de trinta anos. Ele é _____. um dinossauro / dinossauro

Todas as situações foram apresentadas *on-line*, utilizando-se o Formulário Google, para precisão na entrada dos dados e agilidade em sua tabulação. As expressões elaboradas para o experimento são baseadas nos *norming studies* de Ricci (2016), em um padrão do tipo “X é Y” ou “X é um Y”, em que “X” é o tópico e “Y”, o veículo. As opções de escolha de sintagmas de um ou de outro tipo foram distribuídas aleatoriamente, para que os participantes tivessem que ler cada item com atenção. Antes de procederem ao teste, todos os participantes registraram seu aceite após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado de acordo com as normas de ética em pesquisa vigentes no Brasil, exibido em formulário Google, seguido do registro de dados pessoais básicos (nome, idade, sexo, fluência em língua estrangeira e grau de instrução), posteriormente utilizados para registros estatísticos, respeitando as diretrizes de anonimato dos participantes. Os dados fornecidos foram tabulados no Microsoft Excel.

O endereço eletrônico gerado pelo formulário Google foi enviado por e-mail, WhatsApp ou via mensagem pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade de Vassouras. Ao receber o convite para participação no experimento, após o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os participantes preencheram seus dados pessoais nos formulários, acessaram a página de instruções e prosseguiram para a pesquisa.

As respostas a todas as perguntas eram obrigatórias (como indicado ao lado de cada expressão), impossibilitando que fossem deixadas em branco quando do envio do formulário via internet. Havendo opções não marcadas, o sistema exibia as escolhas faltantes e, quando se completava o preenchimento do formulário, bastava clicar sobre “Enviar” ao fim da página para finalizar a pesquisa.

A previsão era de que haveria preferência pela utilização do sintagma nominal acompanhado de determinante quando se tratasse de uma asserção metafórica, e que asserções literais exibiriam a preferência pelo sintagma nominal nu.

Resultados do experimento

Os resultados do experimento contabilizaram um total de 4.368 julgamentos das 21 expressões que foram construídas para esse fim. No grupo pesquisado, foram evidenciadas algumas recorrências que podem estar relacionadas ao grau de convencionalização e familiaridade das expressões, lembrando que todos os parágrafos e expressões foram baseados em seus significados dicionarizados.

Conforme previsão, o item 4, o sintagma nominal nu, foi privilegiado sobre o sintagma nominal com determinante, no que se refere à profissão de João (Figura 2).

Figura 2

4. João trabalha no abatedouro há anos, pois conhece todos os cortes de carne suína e bovina. Ele é ____.



Distribuição de notas “açougueiro” literal.

No item 7 (Figura 3), houve preferência dos participantes da pesquisa pelo uso de sintagma nominal com determinante como veículo metafórico relacionado à conduta do cirurgião, o que fornece evidência em conformidade com as previsões. O veículo metafórico “açougueiro” evoca predicados que são atribuídos ao tópico “cirurgião” (BOWDLE; GENTNER, 2005).

Figura 3

7. Contrataram um novo cirurgião que só faz bobagens. Várias pessoas já morreram por causa dele. Ele é ____.

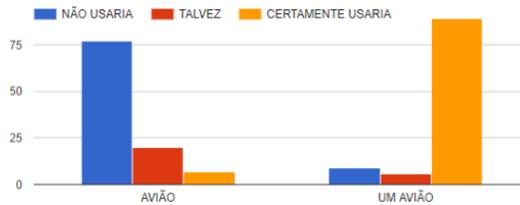


Distribuição de notas “açougueiro” metafórico.

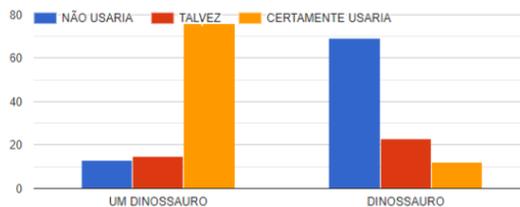
As escolhas efetuadas pelos participantes da pesquisa nas opções metafóricas dos parágrafos 3, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20 e 21 evidenciaram preferência pelo uso de sintagmas nominais com determinantes nas expressões associadas, também seguindo as previsões da revisão teórica (Figura 4).

Figura 4

20. Ana é linda e tem um corpo escultural. Ela é ____.



21. Adiel trabalha como professor há mais de trinta anos. Ele é ____.



Distribuição de notas “avião” e “dinossauro” metafóricos.

Acerca do item 2 (“Meu carro está sempre com defeito. Ele é ____.”) um dos participantes comentou que “abacaxi” é um termo em desuso para denotar algo problemático, o que pode ter influenciado nos ranqueamentos. No entanto, tal expressão foi facilmente compreendida, talvez pelo seu alto nível de *aptness*⁷ (RICCI, 2016). Ainda que fosse uma expressão em obsolescência, manteve-se dentro das previsões para construções com sintagmas metafóricos. Isso também pode ter ocorrido no item 12 (“David sabe tudo sobre informática. Ele é ____ no assunto.”), que utiliza o sintagma nominal nu “cobra” para denotar um especialista em algum assunto, uma colocação de caráter positivo, que pode ter sido majoritariamente compreendida por participantes de idade mais avançada, ou que com eles tenham maior convivência, proporcionando familiaridade com tal metáfora, evidenciando uma incerteza acerca da opção pelo uso do termo naquele sentido.

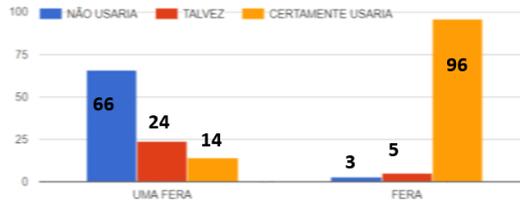
Em contrapartida, o sintagma nominal com determinante “uma cobra”, denotando característica negativa, de pessoa astuciosa e falsa (AULETE, 2019), foi a escolha preferida no item 8, que se referia à sogra de um certo indivíduo (em “A sogra do meu melhor amigo está sempre implicando com ele, o tempo todo. Ela é uma ____.”). O termo “cobra”, nesses casos, necessita de contextualização para que se compreenda com clareza o que se quer transmitir com a expressão metafórica. Nesse caso, a presença do artigo indefinido parece fazer alguma diferença, de acordo com algum provável critério de natureza semântica.

O mesmo ocorre com os sintagmas nominais dos itens 5 e 11, em que ficou evidenciado que a presença do artigo indefinido é primordial para a mudança de caráter da asserção (positivo com sintagma nominal nu e negativo com sintagma nominal com determinante) a partir das opções selecionadas pelos participantes das expressões metafóricas utilizando o termo “fera”, provavelmente, também, por critérios semânticos, conforme se observa na Figura 5, não excluindo a possibilidade de escolha pela concordância de gênero.

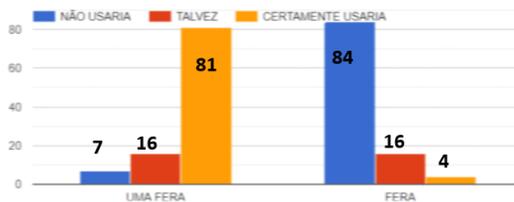
7 O termo “*aptness*” refere-se à eficácia da expressão em transmitir a ideia figurativa desejada pelo enunciador.

Figura 5

5. Pedro toca guitarra muito bem! Ele é ____.



11. Sofia é muito mal-humorada, e briga com todo mundo. Ela é ____.



Distribuição de notas “fera” metafórico.

No item 17, observou-se uma maior indefinição acerca do uso do sintagma nominal nu “mala” para definir um indivíduo desagradável e inconveniente. Contudo, o sintagma nominal com determinante foi a escolha preferencial entre os participantes da pesquisa, em “Marie sempre incomoda a todos com sua chatice. Ela é ____.”

Os 3 itens que restaram foram expressões metafóricas que apresentaram características distintas das demais, com evidências de que as expressões aceitam tanto sintagmas nominais nus como sintagmas nominais com determinantes, sem mudança significativa de sentido no que se pretende transmitir. No item 1, “Maria chama a atenção de todos por sua beleza. Ela é ____.”, Maria pode ser “gata” ou “uma gata”. Em 6, “O novo professor de física é muito severo na cobrança do que foi ensinado, e ninguém consegue boas notas com ele. Ele é ____.”, o novo professor de física é “carasco” ou “um carasco”. Em 18, “José é o cozinheiro do novo restaurante da esquina, mas não tem nenhuma higiene. Ele é ____.”, o cozinheiro pode ser “porco” ou “um porco”, segundo as escolhas daqueles participantes da pesquisa, provavelmente pela convencionalidade das expressões.

Considerações

O presente trabalho objetivou analisar as recorrências e discrepâncias na escolha de sintagmas nominais nus e sintagmas nominais com determinantes para a composição de expressões metafóricas dos tipos “X é Y” e “X é um Y”, em que “X” representa o tópico e “Y”, o veículo da metáfora. O experimento foi realizado via formulário Google, com 104 respondentes voluntários, todos falantes nativos de PB. Foram encontradas evidências de preferências de uso ou não de artigos indefinidos por indivíduos falantes do português brasileiro para a composição de veículos nominais metafóricos (sintagmas nominais nus ou sintagmas nominais com determinantes).

Foi possível, a partir da análise dos dados fornecidos pelos participantes da pesquisa, observar que há recorrências nas aplicações de sintagmas nominais nus e sintagmas nominais com determinantes em expressões metafóricas nominais. Porém, há discrepâncias para as quais não foram encontradas explicações a partir de tais evidências experimentais, como a razão pela qual “gata”, “carrasco” e “porco” aceitam ambas as formas (sintagma nominal nu e sintagma nominal com determinante). É possível que a escolha do uso do sintagma nominal com determinante recaia sobre a alta convencionalidade e familiaridade das expressões utilizadas. Contudo, não ficou esclarecida a razão pela qual os veículos metafóricos “flor”, “cavalo”, “gorila”, “avião” e “dinossauro”, por exemplo, não aceitam tais conformações, ou por que o termo figurativo “fera” muda de caráter quando acompanhado ou não de um determinante artigo indefinido, o que consideramos acontecer em virtude da convencionalidade de tais expressões, as quais são dependentes de um contexto claramente definido.

Fica, portanto, a pergunta sobre que tipo de recursos semânticos são utilizados pelo cérebro humano para a escolha de sintagmas nominais nus ou acompanhados de determinantes artigos indefinidos para a composição de um sintagma nominal metafórico quando as duas formas, sintagma nominal nu e sintagma nominal com determinante, são tidas como aceitáveis. Uma questão para um futuro trabalho de pesquisa experimental.

Referências

- AULETE, C. *Aulete Digital: o dicionário da língua portuguesa na internet*. Versão on-line. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- BLASKO, D.; CONNINE, C. M. Effects of familiarity and aptness on metaphor processing. *The Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 19, p. 295-308, 1993.
- BOWDLE, B. F.; GENTNER, D. The career of metaphor. *Psychological Review*, v. 112, n. 1, p. 193-216, 2005.
- DERWING, B. L.; ALMEIDA, R. G. Métodos experimentais em linguística. In: MAIA, M.; FINGER, I. (Eds.). *Processamento da Linguagem*. Pelotas: Educat., 2005, p. 401-442.
- GARRET, J. *Aristotle on metaphor*. Disponível em: <http://people.wku.edu/jan.garrett/401so7/arismet.htm>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- GLUCKSBERG, S. Understanding metaphors. *Current Directions in Psychological Science*, v. 7, n. 2. Cambridge University Press, p. 39-43, 1998.
- _____. The Psycholinguistics of metaphor. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, n. 2, p. 92-96, 2003.
- GLUCKSBERG, S. How metaphors create categories – quickly. In: GIBBS, R. W. *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge University Press, 2008, p. 67-8.
- GLUCKSBERG, S.; GILDEA, P.; BOOKIN, H. B. On understanding nonliteral speech: can people ignore metaphors? *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 21, p. 85-98, 1982.
- GLUCKSBERG, S.; KEYSAR, B. Understanding metaphorical comparisons: beyond similarity. *Psychological Review*, v. 97, n. 1, p. 3-18, 1990.
- GOMES, A. Q.; SANCHEZ-MENDES, L. *Para Conhecer Semântica*. São Paulo: Contexto, 2018.
- JANUS, R. A.; BEVER, T. G. Processing of metaphoric language: an investigation of the three-stage model of metaphor comprehension. *Journal of Psycholinguistic Research*. v. 14, n.5, p. 473-487, 1985.
- JULIEN, A. Frege was from Venus. *We Love Philosophy*. Jun. 2013. Disponível em: <https://welovephilosophy.com/tag/evening-star/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

- MÜLLER, A. L. A semântica do sintagma nominal. *In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (Orgs.). Semântica formal.* São Paulo: Contexto, 2003. p. 61-73.
- ORTONY, A. *Metaphor and thought.* 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1993.
- RICCI, A. Q. *O processamento psicolinguístico da metáfora: um estudo experimental no PB.* 2016. 75f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- SEARLE, J. Metaphor. *In: ORTONY, A. (Ed.). Metaphor and Thought.* 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1993, p. 83-III.

Créditos das imagens

Todas as figuras foram produzidas pelos próprios autores.

METÁFORAS ANIMAIS E FRAMES: ASPECTOS COGNITIVOS

Leandro Leiroz Rodrigues de Azevedo¹

Introdução

Algumas metáforas como “bode expiatório”, “peixe fora d’água” e “pinto no lixo”, são estruturalmente formadas da mesma maneira: são compostas por um substantivo que designa um animal, seguido de alguma especificação². Trata-se de um *chunk of language*³ muito recorrente, estruturado da seguinte maneira⁴:

$$\text{SN} = (\text{Subs.}_{\text{animal}}) + (\text{Mod.})$$

Levando em consideração os aspectos morfossintáticos da referida construção, podem-se identificar dois grandes grupos:

-
- 1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, com pesquisa fomentada pelo CNPq, sob orientação da Profa. Dra. Solange Coelho Vereza.
 - 2 O termo *especificação* tem caráter generalista e está sendo empregado neste estudo em substituição à terminologia da sintaxe.
 - 3 *Chunk* pode ser traduzido como “pedaço”. *Chunk of language* (ou *chunk*) é um termo que abrange vários tipos de agrupamentos de palavras.
 - 4 SN = sintagma nominal; Subs. = substantivo; Mod. = modificador.

1. Qualificadores: incluem sintagmas que qualificam o animal, como nos exemplos a seguir:
 - adjunto adnominal: “cavalo alado”;
 - oração adjetiva: “cachorro que late”.

2. Especificadores de cena: incluem sintagmas que ativam ou criam *frames*⁵, colocando o animal em uma cena, como nestes exemplos:
 - adjunto adverbial: “burros n’água”;
 - oração adverbial: “burro quando foge”.

O objetivo desta pesquisa é identificar, listar e compreender o aspecto cognitivo da utilização das expressões metafóricas do tipo SN = (Subs. _{animal}) + (Mod.), tais como “bode expiatório” e “cão sem dono”. Muitas dessas expressões já se encontram dicionarizadas, mas os significados encontrados nos verbetes podem afastar-se daqueles pretendidos pelos indivíduos que usam tais metáforas.

Supõe-se que o significado atribuído a uma expressão metafórica dependa diretamente de uma série de elementos, tais como os especificados a seguir:

- a) a forma como o indivíduo conceptualiza o animal empregado metaforicamente (contribuindo, por exemplo, para que alguém considere que o burro seja um animal desprovido de inteligência);
- b) as informações culturais acerca desses animais, partilhadas através do convívio em sociedade (que sugerem, por exemplo, que a lebre é um animal astuto, assim como nas fábulas);
- c) os *frames* evocados pelo uso de tais expressões metafóricas, que colocam os animais em situações específicas (fazendo, por exemplo, com que o falante consiga visualizar mentalmente uma cena ao ouvir expressões como “pinto no lixo”).

5 O conceito de *frame* será discutido e detalhado no capítulo teórico. Para o momento, definimos *frame* como uma representação cognitiva, mais ou menos estável, que estrutura a conceptualização da experiência.

O presente estudo, de caráter cognitivista e pertencente ao campo dos estudos da metáfora, pode contribuir para a identificação e a listagem de um grande número de expressões metafóricas da língua portuguesa. As metáforas formadas por expressões contendo nomes de animais, chamadas de “metáforas animais”, são licenciadas pela metáfora conceptual⁶ SER HUMANO É ANIMAL, em que o domínio-alvo é um indivíduo da espécie humana e o domínio-fonte é um animal (como *cavalo*, *cadela*) ou qualquer palavra associada ao reino animal (como *inseto*, *mamífero* ou a própria palavra *animal*).

Como proposto no excerto a seguir, a metáfora cognitiva SER HUMANO É ANIMAL dá lugar a outra, também conceptual, mas mais específica: SER HUMANO É UM TIPO SUPERIOR DE ANIMAL.

[...] Goatly (2007), ao mencionar o trabalho de Ekman (2000), repercute suas observações relativas à tendência generalizada, encontrada nas diversas línguas, em nomear determinados grupos étnicos – os mulçumanos bósnios, os ameríndios, os escravos africanos e os ciganos – como animais, com o intuito de separá-los da sociedade. Dessa forma, avalia-se que a expressão convencional “cabra”, além de se encontrar estruturada por mapeamentos metafóricos depreciativos de homem em termos de cabra, [...] varia seu gênero igualmente motivado por visões evolucionistas e eugenistas defendidas pelas teorias biológicas acerca da natureza humana, que estruturam de modo geral as metáforas animais, qual seja: SER HUMANO É UM TIPO SUPERIOR DE ANIMAL. (CAVALCANTI, 2018, p. 111)

As metáforas conceptuais SER HUMANO É ANIMAL e SER HUMANO É UM TIPO SUPERIOR DE ANIMAL licenciam todas as metáforas animais – o que equivale a dizer que tais metáforas são responsáveis pela disseminação de ideologias, preconceitos, generalizações e estereótipos referentes tanto à essência humana quanto à essência animal.

O presente estudo se justifica, portanto, pela sua relação direta com problemáticas de relevância na sociedade atual – como os preconceitos e as ideologias marcadas no uso da língua –, além de apresentar contribuições

6 A alcunha de metáfora conceptual está sendo aqui empregada conforme as propostas de Lakoff e Johnson (1980).

que muito podem revelar acerca da cognição humana e de sua relação com a sociedade através da língua.

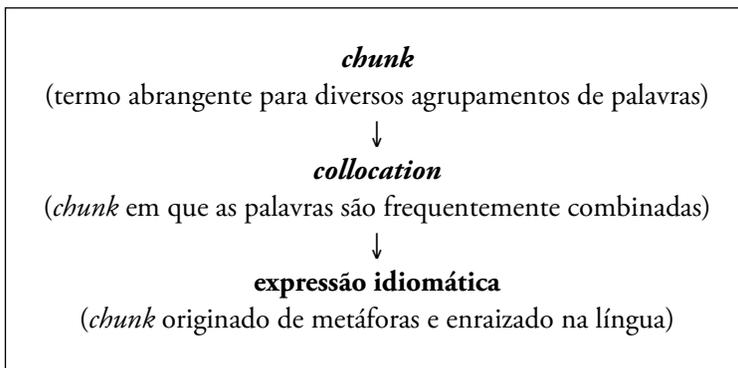
***Chunks, collocations* e expressões idiomáticas: aspectos teóricos**

Um *chunk of language* (ou simplesmente *chunk*) é um grupo de palavras que costumam aparecer juntas na língua em uso. Já uma *collocation*, termo mais específico, é a justaposição frequente de uma palavra específica com outra(s) palavra(s) específica(s), como “quebrar o braço” (e não **romper o braço*), “levar um choque” (e não **pegar um choque*), “ônibus lotado” (e não **ônibus preenchido*), “bicho do mato” (mas não **ser vivo do mato*).

A expressão idiomática, por sua vez, é definida pelo dicionário Priberam como uma “locução ou frase cuja estrutura se fixou na língua e cujo significado não corresponde à soma dos significados isolados das palavras que a compõem, motivo pelo qual não é interpretada à letra (ex.: a expressão idiomática *bater as botas* significa *morrer*)”.

Assim, as expressões idiomáticas são, ao mesmo tempo, *chunks* e *collocations*. São *chunks* porque constituem grupos de palavras. São *collocations* porque são compostas por termos que frequentemente aparecem juntos e que dificilmente podem ser trocados por sinônimos. E são, por fim, expressões idiomáticas porque têm um caráter metafórico e já se encontram enraizadas na língua.

Relação entre *chunks*, *collocations* e expressões idiomáticas



Quadro 1: conceitos organizados segundo sua especificidade (autoria própria)

A noção de *frame*

Segundo Fillmore (2006), o termo *frame* se refere a um sistema de conceitos relacionados, já conhecidos na literatura também como esquema (*schema*), *script* e cenário (*scenario*), entre outros. O que Fillmore sugere com a ideia de *frame* é que não se pode entender o significado de uma palavra isolada sem que se tenha acesso a toda a informação essencial relacionada a essa palavra. Desse modo, seria impossível alcançar uma compreensão completa do verbo “vender”, por exemplo, sem ativar outros conhecimentos relacionados, que, nesse caso, incluiriam noções básicas de transferências comerciais, que, por sua vez, incluem um vendedor, um comprador, os bens a serem negociados, uma moeda de troca etc.

Aplicando o conceito de Fillmore ao objeto de estudo desta pesquisa, pode-se dizer que todas as expressões metafóricas do tipo SN = (Subs. _{animal}) + (Mod.) evocam *frames*. Enquanto uma metáfora de animal sem especificação (como “fulano é um porco”) evoca um *frame* mais geral, com mapeamentos convencionalizados (no caso do porco, provavelmente a sujeira), uma metáfora de animal com especificação (como “ficar como um pinto no lixo”) evoca (ou até mesmo constrói) toda uma cena com elementos e ações mais específicos.

Metodologia

A metodologia empregada na presente pesquisa se assemelha a alguns procedimentos comumente adotados na linguística de corpus. Propõem-se as seguintes etapas:

1. Levantamento de *chunks* do tipo SN = (Subs. _{animal}) + (Mod.) (formulário preenchido por usuários da internet);
2. Verificação da frequência dos *chunks* (levantamento do número de ocorrências das expressões na Internet);
3. Verificação da convencionalidade e da metafóricidade das expressões listadas (formulário preenchido por participantes);
4. Coleta de corpus autêntico com os *chunks* (pesquisa em banco de dados e em dicionários);
5. Análise do corpus.

Resultados parciais

A partir do formulário preenchido por usuários da internet, fez-se uma lista de 116 expressões compostas de SN = (Subs. _{animal}) + (Mod.). Segue uma mostra da referida lista:

1. abelha no mel
2. abelha rainha
3. baleia assassina
4. barata cascuda
5. barata tonta
6. besta fera
7. bicho de pé
8. bicho do mato (2x)
9. bicho papão
10. bicho solto
11. bode expiatório (3x)
12. boi brabo
13. boi de piranha (2x)
14. burro de carga
15. burro inteligente
16. burro quando foge (2x)
17. burro velho (2x)
18. burros n'água
19. cabra cega
20. cabra macho

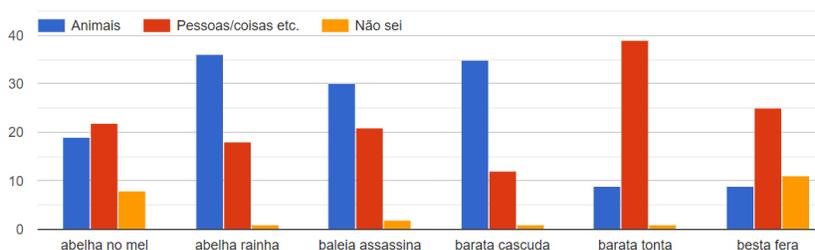
Simultaneamente, usou-se a ferramenta de busca Google para encontrar cada uma das expressões listadas na etapa anterior da pesquisa. Gerou-se uma tabela, reproduzida parcialmente a seguir, que organiza as expressões em ordem decrescente, da mais frequente para a menos frequente.

Quadro 2: Ocorrências registradas na ferramenta de busca Google

EXPRESSÕES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (2º semestre de 2020)
peru de Natal	45.600.000
rato de biblioteca	17.800.000
gato morto	7.870.000
gato preto	5.730.000
cachorro quente / cachorro-quente	4.630.000
peru tonto	3.580.000
lobo mau	1.210.000
ovelha negra	1.180.000
onça pintada	1.020.000
abelha rainha	934.000
bicho de pé / bicho-de-pé	789.000
patinho feio	655.000
cadela no cio	570.000
cavalo alado / cavalo-alado	547.000
bicho papão	535.000
elefante branco	437.000
galo vermelho	436.000
gatinha manhosa	416.000
bode expiatório	402.000

Autoria própria

Em seguida, elaboraram-se gráficos, como o reproduzido a seguir, acerca do uso das expressões listadas.

Quadro 3: Dados parciais da Etapa 3

Autoria própria

Posteriormente, buscaram-se as expressões em quatro dicionários on-line, com a finalidade de identificar quais e quantas delas já se encontram oficialmente registradas. Os dicionários escolhidos foram os seguintes: Michaelis, Priberam, Dicio e Aulete.

A lista a seguir, reproduzida em sua integridade, mostra as expressões encontradas nos referidos dicionários, que somam 39 (trinta e nove) de um total de 116 (cento e dezesseis) – o que equivale a aproximadamente 34% das expressões listadas inicialmente.

Quadro 4: Expressões registradas em dicionários

NÚMERO DE DICIONÁRIOS	EXPRESSÕES DICIONARIZADAS ⁷
1 dicionário	abelha rainha barata tonta bode expiatório burro de carga burro quando foge cão chupando manga cavalo dado galinha dos ovos de ouro gato escaldado leão de chácara lobo mau ovelha negra papagaio de pirata peixinho dourado
2 dicionários	abelha assassina barata cascuda burros n'água cachorro do mato cobra cega elefante branco gato preto mula sem cabeça rato de biblioteca sapo jururu vaca leiteira

continua

⁷ Algumas das ocorrências da construção SN = (Subs._{animal}) + (Mod.) que aqui estão sendo chamadas de *expressões* podem configurar nos dicionários como *palavras*. Considera-se que “cachorro-quente”, por exemplo, representa, do ponto de vista normativo, uma palavra composta hifenizada. Para o falante leigo, parece não haver distinção entre palavras compostas e expressões formadas por duas ou mais palavras – o que nos permite supor que estamos diante de uma lista que tanto inclui itens que já sofreram lexicalização e que possuem seus próprios verbetes (como “cachorro-quente” ou “cavalo-alado”), bem como itens passíveis de sofrerem tal fenômeno e que ainda se encontram vinculados a outros verbetes (como “barata tonta”, vinculado ao verbe “barata”, ou “bode expiatório”, vinculado ao verbe “bode”).

Quadro 4: Expressões registradas em dicionários (continuação)

NÚMERO DE DICIONÁRIOS	EXPRESSÕES DICIONARIZADAS ⁷
3 dicionários	besta fera bicho de pé bicho do mato cabra cega cabra macho cão guia cavalo de troia galinha d'Angola mosca morta pata choca
4 dicionários	bicho papão cachorro quente mico preto onça pintada

Autoria própria

Por fim, listaram-se exemplos em que há ocorrência das expressões listadas, todos autênticos, retirados do banco de dados on-line Corpus do Português ou localizados pela ferramenta de pesquisa Google. Reproduzem-se, a seguir, os exemplos coletados em que ocorre a expressão “bicho do mato”.

- [...] o ator confessou: “Sou um bocado *bicho do mato* e extremamente tímido para ser ator” (Notícias ao Minuto, 04/03/2020)
- A minha vida é muito comum. Não tem nada de interessante, honestamente (risos). É igualzinha a [sic] de todos: vamos ao cinema, vamos ao teatro, adoro ficar em casa. A gente é muito tranquilo, bem *bicho do mato*. (GaúchaZH, 05/03/2020)

Conclusões parciais

A partir da análise das instanciações coletadas no banco de dados, pode-se observar que os *chunks* em questão cumprem as mais diversas funções morfosintáticas. Suas posições mais comuns são as de sujeito, objeto direto, objeto indireto e adjunto adverbial. Quanto à classe gramatical, percebe-se que os *chunks* quase sempre funcionam como substantivos, mas podem também comportar-se como adjetivos. Tomem-se estes exemplos:

- E atacou-te, como a *baleia assassina* de aquele [sic] filme? (substantivo);
- “Sou um bocado *bicho do mato* e extremamente tímido para ser ator” (adjetivo).

Percebe-se que o uso de determinantes é bem preciso e específico de cada *chunk*: se por um lado se diz mais frequentemente “um bicho papão” (com a presença do artigo indefinido “um”), por outro se diz mais frequentemente “bicho do mato” (sem artigo algum).

As análises que ocorrerão nas etapas subsequentes desta pesquisa poderão, provavelmente, revelar aspectos cognitivos associados ao uso das expressões listadas.

Referências

- CAVALCANTI, F. Uma abordagem cultural das metáforas animais: a relação entre teoria sociobiológica e o gênero da expressão convencional ‘cabra’. *Linguagem em Foco: Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE*, v. 10, n. 2, p. 103-112, 2018.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- JOHNSON, M.; LAKOFF, G. *Metaphors We Live By*. London: The University of Chicago Press, 1980.
- LEME, A. C. *Idiomaticidade e Composicionalidade das Expressões Idiomáticas Da Língua Inglesa: o significado na interface semântico-pragmática-etimológica*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 2008.
- PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 2. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- PRAGGLEJAZ, G. PIM: *Um método para identificar palavras usadas metaforicamente no discurso*. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 25, p. 77-120, jul-dez, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/258340/PIM_Um_m%C3%A9todo_para_identificar_palavras_usadas_metaforicamente_no_discurso Acesso em: 26 ago. 2019.
- SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

- STEFANO, M. (Coord.). *Metáforas em Uso*. Buenos Aires: Biblos, 2006.
- VEREZA, S. (Org.). *Sob a Ótica da Metáfora: tempo conhecimento e guerra*. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- VEREZA, S. Metáfora É Que Nem...: Cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, jul.-dez. 2013

A CONCEPTUALIZAÇÃO METAFÓRICA DE “AMOR” EM LETRAS DE MÚSICA

Marcela Fernandes dos Santos¹

Introdução

Estudos da Linguística Cognitiva presumem que o “amor” é uma emoção mediada pela cognição e que esta última determina e é determinada pela linguagem. Em outras palavras, a linguagem tem um vínculo direto com a emoção, na medida em que participa não apenas de sua expressão, mas também de sua conceptualização.

As emoções são fenômenos altamente abstratos e complexos, experienciados por nós cotidianamente. Para compreendê-los e comunicá-los, recorreremos frequentemente à linguagem metafórica. Tais fenômenos são caracterizados como sensações que podem, inclusive, causar reações físicas, provocadas por estímulos de distintas naturezas. Desse modo, a metáfora atua como um recurso semântico-cognitivo que é frequentemente utilizado ao expressarmos nossas emoções, no intuito de facilitar o entendimento das pessoas no ato comunicativo. No entanto, a metáfora nem sempre é perceptível quando usada corriqueiramente.

Trataremos aqui de uma emoção em particular, o amor, mais especificamente, o conceito de “amor romântico”, buscando analisar como é compreendido, a partir de mecanismos metafóricos que estruturam o pensamento e a linguagem. Com base em um dos princípios centrais da linguística cognitiva, segundo o qual o nosso pensamento é corporificado,

1 Marcela Fernandes dos Santos, mestranda no programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Letras da UFF. Pesquisa sob a orientação da Prof^a Dr^a Solange Coelho Vereza.

conceptualizamos conceitos abstratos primordialmente através de metáforas. De outro modo, estruturamos o nosso conhecimento sobre domínios mais abstratos, tendo como base o modo com que experienciamos domínios mais concretos.

Adotaremos o conceito de “metáfora conceptual”, introduzido por Lakoff e Johnson (1980), cuja tese central propõe que as metáforas são determinantes no modo pelo qual pensamos (ou “conceptualizamos”), falamos e agimos em torno da nossa realidade (LAKOFF e JOHNSON, 1980 [2003], p. 45). A metáfora, como produto da cognição, nos ajuda a compreender e dar significado a conceitos abstratos e complexos, como o amor, sendo instanciada e evidenciada por meio de expressões metafóricas distintas. Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é explorar a natureza dos mapeamentos e os efeitos de sentido que são projetados do domínio-fonte AMOR para diferentes domínios-alvo.

A metáfora sob a ótica tradicional e conceptual

Nos últimos anos, com o estabelecimento dos estudos da Linguística Cognitiva, a abordagem teórico-analítica do estudo da metáfora sofreu uma verdadeira inovação. Essa mudança foi promovida através da publicação da obra *Metaphors We Live By* (1980), de George Lakoff e Mark Johnson, sob a premissa de que a essência da metáfora seria falar de uma coisa em termos de outra. Essa premissa foi estendida, uma vez que o âmbito da metáfora ultrapassou a linguagem – estudos tradicionais baseavam-se na noção de metáfora apenas como “figura de linguagem”. A perspectiva tradicional definia a metáfora apenas com um recurso estilístico, que se limitava à transferência de um nome de uma coisa para outra, com base na comparação e na similaridade entre ambas.

Ainda sobre a metáfora na visão tradicional, Vereza (2010) explica que as primeiras reflexões acerca da metáfora a conceituavam como um artifício da linguagem (um “ornamento”), utilizado quase que exclusivamente no discurso poético e retórico. Assim, segundo a autora,

Etimologicamente, o termo metáfora deriva da palavra grega metáfora através da junção de dois elementos que a compõem – meta que significa “sobre” e pherein com a

significação de “transporte”. Neste sentido, metáfora surge enquanto sinônimo de “transporte”, “mudança”, “transferência” e em sentido mais específico, “transporte de sentido próprio em sentido figura do”. De fato, e tendo como base o significado etimológico do termo, o processo levado a cabo para a formação da metáfora implica necessariamente um desvio do sentido literal da palavra para o seu sentido livre; uma transposição do sentido de uma determinada palavra para outra, cujo sentido originariamente não lhe pertencia (VEREZA, 2010, p. 201-202).

Tais atribuições faziam com que a metáfora fosse considerada um recurso linguístico sem nenhum alcance cognitivo. Com a transferência teórica do lócus da metáfora da linguagem para o pensamento, a metáfora deixa de estar restrita à poética e/ou à retórica, passando a ser abordada como parte da linguagem presente no cotidiano e nas interações sociais.

A ruptura com a abordagem tradicional da metáfora permitiu que a metáfora fosse entendida como uma manifestação da cognição, sendo instanciada tanto por meio de expressões linguísticas quanto por meio de recursos não verbais, como o corpo, música, arte, entre outros, embora existam certas metáforas que são mais predominantes em determinadas culturas do que em outras (KOVECSES, 2005). A partir do pensamento cognitivista, portanto, a metáfora e também a metonímia são reconhecidas como recursos inerentes à cognição humana.

Lakoff e Johnson (1980 [2003]), ao discorrerem sobre sua teoria, explicam que determinados conceitos são estruturados quase inteiramente por metáforas. Interessa à nossa discussão tratar diretamente da metáfora conceptual AMOR É VIAGEM. Na base dessa metáfora está nosso conhecimento sobre viagens, que é “projetado” para o conceito de amor. Os mapeamentos metafóricos se instanciam em diferentes expressões linguísticas, como: “*Veja até onde chegamos.*”; “*Estamos em uma encruzilhada.*”; “*Nós apenas teremos que seguir caminhos separados.*”; “*Não acho que esse relacionamento vá a lugar algum.*”; “*Nós saímos da pista.*”; “*Esse relacionamento é um beco sem saída.*” (LAKOFF e JOHNSON, 1980 [2003], p. 46). Aqui, os viajantes são mapeados como os amantes; os veículos, como o relacionamento amoroso; o percurso, como eventos ou experiências no relacionamento; e a distância percorrida, como o progresso feito no relacionamento.

Essa visão inovadora sobre a metáfora consiste no entendimento de que um conceito metafórico é constituído a partir da relação entre dois domínios, um mais concreto (fonte) e outro mais abstrato (alvo), na medida que alguns aspectos são projetados de forma parcial e seletiva do primeiro para o segundo domínio. Em outras palavras, não existe um mapeamento total entre todos os aspectos do domínio-fonte para o domínio-alvo.

A conceptualização metafórica do amor: aplicação e análise

A fim de entendermos como ocorre a conceptualização do amor, recorreremos à noção de categorias emocionais definida por Kövecses (1986, 2005, 2007). O autor esclarece que os conceitos emocionais não são notoriamente delineados em nossa experiência de maneira clara, e, por esse motivo, devem ser compreendidos sobretudo por meio de metáforas. Seus estudos apontam que as emoções emergem da experiência, por meio de situações específicas, portanto, dificilmente conseguiríamos falar sobre emoções fora dos termos metafóricos, por serem conceitos altamente abstratos, como no caso do amor.

A escolha por letras de músicas justifica-se pelo fato de que a música, segundo Blacking (1995), atua como um processo primário do pensamento, que se encontra na base da sociedade. Além disso, a música se constitui como um processo reflexivo e criativo, tanto para a capacidade humana quanto para o sistema cultural e, por isso, é capaz de retratar, recriar realidades e veicular conceitos em uma sociedade. Os conceitos que circulam nas sociedades são instanciados através de metáforas que subjazem a expressões metafóricas e, desse modo, funcionam como representações que mostram a organização dos modelos mentais que estruturam variadas culturas (GIBBS, 1999, p. 153). Esses modelos são considerados esquemáticos, na medida em que nos auxiliam a interpretar experiências e guiar ações em vários domínios, incluindo eventos, instituições e objetos mentais e físicos.

Em suma, a letra de música nos possibilita identificar metáforas do amor presentes no uso, que se realizam nas esferas linguística, cognitiva e discursiva. Essas metáforas que emergem no uso seriam “metáforas situadas”, que, segundo Vereza (2007), seriam licenciadas por metáforas conceptuais e/ou frames subjacentes. Seu papel é estruturar cognitivamente textos específicos por meio de “nichos metafóricos” (ibid.), que, por sua

vez, seriam estruturados por meio de desdobramentos ou mapeamentos textualmente desenvolvidos, a fim de conferir maior força argumentativa a determinado discurso.

O *corpus* da análise foi coletado a partir da ferramenta *Google busca* e do site *letra.mus.br*, a partir dos seguintes critérios: primeiramente, escolhemos músicas cujos versos mencionassem a palavra “amor” e, em seguida, dentre as músicas escolhidas filtramos as que os intérpretes tivessem alta popularidade digital e aclamação (indicações a premiações). Outro aspecto não menos relevante a mencionar é que não consideramos em nossa pesquisa as músicas que falam sobre amor como metonímia para pessoa amada, ainda que muito frequentes. Não foi considerada, por exemplo, a letra da canção “música de amor” interpretada pela cantora Anitta: “*Eu não faço música de amor, mas vou tentar compor: teu rosto, teu carinho, teu calor, confesso que me enfeitiçou, entorpeceu, piroou, logo eu não queria saber de amores...*”, em que o amor é apresentado nos versos que retratam a pessoa amada no lugar da emoção.

Iniciaremos a análise com um grande sucesso nacional: a música *É o amor*, da dupla sertaneja-romântica Zezé de Camargo e Luciano, que marcou muitas gerações.

(1) **É o Amor - Zezé de Camargo e Luciano**

Eu não vou negar que sou **louco** por você
Tô **maluco** pra te ver, eu não vou negar
Eu não vou negar sem você tudo é saudade
você traz felicidade, eu não vou negar (...)
Eu sou o seu apaixonado de alma transparente
um **louco alucinado meio inconsequente**
Um caso complicado de se entender

É o amor que mexe com minha cabeça e me deixa assim
Que faz eu pensar em você e esquecer de mim
Que faz eu esquecer que a vida é feita pra viver
É o amor que veio como um tiro certo no meu coração
Que derrubou a base forte da minha paixão
E fez eu entender que a vida é nada sem você
(Fonte: <https://www.letras.mus.br/zeze-di-camargo-e-luciano/65177/>)

Em (1) a música apresenta o domínio-alvo AMOR, conceptualizado através de metáforas situadas. A primeira expressa uma condição mental que se explicita por meio das expressões *louco, maluco, alucinado, inconsequente, mexe com a cabeça, pensar em você e esquecer de mim*, mostrando, desse modo, que o indivíduo já não tem controle sobre seus atos. Essas expressões formam um nicho metafórico² reforçando ao longo do texto a ideia do amor como um agente que provoca uma condição mental quase que doentia. Aqui a metáfora situada *amor é loucura* é licenciada pela metáfora conceptual AMOR É DOENÇA (FÍSICA/ PSÍQUICA).

Na música, a expressão “*Que faz eu esquecer que a vida é feita pra viver*” colabora para a formação de um nicho metafórico através de termos que reforçam a ideia de incapacidade cognitiva: a emoção é tão intensa que o efeito psicológico causado pode produzir insanidade. Nesse sentido, os termos em destaque mapeiam sobre o amor os aspectos da loucura, ou seja, ilustram o amor como uma má condição mental que projeta o sujeito para fora de si. Infere-se que a analogia entre “amor” e “descontrole emocional” possibilita a interação entre esses dois elementos, e as expressões linguísticas que constituem o nicho metafórico evocam a metáfora conceptual AMOR É DOENÇA (FÍSICA/ PSÍQUICA), que fornece base cognitiva e cultural a expressões já convencionalizadas na língua como: “*Eu sou louco por ela*”, “*Ela me deixa fora de mim*”, “*Ele constantemente delira com ela*”, entre outras.

Como Kövecses (1986, p. 92) acredita, o amor, comparado a outras emoções, parece estar associado a um maior grau de intensidade quanto à “falta de controle”. Desse modo, a pessoa que nos provoca loucura é aquela que amamos, e o nosso comportamento é uma resposta à atitude da pessoa amada. Assim sendo, a metáfora da DOENÇA (PSÍQUICA), quando aplicada ao amor, indica que uma pessoa que “ama demais” já não possui mais o controle de suas ações, que passam a ser totalmente guiadas pela emoção.

É importante observar que o domínio doença também pode ser evocado por meio do veículo *remédio*. Em muitos casos, o rompimento de uma relação amorosa pode levar o indivíduo a sentir dores de origem emocional, provocando efeitos corporais adversos, como uma dor que não teria *remédio pra curar*. Vale ressaltar, ainda, que um grande número de metáforas

2 Um “nichos metafórico”, conforme Vereza (2010), confere argumentatividade a textos por meio de desdobramentos textuais de uma ou mais metáforas situadas.

que conceptualizam o amor como doença inclui fatores que se manifestam fisicamente no corpo humano: alta temperatura corporal, coração acelerado e dificuldades no sistema respiratório. Kövecses (2007, p. 333) explica que uma boa condição de saúde é uma condição saudável enquanto uma má condição de saúde se manifesta através de doenças.

Já em “*É o amor que veio como um tiro certo no meu coração, que derrubou a base forte da minha paixão...*”, o sentido do termo *tiro certo* pressupõe a concepção do amor como algo que traz ruína para a pessoa que ama e a coloca como um alvo a ser atingido. Trata-se, então, de uma utilização metafórica do termo, na medida em que o amor provoca reações no corpo similares ao impacto sentido por alguém atingido por um tiro. Expressões como essas são usadas com o intuito de intensificar a força que o amor exerce sobre aquele que é controlado por essa emoção.

Desse modo, nota-se que essas expressões metafóricas imprimem um sentido negativo ao AMOR, pois, ao se apoiarem na metáfora situada *amor é bala*, realçam a característica de “provocar danos”. Essa metáfora situada é uma instanciação mais específica da metáfora conceptual AMOR É ARMA, que se manifesta linguisticamente através da expressão “*tiro certo*”, algo que nos acerta sem a possibilidade de escape. Outros possíveis desdobramentos de AMOR É ARMA são evocados por meio de manifestações linguísticas como: “*O amor é como uma bala no cérebro...*”, “*O amor é navalha afiada que corta na alma*”, “*Seu amor, me pegou, ‘Cê bateu tão forte com o teu amor. Nocauteou, me tonteou...*”, “*O amor é como uma lâmina afiada. Quando mais você se agarra a ela, mais dolorosa e profunda é a ferida*”. Nesse sentido, o amor é descrito como uma arma muito potente que causa estragos profundos.

(2) **A Força do Amor - Roupa Nova**

Abriu minha visão o jeito que **o amor tocando o pé no chão,**
[alcança as estrelas

Tem poder de mover as montanhas, quando quer acontecer,
[derruba as barreiras

Para o amor não existem fronteiras, tem a brisa quando quer
Não tem hora de chegar e não vai embora

Chamou minha atenção, **a força do amor que é livre pra**
[voar, durar para sempre

Quer voar, navegar outros mares, dá um tempo sem se ver,
[mas não se separa.

(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/roupa-nova/63774/>)

Em (2) temos a ideia de que uma grande força afeta a vida dos amantes, que reagem passivamente, como descrito em: “*Abriu minha visão o jeito que o amor tocando o pé no chão, alcança as estrelas*”, “*Tem poder de mover as montanhas*”, “*derruba as barreiras*”, “*Para o amor não existem fronteiras*”, “*Não tem hora de chegar e não vai embora*”, “*Chamou minha atenção, a força do amor*”. Nesse sentido, o amor é conceptualizado por meio da metáfora conceptual AMOR É UMA FORÇA FÍSICA.

Na visão de Kövecses (1986, p. 91), a metáfora AMOR É UMA FORÇA FÍSICA indica que a pessoa que ama age e responde tal qual um objeto que obedece passivamente a uma força física maior. Nessa perspectiva, o amor é conceptualizado como uma emoção na qual não podemos causar nenhuma interferência, e, do mesmo modo, o agente da força não pode ser responsável pelo que lhe acontece. Portanto, a metáfora da FORÇA FÍSICA se ancora na ideia de que o amante está submisso a uma força maior do que ele.

A metáfora AMOR É FORÇA FÍSICA se manifesta na língua através de expressões linguísticas que possuem como base o esquema imagético DINÂMICA DE FORÇAS (TALMY, 2000). Esses esquemas emergem através de nossas experiências corpóreas com barreiras, bloqueios, forças, pressões, ações de puxar, empurrar, mover objetos, entre outros. Talmy (2000) explica que as entidades de força correspondem ao Antagonista (ANT) e ao Agonista (AGO). Seguindo esse modelo, o AGO consiste no participante em foco, que apresenta uma tendência ao repouso ou ao movimento/ação, representando o estado natural de um objeto de conceptualização. O ANT se opõe ao AGO, e sua força determinará se ele será submetido à sua tendência ou se permanecerá no mesmo estado. Nesse sentido, o amor (ANT) exerce sua força sobre o ser que ama (os amantes / AGO), que o confronta e impede sua ação ou a ele sucumbe. Entende-se que a palavra “física” está relacionada aos fatores externos nos quais estruturamos nosso pensamento para realizar tais conceptualizações. Desse modo, a força que está sendo mapeada no domínio AMOR não está restrita a sensações físicas, mas também abrange reações emocionais.

(3) **Carona do Amor – Exaltasamba**

Era só você falar que o encanto acabou
Quanto tempo vai durar nosso sofrimento, amor
Se a cabeça não pensar quem padece é o coração
Acho bem melhor parar, dar um fim nessa paixão
Nunca mais vou esquecer dos momentos de prazer
Nos amamos tanto que pena que acabou
Olhe dentro de você se ainda existe amor
Eu ainda te amo que pena que acabou

O amor faz a gente sorrir e chorar

Às vezes é o melhor remédio pra dor

Quem não se segura cai da carona do amor, do amor

O amor faz a gente sorrir e chorar, às vezes é o melhor remédio
[pra dor

Eu ainda te amo, que pena que acabou, que pena que acabou
(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/exaltasamba-musicas/98571/>)

Em (3), as expressões “*O amor faz a gente sorrir e chorar*”, “*Às vezes é o melhor remédio pra dor*” e “*Quem não se segura cai da carona do amor*” fornecem base para diferentes metáforas. Na primeira ocorrência, os termos contraditórios *sorrir* e *chorar* são emoções que aparecem em muitos contextos relacionados ao amor. Desse modo, *sorrir* e *chorar* expressam a ideia de que o amor pode causar emoções tanto positivas quanto negativas, que evocam as metáforas EMOÇÃO POSITIVA É SAÚDE e EMOÇÃO NEGATIVA É DOENÇA.

No caso de “*Às vezes é o melhor remédio pra dor*”, o domínio-alvo “amor” tem como base a metáfora situada *amor é remédio*, licenciada pela metáfora conceptual EMOÇÃO É CURA. Muitas expressões na língua mostram a maneira pela qual essa metáfora se faz tão presente em nosso repertório cognitivo-cultural, como nos exemplos a seguir: “*O amor é considerado um remédio para curar diversos males*”, “*O amor é capaz de amenizar a dor*”, “*Na medida certa, o amor não faz qualquer mal. Aliás, se pudesse receitá-lo aos meus pacientes para evitar ou atenuar certos problemas*”. O uso das palavras “*remédio*”, “*curar*” e “*amenizar*” representam que o amor é

metaforicamente utilizado como um fator que age diretamente contra o sofrimento emocional e físico.

No verso “*Quem não se segura cai da carona do amor*”, o sentido da expressão “*carona*” nos remete a ideia de um caminho a ser percorrido, e o termo “*cai*” indica uma interrupção no percurso. Essas ideias parecem ser ancoradas na metáfora conceptual AMOR É MEIO DE TRANSPORTE, cujo mapeamento nos permite conceptualizar o amor como uma viagem/trajeto, em que os amantes precisam seguir, a fim de alcançarem propósitos que favoreçam ambos. O amor ilustrado como uma viagem conduz à conclusão de que o amor pode ser interrompido, assim como uma viagem que nem sempre termina no destino pretendido, o que pode significar o fim do amor – nesse caso, um fim doloroso e abrupto, marcado pela expressão “*cai*”. O verbo “cair”, usado metaforicamente, ao ter como base a metáfora orientacional RUIM É PARA BAIXO, normalmente indica a passagem para um estado ou situação pior do que o (a) anterior.

(4) **Te Amar Assim – Zezé Di Camargo e Luciano**

Hoje vou chegar em casa, a **paixão vai criar asas dentro de mim**
Quero um porre de amor, vou gemer sem sentir dor
Te amar assim, hoje vou ser atrevido, fera solta, um bandido
[do seu amor

Hoje vou ser provocante o **mais viril dos amantes, te amar**
[assim (...)

(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/zeze-di-camargo-e-luciano/85399/>)

Na ocorrência (4), o verso “Quero um porre de amor” revela que o amor está sendo conceptualizado como uma substância líquida, armazenada no corpo humano, que funciona como um contêiner para tal substância. Outro fator que pode ser destacado nesse verso é o veículo “porre”, que indica estado de embriaguez causado por uma substância alcoólica. Como podemos ver, o amor é mapeado como uma emoção que está sendo comparada ao efeito que uma bebida alcoólica provoca no corpo humano. Esse mapeamento entre o domínio do amor e da bebida alcoólica evoca a metáfora conceptual AMOR É DROGA/SUBSTÂNCIA TÓXICA.

Vale lembrar que o verbo “amar”, em nossa cultura, muitas vezes configura o sentido de ato sexual, e, por esse motivo, são comuns expressões

como “vou te amar a noite inteira”, “Vou te amar na cama”. Na música em questão, a expressão “*Te amar assim*” é a resposta para os versos “Hoje vou ser provocante”, “O mais viril dos amantes”, os quais mostram que o veículo *amar* possui um teor altamente sexual. Dessa forma, *amar* está relacionado, metonimicamente (o ato pelo sentimento nele presente – como em “fazer amor”) a aspectos que remetem ao ato sexual.

Considerações finais

Por meio da reflexão e da análise empreendidas, podemos perceber que várias metáforas conceptuais podem atuar na conceptualização do domínio-alvo AMOR, e que metáforas situadas, ancoradas em metáforas conceptuais, podem ser exploradas, na linguagem em uso, através de desdobramentos mais específicos. Nesse sentido, observamos que em quase todas as ocorrências examinadas, houve a presença de desdobramentos metafóricos estruturados em metáforas que se apoiam na corporeidade, com ênfase nos esquemas imagéticos: FORÇA, TRAJETÓRIA e CIMA-BAIXO.

O *corpus* letra de música se mostrou rico por evocar mapeamento variados e férteis, além de permitir diferentes projeções de vários domínios-fonte para o mesmo domínio-alvo (AMOR). Entendemos que uma mesma metáfora conceptual pode ser instanciada por várias (e, em grande parte, muito distintas) expressões metafóricas e que cada metáfora conceptual identificada nos dados enfoca um elemento diferente e específico do conceito de amor.

Como já mencionado, o domínio AMOR se mostra bastante rico, e uma das razões para essa criatividade seria o fato de que, por meio de mapeamentos distintos, o amor romântico pode ser revelado por muitas palavras que não são normalmente associadas a esse conceito, como no caso de “navalha”, “lâmina afiada”, “meio de transporte”, “viagem”, “substância tóxica”, “substância líquida” e “contêiner”. Tais veículos recrutam várias metáforas conceptuais, estando presente em metáforas situadas, cujo papel é tornar explícito como o amor é experienciado e compartilhado entre os sujeitos em nossa sociedade. Por fim, esta pesquisa certamente não esgota o tema, mas contribui para a compreensão da natureza metafórica do conceito de “amor romântico”.

Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. [Tradução de Eudoro de Souza]. São Paulo: Nova Cultura, 1991.
- BLACKING, J. Music, culture, and experience. In: BLACKING, J.; BYRON, R.; NETTL, B. *Music, culture & experience – selected papers of John Blacking*; edited and with an introduction by Reginald Byron; with a foreword by Bruno Nettl. Chicago and London: University of Chicago Press, 1995. p. 223-242.
- GIBBS, R. W JR.; STEEN, G. J. Taking metaphor out of our heads and putting it into the cultural world. In: GIBBS, R. W JR; STEEN, G. J. *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999. p. 145-166.
- KÖVECSES, Z. *Metaphors of Anger, Pride and Love: A Lexical Approach to the Structure of Concepts*. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins. 1986. p. 68-71.
- _____. *Metaphor in Culture. Universality and Variation*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 2005.
- _____. *Metaphor: a practical introduction*. Oxford, U. Press, 2007.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980/2003.
- TALMY, L. *Towards a Cognitive Semantics* v. I. Cambridge: MIT Press, 2000.
- VEREZA, S. C. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em dis(cursor)*, v. 7, n. 3, p. 487-506, set/dez 2007.
- _____. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição*, n. 41, p. 199-212, 2010.

BLOCO 4
SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

VARIANTES NAS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Fabília Eugênia Gomes de Andrade¹

Introdução

Gramáticas e livros de referência para o ensino e aprendizagem de língua inglesa apresentam, em geral, uma descrição, tanto dos elementos relativizadores quanto dos processos de relativização, sem uma análise mais aprofundada no que concerne à frequência de uso e à relação desses processos de acordo com o gênero textual (EASTWOOD [1994], 2002; CARTER; McCARTHY, 2006; GREENBAUM; LEECH; SVARTVIK [1972], 1980, 1992). Biber, Leech e Conrad ([1999], 2002) chegam a apresentar alguns dados sobre frequência de utilização de pronomes relativos, estratégias envolvendo o deslocamento da preposição nas orações relativas (doravante, ORs) e até mesmo diferenças de acordo com alguns gêneros textuais. Ainda assim, por se tratar de uma gramática, o viés é bastante normativo.

Os diferentes pronomes relativos empregados na formação de ORs em língua inglesa também têm sido objeto de várias análises linguísticas, que correlacionam a escolha do pronome relativo à modalidade (fala ou escrita), ao gênero textual, como, por exemplo, entrevistas e textos acadêmicos de variadas áreas do conhecimento (GUY; BAYLEY, 1995;

1 Professora de inglês do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ – e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense – UFF –, sob a orientação do Prof. Dr. Dante Lucchesi.

CHO; LEE, 2016; DEVECI; NUNN, 2018). Há também análises sobre aspectos específicos, como o uso de pronomes resumptivos nas ORs (PRINCE, 1990; RADFORD, 2019) e ORs em dialetos de língua inglesa (HERRMANN, 2005).

Neste trabalho, apresentaremos as variantes nas estratégias de relativização em língua inglesa encontradas em gramáticas pedagógicas e em algumas análises linguísticas e sociolinguísticas publicadas, a fim de fornecer um panorama mais amplo sobre a realidade da língua em uso, evidenciando as proximidades e diferenças das prescrições normativas que têm sido, de maneira geral, a principal fonte de referência no ensino de inglês como língua estrangeira.

Forma e função das orações relativas

Em termos sintáticos e semânticos, as orações relativas são orações que se ligam a um elemento nominal de uma oração principal (doravante OP) que contém a OR, para especificar a referência desse nominal, ou para acrescentar uma informação suplementar a sua referência. Em termos sintáticos, o elemento nominal desempenha uma função sintática na OR, que pode ser igual ou diferente da função que ele desempenha na OP.

Essa ligação pode ocorrer sem a presença de uma partícula relativizadora em inglês, como no exemplo (1) a seguir, mas, em muitas línguas, como em português, é imprescindível a presença de um relativizador (ing. *relativizer*), no caso a partícula *que* – cf. exemplo (2) –, sem a qual a oração é agramatical, como se pode ver em (3):

- (1) The girl *I met yesterday* studies mathematics.
- (2) A garota **que** eu conheci ontem estuda matemática.
- (3) *A garota eu conheci ontem estuda matemática.

Dessa forma, o mecanismo sintático da relativização reúne três elementos básicos: (i) o **antecedente**, ou o núcleo nominal a que a OR se refere; (ii) o pronome que se liga a esse nome e introduz a OR, ou seja, o **relativizador** (*relativizer*); e (iii) a posição vazia (*gap*) na OR que é ligada ao antecedente; também chamada de **posição de relativização**.

Em termos semânticos, a OR restringe a referência do núcleo nominal, também denominado *antecedente*. Assim, no exemplo (1), a referência potencial da expressão nominal *the girl* é restringida pela OR *I met yesterday*, que é denominada, por essa razão, *relativa restritiva* (ing. *restrictive relative*). Contudo, há ORs que não restringem o escopo de referência do antecedente, apenas acrescentam uma informação adicional a essa referência, como exemplificado (4). Essas ORs são denominadas *relativas explicativas* ou *relativas não restritivas* (ing. *non-restrictive relatives*) e funcionam como um aposto da expressão nominal, sendo também denominadas *apostivas*. Por serem um aposto, em inglês, como em português – cf. exemplo (5) –, as orações não restritivas são destacadas na cadeia da fala por pausas, o que é representado na escrita por vírgulas. Por sua vez, as relativas restritivas ligam-se diretamente ao núcleo nominal como um modificador pós-nominal, não ocorrendo qualquer pausa entre ambos na cadeia da fala, não devendo, portanto, ser separadas por vírgulas.

(4) Mary, *who is a great friend*, will help us.

(5) Maria, *que é uma grande amiga*, vai nos ajudar.

Embora a distinção entre ORs restritivas e não restritivas seja muito marcada em termos formais, semânticos e pragmáticos, em muitas línguas, como o inglês e o português, Comrie (1989) afirma que:

Em termos tipológicos, entretanto, essa distinção parece ser quase completamente irrelevante. A distinção formal entre relativas restritivas e não restritivas é esporadicamente encontrada nas línguas, e provavelmente a maioria das línguas não tem uma distinção formal ou apenas uma distinção entonacional quando a OR segue o nome (COMRIE, 1989, p. 139).²

No que concerne à função desempenhada pela OR, esse papel também pode ser expresso por um sintagma adjetival, como em *the most*

2 In typological terms, however, this distinction seems to be almost completely irrelevant. Formal distinction between restrictive and non-restrictive relatives is found sporadically across languages, but probably most languages have either no formal distinction, or only an intonational distinction where the relative clause follows the head noun.

intelligent students, que corresponde à construção relativa *the students who are the most intelligent*. Isso também ocorre em português, com a correspondência entre *os alunos mais inteligentes* e *os alunos que são mais inteligentes*, tanto que a tradição gramatical portuguesa denomina as orações relativas *orações subordinadas adjetivas*.

Por outro lado, há também a possibilidade de realização de orações relativas que não se ligam a um núcleo do SN, as chamadas *relativas sem núcleo ou relativas livres* (ing. *independent relative clauses* ou *fused relative constructions*), como no exemplo *Mark eats just what he wants*; ou ainda *Mark eats what ever Jim offers him*.

Orações reduzidas com o uso do particípio ou gerúndio também podem configurar uma estratégia de relativização em inglês (*Martina was the only one **not informed** about the room change; Bill, **waiting outside in the rain**, was getting more and more annoyed; *Romeo and Juliet*, first **published** in 1597, has become one of Shakespeare's most popular plays*). Uma outra possibilidade de realização de ORs em inglês é a utilização de *to* + infinitivo verbal, como em *The last person **to leave** should turn off the lights* ou *This was the last composition **to be corrected***.

Portanto, ainda em termos tipológicos, há dois parâmetros que determinam a forma das ORs: (i) a presença *versus* ausência de uma partícula relativizadora; e (ii) a flexão *versus* não flexão dos verbos na ORs.

Diante do exposto, é possível definir em princípio dois tipos de orações relativas: (i) as que contêm uma forma verbal finita e que normalmente se ligam ao núcleo nominal por meio de uma partícula relativizadora³ e; (ii) as que contêm uma forma verbal não finita e que se ligam diretamente ao núcleo nominal, sem qualquer elemento relativizador.

O foco desse trabalho se restringe às ORs que contêm uma forma verbal flexionada em tempo, modo e aspecto e que se ligam a um núcleo nominal, o seu antecedente. Portanto, ficam fora do universo de observação desta análise as ORs que não se ligam a um antecedente (chamadas *relativas livres*), bem como as ORs não finitas, tradicionalmente chamadas de *orações reduzidas de infinitivo, gerúndio* ou *particípio passado*.

3 No caso da língua inglesa, é possível o apagamento do elemento relativizador quando esse não se ligar à posição de sujeito da OR.

Estratégias de relativização em inglês

A *estratégia de relativização* diz respeito à forma que as ORs assumem nas línguas humanas. Em geral, como no caso da língua inglesa, o antecedente se liga a uma posição vazia na OR, a estratégia de relativização com lacuna na OR, ou simplesmente *estratégia com lacuna* (ing. *gap strategy*), com o emprego ou não de um relativizador sem marca de caso, como exemplos (6) e (7):

(6) The hunter found the girls_i **that**_i _____i were lost in the forest.⁴

(7) I didn't buy the book_i **that**_i the teacher indicated _____i.

Um pronome pode ocupar a posição sintática a que o antecedente se liga na OR, configurando a *estratégia resumptiva* ou *copiadora* (ing. *pronoun-retention strategy*) conforme exemplo (8), que não é aceita como uma forma adequada do inglês padrão (*standard English*), embora seja utilizada pelos falantes em contextos específicos, como veremos adiante.

(8) There was a wall *that we took **it** down*⁵.

Em línguas indo-europeias, como o inglês, em que os pronomes relativos não têm uma flexão de caso rica, uma preposição rege o pronome relativo no início da OR, no que se pode chamar de *estratégia preposicionada* (ing. *pied-piping strategy*). Porém, o *pied-piping* só pode ocorrer com pronomes relativos propriamente ditos, não sendo possível fazer *pied-piping* com um relativizador neutro, como se pode ver em (9) e (10), respectivamente.

(9) The guy *with **whom** you work is my cousin*.

(10) *The guy *with **that** you work is my cousin*.

4 A coindexação da expressão nominal *the girls* e da categoria vazia (____) na posição sujeito na OR, com a letra _i, indica que esses dois constituintes da frase se referem à mesma entidade do mundo exterior.

5 Exemplo extraído do corpus criado por Anthony Kroch na Universidade da Pensilvânia no início dos anos 1980.

Como o pronome relativo é parte do sintagma preposicional, isso possibilita também a manutenção da preposição *in situ*, no que se pode chamar de *prepositional stranding*, conforme exemplo (11):

(11) The guy **who/Ø** you work *with* is my cousin.

As frases (12) e (13) a seguir, extraídas de conversações informais⁶, são exemplos do que, em português, sejam as *relativas cortadoras* – cf. tradução literal em (14) e (15) respectivamente –, embora a norma padrão do inglês não faça qualquer menção a isso, nem indique a forma padrão correspondente, que seria as construções com *pied-piping*, exemplificada em (16) e (17), respectivamente.

(12) You have to pay for it in the year *that you don't make any profit*.

(13) Well, that's the only way *that this can be assessed*.

(14) Você tem de pagar por isso, no ano *que não tem qualquer lucro*.

(15) Bem, é a única maneira *que isso pode ser avaliado*.

(16) You have to pay for it in the year **in which** you don't make any profit.

(17) Well, that's the only way **in which** this can be assessed.

O que dizem as gramáticas normativas

Neste trabalho foram analisadas quatro gramáticas bastante utilizadas no ensino e aprendizagem do inglês como língua estrangeira: *Longman Student Grammar of spoken and written English*; *Cambridge Grammar of English: a comprehensive guide – spoken and written English grammar and usage*; *Oxford Guide to English Grammar*; e *A Grammar of contemporary English*.

De maneira geral, os relativizadores *who*, *which* e *that* são os mais frequentemente utilizados, podendo ser ligados a diferentes posições no interior da oração relativa. Entretanto, há restrições contextuais ao seu uso, por exemplo: não se deve usar o *that* ou omitir o relativizador em orações explicativas, o que é típico apenas da linguagem informal.

6 Exemplos retirados da *Longman Student Grammar of spoken and written English* (Bieber, Leech e Conrad (2002([1999])).

Whom ocorre somente em posições que sejam de objeto e é recomendado na linguagem formal, embora as gramáticas apresentem exemplos de *who* ligado a posição de objeto direto, sem fazer qualquer comentário sobre isso, conforme exemplo (18):

(18) He took an instant dislike to Leroy, *who he attacked twice*.

A frequência de uso de determinado relativizador depende do gênero textual e da modalidade de uso da língua (oral ou escrita). Em conversas informais, a preferência é pelo uso de *that* e pelo apagamento do relativizador. Em textos mais formais, a recomendação é para o uso de *wh* pronouns (principalmente em textos jornalísticos e acadêmicos).

No caso das construções variantes das ORs preposicionadas, *who*, *that* e *which* são empregados nas *prepositional stranding relatives* (PSR), podendo ocorrer também o apagamento do relativizador nessa estratégia. No caso das *pied-piping relatives* (PPR), a prescrição é que *who* seja substituído por *whom*; além disso, só *which* pode ser usado nessa estratégia, ou seja, *that* e o apagamento não são admitidos.

As gramáticas analisadas consideram a variante PSR como não adequada (incorreta). Dessa forma, os autores são unânimes em afirmar que as PPR são típicas da linguagem formal, em especial da linguagem acadêmica, e, quando utilizadas na modalidade oral, podem parecer muito formais, portanto, são evitadas.

As quatro gramáticas analisadas fazem referência à oração relativa resumptiva ou relativa com pronome lembrete e condenam seu uso. Essa estratégia só é admitida pelas gramáticas pedagógicas de língua inglesa em uma oração encaixada no interior da OR, o que constitui uma construção pouco frequente na linguagem coloquial.

Quando utilizamos uma oração relativa, **não** utilizamos também um pronome pessoal (*a man who disappeared in January NÃO a man who **he** disappeared in January; a body that they found in the river NÃO a body that they found **it** in the river*). Mas, na linguagem oral informal do inglês, podemos usar

7 O uso de *who* é admitido nessas gramáticas nas ORs preposicionadas, embora seja feita a recomendação pelo uso de *whom*, especialmente em estilos mais formais.

um pronome pessoal extra quando a oração relativa possui uma outra oração encaixada (*We were talking about the factory that the police believe someone set fire to (it) deliberately*)⁸ (EASTWOOD, 2002[1994], p. 360).

As ORs cortadoras não recebem um tratamento específico nas gramáticas normativas.

O que dizem as análises linguísticas

Em um estudo intitulado *On the Choice of Relative Pronouns in English*, Guy e Bayley (1995) fazem uma análise variacionista quanto ao uso dos pronomes relativos na modalidade oral (transcrição de conversas) e escrita (artigos acadêmicos). Os autores não analisam as estratégias de relativização, mas os dados apresentados, no total de 827 ORs, ratificam o uso categórico dos pronomes *wh* em orações relativas não restritivas, a predominância do uso de *that* (44%), seguido pelas *wh words* (35%) na modalidade oral, tendo o apagamento como menos frequente (21%), e a estreita correlação entre o traço [+humano] do antecedente e o emprego dos pronomes *wh*, de um lado, e entre o traço [-animado] e o uso do *that*, de outro. No plano extralinguístico, a escrita favorece os pronomes *wh*, que são mais formais e valorizados socialmente, enquanto a fala favorece o *that* e o apagamento, que são menos formais e mais típicos do vernáculo.

No caso da presença de pronomes resumptivos em ORs em língua inglesa, essa é geralmente vista pelas gramáticas normativas como uma particularidade da modalidade oral informal e parece ser influenciada pela distância linear, profundidade e capacidade de extração; eles são mais recorrentes quando mais distantes do núcleo nominal relativizado (MCKEE; MCDANIEL, 2001, p. 114). Considerando a ocorrência de resumptivos intrusivos nas orações relativas, Beltrama e Ming (2016, p. 1) destacam o seguinte:

8 “When we use a relative pronoun, we do not use a personal pronoun as well (*a man who disappeared in January* NOT *a man who he disappeared in January*; *a body that they found in the river* NOT *a body that they found it in the river*). But in informal spoken English we sometimes use an extra personal pronoun when the relative clause has a sub clause (*we were talking about the factory that the police believe someone set fire to (it) deliberately*).”

Duas observações interessantes e aparentemente contrastantes surgiram de estudos anteriores sobre PRs intrusivos. Por um lado, os linguistas geralmente assumem, com base em julgamentos introspectivos, que os resumptivos auxiliam no processamento de elementos de longa distância em situações em que a demanda de processamento é alta, como em ilhas sintáticas e múltiplos encaixamentos. Por outro lado, experimentos controlados não foram capazes de encontrar consistentemente efeitos de melhoria na aceitabilidade de resumptivos sobre lacunas em tais ambientes, desafiando as reivindicações da literatura teórica⁹ (BELTRAMA; MING, 2016, p. 1).

Nesse sentido, apesar de reconhecer que os pronomes resumptivos são agramaticais em inglês, autores como Kroch (1981), Prince (1990), Erteschik-Shir (1992), Asudeh (2004; 2011; 2012), entre outros, indicam que eles não são incomuns na fala e funcionam como um mecanismo que facilita a produção e compreensão de elementos nominais em condições de processamento desfavoráveis. Conforme Prince (1990, p. 483), eles fariam o melhor diante de uma frase malformada (“make the best out of a bad-job”). A ocorrência dos pronomes resumptivos em ORs na língua inglesa é, portanto, uma realidade ainda que a tradição gramatical condene o seu uso. É interessante notar que a própria utilização deles para a “melhoria” (ing. *amelioration*) da compreensão das frases reflete uma necessidade dos falantes quanto ao uso, ainda que isso não seja refletido na modalidade escrita formal.

Na perspectiva da aquisição da linguagem, McDaniel e McKee (2001) realizaram um estudo com 171 crianças norte-americanas entre 3 e 11 anos, além de um grupo de controle formado por 54 adultos, o qual ratificou a ocorrência de resumptivos nas posições sintáticas de sujeito, objeto direto, objeto preposicionado e genitivo em OR nos dois grupos

9 “Two interesting and seemingly contrasting observations have emerged from previous studies on intrusive RPs. On the one hand, linguists have commonly assumed, based on introspective judgments, that resumptives aid processing of long distance dependencies in situations where the processing demand is high, such as syntactic islands and dependencies with multiple embeddings. On the other hand, controlled experiments have not been able to consistently find amelioration effects in the acceptability of RPs over gaps in such environments challenging the claims in the theoretical literature” (BELTRAMA e MING, 2016, p. 1).

observados. Para além da formação das ORs com resumptivos, os participantes também realizaram o julgamento de gramaticalidade das orações formadas, que foram plenamente aceitas como bem formadas e adequadas.

Por sua vez, a análise de Prince (1990) tem como foco a presença de resumptivos em sentenças que denominamos *tipificadoras* (ing. *On-Kind Sentences*), conforme exemplo (19):

(19) She was the kind *that she made such a racket that you knew whenever she was doing something bad.* (AK: Amalia S.)

A autora busca explicar que as ORs com pronomes resumptivos em língua inglesa como na sentença *He's the kind of guy that he gets into a lot of fights* não são verdadeiramente orações relativas e não possuem uma relação análoga com a sentença *He's the kind of guy that gets into a lot of fights*, a qual seria uma das prescrições de acordo com norma gramatical. Para tanto, a autora busca suporte nas funções discursivas dos chamados pronomes resumptivos no sentido de ratificar essa afirmação. Além disso, nesse estudo, a autora estabelece comparações entre formas análogas a esse tipo de construção em três idiomas: iídiche, língua que apresenta nesse caso um padrão sintático e funcional similar à língua inglesa; hebraico e árabe, línguas que, por sua vez, apresentam um padrão sintático e funcional na formação desse tipo de oração completamente distintos da língua inglesa. Assim, a autora considera que os pronomes resumptivos funcionariam como recursos para “salvar” a gramaticalidade das frases.

Ainda na perspectiva gerativista, Radford (2019) identifica 444 ocorrências de resumptivos em um corpus elaborado com dados do inglês coloquial através da gravação de programas de rádio e televisão britânicos. O autor identificou muitas ocorrências (51.8% do total) de ORs com resumptivos em OR iniciadas pelos pronomes relativos *which* e *who*. Além disso, verificou que os resumptivos podem, em princípio, ser utilizados para fazer referência a qualquer tipo de constituinte, seja ele acessível ou inacessível (RADFORD, 2019, p. 77), embora haja uma indicação de que, em estilos formais, não coloquiais, a ocorrência deles ainda seja estigmatizada.

Já o estudo sobre ORs em diferentes dialetos do inglês britânico conduzido por Tanja Herrmann (2005) teve como principal objetivo identificar as características específicas dessas orações em dialetos não padrão do inglês britânico. O corpus de análise é uma parte do *Freiburg English*

Dialect Corpus e abrange os dialetos de seis diferentes áreas do mapa britânico. Foram identificadas 2.512 ocorrências de orações relativas, sendo que desse total, 1.874 com a presença dos relativizadores *that*, *what*, *as* e \emptyset , e 638 com os pronomes relativos *who*, *which*, *whom* e *whose*, assim distribuídos: *that* (39%), \emptyset (28.1%), *which* (15.1%), *who* (10.1%), *what* (6.8%), *as* (0.8%), *whom* e *whose* (0.2 e 0.1% respectivamente). O percentual total de uso de pronomes *wh* nas ORs (25.5%)¹⁰ indica uma pouca influência da normatização nos dialetos pesquisados.

As ORs com *pied-piping* típicas da linguagem escrita formal não seriam, naturalmente, muito frequentes nesse universo linguístico; tendência que se confirmou, com um percentual de 93,5% de ORs com *stranded prepositions* (172 das 184 ORs preposicionadas), contra apenas 6,5% de relativas com *pied-piping*.

Curiosamente foram identificadas ocorrências de genitivo com *of* e preposição *in situ* em ORs, tanto com *which* quanto com o apagamento, conforme os exemplos (20) abaixo, inclusive com uso de pronome resumptivo:

(20) Now the first job he did was to get you well acquainted with the tools, [**which** we had quite a number **of them**].

Essas duas características detectadas por Herrmann (2015) vão ao encontro da hipótese denominada *Antinaturalidade de pied-piping (Ppp) em orações relativas* (KENEDY, 2017). Elas seriam produtos do aprendizado formal da língua, ou seja, da escolarização dos indivíduos. De acordo com o autor, a *prepositional stranding (Pst)* “é a derivação mínima a ser executada pelo sistema, restringindo-se Ppp aos casos de Last Resort” (KENEDY, 2017, p. 70).

Não se trata de uma variação estilística entre duas realizações de um determinado parâmetro em certos contextos, ou seja, essas variantes não figuram como uma oposição paramétrica. Com base em um estudo de Mc Daniel, McKee e Bernstein (1998), Kennedy (2017) afirma que as ORs preposicionadas produzidas apresentaram a estratégia de Pst (acima de 95%); as estratégias resumptiva e cortadora totalizaram apenas 2 ou 3% do total de orações produzidas; a estratégia Ppp não teve nenhuma ocorrência, nem mesmo entre o grupo controle de adultos.

10 Foi excluído desse percentual o pronome *what*.

Nas ORs genitivas, em que a Pst não é admitida e considerada agramatical, a estratégia de Ppp, com utilização do pronome relativo *whose* teve um total de apenas 15% de ocorrências, sendo realizada sistematicamente apenas por parte do grupo de controle.

Os sujeitos realizaram as OR genitivas através de derivações resumptivas, cortadoras (do marcador genitivo), uso do conectivo *that's*, além de outras estratégias, conforme exemplos (21) a seguir:

(21) ... pick the baby up *that's baby bear's in the wagon*.

Síntese conclusiva

No que diz respeito ao ensino de inglês acadêmico, é importante que o professor saiba orientar seus alunos quanto à adequação à modalidade (escrita ou oral) e aos aspectos linguísticos envolvidos, indo além da prescrição gramatical que, como vimos, não contempla variantes como ORs com resumptivos, ORs cortadoras e valoriza a estratégia *pied pipping*.

Considerando o conhecimento sobre a realidade da língua em uso como um fator importante para questões do ensino/aprendizagem de língua estrangeira, a articulação entre uma análise empírica desse fenômeno variável em língua inglesa busca contemplar as variedades linguísticas e analisar os desvios da norma padrão. Isso pode contribuir para a descontinuidade da visão de “certo” e “errado” na língua, mais evidente e mais discutido quanto à nossa língua materna, o português, mas ainda não muito recorrente quando se trata de uma língua estrangeira.

Referências

- ASUDEH, A. Resumption as resource management. Palo Alto: Stanford University dissertation, 2004.
- _____. Local grammaticality in syntactic production. In: Emily Bender and Jennifer Arnold (eds.), *Language from a cognitive perspective: Grammar, usage & processing. Studies in honor of Thomas Wasow*. Stanford: CSLI Publications, 2011.

- _____. *The logic of pronominal resumption*. Oxford: Oxford University Press, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199206421.001.0001>
- BELTRAMA, A.; MING, X. *Unacceptable but comprehensible: the facilitation effect of resumptive pronouns*. *Glossa: a journal of general linguistics*, vo. 1. 2016, p. 1–24. DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/gjgl.24>
- BIEBER, D.; CONRAD, S.; LEECH, Geoffrey. *Longman Student Grammar of spoken and written English*. Pearson Education, 2002.
- CARTER, R.; McCARTHY, M. *Cambridge Grammar of English: a comprehensive guide – spoken and written English grammar and usage*. Cambridge University Press, 2006.
- CHO, D. W.; LEE, K. English relative clauses in science and engineering journal papers: a comparative corpus-based study for pedagogical purposes. *Ampersand*, v. 3, 2016, p. 61–70.
- COMRIE, B. *Language Universals & Linguistic Typology*. 2 ed. Chicago, The Chicago University Press, 1989.
- DEVECI, T.; NUNN, R. The Use of Relative Clauses in Humanities and Social Sciences Research Articles: A Case Study. *Linguistics and Literature Studies*, v. 6, n. 1, 2018, p. 17–26. DOI: 10.13189/lis.2018.060103
- EASTWOOD, J. *Oxford Guide to English Grammar*. 7. ed. Oxford University Press, 2002 [1994].
- Erteschik-Shir, N. Resumptive pronouns in islands. In: GOODLUCK, H.; ROCHEMONT, M. (Eds.). *Island constraints. Theory, acquisition and processing*, 1992, p. 89–109.
- GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Grammar of contemporary English*. 20. ed. LongmanPublishers, 1992 [1972, 1980].
- GUY, G.; BAYLEY, R. *On the Choice of Relative Pronouns in English*. *American Speech*. v. 70, n. 2 (Summer, 1995). Duke University Press, 1995, p. 148–162.
- HERRMANN, T. Relative clauses in English dialects of the British Isles. In: KORTMANN, B. et al. *A Comparative Grammar of British English Dialects: Agreement, Gender, Relative Clauses*. Mouton de Gruyter, 2005, p. 21–105.
- KENEDY, E. *A língua portuguesa no Brasil e em Portugal: o caso das orações relativas*. Niterói: EDUFF, 2017.

- KROCH, A. On the Role of Resumptive Pronouns in Amnestying Island Constraint Violations, *In*: HENDRICK, R. A.; MASEK, C. S. & MILLER, M. F. (Eds.). *Papers From the Seventeenth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, Chicago Linguistic Society, Chicago, 1981.
- MCDANIEL, D.; MCKEE, C.; BERNSTEIN, J.; How children's relatives solve a problem for minimalism. *In*: *Language*, v. 74, n.2, p. 308-334, 1998.
- McKee, C.; McDaniel, D. Resumptive Pronouns in English Relative Clauses. *Language Acquisition*, 9: 2, 2001, p. 113-156. DOI: 10.1207/S15327817LA0902_01
- PRINCE, E. *Syntax and Discourse: A Look at Resumptive Pronouns. Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, pp. 482-497, 1990.
- Radford, A. *Relative clauses: Structure and variation in everyday English* (Cambridge Studies in Linguistics 161). Cambridge: Cambridge University Press, 2019. Online ISBN: 9781108687744 DOI: <https://doi.org/10.1017/9781108687744>

A VARIAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NA NORMA URBANA CULTA DO RIO DE JANEIRO

Michelle Silva dos Santos¹

Introdução

Dentre os diversos fenômenos variáveis presentes nas línguas humanas, as *estratégias de relativização* têm despertado o interesse de muitos estudiosos, que buscam compreender como esse fenômeno se estrutura, os condicionamentos linguísticos e sociais envolvidos nessa variação e, por conseguinte, as razões que levam um falante a optar por uma ou por outra variante.

Tarallo (1996), em análise realizada do ponto de vista diacrônico sobre o tema, a partir de cartas, diários e peças teatrais escritos entre os séculos XVIII e XIX, identificou três estratégias de relativização no português brasileiro (PB), apresentadas a seguir:

- i. *Relativa com lacuna*: é um tipo de relativa padrão não preposicionada. Entende-se por padrão a estratégia em conformidade com o que é prescrito pela tradição gramatical. É denominada *relativa com lacuna*, pois apresenta uma lacuna na posição original do sintagma – QU. Ocorre nas posições de sujeito e objeto direto.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Fluminense. Agência de financiamento: CAPES. Orientador: Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti.

(1) *Tem as que (e) não estão nem aí, não é?*

Para as posições sintáticas mais baixas (objeto indireto, oblíquo e genitivo), a norma padrão prescreve o uso de *pied-piping*.

(2) *E um deles foi esse fulano aí com quem eu nunca tive aula.*

- ii. *Estratégia com pronome lembrete*: estratégia não padrão também denominada *copiadora* ou *resumptiva*. Não apresenta lacuna, e essa posição é preenchida por uma forma pronominal correferente ao sintagma nominal relativizado.

(3) *Você acredita que um dia teve uma mulher que ela queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone?*

- iii. *Relativa cortadora*: estratégia não padrão, na qual a preposição é omitida antes de pronome relativo objeto indireto ou qualquer outra posição regida por preposição.

(4) *E uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando (com) (e), ela não fica esquentando a cabeça.*

Com base nesse estudo de Tarallo e em outras análises variacionistas do PB, a presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo das estratégias de relativização na chamada *norma urbana culta* da cidade do Rio de Janeiro, valendo-se do aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista. Para isso, estão sendo utilizadas amostras de fala da década de 70, do *Projeto Norma Linguística Urbana Culta* (NURC –RJ). A análise pretende: (i) observar se estava acontecendo, nessa variedade linguística do português brasileiro, uma mudança na estrutura das orações relativas, no sentido de uma generalização do relativizador (*que*), sem propriedades pronominais; (ii) observar a frequência das orações relativas resumptivas, considerada a construção socialmente mais marcada; (iii) verificar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos na variação na forma das orações relativas; e (iv) quantificar as orações em função da posição de relativização, para testar a *Hipótese da Hierarquia da Acessibilidade* (HA), de Keenan e Comrie (1977).

Quanto às hipóteses, espera-se que (i) a estratégia resumptiva apresente baixa frequência, principalmente nas Elocuções Formais, já que constituem um estilo de fala mais monitorado; (ii) a estratégia com lacuna seja predominante nos dados analisados, uma vez que as posições de sujeito e objeto direto seriam mais acessíveis, conforme postula a HA. Para o processamento quantitativo dos dados, está sendo utilizado o programa GoldVarb X (GUY; ZILLES, 2007). No presente capítulo, que é um recorte da pesquisa de mestrado em fase de finalização, serão apresentados resultados preliminares referentes às Elocuções Formais.

A Sociolinguística Variacionista

Desde a década de 1960, um ramo da Linguística tem-se dedicado ao estudo da mudança linguística, a partir da análise sistemática de fenômenos variáveis em um dado período. A Sociolinguística Variacionista, também conhecida como Sociolinguística Laboviana, por ter se desenvolvido, sobretudo, com base nos estudos do norte-americano William Labov (2008), apresenta suas ideias basilares no ensaio *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*, de Weinreich, Labov e Herzog (2006).

Nessa perspectiva, diversos estudos vêm demonstrando que a variação pode decorrer de fatores presentes na própria estrutura da língua, bem como de fatores encontrados na estrutura da comunidade de fala. Na concepção de Labov (2008[1972], p. 188), “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”.

Com base nesse pressuposto, seria então possível levantar hipóteses acerca do comportamento dos fenômenos variáveis e dos rumos da mudança linguística, a partir do controle sistemático de condicionadores linguísticos e sociais, os quais estão intimamente relacionados. Os *condicionadores* também são denominados *variáveis independentes*, *grupos de fatores*, *fatores* ou *categorias* (SANKOFF, 1988, p. 985).

É importante salientar que, segundo a Sociolinguística Laboviana, a variação não ocorre de forma desordenada, tampouco de modo abrupto no sistema, o que permite que os falantes mantenham

uma eficiente comunicação enquanto a língua passa por processos de variação e mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 2008). Em outras palavras, embora seja heterogênea, a língua é um sistema bem estruturado, composto por regras categóricas e por regras variáveis, as quais estão condicionadas a fatores linguísticos e extralinguísticos.

Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? Em outras palavras, se pressões esmagadoras forçam uma língua à mudança e se a comunicação é menos eficiente neste íterim (como seria forçoso deduzir da teoria), por que tais ineficiências não têm sido observadas na prática? Esta nos parece ser a questão fundamental com que a teoria da mudança linguística tem de lidar. A solução, argumentaremos, se encontra no rompimento da identificação de estruturalidade [structuredness] com homogeneidade. [...] Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional (WLH, 2006 [1968], p. 35-36).

Na pesquisa sociolinguística, o foco do pesquisador não está apenas no indivíduo, mas precipuamente na comunidade de fala, a partir da qual é composta uma amostra representativa de seus falantes e extraídos os dados que nortearão a pesquisa. Para isso, é necessário definir a comunidade de fala a ser investigada, cujos informantes devem estar agrupados pelas mesmas características sociais relacionadas à análise do fenômeno variável. As variáveis sociais mais praticadas em análises variacionistas têm sido idade, escolaridade, sexo, nível socioeconômico, além de outros fatores como região de origem e etnia.

Nos moldes da Sociolinguística Laboviana, as entrevistas são o material ideal para a observação de fenômenos linguísticos variáveis, já que por meio delas é possível extrair o *vernáculo*, ou seja, quando há “o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008[1972], p. 244). Contudo, para a realização de pesquisas sociolinguísticas, nem

sempre é necessário ir a campo e realizar todos os procedimentos de gravação de entrevistas e transcrição, já que há disponíveis bancos de dados linguísticos previamente instituídos. No Brasil, por exemplo, o primeiro a ser organizado foi o *Projeto Norma Linguística Urbana Culta* (NURC), o qual foi escolhido para a realização deste estudo e será apresentado a seguir.

O Corpus

O Projeto NURC (*Norma Linguística Urbana Culta*) teve início na década de 1970, com o propósito de documentar a variedade culta do português brasileiro. Para isso, foram realizadas entrevistas com informantes de cinco capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Recife), a fim de compor uma amostra representativa de uma população urbana. As entrevistas foram catalogadas a partir de três tipos de coleta: Diálogos entre informante e documentador (DID), Diálogos entre dois informantes (D2) e Elocuções formais (EF), e estratificadas por sexo (feminino e masculino) e faixa etária (de 25 a 35 anos, de 36 a 55 anos, de 56 em diante). No tocante à escolaridade, todos os informantes apresentam nível superior completo, pré-requisito para ser considerado um falante culto.

Além das amostras de fala constituídas na década de 70, foram realizadas novas coletas na década de 90, a partir do recontato com alguns entrevistados de 70 e também da inclusão de novos informantes, a fim de tornar possível a realização de *estudos em tempo real de curta duração* (LABOV, 1994), por meio dos quais são analisados os rumos da mudança linguística com base na observação sistemática de fenômenos variáveis em dois pontos do tempo.

Para a realização do presente estudo, estão sendo utilizadas amostras de fala da década de 70, compostas por seis inquéritos de Elocuções Formais e doze inquéritos de Diálogos entre Informante e Documentador, do NURC-RJ. Assim, além de os informantes estarem estratificados pelas variáveis sexo e faixa etária, eles são, obrigatoriamente, cariocas e filhos, preferencialmente, de pais cariocas. Cumpre reiterar que, no presente capítulo, serão apresentados somente os resultados referentes aos inquéritos de Elocuções Formais.

Análises variacionistas das orações relativas no PB

Tarallo (1983), em análise realizada a partir de dados de fala de três estratos sociais, observou que a estratégia cortadora predomina em todas as posições sintáticas, exceto na de genitivo, na qual a estratégia resumptiva superou-a ligeiramente. Acerca dos fatores linguísticos que favorecem a resumptiva, Tarallo identificou: as posições mais baixas, sobretudo a de genitivo; os traços semânticos [+humano], singular, indefinido (para OI e oblíquos); a posição da relativa [+distante], o tipo não restritivo. A estratégia padrão apresentou menor frequência em todas as posições. No que tange à avaliação social das estratégias não padrão, a cortadora foi avaliada positivamente pelas duas classes pesquisadas (média e alta), enquanto a resumptiva foi rejeitada por ambas, mormente pela classe alta, sugerindo, dessa forma, uma estigmatização dessa estratégia.

Ribeiro (2009), a partir de dados de fala do PB popular, observou baixa frequência da estratégia resumptiva, ao passo que a cortadora prevaleceu na amostra estudada. Ribeiro acredita que a estratégia *pie-d-piping*, que não apresentou ocorrência nos dados, esteja relacionada estritamente à fala formal e à escrita. Do total dos dados analisados, as sentenças relativas com foco no sujeito predominaram com 51,2%. Na sequência, foram mais frequentes as relativas na função de oblíquo (23,8%), objeto direto (15%), objeto indireto (8,7%) e genitivo (0,5%), o que contraria, em parte, a *Hipótese da Hierarquia da Acessibilidade* (KEENAN; COMRIE, 1977), segundo a qual a posição de objeto direto seria mais acessível que a de oblíquo.

Mollica (1977), a partir de dados de fala do PB popular, identificou maior frequência da estratégia cortadora, com aproximadamente 90% das ocorrências, principalmente com as posições sintáticas de sujeito e objeto não preposicionado. De acordo com os seus resultados, essa estratégia é favorecida pelos seguintes fatores linguísticos: antecedente de traço não-humano, especificado, de ideia plural e adjacente ao relativizador. No que tange à estratégia com pronome lembrete, Mollica (2003) aponta os seguintes fatores linguísticos como favorecedores dessas construções: traços semânticos [+humano], singular, indefinido (para objeto indireto e oblíquo); ramificação da relativa à direita da oração principal (ramificação na posição de objeto); tipo não restritivo; processamento após uma construção existencial. No âmbito das variáveis sociais, a autora

observou que os falantes mais jovens e do sexo feminino se mostraram mais inclinados à utilização da estratégia resumptiva. No tocante à variável escolaridade, apenas os falantes menos escolarizados fizeram uso do pronome lembrete em sintagmas preposicionados, ao passo que os mais escolarizados o utilizaram tão somente na posição de sujeito, destacando a tendência de os falantes mais escolarizados preferirem construções de esquiva (relativas cortadoras).

Corrêa (1998), a partir de três *corpora*, compostos por dados orais e escritos de alunos de 1º e 2º graus, informantes não escolarizados e informantes de nível universitário, constatou a predominância do uso de relativas sem preposição entre os informantes não escolarizados e os alunos de 1º grau, sobretudo na posição de sujeito, totalizando mais de 60% das ocorrências. Entre as funções preposicionadas, o adjunto adverbial representa 95% das ocorrências. Todavia, ao analisar os dados dos alunos de 2º grau, Corrêa (1998, p. 93) verificou um aumento expressivo da relativa preposicionada. Ao comparar a série inicial com a final, a autora identificou um avanço da relativa padrão de 7% para 44%, enquanto a estratégia vernacular decresceu de 93% para 56% nessas séries respectivamente, ratificando a influência do ensino formal para o aprendizado da estratégia padrão. Entre os alunos da última série, houve ainda uma tendência de se evitar as formas preposicionadas, recurso de esquiva também observado por Mollica (2003). Para os falantes de nível universitário, entre os quais o uso da preposição não é categórico, as duas estratégias padrão e cortadora mostraram-se igualmente aceitas.

Resultados

A amostra utilizada para esta análise preliminar, composta por seis inquéritos de Elocuções Formais (EF), apresentou 366 ocorrências de orações relativas. Desse total, a estratégia com lacuna mostrou-se a mais frequente e representa quase 80% dos dados analisados. Na sequência, a estratégia padrão supera ligeiramente a cortadora, com 10,9% e 9,3% de frequência, respectivamente, as quais mantêm uma relação de variação no contexto das ORs extraídas de posições preposicionadas. Já as resumptivas, com inexpressiva frequência, apresentam-se como uma estratégia marginal, conforme mostram os resultados da tabela 1.

Tabela 1- Estratégias de relativização no português oral culto do Rio de Janeiro da década de 1970 – Elocuções Formais

Estratégia	Nº de Oc./Total	Frequência
Lacuna	288/366	78,7%
Padrão	40/366	10,9%
Cortadora	34/366	9,3%
Resumptiva	04/366	1,1%

Autoria própria

Segundo a *Hipótese da Hierarquia da Acessibilidade* (KEENAN; COMRIE, 1977), que prevê a seguinte escala de acessibilidade: **SUJ > OD > OI > OBL > GEN**, quanto mais à esquerda está a função sintática, mais acessível à relativização ela é. Desse modo, a posição de sujeito, que se encontra no ponto mais alto da hierarquia, seria a mais acessível e, por conseguinte, a mais frequente, enquanto a de genitivo apresentaria menor acessibilidade. Além disso, também de acordo com a HA, se uma língua é capaz de relativizar, por exemplo, a posição de objeto indireto, inevitavelmente será capaz de relativizar as posições que lhe são superiores: a de objeto direto e a de sujeito. Caso uma língua relativize a posição de genitivo, que é a mais baixa na escala, será capaz, portanto, de relativizar todas as demais. Desse modo, neste estudo, foram observadas também as ORs por posição de relativização, a fim de testar a HA, de Keenan e Comrie (1977). Os resultados estão dispostos na tabela 2.

Tabela 2 - Orações relativas por posição de relativização no português oral culto do Rio de Janeiro da década de 1970 – Elocuções Formais

Posição de relativização	Nº de Oc./Total	Frequência
Sujeito	181/366	49,5%
Objeto Direto	109/366	29,8%
Adjunto situacional	35/366	9,6%
Temporal	10/366	2,7%
Locativo	08/366	2,2%
Oblíquo	08/366	2,2%
Adjuntos adverbiais	07/366	1,9%
Complemento nominal	04/366	1,1%
Genitivo (possessivo)	02/366	0,5%
Agente da passiva	01/366	0,3%
Objeto indireto	01/366	0,3%

Autoria própria

Conforme postula a HA, as posições de sujeito e objeto direto foram, de fato, predominantes, com frequências de 49,5% e 29,8%, respectivamente, ou seja, essas duas posições representam cerca de 80% dos dados analisados. Na sequência, os adjuntos situacionais, locativos e temporais foram os mais frequentes, com aproximadamente 15% das ocorrências. Como essas construções se situam, normalmente, à esquerda nas orações, essas posições sintáticas se tornariam mais acessíveis à relativização. As posições de complemento nominal, genitivo, agente da passiva e objeto indireto foram menos frequentes, com percentuais entre 1,1% e 0,3%. Desses resultados, merece destaque a grande representatividade das ORs de adjuntos adverbiais que normalmente se localizam à esquerda da oração, ficando, em seu conjunto (situacionais, locativos e temporais), como terceira posição mais acessível; enquanto a posição de objeto indireto, que, na HA, ocuparia essa terceira posição, apresentou uma única ocorrência.

Partindo para as relativas de posições preposicionadas, sabe-se que elas podem ser realizadas por meio de duas estratégias de relativização: a *cortadora* e a *padrão*. A fim de focalizar a variação entre essas duas estratégias, foi montada uma base de dados contendo somente ORs extraídas de posições preposicionadas, com um total de 74 ocorrências. As ocorrências de resumptivas, nesse contexto, foram desprezadas, devido à sua irrelevância quantitativa. Nessa base de dados, as ORs padrão superaram em quase 10% a estratégia cortadora, como mostra a tabela 3. Considerando as Elocuções Formais um tipo de registro mais formal, ou seja, que requer maior monitoramento da fala, já era esperado que a estratégia de prestígio fosse mais frequente do que a estratégia não padrão nesse contexto.

Tabela 3 - Estratégias de relativização em relativas de posições preposicionadas no português oral culto do Rio de Janeiro da década de 1970 – Elocuções Formais

Estratégia	Nº de Oc./Total	Frequência
Padrão	40/74	54,1%
Cortadora	34/74	45,9%

Autoria própria

Acerca da variável *tipo de oração relativa*, tomou-se como valor de aplicação a estratégia cortadora. Nesse contexto, observa-se que a

frequência dessa estratégia é de apenas 13,3% quando a OR é de natureza explicativa, enquanto as restritivas respondem por 54,2%. Desse modo, fica evidente que as ORs restritivas favorecem a estratégia cortadora, ao passo que as ORs explicativas favorecem sobremaneira a estratégia padrão. Uma explicação para essa alta incidência de ORs padrão de natureza explicativa é o fato de essas construções exigirem uma pausa na sentença, o que possibilitaria ao falante um maior monitoramento sobre o seu ato de fala. Esse resultado ressalta o papel da escolarização no emprego da estratégia de prestígio. Os resultados dessa variável estão dispostos na tabela 4.

Tabela 4 - Relativas cortadoras em relativas de posições preposicionadas no português oral culto do Rio de Janeiro da década de 1970 (Elocuções Formais), segundo o tipo de oração relativa

Oração Relativa	Nº de Oc./Total	Frequência	Peso Relativo
Restritiva	32/59	54,2%	.576
Explicativa	02/15	13,3%	.232
TOTAL	34/74	45,9%	

Autoria própria

Em relação à variável social *sexo do informante*, observa-se que a frequência de uso da estratégia padrão em relativas de posições preposicionadas entre as mulheres é o dobro se comparada aos homens, que utilizam mais a estratégia cortadora (60,5%). Confirma-se, desse modo, o princípio de que as mulheres são mais sensíveis às formas de prestígio, conforme observado inicialmente por Fischer (1958) e, posteriormente, por outros autores (MOLLICA; PAIVA; PINTO, 1989; SCHERRE, 1996). Os dados apresentados na tabela 5 demonstram esse resultado.

Tabela 5- Relativas cortadoras em relativas de posições preposicionadas no português oral culto do Rio de Janeiro da década de 1970 (Elocuções Formais), em função do sexo do informante

Oração Relativa	Nº de Oc./Total	Frequência	Peso Relativo
Homens	23/38	60,5%	.625
Mulheres	11/36	30,6%	.368
TOTAL	34/74	45,9%	

Autoria própria

Considerações finais

No presente capítulo, foram apresentados os resultados preliminares acerca das estratégias de relativização na chamada *norma urbana culta* da cidade do Rio de Janeiro. A partir de seis inquéritos de Elocuções Formais (EF), extraídos do Projeto NURC-RJ, foram levantadas 366 ocorrências de orações relativas (OR). Observou-se que a estratégia com lacuna foi predominante nos dados analisados, conforme postula a HA, de Keenan e Comrie (1977), com as posições de sujeito (49,5%) e objeto direto (29,8%) apresentando maior acessibilidade. Entre os resultados aqui apresentados, destaca-se a grande representatividade das ORs de adjuntos adverbiais que normalmente se localizam à esquerda da oração, ficando, em seu conjunto, como terceira posição mais acessível; ao passo que a posição de objeto indireto, que, na HA, ocuparia essa posição, apresentou apenas uma ocorrência (0,3%). A estratégia não padrão resumptiva foi inexpressiva na amostra, com apenas 1,1% das ocorrências. Entre as ORs de posições preposicionadas, a estratégia padrão superou em quase 10% a estratégia cortadora, o que já era previsto, uma vez que as EFs constituem um estilo de fala mais monitorado. Restou evidenciado que as ORs de natureza explicativa favorecem significativamente a estratégia padrão, já que é possível alcançar um maior monitoramento do ato de fala, em decorrência da pausa exigida nesse tipo de construção, o que reforça o papel da escolarização no emprego da estratégia de prestígio. Por fim, no tocante à variável social *sexo do informante*, confirmou-se o princípio de que as mulheres são mais sensíveis às formas de prestígio.

Referências

- CORRÊA, V. R. *Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. 1998. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, São Paulo.
- FISCHER, J. L. *Social influences on the choice of a linguistic variant*. *Word*, 1958. 14: 47-56.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. Parábola. São Paulo: Parábola, 2007.
- KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 63-99, 1977.

- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change – Volume 1: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.
- _____. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MOLLICA, M. C. *Estudo da cópia nas construções relativas em português*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1977.
- _____. Relativas em tempo real no português brasileiro contemporâneo. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.
- _____; PAIVA, M. da C. de ; PINTO, I. I. Relação entre [l] - [r] e [r] e [o] em grupos consonantais em português. In: *Relatório final do Projeto Mecanismos Funcionais do Uso Linguístico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- RIBEIRO, I. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. 185-208p.
- SANKOFF, D. Variablerules. In: AMMON, U. & DITTMAR, N. & MATTHEIER, K. J. (eds) *Sociolinguistics – Na international handbook of the Science of language and society*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. p. 984-998.
- SCHERRE, M. M. P. Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M. & SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 239-264.
- TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. Tese (Doutorado) – Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia, 1983.
- _____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém de d'além-mar no final do século XIX. In: KATO, Mary; ROBERTS, Ian. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 69-105, 1996 [1993b].
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].
- <http://nurcrj.lettras.ufrj.br/> Acesso em 22/08/2020.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM QUATRO GÊNEROS TEXTUAIS ESCRITOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Thaís Leal Rodrigues¹

Do tema

Neste capítulo, abordamos o tema da colocação pronominal no português escrito brasileiro e apresentamos um resumo dos resultados da pesquisa de Rodrigues (2020), que teve como objeto de estudo textos de quatro gêneros de diferentes graus de formalidade: crônica jornalística, reportagem de revista, artigo acadêmico e edital de concurso público. Em língua portuguesa, o pronome átono pode ocorrer em posição proclítica, enclítica ou mesoclítica ao verbo, isto é, podem antepor-se, pospor-se ou entrepor-se a ele quando acompanham formas verbais simples. Nos casos em que o clítico se encontra adjacente a uma locução verbal, existem também três posições possíveis: antes do verbo auxiliar (V₁), depois do verbo principal (V₂), e entre o verbo auxiliar e o principal. Designamos as duas primeiras posições como próclise ao V₁ e ênclise ao verbo V₂, respectivamente. No entanto, na última circunstância, o pronome átono pode ligar-se tanto ao V₁, quanto ao V₂, nomeando-se como ênclise a V₁ e próclise a V₂, na mesma ordem. Na referida tese, como analisou-se língua escrita, não houve como determinar a prosódia utilizada em cada dado, ou seja, a prosódia não pôde ser um fator de definição da posição pronominal. Desse modo, adotou-se o uso do hífen como critério para classificar a colocação

1 Doutora em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal Fluminense. Tese defendida em 06.08.2020, sob a orientação da professora doutora Edila Vianna da Silva.

pronominal nas locuções verbais e diferenciar a ênclise ao verbo auxiliar da próclise ao principal. Assim, a primeira variante ocorre quando há o uso do hífen ligando o clítico ao verbo auxiliar, e a segunda, quando não há marca da conexão entre o verbo e o pronome por meio de sinal gráfico.

Sabe-se que a colocação dos clíticos pronominais constitui um fenômeno em variação na língua portuguesa, tanto no Brasil quanto em Portugal (VIEIRA, 2007, p. 121). Diferentemente do que ocorre no português europeu (PE), no português brasileiro (PB), os clíticos pronominais costumam preceder, e não seguir a forma verbal. Isso se justifica pelo fato de se tratar de variedades que possuem diferentes padrões rítmicos. No PB, os pronomes ditos átonos se comportam, na verdade, como partículas semitônicas ou de atonicidade menor, diferentemente da variedade europeia, cujos pronomes oblíquos são efetivamente átonos, “e, portanto, são normalmente incorporados ao elemento linguístico adjacente, em relação ao qual funcionam de forma semelhante a sufixos em palavras morfologicamente complexas” (VIEIRA, 2005, p. 1004). Daí o PB ser predominantemente proclítico e, nas locuções verbais, favorecer a colocação do pronome antes do verbo principal, como afirma Castilho (2010, p. 484): “enquanto em Portugal se diz *tinha-me chamado*, no Brasil se diz e se escreve *tinha me chamado*” (grifo do autor). Rocha Lima (1999, p. 590) também afirma que é “sintaxe brasileira a interposição do pronome átono nas locuções verbais, sem se ligar por hífen ao auxiliar”.

O intuito da mencionada pesquisa foi estabelecer os fatores que favorecem cada posição pronominal, na variedade brasileira do português, em sua modalidade escrita, especificamente nos gêneros crônica jornalística, reportagem de revista, artigo acadêmico e edital de abertura de concurso público, a fim de verificar a extensão da variabilidade da norma culta com relação ao cumprimento dos preceitos da norma padrão de colocação pronominal em tais textos, considerando a diversidade de gêneros. Optou-se por estudar a modalidade escrita da língua, por ainda haver poucos trabalhos que contemplem meios escritos, como observaram Vieira e Lima (2019, p. 6): “Embora haja vasta literatura sobre os usos relativos a fenômenos diversos na fala brasileira, percebe-se que o mapeamento de dados em meios escritos segundo estilos variados e contemplando diversos tópicos gramaticais ainda está por ser construído”.

Dos objetivos

O objetivo geral da pesquisa de doutorado em questão foi fazer um levantamento quantitativo e qualitativo do uso de cada posição pronominal em textos atuais de gêneros representativos da norma culta escritos em língua portuguesa do Brasil, buscando os fatores condicionadores dessa variável e comparando os resultados em cada gênero, a fim de verificar se há uma conformação com a norma padrão na redação dos textos. Os objetivos específicos foram: analisar o fenômeno da colocação pronominal por contexto morfossintático (forma/tempo verbal, existência ou ausência dos ditos “atratores”, posição do clítico no período, tipo de oração); por tipo de clítico (pessoa gramatical do pronome, função sintática); e por gênero textual, de modo a comparar a escolha da posição pronominal em cada gênero pesquisado, a fim de verificar em quais deles há maior ou menor conformação com a norma padrão.

Do objeto de análise

O *corpus* da investigação é constituído de textos dos gêneros: crônica jornalística, reportagem de revistas de informação, artigo científico de programas de pós-graduação e edital de abertura de concurso público. Todos os textos foram publicados no presente século, isto é, a partir dos anos 2000, conforme descrito mais adiante. Os textos escolhidos para a análise foram extraídos de páginas pessoais e de livros de cronistas brasileiros; de revistas de grande circulação no Brasil, nas suas versões digitais; de páginas de periódicos científicos e banco de publicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e de sites de bancas organizadoras de concursos. Vale salientar que, no caso das crônicas, os textos foram publicados originalmente em jornais e revistas de grande circulação no Brasil e, posteriormente, divulgados nas páginas pessoais de seus autores ou editados em formato de livro.

Do gênero crônica, selecionaram-se, para análise, 27 textos, 9 de cada um dos 3 autores escolhidos: Fabrício Carpinejar, Mário Prata e Martha Medeiros. Os cronistas foram eleitos por seu prestígio nos meios literário e jornalístico, tendo em vista que atuam ou atuaram em renomados periódicos brasileiros, além de serem ganhadores de prêmios de

Literatura. Do gênero reportagem de revista, foram selecionados 6 textos de revistas de informação de grande circulação nacional, *Época*, *Exame*, *Istoé* e *Superinteressante*. Do gênero artigo científico, compõem o *corpus* 4 textos, cada um de um periódico vinculado a programas de pós-graduação nas áreas de Letras, Medicina, Geociências e Contabilidade, da UFRJ. A escolha de tal universidade se deve ao fato de ser, no estado do Rio de Janeiro, uma das que mais se destacam, além de ter ficado em sexto lugar no *ranking* das melhores do país segundo dados do Inep². Do gênero edital de abertura de concursos, foram analisados 5 editais publicados entre 2017 e 2018. Buscou-se escolher editais de concursos de áreas e abrangências diferentes.

Embora discrepante, a quantidade diferente de textos de cada gênero se explica pelo fato de que, numa pesquisa sociolinguística, o que importa é o número de ocorrências do fenômeno estudado. Então, de alguns gêneros foram selecionados poucos textos, por apresentarem número relevante de ocorrências, ao passo que, em outros gêneros, encontraram-se menos clíticos e, por isso, foi necessário consultar um número maior de textos. A título de contextualização, as crônicas analisadas são constituídas de cerca de uma página; as reportagens contêm em torno de 5 páginas; os artigos possuem mais ou menos 15 páginas; e os editais têm uma média de 40 páginas. Assim, fica claro que a assimetria é apenas aparente.

Da metodologia

Quanto à análise dos dados, utilizaram-se as metodologias quantitativa – pois foi realizado o tratamento estatístico dos dados, a partir da aferição de tendências apontadas pelo programa computacional Goldvarb 2001 – e qualitativa – já que os resultados obtidos foram analisados e interpretados. A mencionada ferramenta fornece resultados numéricos com relação aos fatores selecionados como possíveis influenciadores do fenômeno. Um desses números é o peso relativo, que aponta o efeito de cada fator sobre o uso da variante investigada. Esse valor é mensurado

2 Informação retirada do *site* da revista Exame (18/12/2018), disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/as-melhores-faculdades-e-universidades-do-brasil-segundo-omec-2/>. Acesso em: 20/02/2019.

entre o e 1, de modo que o significa que a variante em questão não ocorre na presença do fator, e 1 indica que ela sempre ocorre. Está relacionado ao nível geral de uso da variante, o *input*.

Com relação aos procedimentos de análise, é necessário destacar que foram consideradas separadamente as ocorrências com verbos simples e as com locuções verbais, a fim de viabilizar a análise quantitativa. A separação dos dados se deve ao fato de a colocação pronominal nos casos de verbos simples e de locuções verbais ser condicionada por variáveis distintas. Por não possuírem igual quantidade de variantes, é impossível estabelecer os mesmos grupos de fatores para o tratamento das duas estruturas. As variantes linguísticas do fenômeno estudado são as posições que o clítico pode ocupar com relação ao verbo, conforme descrito anteriormente. Por sua vez, para os dados de formas verbais simples, as variáveis foram as seguintes:

- Gênero textual: crônica; reportagem; artigo e edital.
- Categoria pronominal: objeto direto; objeto indireto; pronome apassivador; parte integrante do verbo ou pronome inerente; índice de indeterminação do sujeito; complemento nominal e sujeito.
- Forma pronominal: me; te; se; lhe/lhes; o/a/lo/la (s); e nos.
- Tempo/forma verbal: presente; pretérito; futuro; forma nominal e imperativo.
- Contexto morfossintático: início absoluto de período; início de oração em período; oração reduzida de infinitivo; oração reduzida de gerúndio; oração subordinada desenvolvida; oração coordenada sindética aditiva, alternativa e adversativa; início de item³; presença de palavra negativa; presença de advérbio; presença de pronome interrogativo ou indefinido; gerúndio precedido de preposição *em*; ausência de elemento condicionador de próclise (atrator).

Nos casos de locução verbais, além dessas variáveis, os grupos controlados para a análise dos dados contam com dois fatores a mais, a saber:

3 Designamos como *início de item* os contextos de orações subordinadas adverbiais desenvolvidas, coordenadas entre si, em que os verbos se encontram conjugados no futuro do subjuntivo e as orações do período complexo aparecem distribuídas em tópicos.

- Forma do verbo principal: infinitivo; gerúndio e particípio.
- Interposição de preposição ou outro elemento entre os verbos da locução: sim ou não.

Resultados

A análise contou com um total de 742 pronomes oblíquos átonos: 612 dados com formas verbais simples e 130 pronomes com locuções verbais. Nas ocorrências de pronomes adjacentes a formas verbais simples, constatamos uma tendência generalizada à próclise (67%) e um uso significativo da ênclise (31%); a mesóclise, como previsto, é de uso escasso (2%), aparecendo apenas no gênero edital de concurso público. Com locuções verbais, houve um equilíbrio no uso das primeiras variantes: obtivemos 50 dados da primeira e 56 da segunda, com predomínio desta última. A terceira posição mais encontrada foi a próclise ao auxiliar, com 21 casos, e, por último, apenas 3 ocorrências de ênclise ao auxiliar.

A hipótese inicial aventada na pesquisa era a de que encontraríamos relevante variação na colocação pronominal nos gêneros estudados, de modo que os mais formais apresentariam maior conformação com a norma padrão e os mais informais tenderiam a uma aproximação com a modalidade falada. Tal hipótese se confirmou.

Constatamos que, no gênero mais formal, edital de abertura de concurso – e com estruturas indeterminadoras –, sobrevive a mesóclise. A ênclise apresentou dados que superam os de próclise nesse gênero. Por outro lado, o gênero mais informal, a crônica jornalística, favoreceu fortemente a ocorrência da variante proclítica (PR 0.82), em detrimento da enclítica. Nas reportagens de revista e nos artigos acadêmicos o peso relativo da variante pré-verbal é mediano, tendo em vista que apresentam ocorrências equilibradas de próclise e ênclise. Assim, é possível traçar um contínuo do uso das posições pronominais com formas verbais simples em função do grau de formalidade dos gêneros, que vai do menos ao mais formal.

orações alternativas, adversativas e aditivas, com pronomes átonos acompanhados de formas verbais simples), por exemplo, também houve preferência pela variante pré-verbal, com peso relativo de 0.64. Os casos de ocorrência de pronome átono precedido de sujeito explícito, sem a presença prévia de elemento, também apresentaram alto percentual da variante pré-verbal (81%), embora a GT prescreva a ênclise, nesses casos. As circunstâncias que desfavoreceram a próclise em detrimento da ênclise foram: início de oração ou período, oração reduzida de infinitivo e gerúndio e início de item. Esse último contexto contraria as prescrições da gramática normativa, já que são orações subordinadas coordenadas entre si, porém se justifica, provavelmente, pela tentativa de evitar a impressão de que se iniciou período com pronome átono, considerando sua distribuição em tópicos.

Os resultados revelam que o escritor culto entende que os contextos de início de oração/período e orações reduzidas impedem a próclise e está atento a isso, mas demonstra um comportamento vacilante, já que faz próclise onde a GT manda usar ênclise, em número expressivo de dados, embora com tendência mediana (PR). E ele faz ênclise onde a gramática manda colocar próclise também, embora com pouca expressividade e a depender do grau de formalidade do gênero textual. Ocorre que o escritor culto possui um conhecimento multidialetal, uma gramática mista, ou, segundo os formalistas, existem gramáticas em competição em sua mente.

O fator *contexto morfossintático* não foi apontado como relevante no condicionamento da colocação pronominal nas ocorrências com formas verbais locucionais. O tempo ou a forma do verbo não se mostraram pertinentes, nem com verbos simples, nem com locuções verbais.

O tipo de clítico também foi um critério importante na análise estatística, tanto nos dados de formas verbais simples quanto de locuções. No primeiro caso, dois fatores relacionados ao tipo do pronome foram selecionados pelo programa Goldvarb: a forma e a categoria pronominal. No primeiro fator, as formas *me* (o uso dessa forma parece estar relacionado a gêneros textuais mais informais e, por isso, talvez, propicie a variante pré-verbal) e *se* (quando não indeterminador ou apassivador) tenderam a favorecer a próclise, e as formas *lhe(s)* e *o* (e variantes) a desfavorecem. Quanto à categoria do pronome, os resultados mostram que os pronomes de objeto direto e indireto são propensos à posição proclítica e os pronomes apassivadores e indeterminadores evidenciaram um favoritismo à ênclise. Já nos dados de locução verbal, o clítico *se* indeterminador ou apassivador

apresentou reduzido número de dados, pelo que foi preciso eliminá-los da rodada binária, em que o programa selecionou somente a variável *categoria pronominal* como significativa e mostrou que os pronomes em função de objeto direto são desfavorecedores da próclise ao principal, ao passo que os de objeto indireto e os que são parte integrante do verbo a favorecem, com 0.62 e 0.78 de peso relativo, respectivamente.

De maneira genérica, a pesquisa ratificou que a próclise a verbos simples é a posição preferida no PB, mesmo em gêneros escritos. Por outro lado, mais especificamente, a análise das variáveis mostrou que são aspectos relevantes no emprego da ênclise: o grau elevado de formalidade do texto, o contexto inicial de oração/período e o tipo de clítico, sendo o pronome *se* indeterminador ou apassivador e o clítico acusativo de terceira pessoa condicionadores da variante pós-verbal.

Nos casos de locução verbal, houve uso equilibrado das variantes próclítica e enclítica ao verbo principal. Em termos de tendências gerais, é preciso destacar que a variante inovadora do PB, a próclise ao V₂, é expressiva na escrita culta e a segunda variante está condicionada ao clítico acusativo de terceira pessoa e aos gêneros mais formais. Quanto às demais posições, é importante mencionar que não se observa efetivamente efeito proclisador com locuções verbais (nem a norma padrão é tão explícita nesse caso). Quando acontece próclise ao primeiro verbo, trata-se da estrutura de indeterminação e/ou voz passiva; quando acontece ênclise ao primeiro verbo, há uma estrutura cristalizada – *pode-se/deve-se + infinitivo*. Na análise de pesos relativos, destacaram-se como significativas as variáveis *Forma pronominal* e *Gênero textual*. Somente os casos de próclise e ênclise a V₂ foram analisados nessa rodada. O gênero crônica é altamente condicionador da primeira variante, enquanto o edital propiciou o uso da segunda. Quanto à forma pronominal, todos os dados do pronome de primeira pessoa singular e plural, usados em gêneros mais informais, posicionaram-se antes do verbo principal. Em contrapartida, os clíticos acusativos de terceira pessoa foram usados majoritariamente em ênclise ao principal (92%), e os dativos, absolutamente em próclise ao auxiliar.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: *Normas de Artigo Científico*. Rio de Janeiro, 2003.

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo, Publifolha, 2010.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. de Maria Emsantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2010.
- COELHO, I. et al. *Sociolinguística*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. Disponível em: http://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2001.
- FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos* (Sociolinguistic Patterns). Tradução de Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. *Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros Textuais e Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 194-207.
- MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (Orgs.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência; ciência e pureza. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.
- _____. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

- RODRIGUES, T. L. *Colocação pronominal em textos escritos no português do Brasil*. 2020. 147f. Tese (doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. *Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul*. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 147-177.
- TARALLO, F. *A Pesquisa Sociolinguística*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- VIEIRA, S. R. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. 2002. 423 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- _____. O parâmetro da cliticização fonológica e os pronomes átonos no Português do Brasil e no Português Europeu. *Estudos Linguísticos*. Campinas, v. XXXIV, p.1003 – 1008, 2005. Disponível em: <http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/o-parametro-da-cliticizacao-974.pdf?SQMSESSID=a38ffc-79c82bcbe561e1c641326fd16c>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- _____. Colocação pronominal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.) *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.121 -146.
- _____; FREIRE, G. C. Variação morfossintática e ensino de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M.A.(Orgs.). *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____; LIMA, M. D. *Variação, Gêneros Textuais e Ensino de Português: da norma culta à norma-padrão*. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2019.

Referências do corpus

1) Reportagem:

- CERIONI, C. Grupo de escolas de elite divulga carta crítica ao ministro da Educação. *Revista Exame* [on-line], São Paulo, 07/01/2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/grupo-de-escolas-de-elite-escreve-carta-com-criticas-ao-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

- PEREIRA, C. Até onde vai o choque cultural. *Revista Isto é*, São Paulo, n. 2558, 03/01/2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/ate-onde-vai-o-choque-cultural/>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- PORTINARI, N. A crônica dos últimos dias do Ministério do Trabalho, criado por Vargas há 88 anos e extinto por Bolsonaro. *Revista Época* [on-line], 06/01/2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/a-cronica-dos-ultimos-dias-do-ministerio-do-trabalho-criado-por-vargas-ha-88-anos-extinto-por-bolsonaro-23349294>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- PRADO, A. C. Os riscos da mitificação. *Revista Isto é*, São Paulo, n. 2558, 03/01/2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/os-riscos-da-mitificacao/>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- RIBEIRO, A. M. S. A candidata invisível: os desafios de uma campanha sem dinheiro, sem tempo de TV e sem alianças. *Revista Época* [on-line], Rio de Janeiro, 03/08/2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/marina-silva-candidata-invisivel-os-desafios-de-uma-campanha-sem-dinheiro-sem-tempo-de-tv-sem-aliancas-22942713>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- VAIANO, B. Sonda chinesa faz o primeiro pouso no lado “escuro” da Lua. *Revista Superinteressante* [on-line], São Paulo, 03/01/2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/sonda-chinesa-faz-o-primeiro-pouso-no-lado-escuro-da-lua/>. Acesso em: 04 jan. 2019.

II) Artigo

- BEZERRA, V. C. *Ao correr dos olhos: presença de fatores nacionais e estrangeiros nas crônicas de José de Alencar*. MOARA (UFPA). 2017, n. 48, p. 12-22. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4712>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- GERÔNIMO, V. V.; DIAS, A. P. *O sincretismo semiótico do gênero charge sobre as manifestações políticas no Brasil*. Prolíngua (UFPB). 2017, v. 12, n. 2, p. 36-49. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/38230>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- MORAES, E. de O. *Da solidão do deserto ao caos das trevas exteriores: ascese e invenção em Paulo Leminski*. ALEA (UFRJ), 2018, v. 20, n. 2. p. 74-91. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/18665>. Acesso em: 23 jan. 2019.

TRAJANO, R. de M. *A materialidade significativa da musicalidade: uma proposta discursiva de teorização, metodologia e análise*. Cadernos do IL (UFRGS), 2017, n. 55, p. 148-163. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/67742>. Acesso em: 23 jan. 2019.

III) Edital

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal Fluminense. Edital n. 235/2017. Disponível em: <https://concursos.iff.edu.br/>. Acesso em: 01 fev. 2018.

GOIÂNIA (GO). Câmara Municipal. Edital n. 01/2018. Disponível em: https://centrodeselecao.ufg.br/2018/concurso_camara_goiania/editais/114-edital-n-01-2018.html. Acesso em: 22 jul. 2018.

BLUMENAU (SC). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Administração. Edital n. 001/2018. Disponível em: http://www.furb.br/concurso/lista_concurso.php?tipo=1. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Edital n.38/2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/material/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/36863772/do3-2018-08-15-edital-n-38-de-14-de-agosto-de-2018-concurso-publico-36863759. Acesso em: 25/08/2018.

AMAZONAS. Governo do Estado. Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF . Edital n.º 01/2018. Disponível em: <http://www.adaf.am.gov.br/concurso-adaf/>. Acesso em: 02 out. 2018.

IV) Crônica

CARPINEJAR, F. *Não existe dia ruim; A invisibilidade da limpeza; O umbigo no celular; O quanto amo minha filha para entender sua implicância; O cheiro da mãe; O rosto desaparecido; O menino dono da bola; Beijo diário de despedida; A vida não mais nos pertence*. Disponível em: <http://carpinejar.blogspot.com>. Acesso em: 01 set. 2018.

MEDEIROS, M. *Todo o resto; A interferência do tempo; Melhorar para pior; Apaixonados; Prós e contras da ponderação; Perder a viagem;*

Os lúcidos; Fugir de casa; A morte por trás de tudo. In: *Coisas da vida*. Porto Alegre: L&PM, 2005. p.8-22.

PRATA, M. *Espirrando a crônica; Perfume de gardênia; O cravo; Bêbado: o amador e o profissional; A mulher de oitenta; A mulher que fuma; A mulher de quarenta; Chico Buarque em Paris; e Os corruptos brasileiros ficaram indignados*. Disponível em: <https://marioprata.net/cronicas>. Acesso em: 01 set. 2018

BLOCO 5
SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

MORFOLOGIA VERBAL E DURAÇÃO: UMA DISTINÇÃO SEMÂNTICA ENTRE O PRETÉRITO PERFEITO E O IMPERFEITO

Érica Azevedo de Souza¹

Introdução

Sabe-se que, mesmo com as inúmeras definições sobre os tempos verbais, existe uma dificuldade, principalmente em sala de aula, para explicar, entre outras questões complexas referentes aos verbos, a diferença entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito. Os manuais tradicionais há tempos estimulam professores a apresentarem a principal distinção entre esses tempos pela diferença “concluído”/“não concluído”, trazendo, às vezes, mais confusões do que esclarecimentos para os alunos, visto que muitos eventos são realizados (“concluídos”), mas encontram-se no pretérito imperfeito (por exemplo, alguém que “comia chocolate” e parou de comer chocolate em algum momento).

Para um apanhado crítico do tratamento tradicional dado para essa distinção, foi feita uma comparação em três gramáticas tradicionais: Cunha e Cintra (2008), Bechara (2015) e Castilho (2012)², baseando-se nas suas definições e descrições sobre aspecto e tempo verbal para, em seguida, tentar preencher algumas lacunas presentes nesses materiais e assumir a proposta principal da pesquisa, que é adotar noções de aspecto gramatical presente na Semântica Formal através dos conceitos

1 Mestranda em Estudos em Linguagem na UFF com bolsa CNPQ sob orientação da professora Luciana Sanchez Mendes.

2 Castilho (2015) não é uma gramática tradicional como as outras citadas, pois é descritiva, mas foi posta aqui como uma gramática de prestígio.

de perfectividade/imperfectividade abordados por Klein (1994) e aspecto lexical proposto por Vendler (1957) .

Objetivos

Os objetivos gerais desta pesquisa são: (i) analisar a morfologia verbal de pretérito segundo os conceitos de perfectividade e imperfectividade; (ii) observar os verbos de acordo com a noção de atelicidade e telicidade.

Os objetivos específicos são: (i) observar as lacunas presentes em algumas gramáticas tradicionais da língua portuguesa no que diz respeito à distinção entre pretérito perfeito e pretérito imperfeito em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2008), *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2015), e *Gramática do Português Brasileiro*, de Castilho (2010); (ii) analisar a distinção semântica entre os tempos pretéritos do indicativo, tomando como base, na perspectiva da semântica formal, principalmente, as noções de tempo do enunciado, tempo da situação e tempo de tópico (KLEIN, 1994) e das classes acionais propostas por Vendler (1957); (iii) propor uma metodologia para o ensino de verbos pautada nos conceitos de aprendizagem ativa baseando-se em Pilati (2017).

Distinção pretérito perfeito x imperfeito nas gramáticas tradicionais

De forma geral, Cunha e Cintra (2008), distingue o pretérito imperfeito do perfeito pelo fato de o primeiro exprimir um fato passado habitual e o segundo, o não habitual. Além disso, os autores definem o pretérito imperfeito como aquele que exprime uma ação durativa e não a limita no tempo; já o pretérito perfeito, indica uma ação momentânea, definida no tempo.

No capítulo separado para os tempos verbais, Cunha e Cintra (2008), sobre o pretérito imperfeito, afirmam que

A própria denominação deste tempo – PRETÉRITO IMPERFEITO – ensina-nos o seu valor fundamental: o de designar um fato passado, mas não concluído (imperfeito = não perfeito, inacabado). Encerra, pois, uma ideia de continuidade,

de duração do processo verbal mais acentuada do que os outros tempos pretéritos, razão por que se presta especialmente para descrições e narrações de acontecimentos passados. (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 465)

Em seguida, listam algumas ocorrências desse tempo verbal como: descrição do que era presente numa época passada; ação passada habitual; fatos passados concebidos como contínuos; substituição pelo futuro do pretérito e pelo presente do indicativo, participação significativa no discurso indireto livre etc.

Sobre o pretérito perfeito, os autores dividiram a classificação de acordo com a forma simples e composta. Para os autores, a forma simples indica uma ação que se produziu num certo momento do passado a partir de um ponto de vista do presente. O exemplo utilizado na gramática para ilustrar esse uso é “Jantei com um apetite devorador e dormi como um anjo”³. A forma composta, por sua vez, é utilizada normalmente para exprimir um ato repetido ou continuado até o presente. O exemplo é “Tenho lutado contra a adversidade e tenho compreendido os homens”⁴.

Para Bechara (2015), o pretérito imperfeito é o tempo da ação prolongada ou repetida com limites imprecisos; ou que não esclarece sobre a ocasião em que a ação terminaria ou que nada nos informa sobre o momento de início. O pretérito perfeito, por sua vez, segundo o autor, pelo contrário, fixa e enquadra a ação dentro de um espaço de tempo determinado.

O imperfeito, como ensina Coseriu, é um membro não marcado, extensivo, de uma oposição que encerra três membros, dois dos quais são marcados e intensivos: o mais-que-perfeito e o chamado condicional presente, na forma simples.

(...) Isto implica que não se pode, a rigor, atribuir ao imperfeito a pura e simples significação de passado, a ser que ele seja considerado um “presente” do passado (...). (BECHARA, 2015, p. 291)

3 (M. Torga, V, 108).

4 Foram utilizados os exemplos “– Tenho lutado contra a adversidade e tenho compreendido os homens” (Cochat Osório, CV, 134); “– Tenho escrito bastantes poemas” (F. Pessoa, OP, 175) e “– Eu tenho cruzado o nosso Estado em caprichoso ziguezague” (Simões Lopes Neto, CGLS, 123).

Bechara (2015) acrescenta as ocorrências do pretérito imperfeito e, assim como Cunha e Cintra (2008), aponta o emprego do imperfeito “quando nos transportamos mentalmente a uma época passada e descrevemos o que então era presente” (BECHARA, 2015, p. 291) e na substituição do futuro do pretérito. O gramático também inclui o emprego desse tempo verbal nos pedidos e solicitações; na dúvida da realização de algum fato e na expressão de um desejo proferido com modéstia.

Em Castilho (2010), nota-se a apresentação inédita – dentre as gramáticas analisadas – do conceito de (im)perfectividade. Tal fato pode se justificar porque o autor é um gramático linguista e, por isso, sua análise sobre os verbos se estende para a questão aspectual⁵. A descrição é de que o pretérito perfeito e o futuro perfeito representam os estados de coisas completados no passado (como em “eu fiz”) ou no futuro (como em “eu terei feito”). O termo “perfeito” usado na nomenclatura dessa forma remete ao aspecto perfectivo. Além disso, para o autor, o pretérito imperfeito representa os estados de coisas que duraram no passado. O termo “imperfeito” remete ao aspecto imperfectivo.

Castilho (2010) ainda divide o imperfeito de três formas: pretérito imperfeito real, pretérito imperfeito metafórico e pretérito imperfeito atemporal. No primeiro caso, o autor subdivide em estado de coisas durativo e estado de coisas iterativo; no segundo caso, lista o emprego desse pretérito na substituição pelo presente, pelo pretérito perfeito, pelo perfeito do subjuntivo e pelo futuro do pretérito. No terceiro caso, não há subdivisões e o autor chama o imperfeito atemporal de “imperfeito *de conatu*”⁶. Para o perfeito, Coseriu⁷ apresenta a mesma divisão, sendo as subdivisões distintas: para o pretérito perfeito real, tem-se o pretérito pontual, pretérito durativo, pretérito iterativo; para o pretérito metafórico, há a substituição pelo pretérito imperfeito, pelo mais-que-perfeito, pelo futuro do presente (simples e composto) e pelo pretérito perfeito do subjuntivo; no caso do pretérito perfeito atemporal, de forma diferente à do imperfeito, o autor subdivide em dois (pretérito perfeito aforístico e pretérito perfeito nos marcadores discursivos).

5 Os outros gramáticos mencionados também falam sobre aspecto, mas de maneira mais vaga ou mais complexa, fato que se distancia da proposta deste trabalho.

6 Ação que, em certo momento do passado, se estava praticando e exprime ainda uma tentativa que pode falhar (MENDES DE AGUIAR; GOMES RIBEIRO, 1925 *apud* CASTILHO, 2010).

7 Castilho (2010) não menciona o ano de publicação do autor.

Perfectivo e imperfectivo na Semântica Formal

A Semântica Formal estuda o significado por um viés científico e tem como objetivo descrever o conhecimento semântico inato⁸ dos falantes de uma determinada língua. Nesse sentido, para saber o significado de uma sentença declarativa, por exemplo, é necessário observar suas condições de verdade.

Para a expressão das condições de verdade, a Semântica Formal adota uma metalinguagem lógico-matemática para descrever o significado sem as particularidades da linguagem natural e tornar as relações formais universais explícitas. A fim de atingir esse objetivo, divide-se a linguagem em: língua-objeto (a língua que está sendo investigada) e metalinguagem lógica (a ferramenta utilizada para se falar da língua-objeto), que formula as condições de verdade de uma sentença X da língua objeto (QUADROS GOMES; SANCHEZ-MENDES, 2018, p. 14-18).

Partindo dessa perspectiva, o trabalho aqui proposto se baseia na abordagem formal do significado ao tentar formular um significado linguístico por meio de uma metalinguagem, que são os diagramas que reproduzem formalmente as condições de verdade de acordo com o tempo e aspecto empregados.

Segundo Klein (1994), o aspecto diz respeito às diferentes perspectivas que um falante pode assumir e expressar com relação ao curso temporal de algum evento, e essa visão que o falante possui independe do tempo que o evento ocupa no eixo temporal. Para o autor, o aspecto é expresso de diferentes formas, as mais importantes sendo morfologia verbal, advérbios e partículas específicas.

Klein ainda aponta as características que usualmente são encontradas na literatura que divide aspecto em dois tipos: a situação é vista como concluída *versus* a situação é vista como não concluída ou em andamento; a situação é vista de fora *versus* a situação é vista de dentro. Para o autor, entretanto, o problema dessas caracterizações é que elas são inteiramente metafóricas e, portanto, criam dificuldades para uma caracterização precisa do significado.

8 Essa abordagem se vincula à Teoria Gerativa, pois os estudos linguísticos da Semântica Formal partem da concepção de que todo falante de uma língua possui uma competência semântica (QUADROS GOMES; SANCHEZ-MENDES, 2018, p. 18).

Para a expressão das relações temporais e aspectuais, Klein enumera três tempos possíveis presentes em uma enunciação: o tempo de tópico (TT), o tempo de situação (TSit) e o tempo de enunciação (TU)⁹.

O tempo de tópico (TT) para Klein é o intervalo temporal sobre o qual se fala, ou seja, é uma referência de um momento no passado, no presente ou no futuro que pode estar explícito ou implícito no contexto. O exemplo a que Klein recorre para explicar o tempo de tópico é o contexto de um juiz perguntando a uma testemunha no tribunal: “O que você viu quando entrou na sala?”; a testemunha poderia responder “Havia um livro em cima da mesa” ou “O livro era em russo”, e essas respostas estariam todas relacionadas ao momento sobre o qual a testemunha estaria falando, que é o tempo de tópico.

Dessa forma, não interessaria para o juiz se esse livro permanece ou não em cima da mesa até o momento do julgamento. Mesmo que o livro permaneça, o uso do verbo no passado não faz com que a sentença seja falsa, pois é comum falantes tanto do português quanto do inglês usarem esse tempo verbal quando o tempo de tópico está relacionado a uma situação que ocorre antes do momento da fala, pois, o que importa nesse caso, não é o momento da fala, mas a situação ocorrida e a visão que o falante está focando naquele momento. Por isso, a nomenclatura “tempo de tópico” – o falante está escolhendo um momento para “topicalizar”. Além disso, nenhum falante presente no tribunal pressupõe que o livro deixou de ser russo, pois sabe-se que o conteúdo lexical de “ser em russo” é geralmente considerado uma propriedade não temporal e, por isso, o tempo de tópico não contrasta com o tempo de situação.

Para as sentenças como “Havia um livro em cima da mesa” e “O livro era em russo”, Klein propõe diagramas como a figura abaixo em que as chaves representam o tempo de tópico marcado por “o que você viu quando entrou na sala?”, o colchete na horizontal mostra o tempo da situação e o tracejado, o conteúdo lexical (que pode se estender além daquele tópico ou ter fim, mas o que não é o foco da enunciação):

9 Do inglês, “time of utterance”.

Figura 1: Tempo de tópico e tempo da situação

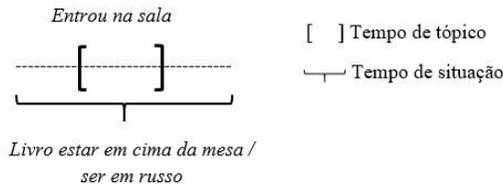


Ilustração dos exemplos do julgamento.

Klein diferencia, então, os dois aspectos da seguinte maneira: o imperfeito é aquele em que o tempo de tópico (TT) está completamente incluído no tempo da situação (TSit), ou seja, a situação é vista “de dentro”, não importando seu início ou o seu fim. Já no perfeito, o tempo de tópico (TT) está parcialmente incluído no tempo de situação (TSit), ou seja, a situação é vista “de fora” e o início e o fim da situação são superficialmente explícitos, pois, nesse caso, há uma mudança de estado abrupta em questão.

Para Klein, a marca aspectual da (im)perfectividade estabelece o ponto de vista interno ao evento e isso significa, mais claramente, qual é a relação entre o tempo de tópico e o tempo de situação. Isso pode ser observado quando temos duas sentenças contendo os mesmos verbos, mas o aspecto é diferente em cada uma de suas ocorrências. Por exemplo, na Figura 2, a seguir, está representando o diagrama da sentença “Maria estava grávida quando casou”¹⁰. Observa-se que, como “estar grávida” na oração principal encontra-se no imperfeito, então o evento de “casar”, que está no perfeito, fica incluído dentro do evento da gravidez.

Na Figura 3, o diagrama representa as relações aspectuais presentes na sentença “Maria estava casada quando engravidou”. Nesse caso, ocorre o contrário, justamente porque foi alternado o aspecto. Como “estar casada” está no imperfeito, o evento de “engravidar”, que se encontra no perfeito, se situa dentro do casamento.

10 O imperfeito, nesse caso, encontra-se no verbo auxiliar da perífrase, como é comum no português brasileiro.

Figuras 2 e 3
Perfectivo e Imperfectivo

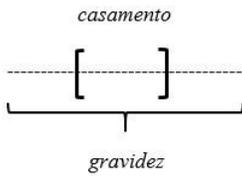


Figura 2: diagrama para a sentença “Maria estava grávida quando casou”.

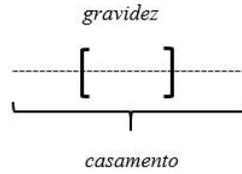


Figura 3: diagrama para a sentença “Maria estava casada quando engravidou”.

(A) telicidade na perspectiva da Semântica Formal

Segundo Vendler (1957), a telicidade representa a propriedade de o ponto terminal para a eventualidade vir assinalado no próprio predicado. Os predicados atélicos não têm um fim determinado previsto pelo predicado. Por exemplo, o verbo “correr” é um predicado cujo fim do evento não é intrínseco ao significado do predicado verbal, portanto, é atélico. Já “chegar” é um predicado que indica o seu próprio fim, portanto, é télico. Vale ressaltar que a telicidade é uma propriedade do sintagma verbal, e não do verbo isolado (*fazer um bolo* é diferente de *fazer bolos*).

Há um famoso teste para separar eventos télicos de atélicos. É o chamado paradoxo do imperfectivo. O nome desse teste se dá porque ele atesta como a perfectividade e a imperfectividade se comportam de formas diferentes se o predicado for télico ou atélico. Por exemplo, em (1a), temos uma sentença na forma imperfectiva e em (1b), na forma perfectiva. Como “dormir” é um predicado atélico, sabe-se que (1a) acarreta (1b), ou seja, se (1a) é verdadeira, (1b) necessariamente é verdadeira.

- (1) a. Maria estava dormindo.
- b. Maria dormiu.

Não se pode afirmar o mesmo sobre as sentenças de (2), pois, como “chegar” é um predicado télico, a sua forma imperfectiva em (2a) não acarreta a forma perfectiva de (2b). Alguém que estava na iminência de chegar a algum lugar, pode não ter chegado.

- (2) a. Maria estava chegando.
b. Maria chegou.

Classes acionais (aspecto lexical)

Além de explorar os conceitos de atelicidade e telicidade, Vendler (1957) dividiu os verbos em quatro classes de acordo com a aspectualidade lexical de cada predicado. O Quadro a seguir, retirado de Quadros Gomes e Sanchez-Mendes (2018), resume e traduz a divisão dos quatro tipos de predicado segundo as propriedades de telicidade e duração:

Quadro 1

	+ télico	- télico
+ duração	<i>accomplishments</i>	atividades
- duração	<i>achievements</i>	estativos

Tipos de predicado segundo as propriedades de telicidade e duração.

Os *accomplishments* são eventos como “correr 1km”, “escrever uma carta” ou “desenhar um círculo”; tais eventos possuem duração porque são cursivos, ou seja, eles duram um certo tempo até finalizarem a ação pretendida e são téllicos, pois precisam ter um fim determinado.

As atividades são atélicas, pois não precisam de um fim determinado. Uma pessoa que corre por 1 segundo, por exemplo, já pode afirmar que correu e essa afirmativa será verdadeira. São exemplos de atividades eventos como “correr”, “escrever”, “dançar”.

Os *achievements* ocorrem em um momento pontual e o início e fim de seu evento coincidem, são verbos que não duram ao longo do tempo, por isso, não são cursivos (comparados a *accomplishments*, por exemplo). Alguém que realiza a ação de “chegar”, “vencer uma corrida”, “alcançar o topo da montanha” passa por uma fase preparatória, mas não pode, do ponto de vista lógico, afirmar com toda certeza que alcançará aquele objetivo¹¹.

Estativos são processos não cursivos, mas que permanecem durante certo tempo indefinido. Segundo Vendler, os estados não estão estritamente conectados ao tempo. Nessa classificação, estariam presentes eventos como

11 O futuro do presente é visto como o tempo o qual assumiria esse papel por pressupor planos, metas, certezas futuras, mas este não é o foco do trabalho.

“saber”, “amar”, “ter” e não seriam exemplos de verbos que podem ser realizados ou “performados”, pois os estados envolvem instantes de tempo imprecisos e indefinidos. Não se faz perguntas como: “que horas você amou ou deixou de amar x?”.

O que essa divisão parece colaborar nos estudos aqui propostos é na relação entre as classes acionais, a morfologia do pretérito e o tempo de tópico. Para testar como o pretérito perfeito e o imperfeito se comportam de acordo com cada classe, foram usadas as quatro classes acionais de Vendler (1957) e o advérbio “entre duas e três da tarde” para expressar o tempo de tópico. Para a classe dos *accomplishments*, foi usado o predicado “ler um livro”; para *achievements*, o predicado “chegar”; para atividades, “correr” e, por fim, para os estativos, foi usado o predicado “ter dois cachorros”.

Na Figura 4, o diagrama representa uma sentença no perfectivo para um *accomplishment* como “Eu li um livro entre duas e três da tarde” e, portanto, percebe-se que o tempo de situação está incluído no tempo de tópico. Esta seria a famosa completude que os gramáticos associam à perfectividade. Na Figura 5, foi usado uma sentença típica do português como “Eu estava lendo um livro entre duas e três da tarde”¹² no imperfectivo e, portanto, o tempo de tópico está incluído no tempo de situação.

Figuras 4 e 5

Verbo de *accomplishment*

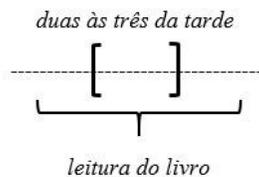
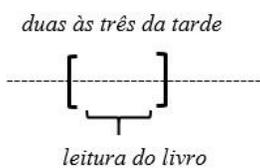


Figura 4: diagrama para a sentença “Eu li um livro entre duas e três da tarde”

Figura 5: diagrama para a sentença “Eu estava lendo um livro entre duas e três da tarde”

12 Para um registro mais formal e literário, a construção “Eu lia” também é aceita. Além disso, essa forma também poderia ter uma leitura de habitualidade dependendo do advérbio que a acompanha, se “entre duas e três da tarde” fosse substituído por advérbios de frequência como “por mês”, “a cada semana” etc. A análise completa da relação do imperfectivo com o progressivo expresso pelo gerúndio será objeto de pesquisa futura.

Na Figura 6, há a ilustração de uma sentença no perfectivo para um *achievement* como “Entre duas e três da tarde, eu cheguei em casa” que se comporta basicamente como o *accomplishment* da Figura 4¹³, ou seja, o tempo da situação (chegada) está incluído no tempo de tópico, mas a representação é diferente, pois, ao contrário de “ler um livro”, que possui uma duração¹⁴, a chegada é pontual (o início e fim são simultâneos) por conta do perfectivo. Na Figura 7, por sua vez, mostra uma sentença no imperfectivo como “Entre duas e três da tarde, eu estava chegando em casa”. Nesse caso, a interpretação do progressivo de um verbo pontual diz respeito às fases antecipatórias e, por isso, passa a se comportar como o *accomplishment* da Figura 5: quem está chegando não chegou assim como quem está lendo não terminou de ler.

Figuras 6 e 7

Verbo de *achievement*

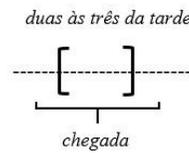
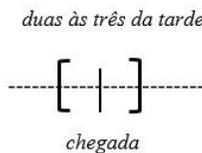


Figura 6: diagrama para a sentença “Entre duas e três da tarde, eu cheguei em casa”

Figura 7: diagrama para a sentença “Entre duas e três da tarde, eu estava chegando em casa”

Por fim, os estativos, representados pelas Figuras 8 e 9, se mostram a classe acional mais complexa de ser analisada. Primeiramente, pelo fato de que o tempo de tópico “entre duas e três da tarde” já não pode ser usada para esse tipo de predicado. Uma sentença como “Entre duas e três da tarde, eu tive um cachorro” é anômala¹⁵. Segundo, porque dentro da própria categoria de estativos, cada verbo se comporta de maneira particular dependendo do contexto em que se insere. Por exemplo, a sentença “Em 2010, eu tive dois cachorros” seria

13 Para Klein (1994) esse tipo de predicado seria diferente de “ler um livro”, pois “chegar” é um conteúdo de 2 estados e possui um tempo anterior e um tempo posterior determinado pelo conteúdo lexical do verbo “chegar”, que marca o momento em que o agente não chegou e o tempo em que finalizou a sua chegada.

14 Verbos como “ler”, assim como “desenhar”, são chamados de verbos de objeto incremental – possuem uma relação de construção ou destruição em relação ao seu objeto (QUADROS GOMES; SANCHEZ-MENDES, 2018, p. 129).

15 Sentença bem construída sintaticamente, mas que não apresenta valor semântico (QUADROS GOMES; SANCHEZ-MENDES, 2018, p. 19).

facilmente usada no português, enquanto “Em 2010, eu te amei” soaria estranha visto que o predicado “amar alguém” normalmente não é limitado a um ano específico. Embora os estativos revelem uma maior complexidade, neste capítulo foi apenas trabalhado o predicado “ter dois cachorros” no perfectivo e imperfeito para mostrar a relação com o tempo de tópico e o aspecto lexical.

Na Figura 8, como o aspecto é perfectivo, o tempo de situação do conteúdo lexical expresso por “ter dois cachorros” está incluído no tempo de tópico “2010”. Na Figura 9, com o predicado no aspecto imperfeito, o tempo de tópico “2010” está incluído em “ter dois cachorros”.

Figuras 8 e 9 Verbo estativo

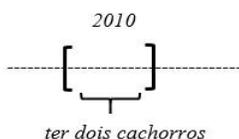


Figura 8: diagrama para a sentença “Em 2010, eu tive dois cachorros”

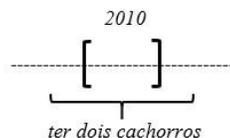


Figura 9: diagrama para a sentença “Em 2010, eu tinha dois cachorros”

Próximos passos

Além de aprofundar a pesquisa a respeito do comportamento dos estativos de acordo com sua (im)perfectividade e tempo de tópico, com base no aspecto lexical, no aspecto gramatical e na noção de tempo de tópico busca-se propor uma metodologia que auxilie os professores de língua portuguesa a sanarem algumas dúvidas clássicas dos alunos do ensino básico.

Pilati (2017) propõe uma metodologia da aprendizagem ativa em que o professor parte do conhecimento prévio do aluno para, a partir disso, desenvolver suas aulas. Através desses conhecimentos e da metodologia voltada para o uso de materiais concretos em sala de aula propostos por Pilati, o trabalho visa contribuir para o ensino de verbos na educação básica.

O objetivo é, além de propor uma melhor definição para os tempos do pretérito do indicativo, pensar em ferramentas acessíveis para que os alunos desenvolvam e estimulem o conhecimento gramatical intuitivo sobre o que diz respeito ao tempo e ao aspecto verbais.

Conclusão

Através das reflexões trazidas neste trabalho, pode-se observar que as classificações verbais podem ser vistas sob um viés semântico, o qual propõe uma análise menos complexa e mais lógica. Dessa forma, deve-se repensar as relações semânticas abordadas nas gramáticas tradicionais que restringem a definição do pretérito perfeito como uma ação concluída e o pretérito imperfeito como não concluído, pois, como está sendo proposto, a noção de (in)completude não inclui todos os verbos e não é somente essa divisão que distingue os tempos do pretérito, fatores como aspecto lexical, tempo de tópico e (a)telicidade devem ser levados em consideração na hora de classificar os verbos do português.

Todas essas reflexões visam contribuir de alguma forma para melhorar a qualidade do ensino de verbos na educação básica de maneira mais didática, menos prescritiva e menos utópica.

Referências

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa – Nova edição revista e ampliada pelo autor*. 38ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- QUADROS GOMES, A.; SANCHEZ-MENDES, L. *Para conhecer: semântica*. São Paulo: Contexto, 2018.
- KLEIN, W. *Time in Language (Germanic Linguistics)*. Routledge, 1994.
- PILATI, E. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.

Créditos das imagens

Elaboração própria com base em Klein (1994).

O FENÔMENO DA DÊIXIS COMO ESTRATÉGIA DE PERSUASÃO EM PEÇAS PUBLICITÁRIAS

Paulo Victor Almeida Galvão¹

Introdução

O texto publicitário é um gênero que está estreitamente relacionado com as transformações socioeconômicas pelas quais passou a humanidade nos últimos anos. Com as revoluções industriais, principalmente a partir do século XX, há a instauração do capitalismo e a aparição dos meios de comunicação em massa nessa sociedade consumidora, que busca não só a obtenção de produtos necessários para a subsistência, mas, sobretudo, a aquisição de um *status* capaz de promover certa distinção em relação aos demais. Afinal, “não são mais vendidas as qualidades intrínsecas de um produto e nem mesmo, em sentido estrito, a reputação da marca registrada, mas sim a imagem dessa marca junto ao público consumidor” (MONNERAT, 2003, p. 13).

A partir de então, os textos publicitários deixaram de ser um mero auxiliador na comercialização de mercadorias para se transformar numa estratégia econômica e social capaz de manipular e modificar hábitos e costumes de um povo, atuando sobre seu lado psicológico, a fim de convencê-lo de que tais produtos anunciados são benéficos e necessários, ainda que de fato não o sejam.

O presente capítulo tem por objetivo revelar o emprego da dêixis como ferramenta de persuasão em peças publicitárias. Tendo em vista sua

1 Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, bolsista pela CAPES, orientado pela Prof.^a Dr.^a Maria Jussara Abraçado de Almeida.

função de apontar para as pessoas do discurso inseridas em um contexto comunicativo, a dêixis se torna uma importante estratégia para que os textos publicitários cumpram o objetivo de influenciar o seu público.

Assim sendo, este trabalho tem por objetivo demonstrar que a dêixis é usada para promover a aproximação entre os interlocutores de peças publicitárias, percebida por meio de alguns dêiticos, como o verbo “vir”. Além disso, pretende-se comprovar que a simulação de um diálogo mais informal e a valorização do imediatismo da mensagem são igualmente recursos empregados para reforçar a persuasão da mensagem publicitária através de expressões dêiticas (como os advérbios “já” e “agora”, por exemplo).

A dêixis

O fenômeno da dêixis pressupõe a existência de um campo mostrativo de natureza linguística ao redor do sujeito falante, que seria, então, o centro dêítico, isto é, o marco de referência egocêntrico (eu-aqui-agora) a partir do qual se estabelecem relações por meio das coordenadas espaço-temporais. Nesse sentido, a ocorrência da dêixis “indica o processo pelo qual certas expressões linguísticas remetem (‘apontam’) ao contexto de uso da linguagem e somente em referência a ele constroem o seu significado” (FOLLY, 2012, p. 2).

Isso significa que, se o referente mudar, o elemento apontado provavelmente também será outro. Afinal, pronomes pessoais dêiticos como “eu” e “tu” possuem referentes relativos e, de certa forma, subjetivos. Isso já não ocorre com o pronome “ele”, que pode explicitar um referente a partir de valores de verdade (marcas institucionalizadas no léxico, e não no contexto). Isso ocorre porque

a consciência de si mesmo só é possível ser experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. (BENVENISTE, 1991, p. 286).

Essa referência volátil, destinada a instâncias de discurso, reúne diversos tipos de palavras (não importando sua classe gramatical), como,

por exemplo, os pronomes pessoais “eu” e “tu”, os demonstrativos “este” e “esse”, os advérbios de tempo e de lugar “agora” e “aqui” etc. Todas essas expressões, com sua referenciação adaptável ao contexto comunicativo, são fundamentais na língua, pois

se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem da sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um “indicativo” distinto (...), haveria praticamente tantas línguas quanto indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível. A linguagem previne esse perigo instituindo um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso. Esse signo está, pois, ligado ao exercício da linguagem e declara o locutor como tal (BENVENISTE, 1995, p. 281).

Destarte, as expressões indiciais podem ser separadas em: (i) dêixis de pessoa, que aponta para locutor e para alocutário no momento da interação comunicativa; (ii) dêixis de lugar, que sinaliza a localização dos participantes do momento do discurso, a partir da referência do próprio enunciador; (iii) dêixis de tempo, que revela a extensão temporal em relação ao momento em que um discurso foi enunciado; e (iv) dêixis social, que codifica os papéis sociais dos interlocutores.

Cada um desses tipos dêiticos pode ser entendido como “um conjunto de signos ‘vazios’, não referenciais com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis, e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso” (BENVENISTE, 1995, p.280). Assim, definindo a dêixis “como a forma de ativação semântica em elementos presentes em contextos compartilhados pelos participantes em um ato verbal” (MORAES, 2018, p.46), os cognitivistas têm se preocupado em estudar esse fenômeno.

Para os estudiosos cognitivistas, antes de qualquer coisa, o corpo humano é o ponto de partida para a experiência e a percepção que o indivíduo tem do mundo ao seu redor. Assim, uma das premissas da Linguística Cognitiva é a de que “a linguagem é formatada pela cognição humana, que, por sua vez, busca recursos (...) vinculados à compreensão que o falante tem de si mesmo e do ambiente e às experiências culturais” (FERREIRA, 2010, p. 22). Nesse viés, o conceito de dêixis está relacionado à experiência corporal do ser humano com seu ambiente.

Com a percepção da linguagem como um meio de conceptualizar a realidade, a dêixis será analisada a partir de seus efeitos em textos publicitários. A proposta deste estudo, portanto, é realizar uma análise linguístico-discursiva da dêixis em peças publicitárias, buscando desvelar as estratégias discursivas a que estão atreladas as ocorrências dos elementos dêiticos.

O texto publicitário

Traçando um panorama do texto publicitário desde a sua origem (inclusive etimológica) até como o percebemos no século XXI, é possível compreender como as expressões indiciais são importantes ferramentas para que esses textos convençam seus alocutários a fim de alcançar seus objetivos.

Publicidade é uma palavra que tem origem no termo latino *publicitus*, que tinha o sentido de “tornar público”. Antes de 1789, referia-se somente a assuntos do direito público, passando a designar posteriormente quaisquer obras, literárias ou não, publicadas nas gazetas.

A partir do século XX, a publicidade se relacionou às transformações econômicas do capitalismo e ao surgimento dos meios de comunicação em massa. Com a produção em série de produtos, muitos tinham qualidade inferior, necessitando de mecanismos que dissimulassem sua fragilidade. Técnicas desenvolvidas pela Revolução Industrial alteraram o panorama da sociedade, já que o maquinário, cada vez mais aperfeiçoado, produziu um aumento substancial dos bens de consumo.

Antes do impetuoso avanço da tecnologia, as fábricas se limitavam a produzir aquilo que o consumidor realmente necessitava e estava em condições de adquirir. Com o advento da população em massa para um mercado que já principiava a superar a fase de consumir apenas o essencial, viram-se os industriais forçados a encontrar meios rápidos de escoar o excesso de produção de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas e velozes (SANT’ANNA, 2002, p. 4-5).

Para tanto, foram usados os textos publicitários, que passaram de um auxiliar na venda de produtos para um fenômeno econômico e social capaz de influenciar e transformar os hábitos da população. Afinal,

na sociedade capitalista, o poder de consumo está relacionado à ideia de *status*, tornando-se um “indicador da qualidade de vida e caracterizador da inserção social dos indivíduos no universo da cultura mundializada” (TRINDADE, 2005, p. 84).

Valendo-se, então, de linguagem verbal e/ou não verbal, o texto publicitário tem como uma de suas características a persuasão, tendo como objetivo criar um desejo em seu público para que ele busque sua satisfação por meio do produto anunciado. Pode-se dizer, dessa forma, que “a publicidade é um discurso social que age sobre o lado psicológico de seu público a fim de conseguir o maior número de consumidores para as mercadorias e serviços.” (NETO, 2007, p. 2).

Essa tentativa de convencimento, por parte do sujeito enunciador-anunciante, pode ser descrita por meio do seguinte processo: desconhecimento, conhecimento, compreensão, convicção e ação. Nesse sentido, o locutário, que não conhecia o produto divulgado, passa a ter um primeiro contato com ele, compreendendo do que se trata. Sendo persuadido pelo locutor, convence-se de que deve tomar a atitude de comprá-lo. Desse modo, persuadir “significa, em termos de publicidade, obter do consumidor a mudança de atitude própria, para criar nele um comportamento que o predisponha à compra” (MONNERAT, 2003, p. 36).

A dêixis no texto publicitário

A linguagem publicitária tem por objetivo convencer seu público a adquirir determinado produto ou serviço. Assim, vale-se de palavras como “alegria” e “bem viver”, além de imagens positivas, como uma pessoa sorrindo ou um casal feliz, para relacioná-las ao anúncio em questão, reforçando seu caráter persuasivo. Por isso,

com base no princípio de proximidade a publicidade mobiliza recursos de ordem semântica (antecipação seletiva efetuada no léxico), estilística (visando à aproximação leitor/emissor) e semiológica (codificação de mensagens), com vistas a promover a aproximação entre a informação e o informado (MONNERAT, 2003, p. 55).

Ademais, partindo do pressuposto de que o contexto comunicativo é constituído por pessoa (locutor e interlocutor), lugar e tempo, o locutor do anúncio publicitário, que tem como alvo um público determinado, produz a mensagem, tendendo a situar-se no tempo e no espaço numa posição central. Afinal, “a rede de referenciação instituída pela dêixis é determinada por uma marca egocêntrica” (SOUSA MARTINS, s/d). Isto é, o “eu” é sempre o agente, o enunciador, o ponto central; o “tu” é sempre outro. Entretanto, como já foi visto, esses elementos dêiticos não possuem um significado fixo, e sim volátil. Eles mudam de referente a cada contexto, a cada ato de fala.

Sendo assim, qualquer referência ao contexto passará pelo centro dêitico ocupado pelo falante, isto é, por referentes “eu”, “aqui” e “agora”, que indicam esse lugar central, que é preenchido pelo locutor (produtor) de *slogans* publicitários.

Carlos Rabaça e Gustavo Barbosa, no Dicionário de Comunicação, definem *slogan* como uma “frase concisa, marcante, geralmente incisiva, atraente, de fácil percepção e memorização, que apregoa as qualidades e a superioridade de um produto, serviço ou ideia” (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p. 435).

O *corpus* de investigação da presente pesquisa, composto por *slogans* com expressões dêiticas, tem como base diferentes textos publicitários encontrados tanto em sites como em revistas. Foram separados, então, 144 textos publicitários em dois *corpora*: um contendo 41 anúncios buscados aleatoriamente em sites e outro com 103 textos retirados do site www.propagandaemrevista.com.br, que contém um acervo digital com mais de 6000 propagandas publicadas em variadas revistas. Dentre todas as propagandas que constam no referido site, selecionamos preferencialmente o material que fora publicado na revista *Veja* entre os anos 2000 e 2012.

A partir da constituição desses *corpora*, analisamos quantitativamente os anúncios publicitários, computando e dividindo todas as ocorrências dêiticas (de pessoa, de lugar, de tempo e social). Entretanto, ainda que os referenciais EU-AQUI-AGORA sejam analisados metodologicamente de forma separada, cabe ressaltar que eles estão sempre juntos apontando para o centro dêitico.

No *corpus* 1, foram encontradas 83 dêixis, enquanto 262 expressões indiciais foram identificadas no *corpus* 2, totalizando 355 casos de dêixis, conforme a tabela a seguir.

Tabela – Casos de dêixis encontrados (355)

Dêixis de pessoa		Dêixis de tempo		Dêixis de lugar		Dêixis social	
Corpus 1	Corpus 2	Corpus 1	Corpus 2	Corpus 1	Corpus 2	Corpus 1	Corpus 2
50	125	3	39	17	51	23	47
53,76%	47,71%	3,23%	14,88%	18,28%	19,47%	24,73%	17,94%
175		41		69		70	
49,29%		11,83%		19,16%		19,72%	

Autoria própria.

Na tabela, podemos ver que, dentre as 355 ocorrências, a dêixis de pessoa e a dêixis social, que se referem, de alguma forma, às pessoas do discurso (“eu” e “tu”) somam aproximadamente 69% dos casos, o que dá indícios de ser o interlocutor não apenas um alvo dos textos publicitários, mas também figura importantíssima com a qual se tenta dialogar.

Além disso, todos os casos de dêixis de tempo analisados se relacionam ao centro dêitico. Isso revela que o dêitico de tempo refere-se ao instante, o que é facilmente identificável em slogans como “Transformar sonho em realidade é muito fácil. É só você acordar e começar a investir **já** no Itaú” (*slogan* do banco Itaú) e “**Agora**, você vai unir o útil ao utilitário.” (*slogan* da Renault), nos quais, por meio de palavras como “já” e “agora”, é explorado o caráter de urgência da mensagem, incentivando o público ao consumo.

A dêixis de lugar também apresenta ocorrência semelhante à dêixis de tempo, indicando, na maioria dos casos, a 1ª pessoa, principalmente por meio do advérbio “aqui” e do verbo “vir”. Esse uso revela que o centro dêitico das peças publicitárias corresponde a uma espécie de lugar que o público deve procurar e alcançar, ao ser convencido por suas estratégias persuasivas. Por isso, frequentemente surgem verbos dêíticos de movimento como “chegar” e “trazer”, além do já citado “vir”.

Analisando o total de dêíticos de lugar em nossos *corpora*, a expressão mais frequente é o verbo “chegar” (mais de 40% das ocorrências de dêixis de tempo). Ainda que esse verbo, literalmente, tenha o sentido de movimento espacial, existe uma apropriação da metáfora de espaço como tempo para que ele sinalize a ação de movimento no tempo, como é o caso de construções como “Chegou a Qualy fibra” ou “Chegou o novo Mitsubishi Lancer”, *slogans* da Sadia e da Mitsubishi, respectivamente.

Dos 18 casos de verbo “chegar” como dêixis de tempo, 13 fazem parte de construções como essas, que têm por objetivo destacar o caráter de novidade de determinado produto. A publicidade “trabalha com a

fetichização da mercadoria, mostrando sempre o caráter de novidade do produto” (NETO, 2007, p. 1). Com o objetivo de garantir a venda de determinado produto, é cada vez mais importante individualizá-lo, tornando-o mais desejável do que outro, e uma das formas de singularizar um produto é “através da qualificação do novo – ideologia da modernidade (o que é novo é único no seu gênero), muito usada em comerciais de automóveis” (MONNERAT, 2003, p. 27).

Considerações finais

A partir da recorrência de dêiticos em textos publicitários, foi possível fazer análises que revelam a existência de uma aproximação discursiva entre locutor e alocutário. O objetivo do produtor do *slogan* publicitário é que, por meio da peça publicitária, o alocutário, que até então não conhecia o produto, passe a conhecê-lo, compreendendo a mensagem e ficando convicto de que deve agir em favor da compra.

A dêixis permite uma referência volátil, que varia de acordo com as instâncias do discurso, e engloba muitos tipos de palavras, como advérbios, verbos e pronomes. Identificamos que mais de 74% dos casos totais de dêixis se enquadram dentro da dêixis de pessoa ou da dêixis social, revelando a forte referenciação feita às pessoas do discurso, em especial à 1ª e a 2ª, apontando muitas vezes para o alocutário.

Além disso, verificamos que os dêiticos de lugar mais frequentes são os que se dirigem à 1ª pessoa. É possível, então, concluirmos que, em muitos casos, o produtor do *slogan* publicitário se coloca como o centro dêítico, representando um lugar que, de alguma forma, deve ser acessado pelo possível comprador. Por fim, demonstramos que todas as ocorrências de dêixis de tempo apontam para a 1ª pessoa, de tal forma que a novidade e a urgência da mensagem são destacadas para gerar a fetichização do produto e o interesse por parte do consumidor, sendo, portanto, mais uma estratégia de aproximação entre os interlocutores.

Com isso, comprovamos que o uso de expressões indiciais é uma importante estratégia para incitar uma relação de intimidade entre os interlocutores, tanto por meio das dêixis de pessoa e social (simulando um diálogo com tom mais informal), como através da dêixis de lugar (simbolicamente encurtando a distância entre os interlocutores) e de tempo (destacando a questão da novidade

e da urgência da mensagem, simulando o aqui e o agora). Todos esses tipos de dêixis, portanto, somados a outros recursos, são uma relevante estratégia para aproximar locutor e alocutário em peças publicitárias.

Referências

- BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991, p. 284-293.
- _____. A natureza dos pronomes. In: *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995, p. 277-283.
- FERREIRA, R. G. *A hipótese de corporificação da língua: o caso da cabeça*. Rio de Janeiro: UFRJ / FL, 2010.
- FOLLY, D. R. de F. Análise do fenômeno da dêixis em discurso oral contextualizado em reunião da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. *Revista Gatilho*, Juiz de Fora, ano 8, vol. 15, nov. 2012.
- MONNERAT, R. M. *A publicidade pelo avesso: propaganda e publicidade, ideologias e mitos e a expressão de ideias – o processo de críticas da palavra publicitária*. Niterói: EDUFF, 2003.
- MORAES, R. M. C. M. de. *Dêiticos de lugar e esquemas imagéticos em amostras de fala do galego, português europeu e português brasileiro contemporâneos*. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- NETO, H. B. dos S.; BARBOSA, I. S. Propaganda e publicidade, linguagem e identidade, consumo e cidadania: articulação entre conceitos e suas significações. In: *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Santos: Universidade de São Paulo, 2007, p. 1-15.
- RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codedri, 1978.
- SANT'ANNA, A. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 7. ed São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- SOUSA MARTINS, A. C. *O lugar da dêixis na descrição da língua*. Escola Superior de Educação de Viseu, s/d.
- TRINDADE, E. A publicidade e a modernidade-mundo: as representações de pessoa, espaço e tempo. In: BARBOSA, Ivan Santo (org.). *Os sentidos da publicidade: estudos interdisciplinares*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p. 81-95.

FORMULAÇÕES DE ATOS DE FALA DE ORDENS E PEDIDOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

Patrícia Mariano Marcos¹

Introdução

A abordagem da língua em ação é o campo de estudo da Pragmática, e seus conceitos são de grande valia para as pesquisas linguísticas da atualidade, uma vez que ao caracterizar a linguagem como ação, passa a focar sua atenção no falante e na interação. Deste modo, não se limita a analisar somente ‘o que se fala’, mas também ‘quem fala’ e ‘em que contexto’.

J. L. Austin se vale da pragmática ao afirmar que falar é agir e sobre esse viés desenvolve a Teoria dos Atos de Fala. Essa teoria tem contribuído muito para o ensino de línguas estrangeiras, pois, apesar de serem universais, os atos de fala diferem de acordo com a língua e cultura em questão, e por se tratarem, no dizer de Searle, de unidades básicas da comunicação linguística, os atos de fala refletem as variações culturais bem como o desenvolver das interações interpessoais. Assim, ao saber reconhecer essas diferenças o aprendiz demonstra sua habilidade e competência pragmáticas.

Em nossa pesquisa trataremos dos atos de fala diretivos, analisando diferentes possibilidades de realização destes em situações de ordens e pedidos reproduzidas em livros didáticos de português como língua estrangeira (PLE). Sabemos que os atos de ordenar e pedir passam por diferentes formulações a depender da intenção e de aspectos da polidez

1 Mestranda em Estudos da Linguagem. Orientador: Professor Dr. Paulo Antonio Pinheiro Correa. Universidade Federal Fluminense. Agência de fomento: CAPES.

que se deseja alcançar. Deste modo, adiante traremos uma maior abordagem sobre esses atos, bem como um breve comentário sobre as diferentes análises de estudiosos sobre esses atos e também reflexões sobre como o contexto de uso influencia a escolha por determinada formulação desses atos de fala diretivos.

A Teoria dos Atos de Fala

“Dizer é também um fazer”, afirmava J. L. Austin, em 1962, no livro *How to do Things with Words*, desenvolvendo, assim, o conceito de que dizer é uma forma de agir. Essa visão da língua como forma de agir no mundo, ampliou a ideia anterior de que dizer era apenas descrever um estado de coisas. Ao questionar esse teor meramente descritivo da língua, Austin afirma que determinados enunciados não descrevem nada, mas sim executam ações.

John R. Searle, no fim dos anos 60, retoma os conceitos apresentados por J. L. Austin e trilha no caminho dos estudos pragmáticos, aprimorando o que seu precursor havia iniciado. Em *Speech Acts*, Searle afirma que “falar uma língua é realizar atos de linguagem” (SEARLE, 1982, p. 34), seja para afirmar, dar ordens, perguntar, prometer etc.

À guisa de explicações, Searle apresenta quatro enunciados, e cada um deles contendo uma força que proporciona seu valor de ato de fala: uma asserção (João fuma muito.), uma pergunta (João fuma muito?), uma ordem (Fuma muito, João!) e uma expressão de desejo (Oxalá João fumasse muito). Deste modo, em cada enunciado há um ato de fala diferente, apesar de apresentarem a mesma referência (João) e predicação (Fuma muito).

Searle classifica os Atos de Fala em cinco diferentes categorias: os assertivos, os diretivos, os promissivos, os expressivos e os declarativos. Em nossa pesquisa trataremos da classe dos diretivos, que são aqueles que enunciamos quando queremos que alguém faça algo.

Atos de Fala diretivos para ordens e pedidos e o papel da polidez

Em uma situação de interação, a polidez se mostra essencial para que a harmonia dessa relação seja preservada. A teoria da polidez, de Brown

e Levinson (1987), e a noção de face, de Goffman (1967), se conectam. Juntamente com a polidez, emerge a ideia de que todos nós temos uma autoimagem, como queremos ser vistos publicamente, ou seja, a face, que, segundo Goffman é:

o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma. (...) Face é uma imagem do self delineada em tempos de atributos sociais aprovados – embora se trate de uma imagem que pode ser partilhada por outros, como quando a pessoa consegue fazer uma boa exibição profissional ou religiosa fazendo uma boa exibição para si mesma (GOFFMAN, 1967, p. 77).

Kerbrat-Orecchioni complementa que a teoria da polidez “baseia-se na ideia de que todo indivíduo é movido pelo desejo de ver preservados seu ‘território’ (corporal, material, espacial, temporal ou mental) e sua ‘face’” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p.87). Esta tentativa de preservar a face se deve ao fato de que, em uma interação, ao usar determinados atos de fala, os indivíduos estão constantemente suscetíveis a ameaças de suas faces. Por exemplo, ao tratar de assuntos delicados, difíceis, como também para fazer pedidos ao ouvinte.

Um ato de fala diretivo tem como propósito levar o ouvinte a realizar uma ação, ou seja, ao proferir um ato desse tipo, o falante quer que seu interlocutor faça algo. Alguns exemplos são os convites, os conselhos, as ordens, os pedidos e outros. Dentre os diferentes tipos de diretivos, os que nos interessam neste estudo são os de ordens e pedidos.

Observando materiais didáticos e gramáticas, notamos que ao tratar das formulações de ordens e pedidos, o modo verbal imperativo é amplamente associado como principal modelo de formulação desses atos de fala. Porém, reduzir ordens e pedidos a esse modo verbal não dá conta das nuances pragmáticas que permitem criar diferentes maneiras de proferir cada um desses atos.

Como afirma Oliveira (2005), as ordens “são comandos diretos, expressos de forma explícita, e, em português, especialmente através do modo imperativo” (OLIVEIRA, 2005, p. 82). Porém, encontramos no português do Brasil (doravante PB) diferentes maneiras de elaborar um Ato de Fala diretivo de ordem ou pedido. Quanto às estruturas,

Kerbrat-Orecchioni (2005) evidencia o uso de fórmulas explicitamente performativas, como em “Ordeno que você feche a porta”, ou escolha pelo uso de outras formulações menos diretas.

Para elucidar essa questão recorreremos à citação presente nos estudos de Kerbrat-Orecchioni (2006), traduzidos e adaptados ao português:

a língua portuguesa põe à nossa disposição uma forma, o modo imperativo, reservada exclusivamente para expressar esse ato ilocucionário. Ora, os falantes recorrem, de fato, muito raramente a essa forma modal preferindo meios mais indiretos – em vez de “Feche a porta!”, diríamos de modo mais natural: “Você pode fechar a porta?”, “Você poderia fechar a porta?”, “Eu gostaria que você fechasse a porta”, ou até mesmo “Tem uma corrente de ar aqui, né?” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 85).

A ordem direta, por exemplo, é considerada um ato ameaçador da face do ouvinte, portanto, o uso indireto se torna uma forma mais suavizada de construir esse ato. Formulações como perguntas ou asserções são consideradas estratégias de suavização, como podemos ver nos exemplos: “Você tem uma caneta?” e “A porta está aberta”.

Tendo em vista a proteção das faces tanto do emissor quanto do receptor, o falante recorre a estratégias de formulações mais suavizadas para os atos de fala diretivos, como foram apontadas no estudo de Kerbrat-Orecchioni (2005), do qual podemos extrair:

1. A presença de desatualizadores modais, temporais ou pessoais: o primeiro se configura pelo uso do futuro do pretérito (“Você poderia fechar a porta?”), o segundo com o uso do imperfeito como passado de polidez (“Eu queria te pedir que...”), e o terceiro se dá com o emprego da voz passiva ou de estruturas impessoais (“O problema deve ser resolvido hoje” e “Não se fuma aqui”).
2. O uso de moderadores: as mais usuais são “por favor” e “se possível”.
3. A introdução de enunciados preliminares para anunciar o ato ameaçador: “Você pode me fazer um favor?”, “Você tem dinheiro aí?”.

4. O uso de minimizadores: “Eu queria simplesmente te pedir...”, “É só para saber se...”, “Você pode me dar uma ajudinha?”.
5. O emprego de desarmadores: “Não queria te importunar, mas...”, “Espero que não me interprete mal, mas...”.
6. A utilização de aduladores: “Me traz alguma coisa para beber, meu chuchu.”
7. A combinação de procedimentos suavizadores ao fim dos enunciados: os mais comuns são “Ok?” e “Combinado?”.

Ao lado das formulações mencionadas, consideradas indiretas, temos também outras estratégias para a elaboração dos atos de fala diretivos como:

1. Formulações Permissivas, construídas com o verbo poder, geralmente no presente: “Pode entrar”.
2. Formulações Imperativas que são mais diretas e consideradas com um teor autoritário mais alto: “Fale mais alto”.
3. Formulações Performativas são geralmente correspondentes ao ato de ordem e são mais diretas: “Ordeno que você feche a porta”.
4. Formulações Interrogativas transformam a ordem ou pedido em uma pergunta, tornando a solicitação mais indireta, podendo assemelhar-se a uma sugestão ou pergunta: “Você tem um cigarro?”.
5. Formulações Justificativas funcionam como uma reparação após a realização de um ato ameaçador da face, como a ordem ou o pedido: “Você pode me dar uma carona? É que meu ônibus está demorando muito”.
6. Formulações Nominais em que não há presença verbal, optando-se por um sintagma nominal (SN), como em “um café”. Neste caso a entonação contribui para a interpretação.

E, por fim, trataremos das asserções que são um caso à parte, pois “embora sua força ilocucionária seja direta, dada a natureza convencional de forma de elocução, declarativas de necessidade e vontade não são tão explícitas quanto uma ordem” (OLIVEIRA, 2005, p. 82). Ainda sobre as asserções, podemos dividi-las em subcategorias:

1. Afirmação de um desejo, como na sentença “Eu quero que você fique aqui”, podendo ser suavizada pelos desatualizadores modais/temporais: “Eu queria”, “Eu gostaria”.
2. Afirmação de uma obrigação: “Você tem que fechar a porta”.
3. Constatação sobre um estado de coisas: “A porta está aberta”.

Metodologia e análise de dados

Para verificar como são abordadas as formulações diretivas para ordens e pedidos em manuais de ensino de português como língua estrangeira (PLE), teremos como fonte de dados os diálogos impressos em dois livros didáticos destinados ao ensino de PLE.

O primeiro é o livro *Bem-Vindo! A Língua Portuguesa no Mundo da Comunicação*, da editora SBS. Sua 1ª edição foi em 1999, e, em 2017, chegou a sua 9ª edição, e é considerado uma referência no ensino de PLE, vendendo mais de 200 mil exemplares no Brasil e no exterior.

O segundo livro a ser analisado é o *Fale Português*, elaborado pelas mesmas autoras do livro *Bem-Vindo! A Língua Portuguesa no Mundo da Comunicação*, porém publicado 17 anos depois, em 2016. O livro *Fale Português*, da Hub Editorial, é composto por 2 volumes. O volume 1 apresenta 10 unidades e cada uma delas também é iniciada com diálogos, dos quais retiraremos amostras para nossa análise.

Formulações de ordens e pedidos no livro *Bem-Vindo!*

O Livro *Bem-Vindo!*, da editora SBS, é um dos livros didáticos de PLE mais utilizados no Brasil e no exterior. Segundo as autoras, “um pouco da História, cultura e sociedade brasileiras fazem parte deste livro elaborado especialmente para suprir a grande necessidade de um material dinâmico e interativo cujo foco central é a COMUNICAÇÃO”.

Nesta pesquisa observamos as interações representadas nos diálogos, selecionando amostras onde encontramos ocorrências de Atos de Fala diretivos de Ordens e Pedidos. Neste caso, focamos nossa análise na unidade 7, referente ao estudo do Modo Imperativo e, conseqüentemente, de formulações de ordens e pedidos. No decorrer da unidade encontramos os diálogos abaixo:

Unidade 7 (A chegada) – p.63 No avião (situação: interação comissária de bordo – passageiros)
- Senhoras e senhores, apertem os cintos pois vamos aterrissar em alguns minutos. Esperamos que tenham feito uma ótima viagem. Agradecemos a preferência e esperamos vê-los em breve. Tenham todos um bom dia. Não esqueçam sua bagagem de mão.

Unidade 7 (A chegada) – p.63 Na Polícia Federal (situação: interação atendente – cliente)
A: Seu passaporte, senhor. B: Como? Não entendi. A: Mostre-me seu passaporte, senhor. B: Ah, pois não, aqui está. A: Tudo certo. Bem-vindo ao Brasil.

Unidade 7 (A chegada) – p.63 No duty-free (situação: interação vendedor – cliente)
A: Por favor, quanto custa esta caixa de chocolates? B: R\$ 19,50. Gostaria de levá-la? A: Sim, dê-me duas caixas, por favor. B: Mais alguma coisa? A: Não, só isso. Obrigado. B: Então, por favor siga-me até o caixa. C: Passaporte e passagem, por favor.

Unidade 7 (A chegada) – p.63 Na alfândega (situação: interação atendente – cliente)
A: Por favor, coloque sua bagagem sobre o balcão e abra as malas maiores. B: Pois não. A: Qual é o conteúdo das malas? (...) B: Venho a trabalho, mas vou morar aqui durante dois anos. A: Está bem, espero que goste do nosso país. Pode ir. B: Obrigado, até logo.

Unidade 7 (A chegada) – p.64 Ao sair do aeroporto (situação: interação motorista de táxi – passageiro)
A: Táxi! B: Pra onde, senhor? A: Leve-me pra avenida Paulista. Dirija devagar, não tenho pressa. B: Sim, senhor. A: Quanto tempo (leva) até lá? B: Se não tiver trânsito, uns quarenta minutos. B: Já estamos na avenida Paulista. Onde vai descer? A: Vá em frente até o Metrô Paraíso e vire a primeira à esquerda. B: Chegamos. São 52 reais. A: Aqui está. Fique com o troco. B: Obrigado e até logo. A: Tenha um bom dia.

Os 5 diálogos acima fazem parte de um mesmo contexto, acompanhamos a chegada de uma pessoa à cidade, bem como uma sequência de interações que ocorrem em diferentes ambientes. A primeira se dá no avião, onde a comissária expõe as regras de conduta dentro do transporte. Observamos 2 atos de fala diretivos construídos com a formulação imperativa (“apertem os cintos” e “não esqueçam a bagagem de mão”), 1 deles acompanhado de uma formulação justificativa (“apertem os cintos pois vamos aterrizar”), que dá ao imperativo um teor mais brando, evitando a ameaça da face negativa do receptor, sem deixar a formalidade característica deste tipo de interação.

No diálogo 2, o viajante chega à polícia federal e a esta situação apresenta maior grau de formalidade, observada pelas formulações mais diretas 1 com o uso da formulação imperativa (“mostre-me seu passaporte”) e 1 nominal (“seu passaporte”), ambas não foram suavizadas, mas há o uso do pronome de tratamento “senhor”, que confirma o tom formal do diálogo entre o policial e o viajante. O uso do pronome de tratamento configura a “atenuação da brutalidade do tratamento e uma ênfase no valor de deferência; o procedimento consiste, de algum modo, em exprimir a qualidade pela quantidade” (p.86).

Em seguida, no diálogo 3, o viajante vai até o duty-free. Na interação entre vendedor e cliente em uma situação de compra, há 2 formulações imperativas (“dê-me duas caixas, por favor” e “por favor siga-me até o caixa”) e 1 formulação nominal (“passaporte e passagem, por favor”), todas acompanhadas do moderador “por favor”.

No diálogo seguinte, ao passar pela alfândega, o personagem dos diálogos interage com o atendente. Verificamos 2 formulações imperativas (“por favor, coloque sua bagagem sobre o balcão” e “abra as malas maiores”) com o moderador “por favor” e 1 formulação com o permissivo (“pode ir”), usado como uma alternativa ao emprego do imperativo.

Por fim, o viajante entra no táxi e dialoga com o motorista. Neste trecho há 5 formulações imperativas não atenuadas, ou seja, sem o uso do moderador “por favor” ou outras formulações suavizadas, o que pode gerar um ato ameaçador da face do interlocutor por ser muito direta.

A opção pelas formulações mais diretas e não suavizadas são comuns em situações em que há a intenção de ameaçar a face do interlocutor, ou, por outro lado, quando há maior grau de familiaridade entre os participantes da interação, e neste caso o uso de formulações mais “brutais” não

afetar o relacionamento entre eles. Deste modo, cabe ao professor destacar este aspecto e levar os estudantes a observar a situação de fala e a relação entre os participantes do diálogo.

O diálogo abaixo representa interação em que um dos interlocutores pede informações por telefone:

Unidade 7 (A chegada) – p.67 Pedindo informações pelo telefone
A: Alô! Gostaria de pedir informações sobre o seminário da próxima semana.
B: Pois não?
(...)
A: Obrigado.
B: Seu nome, por favor.
A: Luís Roberto Guimarães, da Universidade de Brasília.

O diálogo apresenta 2 atos de fala diretivos: 1 formulado com o desatualizador temporal e combinado com uma estrutura de asserção (“gostaria de pedir informações sobre o seminário”) e 1 formulação nominal seguida do moderador (“seu nome, por favor”).

Analisando este conjunto de diálogos, observamos que a formulação mais utilizada e, portanto, considerada prototípica neste material didático é a imperativa, podendo ser acompanhada ou não do moderador “por favor”, e em seguida vemos que o uso das formulações nominais também é produtivo. Neste primeiro conjunto de diálogos, não são exploradas formulações mais indiretas ou suavizadas, opta-se por apresentar aos aprendizes estruturas mais diretas e que representam fielmente a estrutura gramatical tema da unidade: o modo imperativo.

O desatualizador temporal/modal, comum nas formulações mais polidas, é encontrado apenas uma vez (“gostaria de pedir informações sobre o seminário”).

Formulações de ordens e pedidos no livro *Fale Português*

Lançado pelas mesmas autoras do Livro *Bem-Vindo!, o Fale Português*, da editora HUB, segundo as idealizadoras, “surgiu de pesquisas detalhadas focalizadas nas necessidades do aluno estrangeiro que deseja aprender a Língua Portuguesa falada no Brasil”.

Nesta sessão observamos as interações representadas nos diálogos, selecionando aquelas em que há ocorrências de Atos de Fala diretivos de ordens e pedidos. Neste caso, focamos nossa análise nas unidades 6 (Distribuir tarefas e papéis), 7 (Expressar uma ordem, pedido ou conselho) e 10 (Fazer uma reserva em um restaurante). Assim, consequentemente, há a apresentação de Atos de Fala diretivos em formulações de ordens e pedidos. Analisando as unidades encontramos os diálogos a seguir:

Unidade 6 (O que virá?) – p.51 Preparativos para a festa de Réveillon (situação: diálogo entre amigos)
Consuelo: Nicole, vamos organizar um Réveillon bem brasileiro? (...) Nicole: Claro! Então, quem vai comprar a carne? Consuelo: O Eric já entende bem disso. Vamos deixar por conta dele. (...) Consuelo: Nicole, você pode preparar o molho vinagrete, a farofa e a salada verde? (...) Nicole: Perfeito! Não se esqueça da banana e do limão também.

Unidade 7 (Entre e fique à vontade) – p.61 Feliz Ano Novo! (situação: diálogo entre amigos)
Nicole: Feliz Ano Novo, Luiz! Entre! Luiz: Feliz Ano Novo, Nicole! Obrigado pelo convite! Nicole: Venha para a sala, Luiz! Eric e Consuelo já estão aqui. Luiz: Obrigado, Nicole. Eric, Consuelo, que bom vê-los! Feliz Ano Novo! Eric: Sente-se aqui, Luiz! Estávamos esperando você. Por que demorou tanto? Luiz: Fui fazer uma reportagem sobre a queima de fogos do Réveillon de Copacabana. (...) Luiz: Fiz várias gravações. Vocês querem assistir? Todos: Claro que sim! Coloque logo! Luiz: Muito bem. Preparem-se para assistir ao maravilhoso show pirotécnico do Rio! Nicole: Mas, antes disso, vamos brindar ao novo ano e tirar a barriga da miséria? Luiz: Concordo! Estou faminto! Nicole: Bem, servam-se! Não façam cerimônia, porque há comida para todos! Eric, traga o vinho que está na geladeira. Consuelo, ponha os talheres e os pratos na mesa, por favor. Luiz: E eu, o que eu faço? Quero ajudar também. Nicole: Abra o champanhe. Vamos brindar, gente! Todos: Feliz Ano Novo!

Unidade 10 (Que tal um cafezinho?) – p.91 Fazendo a reserva (situação: diálogo entre recepcionista e cliente)
Recepcionista: Churrascaria Gaúcho, pois não? Cristina: Eu gostaria de fazer uma reserva para sábado. Recepcionista: Pois não. Para quantas pessoas? Cristina: Para três, e, se puder, em uma mesa mais reservada, por favor. É que queremos comemorar o aniversário de uma amiga. Recepcionista: Pois não (...) Em nome de quem? Cristina: Pode deixar em meu nome, Cristina. Gostaria de levar um bolo para cantar o parabéns, depois do jantar. Recepcionista: O bolo é por nossa conta, não precisa se preocupar.
Unidade 10 (Que tal um cafezinho?) – p.91 Fazendo o pedido (situação: diálogo entre amigas)
Consuelo: Sim, eu adoro caipirinha, mas queria provar um coquetel chamado “meia de seda”, que tomei uma vez na casa da Nicole. Cristina: Hoje é o seu dia, Consuelo. Pode pedir o que quiser. Mas não quero que exagere com as bebidas alcoólicas, está certo?

Os diálogos do livro *Fale Português* nos apresentam interações que se dão, em sua maioria, em um círculo de amigos em diversas situações, os personagens se repetem e no decorrer das unidades se torna mais fácil interpretá-los e contextualizá-los.

O diálogo 1 nos apresenta uma interação entre amigos, na qual eles conversam sobre os preparativos para uma festa de fim de ano. Nesta unidade do livro, o foco de estudo está na prática de distribuir tarefas e papéis, neste caso, é constante o uso dos atos de fala diretivos. Podemos selecionar 4 atos de fala diretivos (AFD), 2 com formulação imperativa, porém em 1ª pessoa do plural (“Vamos organizar um Réveillon bem brasileiro?” e “Vamos deixar por conta dele”). Na primeira, adicionou-se a formulação interrogativa, que é mais um índice de atenuação da ordem, além do uso do “nós”, uma vez que, ao empregar a forma coletiva, o locutor se inclui ao emitir o ato de fala diretivo. As outras duas ocorrências de AFD apresentam, respectivamente, as formulações interrogativa (“Nicole, você pode preparar o molho vinagrete, a farofa e a salada verde?”) e imperativa (“Não se esqueça da banana e do limão também”). Dada a informalidade da interação e um maior grau de familiaridade entre os interlocutores, o uso do imperativo tem a força ameaçadora da face do receptor diminuída.

A unidade 7 do *Fale Português* trata de ordens, pedidos e conselhos, portanto, nos interessa analisar quais formulações são selecionadas pelas autoras como mais representativas dos AFD. No diálogo que abre a

unidade, encontramos 13 AFD, dos quais 12 são formulações imperativas (“Entre!”, “Venha para a sala, Luiz!”, “Sente-se aqui, Luiz!”, “Coloque logo!”, “Preparem-se para assistir ao maravilhoso show pirotécnico do Rio!”, “sirvam-se!”, “Não façam cerimônia”, “Eric, traga o vinho”, “Consuelo, ponha os talheres e os pratos na mesa, por favor”, “Abra o champanhe”), 2 delas em 1ª pessoa do plural (“vamos brindar ao novo ano e tirar a barriga da miséria?” e “Vamos brindar, gente!”). Nota-se que a primeira também é atenuada com a combinação da formulação interrogativa, o que nos leva a interpretá-la não só como uma ordem ou pedido, mas também como um convite. Em 1 deles também se adicionou o moderador (“Consuelo, ponha os talheres e os pratos na mesa, por favor”). Apenas 1 AFD não foi construído com formulação imperativa: o enunciado “Quero ajudar também”, asserção que expressa uma vontade, mas que também se aproxima de uma oferta.

A unidade 10 trata de como fazer reservas no restaurante, nela, encontramos 2 diálogos que apresentam AFD. O primeiro é uma interação ao telefone entre a recepcionista do restaurante e a cliente que quer fazer a reserva. Ele se inicia com uma formulação construída com desatualizador temporal (“Eu gostaria de fazer uma reserva para sábado”), em seguida, há o uso de 2 moderadores acompanhando o mesmo ato de fala (“se puder, em uma mesa mais reservada, por favor”) somado a uma formulação justificativa (“É que queremos comemorar o aniversário de uma amiga”). O diálogo se constrói com um permissivo (“pode deixar em meu nome”), mais um desatualizador temporal (“Gostaria de levar um bolo para cantar o parabéns, depois do jantar”) e, por fim, uma asserção (“não precisa se preocupar”). Neste diálogo percebemos que há um menor grau de familiaridade entre os interlocutores e, conseqüentemente, a formalidade é maior, então, encontramos formulações menos diretas elaboradas com formulações mais atenuadas.

O último diálogo se passa no restaurante durante um jantar entre amigas. As formulações encontradas foram: uma asserção combinada com um desatualizador temporal, passado de cortesia (“queria provar um coquetel chamado ‘meia de seda’”), o uso do permissivo (“Pode pedir o que quiser”) e por último uma asserção combinada com um suavizador (“Mas não quero que exagere com as bebidas alcoólicas, está certo?”).

Considerações

Os resultados iniciais de nossa pesquisa revelam que a formulação mais utilizada em ambos os livros didáticos analisados é a imperativa. No *Bem-Vindo!* (2009), há a predileção também pelo uso do moderador “por favor” como estratégia de atenuação do teor autoritário da forma imperativa. No *Fale Português* (2016), por sua vez, a formulação de ordens e pedidos como uma pergunta é bastante produtiva, apresentando aos estudantes uma possibilidade de atenuação muito realizada na fala em PB. Além disso, *Fale Português* mostra também, ainda que em menor quantidade, diferentes formulações de atos de fala diretivos, oferecendo aos estudantes alternativas, além da estrutura imperativa acompanhada ou não do “por favor”, que no livro *Bem-Vindo!* se apresenta como única diferença entre ordens e pedidos.

Analisamos 6 diálogos do livro *Bem-Vindo!* e encontramos 17 atos de fala para ordens e pedidos e 7 formulações diferentes: imperativa (11), uso de moderadores (5), sintagma nominal (3) e justificativa, permissiva, desatualizador temporal e assertiva com 1 realização cada, totalizando 23 realizações. No livro *Fale Português*, analisamos 4 diálogos, verificamos 25 atos de fala diretivos para ordens e pedidos e 9 formulações diferentes: imperativa (16), assertiva (4), desatualizador temporal (3), moderador (3), interrogativa (2), justificativa e suavizadores com 1 realização cada, em total 32 ocorrências.

A diferença entre o número de atos de fala e de realização de formulações se dá porque um mesmo ato de fala pode combinar duas ou mais formulações, ou uma mesma formulação pode ser polissêmica, como o caso de “gostaria de pedir informações sobre o seminário”, em que o mesmo ato de fala combina a forma de asserção com o uso de um desatualizador temporal.

Segundo Marcuschi (2003), embora os Atos de Fala sejam universais como formas de sentido, eles diferem na realização, uma vez que “todas as línguas conhecem pedidos, ordens, desculpas, elogios, mas nem todas elas realizam estes atos da mesma maneira nem na mesma intensidade (MARCUSCHI, 2003, p. 34)”, e esta premissa deve ser sempre considerada na produção de materiais de língua estrangeira. Diante do exposto, uma das reflexões preliminares da pesquisa é que há necessidade da elaboração de mais materiais que tenham um compromisso linguístico com a realidade da língua em uso. Os diálogos precisam refletir como o ouvinte vai captar os falantes a fim de torná-lo apto a entender e a se comunicar efetivamente no idioma alvo.

Ao comparar os materiais *Bem-Vindo!* 2009 e *Fale Português* 2016, é notável que o mais atual apresenta uma variedade maior de formulações, e que há também uma tentativa, ainda que tímida, de aproximação da língua em uso, o que aponta para uma consciência de que o ensino e aprendizado de idiomas precisam estar alinhados às pesquisas sobre a língua em seus diversos usos e contextos de fala.

Referências

- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora: Artes Médica, 1990.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in Languageusage*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- GOFFMAN, E. A elaboração da face. In: FIGUEIRA, S. A (Orgs.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980, p. 76-114.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da Conversação – Princípios e Métodos*. São Paulo: Parábola, 2006.
- _____. *Os Atos de Linguagem no Discurso*. Niterói: EdUFF, 2005.
- MARCUSCHI, L. A. Aspectos da oralidade descuidados, mas relevantes para o ensino de português como segunda língua. In: Gärtner, E.; Herhuth, M.J.; Sommer, N.N. *Contribuições para a didática do português língua estrangeira*. Frankfurt: TFM, 2003, p.15-39.
- OLIVEIRA, M. C. L. Manda quem pode. Ou quem não tem juízo. Um estudo de diretivos no discurso empresarial brasileiro. In: HEYE, J. (Org.). *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 73-86.
- PONCE, M. H. de; BURIM, S. R. B. A; FLORISSI, S. *Bem-vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*. 8 ed. São Paulo: SBS, 2010.
- PONCE, M. H. de; VERSA, M. L; BURIM, S. R. B. A. *Fale Português*. vol. I. São Paulo: Hub Editorial, 2016.
- SEARLE, J. R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Os actos de fala*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.